

ISSN 2318-1478

Cruz Alta, RS

Vol. 9

nº 1

2021



O Adjunto

Revista Pedagógica
da Escola de
Aperfeiçoamento
de Sargentos
das Armas





Caro leitor,

no ano em que a EASA completa 29 anos de sua existência, não podemos deixar de fazer uma reflexão do percurso percorrido até a presente data. A Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas surgiu da necessidade do Exército em promover a educação continuada em seus quadros de Subtenentes e Sargentos, para atender a uma demanda de desenvolvimento técnico e intelectual. Nesses 29 anos, a EASA aperfeiçoou cerca de 21.939 Sargentos combatentes do Exército Brasileiro e mais de 178 Sargentos de 13 Nações Amigas.

Sendo assim, observa-se que a Escola nasceu com o propósito de tornar-se um Centro de Referência dentro do Sistema de Educação do Exército e, para isso, desenvolveu, desde seus primeiros anos, uma proposta de educação voltada para que o Sargento tivesse a oportunidade de “aprender fazendo”, seja na modalidade EAD, seja na fase presencial dos cursos que contemplam as atividades atinentes às funções para as quais aqui se habilitam.

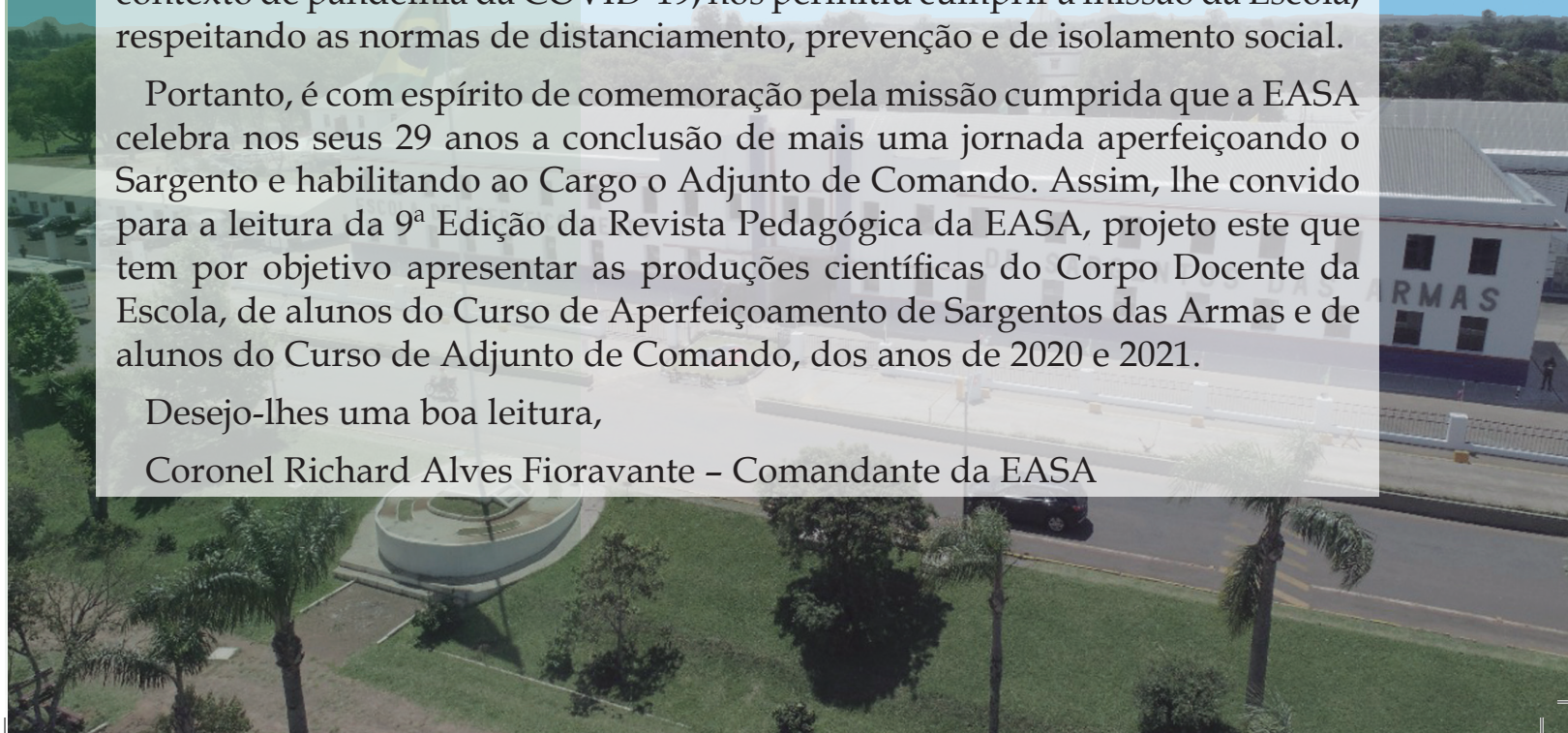
Na sequência, no ano de 2016, o Exército atribuiu à Escola a missão institucional de criar o Curso de Adjunto de Comando e implantá-lo na “Casa do Adjunto”. Curso esse, que foi concebido no Processo de Transformação do Exército aproveitando o aprendizado da própria Escola na valorização do Sargento. Desde então, nossa Escola habilita Primeiros Sargentos e Subtenentes, para ocupar cargos e exercer funções de Adjuntos de Comando, uma vez que, até dezembro de 2021, foram habilitados ao cargo 890 Adjuntos de Comando.

Além disso, as metodologias ativas de aprendizagem, bem como, a utilização de aplicativos como recurso de aprimoramento das atividades docentes, na condução do processo ensino-aprendizagem, já desenvolvidas na EASA, tiveram destaque maior no decorrer de 2021. Uma vez que foram exploradas também através do Ambiente Virtual de Aprendizagens (AVA), o qual em contexto de pandemia da COVID-19, nos permitiu cumprir a missão da Escola, respeitando as normas de distanciamento, prevenção e de isolamento social.

Portanto, é com espírito de comemoração pela missão cumprida que a EASA celebra nos seus 29 anos a conclusão de mais uma jornada aperfeiçoando o Sargento e habilitando ao Cargo o Adjunto de Comando. Assim, lhe convido para a leitura da 9ª Edição da Revista Pedagógica da EASA, projeto este que tem por objetivo apresentar as produções científicas do Corpo Docente da Escola, de alunos do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas e de alunos do Curso de Adjunto de Comando, dos anos de 2020 e 2021.

Desejo-lhes uma boa leitura,

Coronel Richard Alves Fioravante – Comandante da EASA



CONSELHO EDITORIAL

COMANDANTE DA EASA

RICHARD ALVES FIORAVANTE – Cel

EDITORES

CARLOS SIDAUMA DE ABREU GOMES – Cel

ANDERSON SALVADOR DA SILVA – Maj

JOÃO PAULO SOUSA DA SILVA – Maj

LAUREANA DE QUEIRÓZ MARIANO – 2º Ten

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL

AIRTON OLIVEIRA DA SILVA/ME

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

EASA - Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas

Rua Benjamim Constant, 1217 - CEP 98025-110

Cruz Alta - RS

Fone: (55) 3322.7655

<http://www.easa.ensino.eb.br>

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/adj>

Os conceitos emitidos nas matérias constantes desta edição são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião deste Estabelecimento de Ensino e/ou Exército Brasileiro. Salvo expressa disposição contrária, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas desde que mencionados o autor e a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A235 O Adjunto: Revista Pedagógica da Escola de
Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas/ Escola de
Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas.
- v.9, n.1 (dez. 2021). Cruz Alta [RS, Brasil]: EASA, 2021.
v.il. ; 28 cm.

Anual.

ISSN 2318-1748

1. Educação - periódicos. 2. Ciências Militares. I. Escola
de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas.

CDD 370

CDU 37

ARTIGOS CIENTÍFICOS DE MILITARES DA EASA

| | |
|---|----|
| 1. Educação a distância como facilitadora no processo de ensino-aprendizagem nas Instituições Militares | 09 |
| 2. O processo de aprendizagem no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos da EASA..... | 27 |
| 3. Uma proposta para o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas: abordagem focada na atividade fim da força terrestre..... | 33 |
| 4. A importância da disciplina de garantia da lei e da ordem na fase presencial do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas..... | 47 |

PROJETOS INTERDISCIPLINARES DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS - 2020/2021

| | |
|--|-----|
| 5. Habilidades individuais desejáveis para o desempenho da liderança militar no ambiente operacional na perspectiva do segundo-sargento aperfeiçoado de infantaria | 61 |
| 6. Guerra de 4ª geração: um conhecimento a ser difundido para toda a tropa | 73 |
| 7. Tiros de Guerra: instrumentos de manutenção da coesão do Exército frente aos desafios modernos | 85 |
| 8. A importância das comunicações via satélite para as operações da força terrestre..... | 101 |
| 9. Impactos ambientais nas atividades de construção e medidas para minimizá-los | 113 |
| 10. Lavratura de APF e atualizações relevantes acerca dos Direitos e garantias constitucionais do flagranteado | 135 |

PROJETOS INTERDISCIPLINARES DO CURSO DE ADJUNTO DE COMANDO - 2020/2021

| | |
|---|-----|
| 11. Atuação do adjunto de comando, no âmbito de sua organização militar, no desenvolvimento de ações de valorização da vida | 137 |
| 12. Prática regular de atividade física, redução do risco de doenças crônicas e manutenção do nível de aptidão exigido pelo Exército..... | 145 |
| 13. O projeto soldado-cidadão e os Tiros de Guerra do Brasil | 151 |

SUMÁRIO





ARTIGOS CIENTÍFICOS DE MILITARES DA EASA



1. Educação a distância como facilitadora no processo de ensino-aprendizagem nas Instituições Militares

*Cap Cav Thiago Siqueira de Andrade
2º Ten Laureana de Queiróz Mariano*

RESUMO

O objeto de estudo desta pesquisa foi analisar questões referentes ao ensino a distância e sua eficiência como facilitadora do processo de ensino-aprendizagem nas instituições militares, com enfoque na utilização das técnicas e ferramentas adequadas para tornar este processo eficiente. Neste sentido, essa pesquisa justifica-se pela tentativa de criar um material bibliográfico que possa contribuir com a comunidade acadêmica. Assim, esse trabalho de investigação científica possui o seguinte problema: quais os mecanismos que possibilitam tornar a educação a distância um auxiliar no processo de ensino aprendizagem no ensino militar? A metodologia de pesquisa aplicada neste artigo científico caracteriza-se por uma revisão bibliográfica, com a contribuição dos conhecimentos dos autores Authier, (1998), Barros, (2003), Belloni, (2008), Chaves, (1999), Niskier, (1999), Nitzke, (1999), Volpato, (1996).

Palavras-chave: Educação a distância, ensino-aprendizagem, ferramentas colaborativas, recursos tecnológicos.

ABSTRACT

The object of study of this research was to analyze issues related to distance learning and its efficiency as a facilitator of the teaching-learning process in military institutions, with a focus on the use of appropriate techniques and tools to make this process efficient. In this sense, this research is justified by the attempt to create bibliographic material that can contribute to the academic community. Thus, this scientific research work has the following problem: what are the mechanisms that make it possible to make distance education an aid in the teaching-learning process in military education? The research methodology applied in this scientific article is characterized by a bibliographic review, with the contribution of the knowledge of the authors Authier, (1998), Barros, (2003), Belloni, (2008), Chaves, (1999), Niskier, (1999), Nitzke, (1999), Volpato, (1996).

Keywords: Distance education, teaching-learning, collaborative tools, technological resources.

1. INTRODUÇÃO

A Educação a Distância no Brasil não é uma prática recente. Existem hoje instituições conceituadas com milhares de alunos a distância, em cursos que utilizam diversas mídias e estruturas (RODRIGUES, 1998).

A modalidade de educação conhecida como Educação a Distância (EaD) é uma prática pedagógica, na qual o docente e o discente se encontram separados fisicamente no espaço e no tempo. Dessa forma a aprendizagem ocorre pela comunicação entre professores e alunos sendo mediada pelo auxílio de recursos físicos, impressos ou tecnológicos.

Esta modalidade é utilizada no Brasil ao longo de muitas décadas, seja em cursos de formação como de especialização e extensão universitária. Inicialmente, a abordagem da maioria dos cursos se baseava em livros e apostilas que poderiam ser recebidas pelos correios, ou também por meio de vídeo-aulas, ou então pela conciliação destes recursos. Ao longo dos anos tivemos exemplos de instituições consagradas e amplamente conhecidas como o Telecurso 2000 e o Instituto Universal Brasileiro, por exemplo.

Atualmente, esta modalidade pedagógica tem ganhado cada vez mais espaço entre o público em geral, em razão da inclusão de novas tecnologias e da mudança do perfil social brasileiro, no qual a disponibilidade de tempo para o estudo é um fator essencial na otimização do tempo das pessoas. Ou seja, ter a possibilidade de um método de estudo no qual possibilite que a pessoa possa se organizar para estudar dentro das suas possibilidades de tempo e de maneira eficiente, torna-se uma opção bastante atraente.

Apesar destes dados, infelizmente, o acesso às tecnologias utilizadas neste processo ainda pode ser considerado um artigo de luxo para parcela da população brasileira, no entanto, essa questão não foi abordada nesse artigo, por partir da premissa de que nosso público-alvo tem acesso e condições de interagir com os recursos necessários para a educação a distância.

Nesse contexto, observa-se que a Instituição Exército Brasileiro (EB), historicamente, surge na vanguarda dessa modalidade, quando, juntamente com a Marinha do Brasil, já utilizava em 1939, a educação a distância para preparar e admitir os oficiais na Escola de Comando e Estado Maior.

Um levantamento feito com o apoio do Ministério da Educação, em fins dos anos 70, apontava a existência de 31 estabelecimentos de ensino, utilizando-se da metodologia EaD, já sendo destacado o Centro de Estudos de Pessoal do Exército Brasileiro, em 1974 (ALVES, 1994).

Dessa maneira, alinhado com a expansão e a evolução tecnológica do ensino a distância, o EB também tem expandido as possibilidades nesta área, seja implementando cada vez mais esta modalidade em seus setores do ensino, como também investindo na estruturação e na capacitação de pessoal. O Exército Brasileiro visa atender sempre de forma eficiente às demandas que surgem para o ensino militar, contemplando esta modalidade em todas as linhas do ensino militar e sendo aplicada para cursos totalmente em EaD ou na preparação para cursos presenciais.

1.1 Problema

A educação a distância é uma novidade que ainda causa dúvidas quanto a sua eficiência, conforme nos alerta Sartori (2002), ao afirmar que desde a fase de implantação até o momento, algumas iniciativas de educação a distância tiveram sucesso e outras não.

Dessa forma, surge a questão sobre o correto emprego desta modalidade de ensino e sobre como o ensino fora de um ambiente presencial tem de fato resultado para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma eficiente. Faz-se necessário entender quais os mecanismos de estudo que podem ser disponibilizados ao discente que possa suprir a relação constituída entre o aprendente e o ensinante dentro do ambiente escolar. É importante uma reflexão sobre assunto para elucidar sobre como a educação a distância é capaz de auxiliar a

aprendizagem, tornando-a efetiva, mesmo estando fora do ambiente de sala de aula.

No sentido de orientar a pesquisa para que se possa entender de que forma pode ser eficiente o processo de ensino a distância e poder aplicar visando o melhor aproveitamento das plataformas do ensino militar, foi formulado o seguinte problema:

Quais os mecanismos que possibilitam tornar a educação a distância um auxiliar no processo de ensino-aprendizagem no ensino militar?

1.2 Objetivos

A fim de entender os mecanismos e processos que tornam a educação a distância possível, o presente estudo propõe-se a esclarecer quais as ferramentas que podem ser utilizadas nesta modalidade de ensino, identificado como utilizá-las de maneira eficaz.

Para desenvolver o tema e responder o problema, foram estabelecidos objetivos intermediários, abaixo relacionados, que permitirão a consecução de informações para atingirmos o objetivo da pesquisa:

- a. Abordar ideias e conceitos sobre o processo de ensino-aprendizagem e educação a distância;
- b. Estudar sobre tecnologias utilizadas em educação a distância;
- c. Realizar uma abordagem acerca das ferramentas de aprendizagem e utilização;
- d. Levantar considerações sobre tutoria;
- e. Analisar a aplicação do sistema EaD utilizado na plataforma do Exército Brasileiro.

1.3 Justificativas e Contribuições

O Exército Brasileiro utiliza a modalidade de educação a distância em todas as suas linhas de ensino, desde o nível básico, nos colégios militares, passando pelos cursos de formação, aperfeiçoamento e extensão, até nos cursos *lato e stricto sensu*.

Nesse sentido, a pesquisa pretende realizar um estudo sobre a aplicabilidade desta

modalidade de ensino que é utilizada amplamente pelo Exército Brasileiro em suas diversas instituições de ensino.

Além disso, o estudo serve de subsídio para a reflexão sobre a eficiência da aplicabilidade dos métodos atuais nas plataformas EAD, possibilitando levantar melhores práticas bem como oportunidades de melhoria para os procedimentos atuais em uso.

2. METODOLOGIA

A pesquisa consiste em um estudo exploratório e descritivo, com o objetivo de discutir o tema baseado em fontes primárias e predominantemente secundárias, por meio de revisão bibliográfica pautada em livros, artigos e materiais acessíveis pela internet.

Para isso, foram pesquisados autores que possuem reconhecimento na comunidade científica nos temas de educação, metodologia de aprendizado, além de autores de renome que possuem trabalho publicado acerca do assunto educação a distância.

Outro procedimento adotado foi um levantamento de dados com uma amostra de militares que já utilizaram sistema de educação a distância do Exército Brasileiro, por meio de uma pesquisa de campo aplicando o questionário como método de coleta de dados.

Os resultados obtidos foram observados e analisados de modo qualitativo, fazendo um paralelo à metodologia adotada pela Instituição Exército Brasileiro em seu sistema ensino a distância.

2.1 Revisão de Literatura

O tema educação a distância tem a roupagem de ser algo inovador e recente. Essa ideia surge em razão da expansão desta metodologia de estudo em tempos recentes, a qual foi facilitada com o advento das inovações tecnológicas, no entanto, trata-se de um método didático que há muito tempo já é utilizado.

Segundo Chaves (1999), a Educação a Distância é uma modalidade de ensino bastante antiga, sendo uma forma de ensi-

no que ocorre quando o aluno e professor se encontram separados no tempo ou no espaço, entre outros vários fatores também determinantes e decisivos para o sucesso ou fracasso desse modelo de educação.

A sistematização da Educação a Distância deu-se com a necessidade de treinamento dos recrutas durante a II Guerra Mundial, quando o método foi aplicado tanto para a recuperação social dos vencidos egressos desta guerra, quanto para o desenvolvimento de novas capacidades profissionais para uma população oriunda do êxodo rural. Porém, a Educação a Distância não ficou restrita ao momento pós-guerra. Foi amplamente utilizada por diversos países, independentemente do seu poder econômico ou detenção de tecnologia, tendo sempre como escopo a minimização de seus problemas sociais. Atualmente, mais de 80 países atendem milhares de pessoas, com sistema de ensino a distância, em todos os níveis, em sistemas formais e não formais (VOLPATO et al., 1996).

A aprendizagem pressupõe sempre um processo de trabalho que é físico e mental, em um plano de atividade que exige o envolvimento do docente, o professor, e o discente, o aluno. Para Piaget (2005), a construção do conhecimento acontece de forma ativa, em um processo de desenvolvimento cognitivo que ocorre pela assimilação e acomodação de uma nova informação, criando assim a base da aprendizagem.

Barros (2003) esclarece que a educação é o processo de ensino-aprendizagem que leva o indivíduo a aprender, a saber, pensar, criar, inovar, construir conhecimento, participar ativamente de seu próprio crescimento. E, dentro desse contexto, a definição de Niskier (1999, p.50) se apoia nos aspectos diferenciados referentes à educação a distância, tanto nas questões metodológicas como no planejamento do processo ensino-aprendizagem utilizando tecnologias.

Educação a distância é a aprendizagem planejada que geralmente ocorre num local diferente do ensino e, por causa disso, requer técnicas especiais de desenho de curso, técnicas especiais de instrução, métodos especiais de comunicação através da eletrônica e outras tecnologias, bem como arranjos essenciais organizacionais e administrativos (MOORE, 1996).

Apesar do crescimento desta modalidade de ensino, há ainda algumas discussões sobre a eficiência da mesma e alguns autores levantam questões sobre pontos que podem ser negativos dentro do contexto do aprendizado. Belloni (2008) aponta que é importante o convívio diário entre aluno e professor no ambiente de sala de aula, pois alega que este tipo de contato não deve ser deixado em segundo plano. A autora, porém, propõe uma solução para esta questão, determinando que “[...] os problemas gerados pela separação no espaço (descontinuidade) podem ser mais facilmente superados por sistemas eficientes de comunicação pessoal simultânea ou diferida entre os estudantes, tutores e professores[...]” (BELLONI, 2008, p.54).

Além disso, Authier (1998), destaca que a participação dos professores nos modelos a distância tem sua função expandida. Para o autor, “são produtores quando elaboram suas propostas de cursos; conselheiros, quando acompanham os alunos; parceiros, quando constroem com os especialistas em tecnologia abordagens inovadoras de aprendizagem”.

Dessa maneira, a eficiência neste processo pode ocorrer de forma facilitada no trabalho de maneira colaborativa, utilizando-se de recursos e ferramentas de auxílio. Este fato é corroborado na teoria construtivista de aprendizagem, a qual a interatividade com variados recursos disponíveis é fonte para a construção do conhecimento.

Todo e qualquer crescimento cognitivo só ocorre a partir de uma ação, concreta ou abstrata, do sujeito sobre o objeto de seu conhecimento. Por consequência, a teoria construtivista de aprendizagem baseada na Epistemologia Genética tem este pressuposto como sua pedra estrutural, colocando a ação, ou mais especificamente a interação como requisito fundamental para sua prática (NITZKE, CARNEIRO, GELLER, 1999, p.1).

Portanto, acompanhando o desenvolvimento tecnológico, observamos que as ferramentas tecnológicas também estão em desenvolvimento, onde são melhoradas e adaptadas, servindo como artifícios auxiliares no processo de aprendizagem. A uti-

lização destas ferramentas em observância e consoante com os preceitos necessários para o desenvolvimento cognitivo, colaboraram na construção do conhecimento. Aliado a isso, temos gerações de pessoas cada vez mais ligadas à tecnologia, o que resulta, no casamento destes fatores, a possibilidade em se promover a educação a distância.

2.2 Coleta de Dados

Na sequência do aprofundamento teórico a respeito do assunto, o delineamento da pesquisa contemplou a coleta de dados por meio de questionário.

2.2.1 Questionário

Em razão de o objeto da pesquisa se tratar do sistema de educação a distância utilizado pelo Exército Brasileiro, e por este sistema englobar uma série de atividades de formatos e focos diferentes, foi decidido utilizar uma amostra dentro de um universo de militares que, de alguma forma, tiveram experiência na utilização do sistema de educação a distância fornecido pela plataforma utilizada pelo EB. Evitando-se, no entanto, definir um universo específico, a fim de não comprometer os resultados a serem analisados.

3. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Para iniciar a discussão acerca do tema, é importante destacar os conceitos que englobam as ideias de educação a distância, ensino a distância e aprendizagem a distância.

3.1 Conceitos

Para Chaves (1999), a educação e a aprendizagem são processos internos, que ocorrem dentro do indivíduo, não podendo ocorrer à distância, visto que ela acontece no espaço físico em que a pessoa está aprendendo ou se educando. Por outro lado, o ensino a distância é possível, pois é algo que pode ocorrer a qualquer momento, quando lemos um livro, por exemplo, o ensinante (quem ensina) está distante no espaço geográfico do seu aprendiz

(quem aprende), mesmo assim ocorre o processo de ensino-aprendizagem.

Várias podem ser as definições sobre o termo utilizado, para Barros (1999), em relação ao conceito de educação a distância, as diferenças estão presentes na terminologia educação e ensino a distância. Ele nos alerta para a diferença entre ensino e educação. Para ele, ensino é caracterizado pela transmissão do conhecimento e a educação é o processo de ensino-aprendizagem.

Outros autores também trazem esta discussão, iniciando por Netto (apud BARROS, 1999, p.17).

Educação a distância refere-se a ensino e aprendizagem em circunstâncias nas quais o professor e o aprendiz estão separados um do outro no tempo e no espaço; inclui telecursos, estudos por correspondência, ensino e aprendizagem por meio de computador como parte de um sistema abrangente de educação ou treinamento que culmina com a complementação de uma tarefa, curso, currículo ou programa de treinamento.

Chermann e Bonini (apud BARROS, 1999, p.18) afirmam:

Educação/ensino a distância é um método racional de partilhar conhecimentos, habilidades e atitudes através da aplicação da divisão de trabalho e de princípios organizacionais, tanto quanto pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para o propósito de reproduzir materiais técnicos de alta qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes. Ao mesmo tempo, enquanto estes materiais durarem é uma forma industrializada de ensinar e aprender.

Segundo Laaser (apud SARTORI, 2002, p.36), “o termo educação a distância é usado para abranger variadas formas de estudo, em todos os níveis, nas quais os estudantes não estejam em contato direto com seus professores”.

Para Holmberg (apud RODRIGUES, 1998, p. 45):

O termo “educação a distância” esconde-se sob várias formas de estudo, nos vários níveis que não estão sob a contínua e imediata supervisão de tutores presentes com seus alunos nas salas de leitura ou no mesmo local. A educação a distância se beneficia do planejamento, direção e instrução da organização do ensino.

Podemos notar que existem variadas definições e concepções terminológicas para a educação a distância. Embora não haja um consenso no que seria a definição mais correta, sendo cada instituição responsável por atribuir conceitos da forma que melhor lhe convier, atendendo a seus preceitos técnicos, o importante é que entendermos que não é o conceito que torna a educação eficiente e sim a maneira e seriedade com a qual a instituição norteia seu trabalho.

3.2 Ensino e Aprendizagem com qualidade na Educação A Distância

Para Oliveira (2001), são diversos os condicionamentos e circunstâncias que estão interferindo na consolidação da educação superior a distância. A educação a distância vem consolidando-se como alternativa para o aperfeiçoamento profissional e a aprendizagem inicial e continuada, na dimensão da educação permanente.

O Plano Nacional de Educação (PNE) contempla a modalidade de educação a distância, refletindo a importância que esta modalidade tem no âmbito da educação nacional. No Brasil, há uma demanda crescente em atender um público cada vez maior.

Nesse sentido, a exigência de qualidade é algo essencial, fazendo-se necessário atentar para importantes questões como a formação dos professores, a infraestrutura oferecida para os estudantes, os recursos de aprendizagem, a formulação dos cursos e as formas de avaliação.

Fernandéz destaca que:

o processo de ensino-aprendizagem é uma integração dialética entre o instrutivo e o educativo que tem como propósito essencial contribuir para a formação integral da personalidade do aluno. O instrutivo é um processo de formar homens capazes e inteligentes. Entendendo por homem inteligente quando, diante de uma situação problema ele seja capaz de enfrentar e resolver os problemas, de buscar soluções para resolver as situações. Ele tem que desenvolver sua inteligência e isso só será possível se ele for formado mediante a utilização de atividades lógicas. O educativo se logra com a formação de valores, senti-

mentos que identificam o homem como ser social, compreendendo o desenvolvimento de convicções, vontade e outros elementos da esfera volitiva e afetiva que junto com a cognitiva permitem falar de um processo de ensino-aprendizagem que tem por fim a formação multilateral da personalidade do homem. (FERNADÉZ, 1998, P.23)

Para que o ensino-aprendizagem ocorra com qualidade, deve ser uma atividade planejada e dirigida, fazendo-se necessário a interação e a autonomia. A interação é a troca de informação entre os participantes do processo de ensino-aprendizagem. A teoria de Piaget esclarece que a interação é concebida em uma dimensão coletiva, permitindo a discussão e o entendimento para a construção do conhecimento.

Ramos (1996, p. 245) define autonomia como sendo a capacidade de pesquisar, de se organizar e de pensar de forma crítica e independente. É a capacidade de superação de pontos de vista, de compartilhamento de escalas de valores e de metas simbólicas, de estabelecimento conjunto de metas e estratégias, que está presente nas relações cooperativas.

Na educação a distância, estas relações se estabelecem por meio da interação com os materiais de ensino e as plataformas disponíveis.

3.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem

O ambiente virtual de aprendizagem (AVA) é o ambiente virtual (site ou ambiente na internet) onde estão organizados os recursos e ferramentas para o aprendizado à distância. É o principal local de interação entre estudantes e professores. As estratégias de ensino são elaboradas para a utilização nesta plataforma e devem estar alinhadas aos objetivos educacionais da instituição.

Os usos destes ambientes ganham cada vez mais espaço à medida em que as tecnologias avançam no sentido de torná-los cada vez mais intuitivos e eficientes para o processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, promovendo maior interação e atendendo as necessidades dos professores e alunos.

Diversos podem ser os tipos, modelos e características do AVA. Eles são organizados e utilizados de acordo com as possibilidades, necessidades e objetivos de cada instituição.

3.3.1 Moodle

O Moodle é um *software* de ambiente virtual de aprendizagem de código aberto, livre e gratuito. É um ambiente pronto que pode ser baixado, utilizado e modificado sem restrições, atentando para os termos estabelecidos pela licença GNU GPL.

3.3.2 AulaNet

É o ambiente desenvolvido pelo Laboratório de Engenharia de Software – LES, do Departamento de informática da PUC- Rio.

3.3.3 TelEduc

Trata-se de um AVA que está sendo desenvolvido em conjunto pelo Núcleo de Informática Aplicada à Educação (NIED) e pelo Instituto de Computação (IC) da UNICAMP.

3.3.4 BlackBoard

É o programa desenvolvido pela *University of British Columbia*, onde é possível criar ambientes educacionais na *web*.

3.4 Tecnologias Utilizadas em Educação a Distância.

Devemos entender por tecnologia o conjunto de ferramentas - livros, giz e apagador, papel, caneta, lápis, televisor, telefone, videocassete, computador - e os usos destinados a elas em cada época (CHAVES, 1999)

Em consonância com a evolução da tecnologia ao longo da história, os métodos e ferramentas utilizadas na educação a distância também têm evoluído.

De acordo com Sartori (2002), o século XIX trouxe grandes avanços científicos e

tecnológicos que deram impulso inigualável a capacidade humana de se comunicar, contribuindo também para a educação a distância.

A principal ferramenta que sustenta a modalidade educação a distância é a tecnologia, pois é através dela que será possível substituir o modelo clássico de professor e aluno dentro do mesmo ambiente escolar. O que antes era feito com materiais impressos, televisão, telefone, rádio e etc., ganhou novas proporções com o advento do computador e da internet, facilitando sobremaneira as possibilidades de interação.

O advento das tecnologias de informação e comunicação reavivou as práticas de educação a distância devido à flexibilidade do tempo, quebra de barreiras espaciais, emissão e recebimento instantâneo de materiais, o que permite realizar tanto as tradicionais formas mecanicistas de transmitir conteúdos [...](ALMEIDA, 2003, p.4).

Dessa forma, a tecnologia é presente de maneira permanente em todo o processo EaD, e os recursos utilizados devem ser aplicados de maneira harmoniosa buscando a complementação uns com os outros visando a melhor forma de apreensão do conteúdo. Cabe a cada instituição saber como utilizar os recursos disponíveis, adequando a realidade de seus alunos com os objetivos de cada disciplina.

Os professores podem utilizar as vídeo-aulas, áudios, textos, exercícios, como artifícios principais de introdução da matéria, além de utilizar chats, fóruns, e-mail como ferramentas acessórias para interatividade e tirada de dúvidas. Tudo isso dentro de um ambiente virtual de aprendizagem que facilite esta interação de forma intuitiva e acessível para todos.

4.1 Ferramentas Colaborativas

A concepção de um “ambiente colaborativo de aprendizagem” é aquele que permite o aprendizado de forma colaborativa, em que ocorra a interação de forma não linear, ou seja, uma comunicação de mão dupla, possibilitando maior comunicação com o auxílio de recursos tecnológicos.

Como forma de potencializar este ambiente colaborativo, a internet se destaca pela possibilidade de promover maior interação em espaço de tempo muito menor. Para isso, existem recursos como *blogs*, *chats*, fóruns e *wiki*, cada um com suas especificidades e aplicabilidades, cabendo às instituições e professores, saberem aplicá-los da melhor maneira, conhecendo-os a fundo e sabendo como conjugá-los a fim de melhorar o processo de aquisição do conhecimento por meio da interação entre os indivíduos.

É importante também observar aspectos didáticos na aplicação destas ferramentas colaborativas no processo de ensino-aprendizagem, tais como:

- O ambiente colaborativo é democrático.
- As colaborações podem ser individuais ou coletivas.
- A avaliação deve ser contínua, tanto nos grupos quanto individualmente. Devem-se avaliar posturas, colaboração e contribuições individuais e o crescimento cognitivo e afetivo do grupo.
- Construir o sentimento de confiança e respeito nos companheiros do grupo.
- O professor precisa conhecer as características da aprendizagem colaborativa e manipular a ferramenta escolhida para poder facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

Estes foram alguns exemplos e, sem dúvida, as possibilidades não se esgotam nelas. O importante é entender os benefícios em se utilizar as tecnologias e as ferramentas colaborativas como complemento ao processo de ensino-aprendizagem em EaD.

3.5 Ferramentas de Aprendizagem

3.5.1 Blog

O *blog* é um espaço da *web* que permite que o autor faça constantes publicações que ficam disponíveis para acesso público,

ou para o acesso de determinadas pessoas ou perfis específicos. A intenção desta ferramenta é que o conteúdo seja lido e, em alguns casos, há possibilidades de interações, como comentários de usuários, além de possibilidades de se aplicar ferramentas audiovisuais em seus conteúdos, por exemplo, colocar *links* para outros sites, fotos e vídeos.

Um weblog ou blog é uma página da web com notas colocadas em ordem cronológica inversa, de forma que a anotação mais recente é a primeira que aparece (GONZÁLEZ, 2005, P.3).

É uma boa ferramenta para ser utilizada para propostas ou projetos de objetivos como por exemplo:

- Incentivar o uso de agendas ou diários, é uma ferramenta que pode estimular a organização e reflexões diárias. Pode ser utilizada para organização dos estudos.
- Alfabetização digital, por estimular a escrita e a leitura.
- Criação de jornais ou revistas online.
- Publicar materiais produzidos pelos alunos, o que pode ser um fator estimulante e motivador para os alunos.

É importante para o professor entender formas de proceder didaticamente com esta ferramenta que pode ser gerenciada pelo professor ou pelo aluno. Neste último caso, cabe o professor dar o direcionamento adequado ao que é publicado, para que não ocorra conflito ou fuga do tema principal a ser explorado. O professor deve saber como avaliar o conteúdo e criar regras de utilização.

3.5.2 Chat

O chat é uma ferramenta onde a conversa é feita por troca de mensagens entre duas ou mais pessoas. Em alguns casos, pode permitir que, além da escrita, possa ser utilizado recursos áudio visuais, o que enriquece esta ferramenta como recurso educativo.

Os chats, são bastante úteis para tirada de dúvidas entre estudantes, e também para a troca de informações com um especialista em determinado assunto. É importante também para que todos os estudantes tenham acesso ao conteúdo discutido, mantendo a isonomia referente ao assunto em questão. Outro ponto importante é a aproximação entre os estudantes que esta ferramenta pode possibilitar.

Para uma utilização mais eficiente da ferramenta, o chat deve ser sempre mediado, o aluno deve ter conhecimento da matéria a fim de entender melhor os assuntos tratados, atentar para a linguagem e a postura e permitir que o professor ou instrutor consiga avaliar a participação de seus instruídos ou alunos.

Além de um uso assíncrono, é permitido também o uso de maneira síncrona, podendo ser elaborado um trabalho envolvendo um grupo no mesmo espaço de tempo. Por exemplo um debate, ou então uma discussão entre grupos. Nestes casos cresce de importância a atividade de mediação e implementação de regras para que a aprendizagem ocorra de maneira fluida e eficiente.

3.5.3 Fórum

Fóruns são listas de discussões com temas pré-definidos, que ocorrem de maneira assíncrona. Eles podem ocorrer em um espaço próprio e/ou com a interação via correio eletrônico. As discussões podem ficar salvas, e, por se tratar de uma ferramenta assíncrona, pode permitir maior aprofundamento dos assuntos tratados.

A maior diferença entra o chat e o fórum, é que este pode ter uma delimitação maior quanto ao seu conteúdo, possibilitando discussões mais elaboradas e teoricamente embasadas, permitindo maiores reflexões.

Alguns objetivos que podem ser alcançados com o uso de fóruns:

- Criar hábitos de pesquisa para fundamentação teórica nos debates.
- Aprimorar capacidades de argumentação.

- Adquirir espírito de equipe em trabalhos colaborativos, onde a dúvida de um pode ajudar outros.

Nos fóruns o professor deve ser o moderador da discussão ou escalar alguém para fazê-lo. Além disso, deve-se buscar um tema desafiador e estimulante, preferencialmente por questionamentos. O professor também deve utilizar esta ferramenta como forma de avaliação e, por fim, outro ponto importante é eleger um aluno ou grupo para fazer uma síntese ao final do fórum.

3.5.4 Wiki

É uma ferramenta colaborativa que permite a produção de texto em caráter coletivo, formando um único texto com a colaboração de todos. Ela apresenta como vantagem a edição de textos e participação dos alunos como leitores, autores e editores.

Um wiki (significa ráido em havaiano) é uma página web colaborativa. É elaborada através do trabalho coletivo de diversos autores. É similar a um blog na sua lógica e estrutura, porém nesse caso, qualquer um pode editar seus conteúdos mesmo que estes tenham sido criados por outra pessoa. Permite que se vejam rascunho ou modificações até que se tenha a versão definitiva. O termo wiki se refere tanto ao site web como o software utilizado para criar e manter o site. (GONZÁLEZ, 2005, p.7)

Nesta ferramenta é permitido colocar links, fotos, textos e citações. Porém, por não existir um mecanismo de revisão, o conteúdo passa a ser de responsabilidade do seu autor. Nesse sentido, existem duas visões acerca deste conteúdo. Para alguns, o conteúdo não tem credibilidade, pois qualquer um pode editá-lo; para outro grupo, quanto mais pessoas acessam e editam, mais elaborado ficará.

O wiki pode ser útil quando a atividade proposta for em grupo, permitindo para o professor acompanhar o processo de construção do trabalho. Outras utilizações possíveis seria para um trabalho multidisciplinar com grupos diferentes, um trabalho em conjunto com professores e alunos; além de também ser utilizados por professores para criação de projetos escolares em conjunto.

3.6 Tutoria

De acordo com Gonzalez (2005) podemos definir tutoria como um conjunto de ações educativas de apoio e orientação aos alunos, não apenas de caráter acadêmico, mas também de caráter pessoal. Desenvolvida individualmente ou em grupo, por um educador, com o objetivo de ajudá-los a apropriarem-se do conhecimento sistematicamente organizado e a desenvolverem a interação e a autonomia na aprendizagem.

Sartori (2002) ressalta que a atividade do tutor é diferente do professor convencional, porém está estritamente vinculada à ação docente. Ao tutor cabe a função de mediar e facilitar aos alunos a aprendizagem dos conteúdos científicos, além de outras tarefas sumamente, importantes, portanto, não lhe cabe transmitir conteúdos,

mas reforçar o processo de autoaprendizagem, para isso, deve indicar aos alunos o que devem fazer e os caminhos que devem seguir para o alcance dos objetivos pretendidos em cada momento de seus estudos.

A tutoria tem o papel de tornar efetiva a interação pedagógica entre o aluno e o material de estudo. Por ter um papel diferente do professor, o tutor tem uma responsabilidade maior, seja pelo maior número de alunos, seja pela necessidade de adequação e qualificação para cumprir as tarefas exigidas nas áreas que vão além de simplesmente passar o conteúdo e que exigem o conhecimento das áreas pedagógicas, gerencial, técnica e social.

Sá (1998) elabora um paralelo entre as diferenças das funções de professor convencional e do tutor nos ambientes de educação a distância (Tabela 1).

Tabela 1 – Paralelo entre as funções do professor e do tutor

| Educação Presencial | Educação a distância |
|--|--|
| Conduzida pelo professor. | Acompanhada pelo tutor. |
| Predomínio de exposições o tempo inteiro. | Atendimento ao aluno, em consultas individualizadas ou em grupos, em situações em que o tutor mais ouve do que fala. |
| Processo centrado no professor. | Processo centrado no aluno. |
| Processo como fonte central de informação. | Diversificadas fontes de informação (material impresso e multimeios). |
| Convivência em um mesmo ambiente físico, professores e alunos. | Interatividade entre tutor e aluno sob outras formas. |
| Ritmo do processo ditado pelo professor. | Ritmo do processo determinado pelo aluno. |
| Contato face a face entre professor e aluno. | Múltiplas formas de contato, não descartada a presencial. |
| Atendimento pelo professor nos horários de orientação em sala de aula. | Atendimento pelo tutor com horários flexíveis e locais distintos. |

FONTE: Sá (1998).

Portanto, podemos observar que a função da tutoria é necessária para a condução dos trabalhos na modalidade de educação a distância, sendo que o papel do tutor vai além da tarefa docente. Pois é exigido um conhecimento profundo do assunto e capacidade de prover o apoio necessário para o aluno, estabelecendo uma intercomunicação entre todos os elementos que facilitarão aprendizagem.

3.7 O Sistema de Educação a Distância utilizado pelo Exército Brasileiro

O Centro de Educação a Distância do Exército (CEADEx) é a Organização Militar (OM) com encargos de ensino do Exército Brasileiro, responsável pelo suporte técnico-técnico pedagógico em EaD. Diretamente subordinada à Diretoria de Educação Técnica Militar (DETMIL), esta OM desenvolve as atividades de coordenação e orientação da modalidade de educação a distância, além de ter a função de estar permanentemente acompanhando e adequando o ensino militar no EB a novas demandas e evoluções desta modalidade educacional.

Embora esteja subordinada à Diretoria de Educação Técnica Militar, a atividade de relacionamento do CEADEx abrange todas as Diretorias, os Centros, os Estabelecimentos de Ensino Subordinados e os Centros de Instrução, coordenando e orientando as atividades de ensino em EaD e capacitando recursos humanos necessários para o Sistema de Ensino do Exército.

Dentre as suas missões, estabelecidas pela Portaria nº 900-Cmt EB, 20 jul 15, em seu artigo 1º, no VI, fica determinado que esta OM é a responsável por disponibilizar o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) utilizado pelo Exército Brasileiro e para a oferta de cursos e estágios de interesse da Força. Dito isto, nota-se que temos um órgão gerenciador da plataforma online do Sistema de Ensino do Exército, no entanto, cabe a condução e aplicação dos conteúdos referentes a cada curso às instituições responsáveis por estes cursos, cabendo ao CEADEx o apoio técnico, como já foi dito anteriormente.

Nesse contexto, é importante observar que o AVA utilizado pelo EB é o mesmo, gerenciado por um único órgão. Entretanto, as instituições que provirem ensinamentos em modalidade online utilizando a plataforma padrão da Força, tem autonomia sobre sua utilização e aplicação do conteúdo da forma que melhor lhe convier. Diante disso, é importante que estas instituições tenham conhecimento das funcionalidades bem como das potencialidades que a plataforma é capaz de prover.

Para que se tenha melhor aproveitamento da plataforma disponível, é necessário ter conhecimento da condução didática de conteúdos em EaD, e isso exige um aperfeiçoamento e capacitação de pessoal específico para a produção de conteúdos em EaD. O CEADEx, fornece o apoio por meio de suporte técnico, cursos e formulação de manuais e tutoriais de utilização, cabe aos órgãos que utilizam o AVA do EB oferecer uma educação de qualidade apoiado no suporte disponível.

Atualmente Sistema de Ensino do Exército utiliza o ambiente virtual de aprendizagem na plataforma Moodle 3.4, sendo amplamente utilizada por diversas OM em seus cursos e estágios na fase a distância.

A plataforma AVA recebe o nome de EB Aula e é acessada pelo endereço eletrônico do Portal da Educação (Foto 1) na aba "SISTEMA EBAULA". Além disso existe também a possibilidade de acesso por meio do aplicativo EBAula.



Fonte: Tutorial EBAula 2018

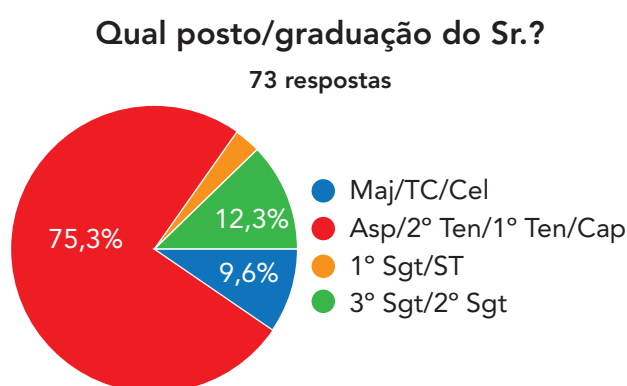
A versão Moodle 3.4, utilizada pelo EB é a mais atual, contando com os novos recursos para exibição de conteúdos 5HP, que possibilita mostrar atividades como vídeos interativos, jogos e apresentações. Conta também com o sistema BigBlueButton, que permite tutores e alunos se reunirem em *web* conferência.

A utilização desta plataforma permite o desenvolvimento de atividades utilizando dois tipos de materiais. Os estáticos, que são páginas de texto, páginas da *web* e o conteúdo das pastas. Os dinâmicos, que são as atividades, ou seja, as avaliações, chat, fórum, lições, pesquisas de opinião, tarefas, diário, glossário, questionário, trabalho com revisão, wiki e livro.

Portanto, o sistema de ensino na modalidade EaD utilizado pelo Exército Brasileiro, conta com uma OM de gerenciamento técnico, e utiliza uma plataforma que está atualizada com as ferramentas mais modernas utilizadas como material de apoio à educação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao fim da aplicação do questionário, obteve-se a participação de 72 militares de diferentes Organizações Militares do país, dentre os quais foram divididos para este estudo dentro de seus postos e graduações.



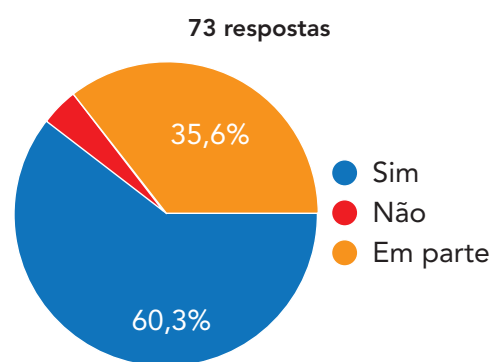
Fonte: Dados da pesquisa

Do universo coletado, observe que 9,6% foi composto por militares dos postos Major, Tenente-Coronel e Coronel. 2,7% de militares da graduação de 2° Sargento e Sub-Tenente. 75,3% de Aspirantes-a-oficial, 2° e 1° Tenentes e Capitães. Por fim, 12,3% de 3° e 2° Sargentos.

Do exposto, note que a educação na modalidade a distância oferecida pelo Exército abrange todos os postos e graduações, abarcando militares da faixa etária de 20 a 50 anos de idade. Destes dados, fica diagnosticado que 12,4% são militares que possuem, em média, mais de 20 anos de serviço e 87,6% de militares ainda nos primeiros postos e graduações da carreira.

Levando em conta que o Exército oferece cursos para os mais variados postos e graduações ao longo da carreira e a necessidade constante de aperfeiçoamento do material humano da Força, observa-se que a modalidade EaD apresenta um perfil mais recente no âmbito de sua abrangência. Apesar do fato de a pesquisa tratar de uma amostra dentro do universo de militares do Exército, não sendo perfeitamente homogênea, podemos inferir que os militares em postos e graduações mais iniciais da carreira estão tendo um contato maior com a modalidade EaD.

O Sr. considera que os procedimentos metodológicos utilizados nos cursos/estágios contribuíram para o processo de autoaprendizagem?

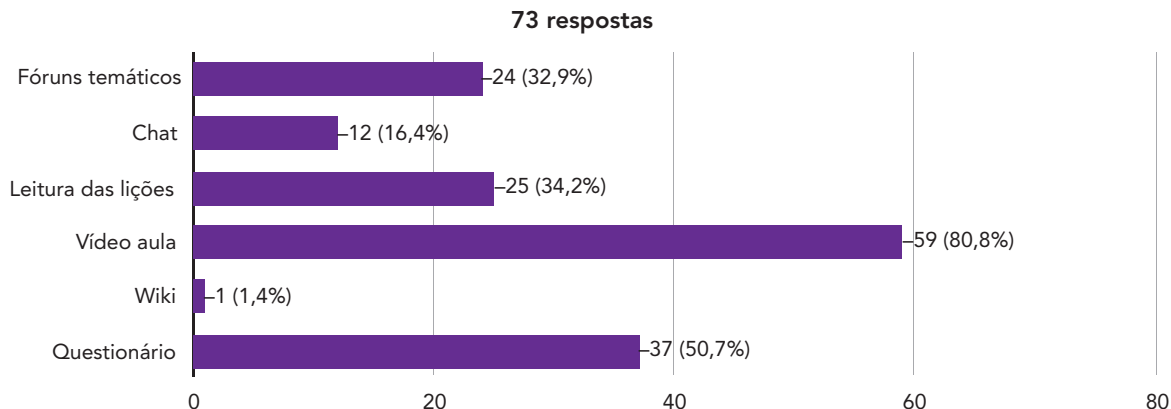


Fonte: Dados da pesquisa

Após analisar os dados, foi verificado que 60,3% dos militares apresentaram bom desenvolvimento da autoaprendizagem, 35,6% estão atingindo em parte e apenas 4,1% apresentaram dificuldades. De uma forma geral, os procedimentos metodológicos adotados pelo Exército Brasileiro em seus cursos/estágios na modalidade a distância, apresentam bom rendimento, porém é importante notar que ainda existem fatores que causam deficiência no processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Pereira e Moita (2007), se a construção do conhecimento se efetiva de forma contínua e permanente, considerando o seu entorno, o processo de ensinar e aprender também vive esse mesmo processo, por isso é importante estar sempre atualizando e melhorando o ambiente virtual de aprendizagem, com o objetivo de alcançar melhores resultados.

Quais as ferramentas do Moodle apresentaram maior rendimento?



Fonte: Dados da pesquisa

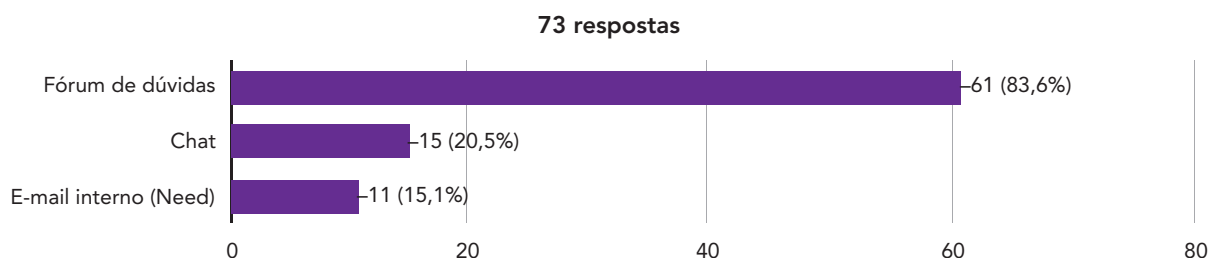
No que tange as ferramentas de maior rendimento para o processo de aprendizagem, a vídeo aula apresenta maior grau de satisfação, sendo escolhida por 80,8% dos militares questionados. Em segundo lugar ficou o questionário, com 50,7% dos militares tendo escolhido esta modalidade como uma de suas respostas. Em terceiro a leitura das lições, com 34,2%.

Continuando a análise, observe que os fóruns temáticos aparecem como opção para 32,9% dos militares, o chat 15,3% e a ferramenta wiki com somente 1,4%, com um voto apenas.

Os percentuais mais altos foram para ferramentas que exigem menos interação entre os alunos, demonstrando um perfil de aprendizagem mais passiva e revelando certa deficiência nas ferramentas mais interativas.

Harasim et al (2005) aponta que, “o trabalho em rede assume a forma de uma ou mais tarefas importantes para o aprendizado num curso de educação a distância”. Com isso, a análise dos dados nos conduz a reflexão sobre a importância do conhecimento sobre a utilização das ferramentas disponíveis, buscando potencializar o aprendizado dando espaço também para a interação e interatividade como auxiliares deste processo.

Quais as ferramentas foram mais satisfatórias para retirada de dúvidas?



Fonte: Dados da pesquisa

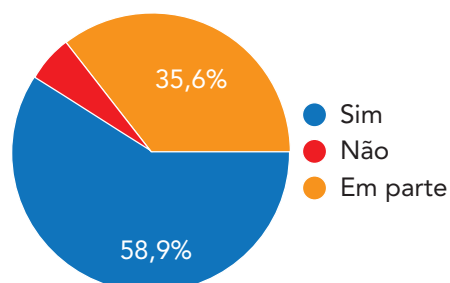
Uma importante atenção que os cursos a distância também precisam observar é o uso das ferramentas para retirada de dúvidas. É necessário manter uma comunicação constante e clara entre docentes e discentes. Nesse contexto, a plataforma Moodle dispõe a seus usuários ferramentas que possibilitam a interação para retirada de dúvidas dos alunos durante seus estudos.

A análise dos dados coletados na pesquisa nos esclarece que o Fórum de dúvidas foi a ferramenta que se apresentou como a mais satisfatória, representando um total de 83,6% da amostra, em segundo lugar o Chat com 20,5% e em terceiro lugar o e-mail interno, com 15,1%. Isso se deve ao fato de que ferramentas com maior interação, que permitem o acesso ao seu conteúdo por todos, por tempo integral, apresentam maior destaque no processo de desenvolvimento da aprendizagem.

Diante deste quadro, nota-se que, em geral, os materiais didáticos utilizados nos cursos promovem uma leitura clara, no entanto, deve-se observar as possibilidades de oportunidades de melhorias para que se possa atingir um percentual maior de absorção de aprendizagem para os alunos. Os materiais devem sempre ser dinâmicos e claros, propor atividades para alunos estando sozinhos e em grupo, precisam ser atrativos para o estudante, criando o desejo de explorá-los e o hábito da pesquisa.

O material didático se mostrou claro e funciona?

73 respostas

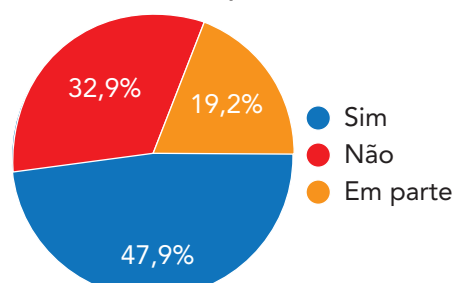


Fonte: Dados da pesquisa

No que tange à clareza e funcionalidade dos materiais didáticos utilizados nos cursos EAD no sistema de ensino do Exército Brasileiro, 58,9% dos entrevistados afirmaram que ficaram satisfeitos, atendendo ao que se propusera, 35,6%, alegaram que atenderam em parte estes requisitos e 5,5% apresentaram dificuldade com os materiais didáticos apresentados.

O material didático se mostrou claro e funciona?

73 respostas

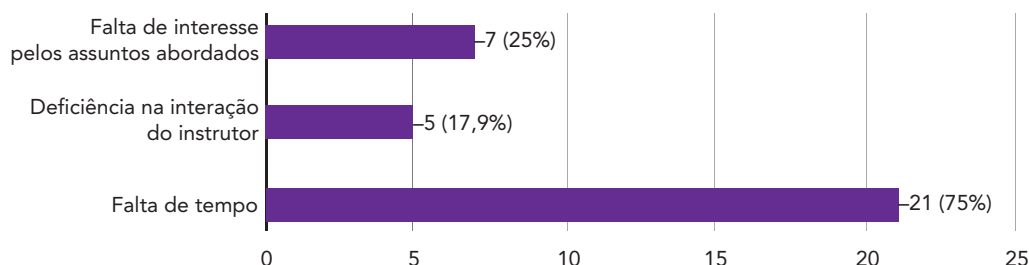


Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a análise dos dados, 47,9% dos alunos participaram de fóruns de discussão, 19,2% informaram que participaram em parte e 32,9% não participaram. Estes dados revelam que as participações nos fóruns de discussão promovem a interação de cerca de menos de metade dos alunos, dessa maneira, não sendo muito significativo.

No caso de ter respondido não na questão anterior, o que o motivou a não participar?

28 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Ainda sobre a participação nos fóruns de discussão, isso pode ocorrer por falta de interesse dos alunos, pela disponibilidade de tempo ou pela falta de interação dos professores.

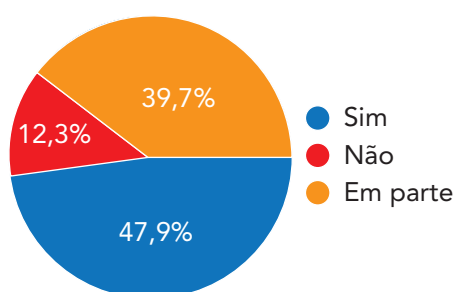
Dos dados apresentados, observe que 75% dos alunos alegam a falta de tempo como sendo o principal motivo para a falta de participação nos fóruns. Nesse contexto, as instituições de ensino devem dar uma atenção especial à organização e distribuição dos tempos de estudo.

É sabido também que alguns cursos disponibilizados em EaD pelo sistema de ensino do Exército Brasileiro tem carga horária de estudo para serem utilizadas dentro do horário de expediente do militar em sua OM. Nesse contexto, é interessante buscar uma maneira de observar se estes horários estão sendo utilizados da maneira prevista, assim podendo ter um quadro geral sobre essa falta de tempo alegada pelos entrevistados.

Por fim, as instituições de ensino devem sempre propor e estudar maneiras de potencializar a participação dos alunos nesta metodologia, promovendo maior interação entre eles no decorrer do curso.

O Sr. considera o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) do EB Aula de manuseio fácil e intuitivo?

73 respostas



Fonte: Dados da pesquisa

Analisando os dados coletados, foi observado que 47,9% consideram o AVA do EB Aula de manuseio fácil e intuitivo e 39,7% consideram em parte. Apenas 12,3% apresentam dificuldade com a plataforma. Este resultado aponta que a maioria dos usuários não apresentam problemas com a plataforma de ensino a distância utilizada.

Considerando o vasto universo de militares e de variadas idades, que utilizam o sistema EB Aula, como já apontado anteriormente, podemos associar como um dos motivos dos que alegaram dificuldade com a plataforma está na falta de prática e manuseio da informática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste estudo foi de fazer uma reflexão sobre os métodos utilizados em educação a distância e sua aplicabilidade dentro do contexto do processo de ensino-aprendizagem, que possibilitasse confirmar o valor desta metodologia na conjuntura do ensino militar EaD utilizado pelo Exército Brasileiro.

Da análise de todos os aspectos expostos ao longo deste estudo, foi possível perceber o quanto esta metodologia evoluiu em consonância com as inovações tecnológicas, tornando-se cada vez mais complexa e eficiente, exigindo maior preparação dos docentes, ao passo em que as ferramentas de auxílio a aprendizagem foram se inovando e permitindo mais possibilidades.

O sistema de ensino do Exército Brasileiro vem adotando cada vez mais em seus cursos e estágios as ferramentas e a estrutura virtual fornecida pelo CEADEx. Diante disso, podemos destacar que, apesar de uma boa aprovação do Ambiente Virtual de Aprendizagem, ainda existem recursos que não são utilizados e precisam se adequar para melhorar a interação e desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

Outro ponto a se destacar, é a constante necessidade em se adaptar os materiais didáticos, os quais devem buscar sempre propor atividades tanto individuais como em grupos, favorecendo a aprendizagem colaborativa. Além disso, é necessário dar atenção aos métodos e estratégias de *feedback* para os docentes acerca do desenvolvimento da aprendizagem, estimulando uma avaliação constante e os meios de sanar as dificuldades que os alunos possam apresentar.

O sistema de ensino na modalidade EaD utilizado pelo Exército Brasileiro, conta com uma OM de gerenciamento técnico, e utiliza uma plataforma que está atualizada com as ferramentas mais modernas utilizadas como material de apoio à educação. Desta maneira, o sucesso desta modalidade está mais condicionado à condução didática do conhecimento por parte das OM que aplicam seus cursos, devendo estas ter domínio dos métodos de produção de conhecimento em EaD, para conseguir potencializar os ganhos no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, fica evidenciado a importância que deve se dar aos militares envolvidos na aplicação dos cursos, tanto no gerenciamento quando na questão pedagógica, os quais devem ser qualificados e terem afinidade com a atividade.

Portanto, o trabalho ambiciona permanecer se debruçando a respeito desse assunto, almeja-se aprofundamento em termos de pesquisas, conhecimentos e investigações. Espera-se que o trabalho seja útil para as OM do Exército Brasileiro que aplicam o ensino a distância em algum processo de seus cursos, servindo como um incentivador para que os cursos possibilitem atingir cada vez maior eficiência em seus processos de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de, **Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem**. Educ. 2003, vol.29, n 2.

ALVES, R. **A alegria de ensinar**. 3ª edição. ARS Poética Editora Ltda, 1994.

AUTHIER, Michel. **Le bel avenir du parent pauvre**. In Apprendre à distance. Le Monde de L'Éducation, de la Culture et de la Formation – Hors-série – France, Septembre, 1998.

BARROS, Daniela Melaré Vieira. **Educação a distância e as novas demandas ocupacionais**. 2003. 21f. Educ. Curitiba, nº21, p. 45-65. 2003. Editora UFPR.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. São Paulo: Editora Autores Associados, 2008.

CHAVES, E. **Tecnologia na educação, ensino a distância e aprendizagem mediada pelas tecnologias: conceituação básica**. Educação – Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, ano III, n. 7, nov. 1999.

COSTA, A.; L.P.de O.; MOITA, F.M.C da S.C. Moodle no curso de ciências biológicas a distância: análise das contribuições no processo de ensino e aprendizagem. SOUSA, R.P de; MOITA, F.M.C da S.C.; CARVALHO, A.B.G. (Orgs.). In **Tecnologias digitais da Educação**. Editora da Universidade Estadual da Paraíba (eduepb), Campina Grande, Paraíba, 2011.

FERNÁNDEZ, Fátima Addine. **Didáctica y optimización del proceso de enseñanza-aprendizaje**. IN: Instituto Pedagógico Latinoamericano y Caribeño – La Havana – Cuba,

GONZALEZ, Mathias. **Fundamentos da tutoria em educação a distância**. São Paulo: Avercamp, 2005

HARASIM, L. et al. **Redes de Aprendizagem: Um Guia para o ensino e aprendizagem online**. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

MOORE, Michael G, KEARSLEY, Greg. **Distance education: a systems Wiew**. Belmont, USA: Wadstown Publish Company, 1996.

NISKIER, A. **Educação a distância: a tecnologia da esperança**. São Paulo: Loyola, 1999. 414 p.

NITZKE, Julio A. CARNEIRO, Mára L. F. GELLER, Marlise. **Criação de ambientes de aprendizagem colaborativa**. 1999. Trabalho apresentado durante o X SBIE, nov 99, Curitiba/PR

OLIVEIRA, Ramon. **Políticas do ensino médio e da educação profissional no Brasil – anos 90: subordinação e retrocesso educacional.** Tese (Doutorado em Educação), 2001, 349f. Niterói, Universidade Federal Fluminense.

PEREIRA, M. Z. da C.; MOITA, F. M. G. da C. **Educação, tecnologia e comunicação: os jogos eletrônicos e as implicações curriculares.** In: SILVA, E. de M.; MOITA, F. M. G. da C.; SOUSA, R. P. Jogos Eletrônicos: Construindo novas trilhas. Campina Grande: Eduerp, 2007. p. 83-103.

PIAGET, J. **Inteligencia y afectividad.** Buenos Aires: Aique, 2005

RAMOS, Edla Maria Faust. **Análise ergonômica do sistema hiperNet buscando o aprendizado da cooperação e da autonomia.** Florianópolis, 1996. 356p. Tese de Doutorado em Engenharia da Produção – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.

RODRIGUES, Rosângela S. **Modelos de educação a distância.** In: PRETI, Oreste (Org.). Educação a distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT, 1998

SÁ, I. **Educação a distância: processo contínuo de inclusão social.** Fortaleza: CEC, 1998.

SARTORI, Ademilde Silveira; RODRIGUES, Sueli Gadotti; ROESLER, Jucimara. **Metodologia da Educação a Distância – Educação a Distância: Resposta pedagógica aos desafios da educação contemporânea.** 2 ed. Florianópolis: UDESC:-FAED:CEAD, 2002.

VOLPATO, A. N.; SOPRANO, A.; BOTTAN, E. R. et al. **Mídia e conhecimento: educação a distância.** [online]. 1996, p. 1-7. Disponível em: <http://www.intelecto.net/arceloni.htm>. Acesso em 20 de maio, 2020.

2. O processo de aprendizagem no curso de aperfeiçoamento de Sargentos da EASA

1º Sgt Cav Rodrigo Muller Moraes¹

RESUMO

O processo de ensino-aprendizagem da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas passou por várias transformações ao longo de mais de vinte e oito anos de existência, visando sempre a evolução da educação e buscando adequar-se a situação de momento. Além do mais as exigências impostas aos sargentos aperfeiçoados atualmente diferem daquelas impostas anos atrás. Não bastasse tudo isto, o avanço da tecnologia trouxe inúmeros desafios a serem superados para atingir um aproveitamento satisfatório naquilo que é a principal missão da Escola.

Palavras Chaves: Aperfeiçoamento – Aprendizagem – Competências – Metodologias.

1. INTRODUÇÃO

O processo de aprendizagem do Exército Brasileiro acompanha a evolução do processo educacional ao longo dos anos, abandonou-se a prática da Pedagogia arbi-

trária para se desenvolver um ensino por competências, evidenciando a importância das metodologias ativas com amparo e fundamento nas teorias pedagógicas da Andragogia², buscando sempre atender as necessidades da Instituição. O amparo jurídico para que o Exército Brasileiro possa promover o constante aprimoramento educacional dos seus quadros encontra-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e na Lei nº 9.786, a chamada Lei do Ensino do Exército (LEE).

A Lei de Ensino do Exército esclarece que o aperfeiçoamento é a modalidade “que atualiza e amplia conhecimentos obtidos com a formação ou a graduação, necessários para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções de maior complexidade” (LEE, Art. 6º Inciso V). Ainda relacionado ao assunto de legislação podemos citar a Portaria nº 113-DECEX de 2011, na qual ficaram estabelecidas as Instruções Reguladoras da Organização, Funcionamento e Matrícula dos Cursos de Aperfeiçoamento de Sargentos (IROFM/CAS – IR60-15), as quais em seu artigo 3º

¹ Graduado em Pedagogia. Pós Graduado em Ensino de Filosofia; Encarregado de Material do Corpo de Alunos da EASA.

² A **andragogia** é um estilo pedagógico voltado para adultos, os quais já possuem um grau muito maior de maturidade e independência.

cita o objetivo do curso de aperfeiçoamento de sargentos que visa atualizar os conhecimentos profissionais comuns e específicos à Qualificação Militar de sargentos, habilitando estes a ocuparem os cargos de Segundo-Sargento aperfeiçoado, Primeiro-Sargento e Subtenente.

2. O PROCESSO DE ENSINO DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO

O processo de ensino desenvolvido na EASA busca abranger de modo geral e de forma mais intensa, os atributos das áreas afetiva, comportamental e cognitiva como demonstra o Manual do Instrutor (T 21-250), além disso se preocupa com a permanente evolução do conhecimento humano sem descuidar-se com o caráter evolutivo da tecnologia. (T 21-250, 1970, p. 102)

A educação no Exército Brasileiro ao longo dos tempos foi se moldando as novas necessidades da Instituição, pois cada vez mais somos chamados a cumprir nossa missão constitucional, como exemplo disto podemos citar um aumento da demanda das operações de apoio a órgãos governamentais nacionais e internacionais, ações humanitárias, operações de Garantia da Lei e da Ordem, operações interagências etc.

Nesse contexto, sabendo que a importância dos subtenentes e sargentos dentro da estrutura do Exército Brasileiro cresce diariamente, precisamos de um estudo constante da legislação da Educação do Exército, das bases teóricas da Andragogia e pesquisas de campo com os discentes, a fim de que os processos pedagógicos utilizados nos bancos escolares dos estabelecimentos de ensino do Exército Brasileiro supram a demanda por profissionais melhores e mais preparados para atender as necessidades da sociedade brasileira, cumprindo a missão institucional da Força Terrestre.

2.1. O ensino por competências no Exército Brasileiro

Desde o ano de 2013, o Exército Brasileiro com o intuito de buscar as mais modernas metodologias de aprendizagem, vem implementando o Ensino por Competências

em seus Estabelecimentos de Ensino. Esta modalidade busca proporcionar ao militar as ferramentas necessárias para desenvolver essas competências no decorrer da sua carreira militar. A Portaria nº 80-DECEX, de 7 de agosto de 2013, aprovou as Instruções Reguladoras para o: Currículo e Avaliação (IREC). O artigo 3º das IREC, estabelece que: “Competência é a ação de mobilizar recursos diversos, integrando-os para decidir e atuar em uma família de situações”. Em se tratando de Ensino Militar, competência é o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e experiência.

3. O CICLO DO APERFEIÇOAMENTO

O Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas é dividido em duas partes, sendo que a primeira fase se dá na modalidade de ensino a distância e a segunda de maneira presencial.

3.1. A fase EAD e o ambiente virtual de aprendizagem

A fase do ensino a distância compreende um período de trinta semanas, as quais os discentes são acompanhados e apoiados pela Seção de Educação a Distância (SEAD), da Escola de Aperfeiçoamento de Sargento das Armas, a qual conta ainda com o apoio do Centro de Educação a Distância do Exército (CEADEx), através do Portal de Educação do Exército (<https://portaldeeducacao.eb.mil.br>).

Através da plataforma Moodle, o instrutor da EASA possui uma gama de ferramentas que auxiliam na sua interação com os alunos, como, chats e fóruns de discussão, mantendo desta forma, uma relação de interatividade com o discente, favorecendo a construção do conhecimento acerca dos assuntos abordados através de atividades propostas pelo instrutor no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os instrutores da fase à distância do CAS realizam o Estágio Setorial de Tutoria na Educação a Distância (ESTEAD), gerenciado atualmente pelo CEADEx, além de outros estágios e capacitações em Educação a Distância, buscando possibilitar a estes que

se aproveitam de todas as ferramentas disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Portal de Educação, colaborando assim, para o êxito desta importante etapa do aperfeiçoamento.

4.2 A fase presencial e suas metodologias ativas

A fase presencial do CAS é de 11 semanas e logo na chegada os alunos, após 30 semanas de estudo na modalidade de Educação a Distância, realizam uma primeira prova somativa abrangendo todos os assuntos abordados na fase anterior, convém salientar que este período é dividido em duas subfases: Organização e Emprego das Armas e Administração.

Durante esta fase a Escola possibilita ao sargento-aluno condições de construir sua aprendizagem, para isto o Corpo Docente da mesma sempre busca utilizar-se das técnicas de ensino preconizadas pelo Manual do Instrutor (T 21-250), entre estas, as mais utilizadas durante a fase presencial serão: exercício individual, demonstração, estudo dirigido, estudo de caso, estudo preliminar, exercício de Posto de Observação, júri simulado etc... além disso, para apoiar o aluno em sua aprendizagem, a EASA implementou em 2014 a utilização de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na plataforma Moodle para os alunos utilizarem durante a fase presencial.

O processo de aprendizagem desenvolvido na Escola busca utilizar-se cada vez mais das metodologias ativas¹, buscando envolver os sargentos-alunos no processo de construção do conhecimento, contextualizando e considerando tudo o que o discente traz de experiência e conhecimento, assim podemos afirmar que o grau de satisfação dos instrutores e dos discentes do CAS em relação às metodologias ativas é muito positiva.

1 Metodologias ativas valorizam a participação efetiva dos alunos na construção do conhecimento e no desenvolvimento de competências, possibilitando que aprendam em seu próprio ritmo, tempo e estilo, por meio de diferentes formas de experimentação e compartilhamento, dentro e fora da sala de aula. (BACICH, 2018)

A metodologia ativa com maior ênfase no CAS é a de aprendizagem baseada em situações problemas, essa metodologia incentiva à habilidade de investigar, refletir, identificar e organizar hipóteses de soluções que mais se enquadrem a situação apresentada, e esta algumas vezes apresentam características multidisciplinares. Nesta prática pedagógica o instrutor atua como mediador da aprendizagem, provocando e instigando o aluno a buscar as soluções por si só perante situações nas quais muitas vezes poderão ser vivenciadas por eles durante a atividade militar.

A segunda prática pedagógica mais utilizada é a do trabalho em grupo, onde se busca uma maior interação entre os discentes, estimulando que os militares debatam e troquem ideias constantemente, nesta metodologia busca-se valorizar a experiência de cada um com o objetivo da construção do conhecimento de forma coletiva.

Uma metodologia ativa que vem ganhando ênfase durante o Curso de Aperfeiçoamento é a sala de aula invertida, a qual tem por objetivo tornar o discente ator principal no seu caminho rumo ao conhecimento, nesta os sargentos-alunos são divididos em grupos e cada um destes receberá um tópico do conteúdo a ser desenvolvido e logo após um estudo prévio do material preparam uma aula “instrução” daquilo que foi por eles entendido aos demais colegas de curso. Convém salientar que esta metodologia de ensino talvez seja uma das que mais traz resultado ao aperfeiçoamento dos sargentos, uma vez que de acordo com a pirâmide de aprendizagem², aprendemos muito mais quando ensinamos determinado assunto a alguém.

A preparação do instruendo para adquirir novos conhecimentos é o que se chama APRENDER A APRENDER. Esta condição propicia facilidades ao contínuo e sempre desejado autoaprimoramento, permite economizar tempo e outros recursos e cria um ambiente favorável ao ensino progressivo ao longo de toda a carreira. (T 21-250 p. 102).

2 Pirâmide de Aprendizagem foi desenvolvida por William Glasser, o qual concluiu que a leitura de um determinado conteúdo resulta em 10% da aprendizagem, enquanto o ato de ensinar determinado conteúdo a alguém representa 95% de aprendizagem.

Na subfase de Organização e Emprego das Armas, são apresentados assuntos e conteúdos referentes à vida do militar em Campanha, por exemplo, Estado-Maior em Campanha e as Operações Militares das diversas Armas. Durante o desenvolvimento desta subfase os instrutores se utilizam de várias práticas pedagógicas, sendo que a primeira se trata da palestra, onde é passada aos instruendos o embasamento teórico dos conteúdos que serão trabalhados e logo após se utilizam das metodologias

ativas para a compreensão e fixação dos assuntos ministrados.

Como um exemplo do que foi exposto acima, podemos verificar abaixo o Curso de Cavalaria da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA), ministrando uma instrução de Operação de Segurança, utilizando uma Matriz de Sincronização, desta forma é proporcionado aos instruendos a oportunidade de treinar em um terreno reduzido o que seria realizado na Operação real.



Como coroação da subfase de Organização e Emprego das Armas os discentes realizam uma Atividade Integradora, o qual trata-se de um Exercício de Posto de Observação no Terreno, momento que eles têm a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante a primeira fase do curso presencial, desenvolvendo situações-problemas das Operações Militares em Carta Topográfica, bem como verificando no terreno a execução dos seus planejamentos, tendo uma visualização de um Teatro de Operações.

Neste momento, as operações militares são apresentadas aos discentes em uma sequência em que eles podem observar tanto a interdisciplinaridade entre as respectivas operações, bem como uma interdependência entre as armas base e de apoio, apresentado a estes as principais características de cada operação executada, tanto no planejamento situacional, operacional e logístico. Na oportunidade busca-se desenvolver

os conteúdos atitudinais como liderança, meticulosidade, autoaperfeiçoamento, flexibilidade, direção e outros tão caros na formação e aperfeiçoamento do perfil profissiográfico militar. Por fim, durante o desenvolvimento do Exercício no terreno são realizadas as provas somativas, as quais encerram a subfase da Organização e Emprego das Armas.

Para a subfase voltada para a Administração Militar, os instrutores têm como foco estimular que os alunos conheçam os conceitos básicos sobre as seções de Estado-Maior em tempo de paz, bem como conceitos referentes à Gestão Pública. O intuito dessa subfase é que os sargentos aperfeiçoados possam exercer funções administrativas nas Unidades Gestoras do Exército, com o foco de bem assessorar os Ordenadores de Despesas e Agentes Diretos na direção da Administração Pública.

Nesta subfase os instrutores preparam suas instruções visando apresentar situa-

ções-problemas envolvendo a vida burocrática do quartel no dia a dia, apresentado a legislação e todo o embasamento teórico do assunto. Da mesma forma, que ocorre na fase de Organização e Emprego das Armas nesta também se busca a contextualização dos conteúdos curriculares, busca se criar no discente a capacidade de visualizar o que se pretende com determinado assunto e simular a realidade da aplicação daquele conhecimento, gerando assim, a mentalidade e conscientização da importância para o assunto abordado pelo instrutor para sua vida profissional.

Em um segundo momento são promovidas discussões dirigidas, aproveitando a heterogeneidade de experiências entre os sargentos-alunos como ponto de partida para a construção do conhecimento.

O recurso de maior valor na educação de adultos é a experiência do aprendiz. Se educação é vida, então vida também é educação. Grande parte da aprendizagem consiste na substituição indireta da experiência e no conhecimento de outra pessoa. A psicologia está nos ensinando, contudo, que aprendemos o que fazemos, e que, portanto, toda a educação genuína continuará fazendo e pensando junto (KNOWLES, 2009, p 50).

Finalizada a fase teórica são apresentados trabalhos para solução em grupo, com o foco sempre para a contextualização dos assuntos constantes da grade curricular, bem como situações-problemas, as quais vão estimular os alunos a debater o assunto dentro dos grupos e logo em seguida apresentar as soluções aos demais, fomentando mais uma vez a discussão dirigida e o coroamento do processo em sala de aula, finalizando esta subfase é realizada mais uma avaliação somativa.

5. CONCLUSÃO

Um exército moderno, operacional e eficiente exige de seus integrantes, cada vez mais, uma elevada capacitação profissional, baseado nisto, o Curso de Aperfeiçoamento dos Sargentos é um momento de inflexão na carreira do Militar trazendo novas oportunidades as quais advém por

meio de grandes responsabilidades. Tudo isto sempre com o foco de obedecer às diretrizes e normas estabelecidas pelos órgãos de direção e controle do Ensino no Exército atendendo as necessidades de preparo dos sargentos para que exerçam suas funções e atribuições com a excelência exigida pela sociedade brasileira.

Todo o Corpo Docente da EASA tem em mente que sua missão está em entregar ao Exército Brasileiro sargentos-aperfeiçoados preparados e prontos para serem exemplos de profissionalismo e correção de atitudes, uma vez que se a instituição tem a ciência que seu patrimônio mais valioso é sua dimensão humana. A união de todos estes fatores auxilia na construção de um ambiente de busca pelas melhores práticas pedagógicas e por possíveis oportunidades de melhoria para excelência do Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas. Tudo isto com o intuito de “Constituir-se em um centro de referência Educacional Militar” (Visão de Futuro da EASA).

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN José. Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora – Uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018;

Bellan, Zezina. Andragogia em Ação: como ensinar adultos sem se tornar maçante. 4ª edição. Santa Bárbara do Oeste, SP, 2010.

Instruções Reguladoras do Ensino por Competências: Currículo e Avaliação - 3ª Edição (IREC - EB60-IR- 05.008). Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Portaria nº 114, de 31 de maio de 2017;

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF;

Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999. Lei do Ensino no Exército. Brasília, DF;

KNOWLES, Malcolm. Aprendizagem de resultados: uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa. 1^a. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009;

Portaria nº 092- EME, de 26 de Setembro de 1997. Manual Técnico T 21-250 - Manual do Instrutor, 3^a Edição, 1997;

Portaria nº 549, de 6 de outubro de 2000. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército (R-126). Brasília, DF;

Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas. (EB-10-R-05.005). Gabinete do Comandante do Exército. Portaria nº 068, de 2 de fevereiro de 2017;

Zabala, Antoni et Arnau, Laia. Como aprender e ensinar competências. Tradução de Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre, RS, 2010.

3. Uma proposta para o curso de aperfeiçoamento de Sargentos das Armas: abordagem focada na atividade fim da força terrestre

Antonio Vagner Machado Pires¹

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar uma nova proposta para o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas. Através de uma análise da atual estrutura do curso percebe-se que o mesmo está fundamentado em duas abordagens distintas: preparando os militares tanto para o emprego operacional como para serem agentes da administração pública militar. O presente estudo busca justificar uma mudança de foco no aperfeiçoamento dos sargentos do Exército Brasileiro, concentrando o currículo deste curso nas áreas de ensino tipicamente militares, habilitando os sargentos unicamente para o emprego em operações militares, visando atender a atividade fim da Força Terrestre, entendendo que assuntos da administração militar, tipicamente burocráticos, podem ser desenvolvidos em outro momento, através de cursos na modalidade de ensino a distância.

Palavras-chave: Exército Brasileiro. Sargento. Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos. Operações militares. Administração militar.

1. INTRODUÇÃO

O sargento do Exército Brasileiro (EB), segundo definição do ex-comandante General Villas Boas, é o militar sobre o qual recai a solidez da estrutura do Exército Brasileiro. Este importante recurso humano, desde o ingresso na Força Terrestre (F. Ter.), frequenta os bancos escolares em diferentes níveis. Iniciando pela formação, depois, ao longo da carreira, lhe são ofertadas oportunidades de diversos cursos de especialização, de participação voluntária. No terço final da carreira ainda pode concorrer ao Curso de Adjunto de Comando (C Adj Cmdo) e prestar concurso para o Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais (CHQAO).

Uma importante fase da carreira dos sargentos é a realização do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS). Poucos anos após ascender a graduação de segundo sargento, o militar é designado para realizar seu aperfeiçoamento, os combatentes na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA), os de quadros e servi-

1. Subtenente de Artilharia. Possui o curso de Artilharia Antiaérea realizado na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea. Realizou o curso de Sergeant Major na United States Army Sergeants Major Academy - USASMA, no Exército Estados Unidos da América. Graduou-se em Física pela Universidade Federal de Santa Maria - RS. Atualmente desempenha a função de Coordenador de Turma do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas, na EASA.

ços na Escola de Logística (EsLog) e os de aviação no Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx).

1.1 Fases do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos

Voltando as vistas para o CAS realizado na EASA, para os militares das armas, ou seja, das qualificações militares (QM) de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, temos a seguinte estrutura: uma primeira fase realizada na modalidade de ensino a distância (EaD), com duração de 30 semanas, e uma segunda fase presencial, com duração de 11 semanas.

Na fase presencial do CAS temos, também, duas fases distintas, uma destinada ao ensino de matérias voltadas para a área administrativa do Exército e outra focada na Organização e Emprego das Armas (OEA), distribuída essencialmente em matérias militares específicas a cada uma das qualificações.

1.2 O atual perfil do sargento aperfeiçoado e as necessidades da Força Terrestre

Refletindo sobre o que a Força Terrestre espera do sargento aperfeiçoado e analisando o formato atual do CAS das Armas, algumas questões podem ser levantadas: deveria o CAS das Armas, em sua modalidade presencial, destinar aproximadamente 50% de sua carga horária para disciplinas relacionadas com administração militar? Esses assuntos, totalmente teóricos, não poderiam ser abordados na fase EaD? Um CAS, em sua modalidade presencial, totalmente focado em disciplinas militares, explorando o papel do sargento aperfeiçoado no emprego tático e operacional de sua Arma não entregaria militares mais preparados e capacitados para a atividade fim da Força Terrestre?

Resumidamente, todos os questionamentos supracitados levam a reflexão sobre o atual formato do CAS das Armas, exigindo uma análise mais aprofundada sobre a necessidade de uma atualização no modelo vigente.

1.3 Considerações sobre a Educação Formal dos Sargentos

O segundo sargento aperfeiçoado ocupa funções de auxiliar de Estado-Maior de Unidades, Grandes Unidades e Grandes Comandos, assessorando no planejamento e na execução de operações no nível tático e operacional.

A formação recebida na Escola de Sargentos das Armas (EsSA) é focada no desenvolvimento de habilidades técnicas, específicas de cada Arma, além de preparar o terceiro sargento para ser empregado no nível tático, e não para participar ou assessorar em planejamentos.

Resta, então, evidente que a EASA tem a função de entregar à Força Terrestre militares capacitados a assessorar seus chefes, trabalhando no planejamento de operações militares. Esse conhecimento, em grande parte adquirido em atividades práticas, deve ser desenvolvido na fase presencial do CAS, que no atual formato divide espaço com disciplinas teóricas voltadas totalmente para a área administrativa do Exército.

Cabe ainda destacar que o CAS poderá ser a última oportunidade que o graduado frequentará bancos escolares, podendo desenvolver um conhecimento específico no planejamento de operações militares, pois após o aperfeiçoamento restaria apenas o C Adj Cmdo que aborda esse campo de estudo, porém sabe-se que poucos militares terão a oportunidade de ascender a essa prestigiada função.

1.4 Objetivos do estudo

O presente estudo visa realizar uma análise do atual formato do curso de aperfeiçoamento de sargentos (CAS) combatentes, conduzido pela EASA, observando as legislações que regulam o curso, o Plano de Disciplinas (PLADIS), carga horária por disciplina e o Perfil Profissiográfico esperado do militar concludente. Analisar a viabilidade de adequar o CAS das Armas, passando todas as disciplinas atinentes à administração pública militar para a fase

EaD, e reorganizar a fase presencial do curso com ênfase apenas nas disciplinas voltadas ao planejamento e emprego das Armas nos níveis táticos e operacionais.

Ante ao exposto, fica claro a relevância de um estudo aprofundado sobre o atual formato do CAS e as possibilidades de adequação, visando que o curso de aperfeiçoamento de sargentos das armas prepare o segundo sargento efetivamente para a atividade fim do Exército.

2. DESENVOLVIMENTO

Nas últimas décadas observou-se uma demanda crescente nos processos administrativos em todas as Organizações Militares (OM) do EB. Nas diversas áreas abrangidas pela administração militar, cada vez mais se necessita de quadros especializados, quer seja para operar sistemas informatizados diversos ou para interpretar e assessorar em assuntos jurídicos, financeiros, gerenciamento de pessoal, entre tantos.

Tradicionalmente, utilizam-se militares mais experientes para assumirem tais funções, mesmo estes não tendo uma formação específica na área. Tal fato, além de poder causar prejuízos em processos diversos, ainda desfalca a OM de efetivo em funções essenciais relacionadas com a atividade fim da F Ter.

Uma concepção equivocada, observada em diversas organizações militares do EB, está na crença de que o fato da OM ter muitos militares empregados em atividades administrativas não acarretará em um decréscimo da operacionalidade desta OM, uma vez que, sendo empregada em operações reais, poderá deslocar esses militares para as funções operacionais específicas.

Certamente que essa OM, sendo empregada em uma operação, não poderá deslocar um sargento da seção de aquisição e contratos (SALC), por exemplo, para assumir uma função de adjunto de pelotão, pois nesse momento crítico de emprego a SALC terá também papel fundamental no contexto operacional, uma vez que será engrenagem importante na aquisição de material para suprir a tropa e sustentar a ação de combate. O mesmo exemplo serve para outras seções administrativas, como almoxarifado, tesouraria, seção de pagamento, etc.

Resta evidente que o EB necessita militares especialistas para ocuparem funções administrativas, o que poderia ser suprido com militares temporários com formação em instituições civis focadas na área administrativa, como contadores, técnicos em contabilidade, administradores, graduados em relações públicas, e demais profissões afins.

Evidentemente que os sargentos combatentes devem ser empregados em prol da missão constitucional do EB. Fica então a reflexão sobre o sargento que o EB necessita para ocupar tais funções operacionais típicas de cada OM, a fim de contribuir para a atividade fim da F Ter.

2.1 Breve análise do efetivo de sargentos do Exército

O Boletim do Exército nº 52, de 24 de dezembro de 2020, traz a tabela de distribuição do efetivo de oficiais e praças do Exército para o ano de 2021. No item IV dessa tabela, temos o efetivo referente às Praças - Subtenentes e Sargentos de Carreira, Sargentos do Quadro Especial e Sargentos Temporários, onde se verifica um total de 30.678 subtenentes e sargentos de carreira, sendo 8.156 segundos sargentos.

Tabela 1 - Efetivo de graduados do Exército para o ano de 2021

| Graduação | de Carreira | Quadro Especial | Temporários | Soma |
|-------------------|--------------------|------------------------|--------------------|---------------|
| Subtenente | 7.289 | - | - | 7.289 |
| Primeiro Sargento | 6.626 | - | - | 6.626 |
| Segundo Sargento | 8.156 | 3.128 | - | 11.284 |
| Terceiro Sargento | 8.607 | 70 | 14.300 | 22.977 |
| Soma | 30.678 | 3.198 | 14.300 | 48.176 |

Fonte: Boletim do Exército nº 52/2020

Considerando uma tendência natural da carreira dos graduados, onde a maioria dos primeiros sargentos e dos subtenentes tende a serem empregados em funções tipicamente burocráticas, observa-se a necessidade de manter os segundos sargentos empregados em funções onde poderão somar à **prontidão e à operacionalidade de OM de corpo de tropa**.

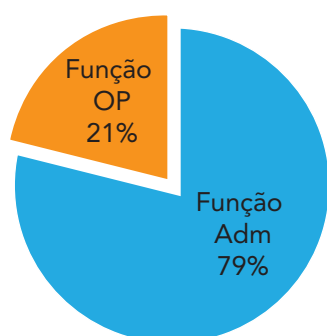
2.2 FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELO SEGUNDO SARGENTO DE CARREIRA NA ATUALIDADE

O Corpo de Alunos (C Alu) da EASA rotineiramente realiza pesquisas com os Sargentos Alunos (Sgt Alu), mesmo antes da apresentação destes para o CAS. Uma das informações levantadas diz respeito à função que o militar ocupa em sua OM.

Considerando o universo de Sgt Alu dos turnos realizados na EASA no ano de 2020, 572 segundos sargentos, uma das perguntas da pesquisa refere-se a atual função do militar em sua OM: “Qual a última função exercida em sua OM? É uma função administrativa ou operacional?”, para a qual se obteve o resultado a seguir.

Figura 1 - Gráfico da atual função desempenhada pela perspectiva do entrevistado

A sua função atual é Adm ou OP?
(perspectiva do entrevistado)

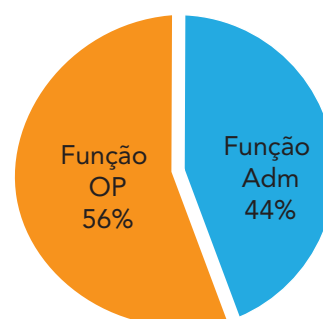


Universo: 572 2º Sgt

Fonte: (C Alu EASA, 2020)

Figura 2 - Gráfico da atual função, após análise do autor

A sua função atual é Adm ou OP?
(análise do autor)



Universo: 572 2º Sgt

Fonte: (C Alu EASA, 2020)

Em uma primeira análise da figura 1, verifica-se que a grande maioria dos militares deste universo, sargentos com aproximadamente 10 anos de serviço, encontram-se empregados em funções administrativas. Extrapolando essa porcentagem na F Ter, teríamos um exército amarrado à burocracia. Entretanto, analisando as respostas da pesquisa mais a fundo, identificando, uma a uma, as funções que esses militares relataram que desempenham, observa-se que uma quantia considerável desses sargentos possui uma percepção equivocada de suas funções.

Aqui cabe evidenciar o conceito de “função administrativa”, aquela relacionada às atividades burocráticas a fim de suprir as necessidades da administração militar, tais como atividades do almoxarifado, tesouraria, fiscalização administrativa, pagamento de inativos e pensionistas, licitação, aquisição e contratos, entre outras. Em outro viés, temos as “funções operacionais”, aquelas afetas a atividade fim da F Ter, essenciais às operações militares, sejam no preparo ou no emprego, tendo participação direta em exercícios ou operações militares, tais como adjunto de pelotão, agente de inteligência, funções exercidas nas seções relacionadas com as funções de combate, ou seja, seção de pessoal, inteligência, operações, logística, entre outras.

Consequentemente, após uma análise pormenorizada da mesma pesquisa, considerando as funções relatadas pelos militares pesquisados, pode-se observar uma diferença significativa, Figura 2, no emprego desses militares.

Enquanto, na perspectiva dos entrevistados, figura 1, observa-se que 79% declararam que desempenham uma função administrativa, pode-se verificar na Figura 2, que após uma análise detalhada das funções declaradas, esse valor cai para 44%. Mesmo sendo uma diferença considerável, ainda parece preocupante, pois a extrapolação dessa porcentagem para o restante do efetivo do EB acarretaria em um desafio para o cumprimento da atividade fim da F Ter.

Da mesma pesquisa, cabe ainda o questionamento sobre a errônea perspectiva dos 35% (diferença observadas entre as figuras 1 e 2) dos militares que ocupam uma função operacional, porém acreditam que apenas possuem responsabilidades administrativas. Por exemplo, verificou-se que militares que trabalham na seção de pessoal, de operações ou de logística, não entendem que possuem atribuições quando suas OM são empregadas em operações ou mesmo em exercícios de adestramento.

Considerando que o universo pesquisado refere-se a segundos sargentos com aproximadamente um ano nessa graduação e dez anos de serviço, o percentual de 44% já estarem sendo empregados em funções tipicamente burocráticas traz questionamentos importantes sobre o aproveitamento dos recursos humanos do EB.

2.3 O sargento que o Exército precisa

O Exército Brasileiro, instituição nacional secular e detentora de um dos mais altos níveis de confiabilidade da nação, é formado por homens e mulheres distribuídos em postos e graduações. Regulado pelo Art. 142 da Constituição Federal, possui como atividade fim, ou missão, o enunciado destacado no Manual de Fundamentos O Exército Brasileiro (EB20-MF-10.101):

Contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais, e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, preparar a F Ter, mantendo-a em permanente estado de prontidão (Brasil, 2014, p. 3-3).

Do enunciado da missão supracitado, o qual reflete na atividade fim da F Ter, necessita-se identificar o papel de cada integrante do EB, a fim de compreender como cada integrante pode colaborar com o sucesso da instituição.

Da mesma maneira, as Diretrizes do Comandante do Exército (Cmt Ex) e os Objetivos Estratégicos do Exército (OEE) nos remetem a uma visão global da instituição e como cada integrante pode colaborar para o todo. Aqui, neste estudo focamos especi-

ficamente no papel do sargento de carreira. Analisando então as Diretrizes do antigo Comandante do Exército, nas quais o General Leal Pujol salienta que as mesmas devem nortear os planejamentos e a conduta de comandantes em todos os níveis, pode-se destacar os seguintes itens:

13. [...] conservar o foco na manutenção da Eficiência Operacional da Força Terrestre [...].

14. Prosseguir no processo de racionalização, de maneira a potencializar os resultados entregues à sociedade, enfocando:

- o judicioso emprego do pessoal militar de forma a possibilitar a redução de 10% do efetivo da Força no período de 10 anos (PUJOL, 2019, p. 17).

Nestas mesmas diretrizes, o Cmt Ex reafirma que “o objetivo precípua do Exército é a manutenção de elevados níveis de prontidão, a fim de atender às diversas demandas da sociedade brasileira[...]” (PUJOL, 2019, p. 22), ficando claro que a F Ter deve estar sempre em condições de ser empregada, refletindo diretamente na prontidão de seus recursos humanos.

Somado a isto, o Cmt Ex ainda destacou em uma de suas premissas a necessidade de capacitação técnica do militar para enfrentar os desafios da guerra moderna, o que vem ao encontro do verificado no Plano Estratégico do Exército 2020-2023, no Objetivo Estratégico do Exército (OOE) 12 – Aperfeiçoar o Sistema de Educação e Cultura –, o qual reforça a presente reflexão se levarmos em consideração o subitem: 12.2.1.12 Capacitar o militar para atuar em operações de amplo espectro, operações conjuntas e multinacionais.

Portanto, resta evidente que o sargento, integrante fundamental na estrutura da F Ter e peça chave na cadeia de comando, além de possuir uma formação alicerçada nos pilares básicos da Instituição, hierarquia e disciplina, deve ter uma educação continuada abrangendo a atual conjuntura caracterizada pela guerra assimétrica de amplo espectro, operações conjuntas, interações e multinacionais.

Este sargento de carreira, no qual a F Ter deve investir incansavelmente em seu desenvolvimento, não deve ser absorvido por

funções típicas da administração militar. Todos os fatos supracitados evidenciam que o EB espera ter um graduado tecnicamente capacitado e apto a contribuir nos níveis tático e operacional. O grande investimento, tanto financeiro como em tempo de preparo, feito nesses militares não justifica o emprego dos mesmos em funções tipicamente administrativas, onde poderia ser contratado um militar temporário especialista da área, com formação em instituições civis ou um prestador de tarefa por tempo certo (PTTC), militar da reserva remunerada com experiência na caserna.

2.4 A formação atual do sargento e a Educação Continuada ao longo da carreira

Fazendo uma breve análise sobre a formação dos sargentos combatentes do Exército, percebem-se notáveis mudanças nos últimos anos. Retrocedendo duas décadas, o Curso de Formação de Sargentos (CFS) ocorria de forma centralizada na EsSA, em um período de dez meses, dividido em três meses de período básico e sete meses de período de qualificação militar. Posteriormente, esta formação passou para dezoito meses, sendo seis meses de período básico, realizado em organizações militares de corpo de tropa (OMCT) com encargos de CFS, e aproximadamente um ano de período de qualificação na ESA (Ferreira *et al*, 2017).

Atualmente, a formação dos sargentos ocorre em um período de quase dois anos, ainda com as duas fases ocorrendo em diferentes locais, porém já existem estudos de construção de uma nova escola de sargentos, a qual permitirá centralizar toda a formação dos sargentos em um mesmo local. O Plano Estratégico do Exército 2020-2023 contempla essa aspiração no OEE 12.3.1.2 “Apresentar o projeto da nova escola de formação dos sargentos de carreira do Exército Brasileiro até 2022” (PEE, 2019).

Os sargentos são engrenagem fundamental na estrutura do Exército, justificando os esforços da F Ter para aprimorar a formação desses militares. Também justifica esse esforço, como destaca Ferreira *et*

al (2017), a necessidade de desenvolver o sargento do século XXI em uma conjuntura caracterizada pela guerra assimétrica de amplo espectro, abrangendo operações conjuntas, multinacionais e interagências.

2.5 O Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas

O CAS realizado na EASA, escola diretamente subordinada à Diretoria de Educação Técnica Militar (DETMil), pode ser compreendido através da análise de três documentos, os quais oferecem uma visão global do curso. Cabe ressaltar que esses documentos não esgotam a legislação relacionada com o CAS, porém o cerne aqui é apenas apresentar uma visão geral do que se espera do sargento aperfeiçoado e as disciplinas hoje ministradas no curso.

A seguir, analisamos o extrato desses documentos, a portaria do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) que regula o curso, o perfil profissiográfico do militar concludente e o Plano de Disciplinas (PLADIS).

Regulado pela Portaria nº 113 - DECEX, de 17 de outubro de 2011, o CAS tem por objetivo, entre outros:

- III - habilitar o Sargento para ocupar os cargos de 2º sargento-aperfeiçoado, de 1º sargento e de subtenente, capacitando-o a:
 - a) desempenhar funções de caráter administrativo nas OM;
 - b) desempenhar a função de Adj de funções elementares;

- c) evidenciar o interesse pela permanente preparação e pelo constante aperfeiçoamento no exercício de suas funções;
- d) desempenhar a função de instrutor nos Estabelecimentos de Ensino (Estb Ens) encarregados de cursos de formação, aperfeiçoamento, especialização, extensão e estágios para Sargentos;
- e) desempenhar a função de instrutor nos Tiros de Guerra; e
- f) desempenhar a função de monitor em todos os Estb. Ens.

O Perfil Profissiográfico do segundo sargento aperfeiçoado, aprovado pelo Boletim nº 42, de 14 de junho de 2016, da DECEX, traz as competências profissionais esperadas desses militares:

- a. Comuns
 - 1) Atuar na Gestão de Pessoal
 - 2) Atuar como Auxiliar da Seção de Inteligência
 - 3) Atuar como Auxiliar da Fiscalização Administrativa
 - 4) Exercer a função de Adjunto de Pelotão
- b. Específicas
 - 1) Atuar como auxiliar de Estado-Maior de Subunidades, Unidades e Grandes Unidades
 - 2) Atuar como integrante da Seção de Comando de uma Subunidade
 - 3) Atuar como Sargento Auxiliar de Operações

Por fim, o PLADIS da EASA, aprovado pelo Boletim nº 44, de 14 de junho de 2016, da DETMil, Figura 3, traz o quadro geral das atividades escolares, com a distribuição das cargas horárias por disciplinas, além das atividades complementares.

Figura 3 – Extrato do PLADIS da EASA – Quadro de atividades

(1ª Fase)

| QUADRO GERAL DAS ATIVIDADES ESCOLARES (QGAEs) | | | | | | |
|---|---------|---|---------|---|---------------------|----------|
| DISCIPLINA | Cg H | | | | Cg H por Disciplina | Créditos |
| | 1ª Fase | | 2ª Fase | | | |
| | D | N | D | N | | |
| Administração Militar I | 70 | - | - | - | 70 | 4 |
| Administração Militar II | - | - | 75 | - | 75 | 5 |
| Ética Profissional Militar (EPM) | 30 | - | - | - | 30 | 2 |
| Idioma Instrumental | - | - | 30 | - | 30 | 2 |
| Instrução Geral I | 60 | - | - | - | 60 | 4 |
| Instrução Geral II | - | - | 37 | - | 37 | 2 |
| Introdução às Ciências Gerenciais | 30 | - | - | - | 30 | 2 |
| História Militar | 30 | - | - | - | 30 | 2 |
| Metodologia do Ensino | 30 | - | - | - | 30 | 2 |
| Organização e Emprego das Armas I | 90 | - | - | - | 90 | 6 |
| Organização e Emprego das Armas II | - | - | 104 | - | 104 | 6 |

| ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO | | |
|---|------|-----|
| | Cg H | |
| Conferências e Palestras | - | 18 |
| PDPM | - | 3 |
| Programa de Leitura | 20 | 2 |
| Comando, Chefia e Liderança | - | 10 |
| À disposição da Seção Psicopedagógica | - | 6 |
| Projeto Interdisciplinar (metodologia, preparação, apresentação e mostra) | - | 8 |
| Tecnologia da Informação (TI) | - | 2 |
| Treinamento Físico Militar | - | 20 |
| Olimpiadas | - | 2 |
| ET Sgt Max Wolf Filho. | - | 38 |
| Cg H (1ª/2ª Fases) | 20 | 109 |
| Cg H Total da Complementação do Ensino | 129 | |

| ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS ESCOLARES (2ª Fase) | |
|--|----|
| Formatura Geral | 8 |
| À disposição do Comandante | 8 |
| Formatura do Corpo de Alunos | 3 |
| À disposição do Comandante do Corpo de Alunos | 2 |
| Treinamento para a Formatura | 8 |
| Licenciamento | 20 |
| Cg H das atividades administrativas | 49 |

| CARGA HORÁRIA DO CURSO | 1ª Fase | 2ª Fase | Total |
|------------------------|---------|---------|-------|
| | | 360 | 394 |

Fonte: http://www.easa.eb.mil.br/images/pdf/CAS/1T2021/PLANID_PLADIS_EASA.pdf

A leitura dos documentos destacados acima oferece uma clara visão do atual formato do CAS. A Figura 3 nos traz a carga horária total do curso, perfazendo um total de 754 horas/aula (h/a), distribuídas em 360h na fase EaD e 394 h/a na fase presencial. Uma análise pormenorizada do PLADIS, Figura 3, mostra que das 394 h/a da fase presencial, um número aproximado de 150 h/a são destinadas a disciplinas relacionadas diretamente ao emprego operacional (Organização e Emprego das Armas, 104h/a; Comando, Chefia e Liderança, 10h/a; Exercício no Terreno, 38h/a).

Contudo, não cabe aqui uma crítica ao atual formato do CAS, uma vez que o PLADIS do curso vai ao encontro da legislação em vigor. A Portaria nº 113 - DECEX, já destacada, amarra na letra a) do item III, do seu Art. 3º que um dos objetivos do CAS é capacitar o sargento aperfeiçoado a também ocupar funções de caráter administrativo nas OM. Na mesma linha, o Perfil Profissiográfico do sargento aperfeiçoado traz como uma das competências esperadas desse militar a de atuar como auxiliar da Fiscalização Administrativa, uma função tipicamente burocrática, por exemplo.

Logo, conclui-se que o PLADIS atualmente utilizado pela EASA atende às legislações vigentes que regulam o CAS, contemplando disciplinas variadas que habilitam o segundo sargento a desempenhar as funções definidas para o sargento aperfeiçoado. Entretanto, ante ao atual cenário mundial, caracterizado pelo dinamismo, o perfil do graduado precisa ser redefinido, sendo o CAS uma grande oportunidade para implementar uma mudança, através de uma nova abordagem focada essencialmente em disciplinas voltadas para o emprego operacional da F Ter, deixando as atividades administrativas para os especialistas.

2.6 Uma proposta de reestruturação do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos

Após reflexão sobre os argumentos supracitados, justifica-se a necessidade de um novo modelo de curso de aperfeiçoamento. Buscando reduzir impactos na estrutura atual, a proposta apresentada irá manter a

mesma carga horária atual, focando apenas na readequação curricular.

Alicerçada em enfatizar as disciplinas eminentemente militares na fase presencial do CAS, a proposta de uma nova abordagem para o curso assume o modelo no qual na primeira fase (EaD) estarão concentradas as disciplinas de administração militar e a segunda fase (presencial) será dividida em quatro módulos de ensino, com o cerne voltado para a atividade fim da F Ter :

- Módulo Operacional Básico (MOB) /
- Módulo Operacional Avançado (MOA) /
- Módulo Complementar de Ensino (MCE) /
- Módulo Administrativo Escolar (MAE)

Na tabela 2, temos uma compilação da distribuição da carga horária do atual formato do CAS, extraída da Figura 3. Já na tabela 3, temos a proposta de uma nova distribuição da carga horária do CAS, objeto do presente estudo.

Tabela 2 - Distribuição vigente da carga horária do CAS

| Atual formato do CAS da EASA - 754 h/a | | |
|---|--------------------------------------|------------|
| Fase do curso | Distribuição da carga horária | h/a |
| 1ª fase EaD 30 semanas | Disciplinas da área Administrativa | 250 |
| | Disciplinas da área Operacional | 90 |
| | Atividades complementares de ensino | 20 |
| | Total 1º fase | 360 |
| 2ª fase Presencial 11 semanas | Disciplinas da área Administrativa | 142 |
| | Disciplinas da área Operacional | 104 |
| | Atividades complementares de ensino | 99 |
| | Atividades administrativas escolares | 49 |
| | Total 2º fase | 394 |

Fonte: Quadro Geral das Atividades Escolares / PLADIS / EASA

Tabela 3 - Proposta de distribuição da carga horária do CAS

| "Proposta de formato do CAS - 754 h/a" | | |
|---|--|-----|
| Fase do curso | Distribuição da carga horária | h/a |
| 1ª fase EaD 30 semanas | Disciplinas da área Administrativa | 220 |
| | Disciplinas da área Administrativas eletivas* (*3 cursos regulados pela SEF no BE nº 43/2020) | 120 |
| | Atividades complementares de ensino | 20 |
| | Carga horária total da 1ª fase | 360 |
| | | |
| 2ª fase Presencial 11 semanas | Módulo Operacional Básico* *(Organização e Emprego das Armas - OEA) | 166 |
| | Módulo Operacional Avançado** **(Alfa, Bravo, Charlie e Delta) | 128 |
| | Módulo Complementar de Ensino | 51 |
| | Módulo Administrativo Escolar | 49 |
| | Carga horária total da 2ª fase | 394 |

2.6.1 PRIMEIRA FASE DO CAS (EAD)

Processos burocráticos são inevitáveis, mas podem ser atenuados se realizados por especialistas, uma das razões de incentivar-se a utilização de militares temporários, com formação específica, na administração pública militar.

Entretanto, considerando que o militar, depois de ascender a graduação de primeiro sargento e subtenente, em algum momento poderá ser empregado na administração militar, convém manter na grade curricular um espaço para o estudo desse campo, porém, nessa proposta, concentrando totalmente na fase EaD do CAS e mantendo a mesma carga horária do atual formato.

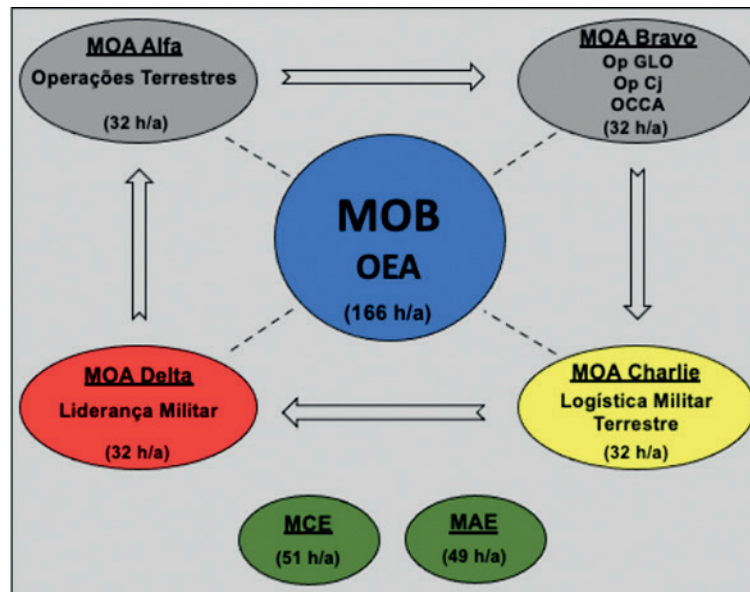
O Boletim do Exército nº 44, de 30 de outubro de 2020 cria e estabelece condições para diversos estágios setoriais, na modalidade EaD autoinstrucional, para trabalhar em diversas áreas de gestão administrativa, por exemplo: Fiscalização Administrativa, Pagamento de Pessoal, Setor Financeiro, Gestão Financeira, Conformidade de Registros de Gestão, Gestão de Almoxarifado, Aquisições, Licitações, Contratos e Precificação, dentre tantos outros. Dos estágios elencados, quatorze podem ser realizados por graduados, todos com 40 h/a de duração, geridos pela Secretaria de Economia e Finanças (SEF). Na mesma linha, a EASA poderia criar e gerir outros cursos EaD autoinstrucionais complementares.

Aproveitando-se dessas oportunidades de estágios elencados no BE nº 44/2020, o estudo propõe incluir na primeira fase do CAS 120 h/a de disciplinas eletivas, onde o militar escolheria três estágios EaD, alinhando seu interesse pessoal com o interesse da Força. O restante da carga horária dessa fase permaneceria a mesma, sendo readequada com as disciplinas que antes eram ministradas na fase presencial.

2.6.2 Segunda Fase do CAS (Presencial)

A segunda fase do CAS seria reorganizada por Módulos, tendo seu cerne no aperfeiçoamento do segundo sargento para ser empregado em prol da atividade fim da F Ter. Mantendo a mesma carga horária do atual formato do curso, a proposta é readequar o PLADIS, agora sem disciplinas de administração pública militar. A seguir um esboço desta proposta:

Figura 3 - Proposta de Disciplinas e carga horária para a segunda fase do CAS



Fonte: esquema desenvolvido pelo autor.

2.6.2.1 Módulo Operacional Básico (MOB)

O MOB seria o alicerce da fase presencial, momento em que os Sgts Alus. estudarão a organização e o emprego de sua Arma de qualificação. Nesse Módulo, as turmas estão organizadas dentro da respectiva Arma e estudarão a doutrina e o emprego, através de planejamento de operações militares. Também está compreendido nesse módulo o tradicional Exercício no Terreno Sargento Max Wolf Filho, organizado pela EASA, momento em que a teoria encontra a prática, e o PCI Couraça na Guarnição de Santa Maria - RS.

2.6.2.2 Módulo Operacional Avançado (Moa)

No MOA as turmas de instrução serão reconfiguradas, de tal forma que teríamos turmas mistas, com militares de diferentes Armas em cada turma, proporcionando a troca de experiências e conhecimento. Neste Módulo, as turmas ainda serão subdivididas em grupos, representando as funções de combate - Comando e Controle, Movimento e Manobra, Inteligência, Fogos, Proteção, Logística - (EB70-MC-10.233 Operações, 2017), buscando sempre mesclar os grupos com militares de diferentes QM.

O MOA seria subdividido em quatro Módulos, todos com carga horária de 32h/a, aproximadamente uma semana de instrução, nos quais as turmas de instrução participarão por sistema de rodízios, conforme observado na figura 3.

Outro fator que corrobora com esse modelo proposto, vem da entrevista concedida em fevereiro do corrente ano pelo Gen. Joarez, gestor do projeto da nova escola de sargentos, para a Rádio Conexão, da cidade de Três Corações, informando que todos os cursos de aperfeiçoamento de sargentos serão concentrados naquela cidade (Montedo, 2021). Mesmo

ainda sendo uma especulação, esta possibilidade viria ao encontro da presente proposta, pois o trabalho em grupo, dentro das funções de combate, contaria com representantes de todas as especialidades do EB, enriquecendo sobremaneira os debates e trocas de experiências.

a. MÓDULO OPERACIONAL AVANÇADO ALFA - Operações Terrestres

No MOA Alfa, as instruções seriam focadas nas Operações Terrestres abrangidas pelo manual EB70-MC-10.233 (Operações) e outras leituras complementares julgadas necessárias. Os instruendos terão a oportunidade de realizar planejamentos, trabalhar em situações problemas e apresentar soluções realistas para desafios complexos.

Trabalhando nas funções de combate, realizariam planejamentos de operações ofensivas e defensivas nos níveis tático e operacional, executando funções típicas de auxiliar de Estado-Maior de Grandes Comandos.

b. MÓDULO OPERACIONAL AVANÇADO BRAVO - Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO); Operações Conjuntas (Op. Cj.); Operações de Coordenação e Cooperação entre Agências (OCCA)

Nas últimas décadas, as Forças Armadas vêm sendo empregadas em diversas Operações de GLO, conhecimento que deve ser estudado e debatido nos bancos escolares. Em outro viés, o emprego militar, em qualquer conflito, apenas obterá sucesso por meio de Operações Conjuntas, onde a Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro e a Força Aérea Brasileira operem em complementaridade.

Ainda nesse contexto, seja em GLO ou em Op. Cj., o intercâmbio com outras agências governamentais é rotineiro como, por exemplo: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Militares Estaduais, Polícia Civil, Agência Brasileira de Inteligência, etc.

No MAO Bravo, o Sgt. Alu. será introduzido em operações em que a complexidade

aumenta e o trabalho conjunto é fundamental. Serão apresentadas as principais legislações sobre o tema, como o Manual de Doutrina de Operações Conjuntas (MD-30-M-01), Operações Interagências (EB-20-MC-10.201), entre outros.

c. MÓDULO OPERACIONAL AVANÇADO CHARLIE - Logística Militar Terrestre

Nenhuma campanha sustenta-se sem um aparato logístico eficiente. O transporte de um projétil, desde a fábrica até a “toca do infante”, demanda um planejamento detalhado e por vezes complexo. Não menos desafiador foi atender as demandas logísticas da força de pacificação no complexo da Maré, no Rio de Janeiro - RJ, por exemplo. O sargento aperfeiçoado, o qual ocupará funções de auxiliar de Estado-Maior de Grandes Unidades e Grandes Comandos, deve ter conhecimento deste tipo de planejamento.

O MOA Charlie proporcionará uma imersão nos planejamentos de logística, tendo como base o manual de campanha Logística Militar Terrestre (EB70-MC-10.238), entre outras legislações complementares.

d. MÓDULO OPERACIONAL AVANÇADO DELTA - Liderança Militar

A liderança Militar deve ser alvo de minucioso estudo, em todos os níveis hierárquicos. O CAS é uma oportunidade ímpar para o segundo sargento rever esses conceitos e, agora mais amadurecido, utilizar-se de experiências vividas na tropa para evoluir como líder.

O manual de campanha Liderança Militar (C 20-10) traz relevantes conceitos sobre esse tema, porém o assunto não deve esgotar-se a essa referência. Tanto no mundo corporativo como no mundo acadêmico, a liderança é exaustivamente estudada. O atual formato do CAS destina apenas 10 h/a para tão importante tema.

O MOA Delta destinará 32 h/a para o estudo desse tópico, onde através de leituras, seminários, júri simulado e palestrantes convidados, o Sgt. Alu. desenvolverá esse atributo essencial à profissão militar.

2.6.2.3 Módulo Complementar de Ensino (MCE)

O MCE abrange as atividades complementares de ensino, previstas na Figura 3, excetuando-se o Exercício no Terreno e a disciplina de liderança militar, os quais agora estarão englobados em outros módulos de ensino. Projeto Interdisciplinar, conferências e palestras, entre outros, continuam inseridas nesse módulo.

2.6.2.4 Módulo Administrativo Escolar (Mae)

O MAE mantém a mesma carga horária (49 h/a) das atividades administrativas escolares, observados na Figura 3. Também contempla as mesmas atividades previstas, considerando que é necessário destinar essa carga horária para as atividades administrativas, objetivando que essas atividades não ocupem o tempo destinado ao MOB e MOA.

3. CONCLUSÃO

O Exército Brasileiro, em seus mais de 370 anos de história, passou por diversas transformações até chegar ao atual patamar. A própria história do sargento no EB mostra diversas evoluções na sua carreira, quer seja em seu emprego ou em sua formação e qualificação.

O Curso de Aperfeiçoamento, devido à importância e impacto que tem na carreira do graduado e consequente reflexo na F.Ter., deve ser alvo de constante estudo e, sempre que necessário, ajustes e mudanças, a fim de entregar, a todas as Organizações Militares do EB, segundos sargentos capacitados e motivados para exercerem sua função, considerando também a complexidade do combate moderno.

A humanidade, em geral, é avessa a mudanças, prefere o comodismo. Os militares, ao contrário, não podem aceitar a comodidade, o “sempre foi assim” comum de se ouvir na caserna, mas sim devem estar em constante busca da excelência e encarar as mudanças como oportunidades.

A presente proposta de uma nova abordagem para o CAS pode parecer, aos olhos de alguns, radical, entretanto visa apenas a ajustar o currículo escolar do aperfeiçoamento dos graduados, estruturando-o ao encontro das necessidades da F. Ter. , de maneira que esses profissionais melhor contribuam para a atividade fim do EB, resultando em ganho operacional real ao Exército e em um fator motivacional aos sargentos aperfeiçoados do século XXI.

REFERÊNCIAS

BOLETIM DO EXÉRCITO nº 44. Secretaria-Geral do Exército, 2020. (30 de outubro de 2020, Brasília - DF).

BRASIL. Plano Estratégico do Exército 2020-2023. Estado-Maior do Exército. (EB 10-P-01.007), 2019.

_____. **Portaria Normativa nº 2-EME, de 31 de janeiro de 2013.** Aprova o Manual de Campanha Operações em Ambiente Interagências (EB20-MC-10.201).

_____. **Portaria nº 012-EME, de 29 de janeiro de 2014.** Aprova o Manual de Fundamentos O Exército Brasileiro (EB-20-MF-10.101).

_____. **Portaria nº 51-COTer, de 8 de junho de 2017.** Aprova o Manual de Campanha Operações (EB70-MC-10.233).

_____. **Portaria nº 068, de 2 de fevereiro de 2017, do Comandante do Exército.** Aprova o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EB-10-R-05.005).

_____. **Portaria Normativa nº 84-MD, de 15 de setembro de 2020.** Aprova a Doutrina de Operações Conjuntas (MD-30-M-01), Volume 1 e 2. (2ª Edição 2020).

_____. **Portaria nº 102-EME, de 24 de agosto de 2011.** Aprova o Manual de Campanha Liderança Militar (C20-10).

_____. **Portaria nº 113-DECEX, 17 de outubro de 2011.** Aprova as Instruções Regulatórias da Organização, Funcionamento e Matrículas do CAS.

_____. **Portaria nº 128-EME, de 29 de agosto de 2006.** Perfil Profissiográfico do Concludente do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos.

_____. **Portaria nº 131-COTer, de 8 de novembro de 2018.** Aprova o Manual de Campanha Logística Militar Terrestre (EB70-MC-10.238)

FERREIRA, M. F; CORRÊA, J. P.; BARBOSA, M; PRADO, K. A. A nova Formação do Sargento de carreira combatente. Revista do Exército Brasileiro, V. 153. 2017.

MONTEDO. Após saída da ESA, Cursos de Aperfeiçoamento de Sargentos devem funcionar em Três Corações. Disponível em: <<https://www.montedo.com.br/2021/02/04/apos-saida-da-esa-cursos-de-aperfeicoamento-de-sargentos-devem-funcionar-em-tres-coracoes/>>. Acesso em 20 fev 2021.

Plano de Disciplinas do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (PLADIS), 2016. Disponível em: <http://www.easa.eb.mil.br/images/pdf/CAS/1T2021/PLANID_PLADIS_EASA.pdf>. Acesso em: 10 fevereiro de 2021.

PUJOL, E. L. Diretriz do Comandante do Exército. Exército Brasileiro. Brasília - DF, 2019.

4. A importância da disciplina de garantia da lei e da ordem na fase presencial do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas

Ricardo Augusto Arraes Gondim – S Ten

RESUMO

O presente trabalho visa mostrar a necessidade da implantação do assunto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na fase presencial do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (CAS), na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA). Nessa averiguação destacou-se a necessidade do segundo sargento aperfeiçoado saber como proceder nas seguintes situações: voz de prisão, uso de algemas, condução de presos, cadeia de custódia, isolamento e preservação de local de crime, disparo dentro da legalidade, uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo e busca pessoal.

Palavras-chave: Garantia da Lei e da Ordem, Busca pessoal. Voz de prisão.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo mostrar a importância das ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para o segundo sargento aperfeiçoado da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA) e o amparo legal para o cumprimento de tais missões.

Nos últimos anos, o Brasil tem vivenciado a realização de grandes eventos internacionais, operações de Garantia do Processo Eleitoral, Manutenção da Ordem Pública em greves das Forças Auxiliares, Pacificação de Áreas sob o controle do Narcotráfico, Defesa Civil e diversas formas de protesto nas ruas. Devido a esse grande número de atividades, houve a necessidade do emprego das Forças Armadas (FA) nas ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Caso mais recente foi a greve dos caminhoneiros, ocorrida no mês de junho de 2018, que fez o Brasil sofrer com a crise de desabastecimento, pelo qual insumos dos mais diversos ficaram em falta, gestando um caos em todas as parcelas da sociedade. A tropa é empregada em situações desse tipo, onde o comando é cada vez mais descentralizado, caracterizando-se pelo emprego de pequenas frações. Esse emprego tem exigido, de seus comandantes e subordinados, um preparo cada vez maior, abrangendo não só o amparo legal da ação, mas também o adestramento da fração para missões específicas como: desobstrução de vias, escolta de comboios e segurança de instalações realizadas na greve dos caminhoneiros.

As atuações em GLO deixam clara a necessidade de um preparo maior da tropa envolvida, cresce em importância cada vez mais a dinâmica, pois a peculiaridade exige uma capacidade de flexibilidade doutrinária cada vez maior. É de grande valia levantar a necessidade de uma doutrina específica para o emprego das pequenas frações (Pelotão e Grupo de Combate) nas ações de GLO, que venha a abranger desde o amparo legal, passando pelos fundamentos, os meios utilizados, até as operações e suas técnicas específicas.

Para que a presente pesquisa alcançasse os objetivos e pudesse contribuir para o melhoramento do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (CAS), tornou-se necessário traçar um caminho metodológico. Para tanto este trabalho é baseado em pesquisas bibliográficas (etapa que serve para reunir o conhecimento teórico) e documentais (análise de códigos, leis, decretos, manuais, revistas especializadas, páginas oficiais do Exército Brasileiro, dentre outras fontes específicas que colaboraram para o esclarecimento dos objetivos propostos).

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Pois qualquer trabalho científico inicia-se com um levantamento bibliográfico e documental, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

A partir dessa perspectiva metodológica desenvolveu-se a pesquisa sobre a importância do assunto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na fase presencial do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (CAS).

Com o intuito de atingir o objetivo mencionado, o presente estudo apresentará em sua primeira subseção o amparo para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO). Na segunda subseção será apresentado o que é o poder de polícia e a sua importância. A terceira subseção tratará da voz de prisão, elemento fundamental nas Op GLO. Na quarta subseção vamos en-

tender como se realiza uma busca pessoal fundamentada na legislação brasileira. Na quinta subseção mostraremos como podemos usar a força dentro da legalidade. Na sexta subseção será apresentada a legislação que ampara o uso de algemas. Na sétima subseção abordaremos as peculiaridades do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Na oitava subseção vamos discutir sobre a pesquisa realizada junto aos segundo sargentos alunos do CAS abordando sobre todos os itens acima mencionados, podendo assim traçar um perfil do sargento.

2. GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO)

Segundo o MD (Portaria Normativa Nr 186/MD, de 31 de janeiro de 2014), Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) constituem uma operação militar determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas Forças Armadas de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição Federal ou em outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem (Artigos 3º, 4º e 5º do Decreto Nr 3.897, de 24 de agosto de 2001).

A Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 prevê o seguinte:

Art. 15. O emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais (...)

E ainda no parágrafo segundo da mesma Lei, está previsto que:

A atuação das Forças Armadas garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144. da Constituição Federal.

No parágrafo terceiro da mesma Lei, está previsto que:

Consideram-se esgotados os instrumentos relacionados no art. 144 da Constituição Federal quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indispensáveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional.

No parágrafo quarto da mesma Lei, está previsto que:

Na hipótese de emprego nas condições previstas no terceiro parágrafo deste artigo, após mensagem do Presidente da República, serão ativados os órgãos operacionais das Forças Armadas, que desenvolverão, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, as ações de caráter preventivo e repressivo necessárias para assegurar o resultado das operações na garantia da lei e da ordem.

Na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, no seu art. 146-A, prevê o seguinte:

Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, mar e águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:

- I. patrulhamento;
- II. revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcação e de aeronaves; e
- III. prisões em flagrante delito.

No Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001 prevê o seguinte:

Art. 2. É de competência exclusiva do Presidente da República a decisão de emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem.

1º A decisão presidencial poderá ocorrer por sua própria iniciativa, ou dos outros poderes constitucionais, representados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, pelo Presidente do Senado Federal, ou pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

2º O Presidente da República, à vista de solicitação de Governador de Estado ou do Distrito Federal, poderá, por iniciativa própria, determinar o emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem.

Art. 3. Na hipótese de emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem, objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, porque esgotados os instrumentos a isso previstos no art. 144. da Constituição, lhes incumbirá, sempre que se faça necessário, desenvolver as ações de polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência, constitucional e legal, das Polícias Militares, observados os termos e limites impostos, a estas últimas, pelo ordenamento jurídico.

Art.4. Na situação de emprego das Forças Armadas objeto do art. 3º, caso estejam disponíveis meios, conquanto insuficientes, da respectiva Polícia Militar, esta, com a anuência do Governador do Estado, atuará, parcial ou totalmente, sob controle operacional do comando militar responsável pelas operações, sempre que assim o exijam, ou recomendem, as situações a serem enfrentadas.

Art. 5. O emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, que deverá ser episódico, em área previamente definida e ter a menor duração possível, abrangendo, ademais da hipótese objeto dos arts. 3º e 4º, outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem, tais como as relativas a eventos oficiais ou públicos, particularmente os que contem com a participação de Chefe de Estado, ou de Governo, estrangeiro, e à realização de pleitos eleitorais, nesse caso quando solicitado.

3. PODER DE POLÍCIA

Poder de polícia é a atividade estatal de condicionar a liberdade e a propriedade, ajustando-as aos interesses coletivos (MELO 2006). Deste modo, o poder de polícia é instrumento de restrição de direitos individuais em prol da coletividade, como visto no artigo 78 do Código Tributário Nacional:

Art.78. Considera-se poder de polícia, a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à hi-

giene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

O poder de polícia é instrumento que o Estado usa para realizar a finalidade pública de concretizar o ato de abordar, passando pela conduta suspeita e culminando na segurança e proteção da sociedade. Sendo assim, o agente público utiliza do poder de polícia para realizar a busca pessoal.

Segundo Heráclito Antônio Mossin, usa-se o termo busca pessoal para indicar a procura no próprio corpo da pessoa, ou em seus objetos de uso pessoal, pastas, valises, bolsas, assim como nos veículos automotores (MOSSIN 2005). Rogério Sanches Cunha aponta que, a busca pessoal, ou revista pessoal, realizada no corpo da pessoa, tem como objetivo encontrar alguma arma ou objeto relacionado com a infração penal (CUNHA 2008).

Na busca pessoal existe uma linha tênue entre o uso da força pelo Estado e os Direitos Humanos que pode levar o profissional da segurança pública a ser responsabilizado por sua conduta, podendo incidir em abuso do poder, isto ocorre quando a autoridade, embora competente para praticar o ato, ultrapassa os limites de suas atribuições ou se desvia das finalidades administrativas. Pode haver o excesso ou desvio de finalidade tipificando o abuso de poder e ilegalidade.

O abuso de poder e a ilegalidade estão tipificados no Art 467 do Código de Processo Penal Militar (CPPM), onde haverá ilegalidade ou abuso de poder:

- a) quando o cerceamento da liberdade for ordenado por quem não tinha competência para tal;
- b) quando ordenado ou efetuado sem as formalidades legais;
- c) quando não houver justa causa para coação ou constrangimento;
- d) quando a liberdade de ir e vir for cerceada fora dos casos previstos em lei;
- e) quando cessado o motivo que autorizava o cerceamento;
- f) quando alguém estiver preso por mais tempo que determina a lei;

- g) quando alguém estiver processado por fato que não constitui crime em tese
- h) quando estiver extinta a punibilidade;
- i) quando o processo estiver evidentemente nulo.

4. VOZ DE PRISÃO

A Declaração dos Direitos Humanos de 1948, em seu artigo XI, afirma a que todo homem acusado de um ato delituoso deveria ser assegurado todas as garantias necessárias à sua defesa.

Ainda no âmbito internacional, a Convenção Americana de Direitos Humanos, (Pacto San José da Costa Rica), ratificada pelo nosso país em 25 de setembro de 1992, previu expressamente, em seu artigo 8º, a garantia judicial de que toda pessoa acusada de um delito tem o direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, remunerado ou não, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio, nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei.

No Brasil, uma pessoa é presa somente em caso de flagrante delito ou por ordem judicial escrita e fundamenta (inciso LXI do artigo 5º da Constituição Federal) (CASA CIVIL; 1988).

Deve-se ter em mente os seguintes artigos e incisos da Constituição Federal para que o militar envolvido em um ato ilícito tenha seus direitos constitucionais assegurados.

Art. 5º (...)

LXII – A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou a pessoa por ele indicada.

LXIII – O preso será informado de seus direitos entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurado à assistência da família e de advogado.

LXIV – O preso tem direito a identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial. (BRASIL, 1988)

Outro vício recorrente na elaboração de um Auto de Prisão em Flagrante recai sobre o militar que deve presidir esse procedimento. Destarte, devemos observar o que diz os artigos 244 e 245 do CPPM:

Art. 244. Considera-se em flagrante delito aquele que:

- a) está cometendo o crime;
- b) acaba de cometê-lo;
- c) é perseguido logo após o fato em situação que faça acreditar ser ele o seu autor;
- d) é encontrado, logo depois, com instrumentos, objetos, material ou papéis que façam presumir a sua participação no fato delituoso.

Com o conhecimento do Art. 243 do CPPM:

Qualquer pessoa poderá e os militares deverão prender quem for insumisso ou desertor, ou seja, encontrado em flagrante delito – e tendo a certeza do fato ilícito, o militar que observar o fato deve dar voz de prisão.

Entretanto precisamos também observar o que diz o Art. 245 do CPPM.

Art. 245. Apresentando o preso ao comandante ou ao oficial de dia, de serviço ou de quarto, ou autoridade competente, ou à autoridade judiciária, será, por qualquer deles, ouvido o condutor e as testemunhas eu o acompanharem, bem como inquirido o indiciado sobre a imputação que lhe é feita, e especialmente sobre o lugar e hora em que o fato aconteceu, lavrando-se de tudo em auto que será por todos assinados.

No momento da prisão o acusado tem direito de exigir que um juiz seja comunicado sobre a custódia e/ou seja, dado ciência a algum membro da família. O acusado poderá também, se preferir, comunicar a alguma outra pessoa ao invés da família (SCARRE; 2016). Ele deve ser informado sobre o motivo pelo qual está sendo preso e os seus direitos, dentre os quais o direito a permanecer calado e assegurada a assistência da família e de seu advogado (SCARRE; 2016).

Além disso, o preso tem o direito de saber quem foi o responsável por sua prisão e pelo interrogatório realizado. Isto é assegurado, pois, se houve alguma irregularidade legal ou formal, bem como algum abuso de autoridade, o acusado poderá repelir esses atos a partir do poder judiciário, sendo o autor identificado. Se o juiz identificar a prisão como ilegal, ele poderá soltar o preso (SCARRE; 2016). Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança. Por isso, a prisão é tida como uma medida de exceção, a regra é a preservação da

liberdade, dado ao brasileiro o direito do princípio constitucional da inocência (ninguém é considerado culpado até a decisão judicial transitada em julgado provando o contrário) (SCARRE; 2016).

5. BUSCA PESSOAL

A busca pessoal, conhecida também como revista pessoal, “dura”, “abordagem”, “geral”, “baculejo”, é o ato de procurar, no corpo do indivíduo conduta possivelmente criminosa, elementos que comprovem esse comportamento. A busca pode necessitar de mandado judicial, caso contrário deve basear-se em fundada suspeita de estar a pessoa em posse de arma ou objeto apto a comprovar a materialidade de um delito.

A busca pessoal é autorizada independente de mandato, conforme o artigo 244, do CPP:

Art. 244. A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar. (CPP).

Nos artigos 180 e 181 do Código de Processo Penal Militar (CPPM) também regulam sobre o tema:

Art.180. A busca pessoal consistirá na procura material feita nas vestes, pastas, malas e outros objetos que estejam com a pessoa revistada e, quando necessário, no próprio corpo.

Art. 181. Proceder-se-á à revista, quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo:

- a) instrumento ou produto do crime e
- b) elementos de prova.

A busca pessoal em mulheres é prevista do mesmo modo, nos artigos 249 do CPP e 183 do CPPM, com o entendimento que sua realização deve ser efetuada por outra mulher, caso não retarde ou prejudique a diligência. Deve-se evitar a todo custo o constrangimento desnecessário e se balizar na razoabilidade para que sua conduta não incida em crime, como visto em decisão do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo:

Ementa. Atentado violento ao pudor. Revista pessoal realizada de forma libidinosa por policial militar. Caracterização. Credibilidade do depoimento das vítimas, harmônico com o restante do conjunto probatório. Correta condenação pelo delito tipificado no artigo 233. Comete crime de atentado violento do pudor policial militar que, durante revista pessoal, valendo-se do temor provocado por sua condição, constrange as vítimas a permitirem a prática de atos libidinosos diversos da conjunção carnal. Decreto condenatório fundado no depoimento das vítimas com forte significância probatória, em harmonia com demais provas materiais e circunstanciais (Supremo Tribunal Federal Habeas Corpus n.81305-4. Goiás, p. 306.).

Deve haver nas operações em GLO a presença do segmento feminino para que este tipo de busca possa ser realizado e desta maneira não ocorrer vícios que possam a vir relaxar prisão.

Importante destacar a necessidade de que, em caso de resistência de preso, seja lavrado o competente auto, quando for necessário o uso da força.

6. USO DA FORÇA

A força deve ser empregada de forma moderada, proporcional à gravidade da violação identificada e com intensidade estritamente necessária ao atendimento do objetivo que deve ser atingido. Qualquer desvio ou abuso, reprovados pelo consentimento público, e pela não observância dos limites legais será considerado uso excessivo da força, truculência e arbitrariedade, que levam à descrença e ao medo relacionado às instituições que deveriam respeitar estes limites e responsabilização pelo excesso (SENASP, 2009, p. 54)

Para o profissional que se encontra em uma Op GLO ele precisa fazer escolhas, e esta tem caráter irrevogável em tempo real e os recursos materiais não vão resolver a questão, é necessário tomar uma decisão e o militar tem que ter em mente que o Exército Brasileiro trabalha sempre dentro da legalidade.

A lei 13.060 de 22 de dezembro de 2014 trata dos princípios: legalidade, necessidade, proporcionalidade e razoabilidade.

Legalidade seria o militar em ação deve buscar amparar legalmente sua ação (legítima defesa), devendo ter conhecimento da lei e estar preparado tecnicamente, através da sua formação e do treinamento.

Necessidade é o militar antes mesmo de usar a força é avaliar a situação e escolher a melhor conduta. Se tiver que usar a força que a use de forma moderada, somente para cessar a agressão.

Proporcionalidade usar de forma proporcional a força para repelir agressão atual ou iminente sem se exceder.

Razoabilidade está ligada ao bom senso e a proporcionalidade. Seria como adequar o meio ao fim. O militar deve observar se sua ação gera risco a terceiros.

Para estar protegido pela lei o militar que estiver em Op GLO tem que efetuar o disparo dentro da legalidade, obedecendo aos princípios da necessidade, legalidade, proporcionalidade e razoabilidade. Um disparo dentro dessas condições jamais o levará a ser condenado nos tribunais.

A lei 13.060 de 22 de dezembro de 2014 disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional, onde os órgãos de segurança pública deveram priorizar a utilização dos instrumentos de menor potencial ofensivo. O uso da força pode ser entendido como o meio pelo qual se controla uma situação que ameaça à ordem pública, a dignidade e a integridade ou a vida das pessoas. O uso da força é um ato legal e legítimo, desde que cumpra os princípios legais. O uso da força não se confunde com violência, que é uma ação arbitrária, ilegal e atentatória. O emprego da força deve se dar de maneira proporcional e razoável. O grau de força a ser utilizado deve ser proporcional à ameaça ou situação encontrada.

É importante usar o mínimo de força nas ações, diminuindo assim o dano sobre a pessoa. Nessa conjuntura é de grande valia a utilização de instrumentos com o menor potencial ofensivo. A inobservância do emprego da força mínima pode vir a caracterizar excesso culposos ou abuso de poder, ambos tipificados nos Art. 45 CPM

e Art. 467 CPPM, respectivamente. O uso da força também pode se dar na ocasião da realização da prisão, se indispensável, nos casos de desobediência (Art. 330 CP / Art. 301 CPM), resistência (Art. 329 CP), desacato (Art. 331 CP / 341 CPM) ou tentativa de fuga. Pode ser usada contra terceiros que estiverem impedindo a ação. Pode ser usada para proteger o executor da prisão e os seus auxiliares. Deve ser lavrado o auto, subscrito pelo executor e duas testemunhas.

A realização de prisão só é permitida em caso de flagrante delito ou de ordem judicial. As prisões devem ser comunicadas ao Juiz, ao Ministério Público e ao Defensor Público (caso não possua advogado), sendo o preso encaminhado diretamente para a autoridade competente.

O uso de arma de fogo deve ser evitado ao máximo, devendo ser utilizado somente em caso de legítima defesa. Insta salientar que no Art. 45. CPM o agente que, em qualquer dos casos de exclusão de crime, excede culposamente os limites da necessidade, responde pelo fato, se este é punível, a título de culpa (EXCESSO CULPOSO).

Cabe lembrar o Art. 42 do CPM, que aborda sobre as excludentes da antijuricidade, onde não há crime quando o agente pratica o fato:

- I. em estado de necessidade;
- II. em legítima defesa;
- III. em estrito cumprimento do dever legal;
- IV. em exercício regular do direito.

No Art. 44 do Código Penal Militar (CPM), temos a definição de legítima defesa.

Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. Porém, existem alguns requisitos importantes para se elencar a legítima defesa são eles:

- Agressão atual ou iminente;
- Direito seu ou de terceiro atacado ou ameaçado pela agressão;
- Repulsa com os meios necessários;
- Uso moderado de tais meios;
- Conhecimento da agressão;
- Vontade de defender-se.

A lei 13.060 de 22 de dezembro de 2014, que disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo território nacional determina os princípios que o agente deve obedecer: legalidade, necessidade, razoabilidade e proporcionalidade. Em seu parágrafo único a lei nos diz que não é legítimo o uso de arma de fogo nas seguintes situações:

- I. contra pessoa em fuga que esteja desarmada ou que não represente risco imediato de morte ou de lesão aos agentes de segurança pública ou a terceiros; e
- II. contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública, exceto quando o ato represente risco de morte ou lesão aos agentes de segurança ou a terceiros.

A lei 13.060, em seu Art. 4. define o que seriam instrumentos de menor potencial ofensivo sendo “aqueles projetados especificadamente para, com baixa probabilidade de causar mortes ou lesões permanentes, conter, debilitar ou incapacitar temporariamente pessoas”.

A Lei 13.060 de 22 de dezembro de 2014 tem como objetivo a redução dos altos índices de letalidade e se adequar aos princípios internacionais sobre o uso da força e das armas de fogo.

Vale ressaltar a importância do Art. 6º. que nos mostra se um “agente de segurança pública usar a força e desta prática decorrem ferimentos em pessoas, deverá ser assegurada a imediata prestação de assistência e socorro médico aos feridos, bem como a comunicação do ocorrido à família ou à pessoa por eles indicada”.

7. USO DE ALGEMAS

O uso de algemas deve ser evitado, desde que não haja perigo de fuga ou de agressão da parte do preso (Art. 234. CPPM). Ou seja, quando houver inquestionável imprescindibilidade do uso de algemas, deve esta ser demonstrada e justificada caso a caso pela autoridade ou seu agente.

Sob o uso de algemas, assim se manifestou o Supremo Tribunal Federal (STF):

EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL. USO DE ALGEMAS NO MOMENTO DA PRISÃO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA RM FACE DA CONDUTA PASSIVA DO PACIENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRECEDENTES. 1. O uso legítimo de algemas não é arbitrário, sendo de natureza excepcional, a ser adotado nos casos e com as finalidades de impedir, prevenir ou dificultar a fuga ou reação indevida do preso, desde que haja fundada suspeita ou justificado receio de que tanto venha a ocorrer, e para evitar agressão do preso contra os próprios policiais, contra terceiros ou contra si mesmo. O emprego dessa medida tem como balizamento jurídico necessário os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Precedentes. 2. Habeas corpus concedido. (HC8942/RO – STF – Relatora: Min CÁRMEN LÚCIA – DJ 02-02-2007).

Mais adiante, o STF editou a Súmula Vinculante Nr 11 nos seguintes termos:

Só é lícito o uso de algemas em caso de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

Assim, fica restrita a opção pelo uso das algemas durante a prisão, tendo o policial que reportar por escrito, sob a pena de punição, uma vez que a súmula apenas condiciona o uso de algemas nos casos de reações violentas ou de perigo iminente ao agente ou a terceiros.

8. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

Considera-se criança a pessoa até doze anos incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade de acordo conforme o art. 2. do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

De acordo com o Art. 17. (ECA), o menor tem “o direito ao respeito que consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente abran-

gendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideais e crenças, dos espaços e objetos pessoais”.

O menor que comete ato infracional não pode ser conduzido em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias a sua dignidade ou que impliquem risco a sua integridade física ou mental, sob a pena de responsabilidade (Art. 178). Além disso, é vedada qualquer divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes em que se atribua autoria de ato infracional (Art. 143). Fica também proibida qualquer notícia a respeito do fato, assim como não poderá ser identificada a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e inclusive, iniciais do nome e sobrenome.

Em uma ação de GLO, a tropa deve ter especial atenção em relação aos menores de idade, pois são penalmente inimputáveis, não cometem crime, e sim ato infracional, e estão sujeitas as medidas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

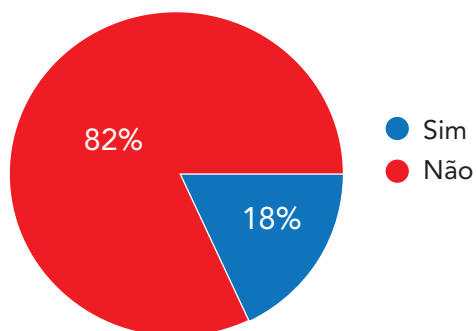
9. PESQUISA COM OS ALUNOS DO CAS

Foi realizada uma pesquisa utilizando a plataforma *Google Forms* com os sargentos alunos do 3º Turno do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas, onde foram feitas perguntas para se mensurar o nível de conhecimento dos alunos referente aos tópicos mais importantes de uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem.

Em um primeiro momento, foi questionado sobre o que se trata o art. 78 do Código Tributário Nacional: 82% dos alunos responderam que não sabem do que trata o referido artigo e somente 18% tem noção do que se trata. A partir desses dados é possível levantar uma questão para reflexão: Como atuar na faixa de fronteira combatendo os crimes transfronteiriços e ambientais tendo a prerrogativa do poder de polícia e não saber o que a mesma significa?

O senhor possui conhecimento do que trata o artigo 78 do Código Tributário Nacional?

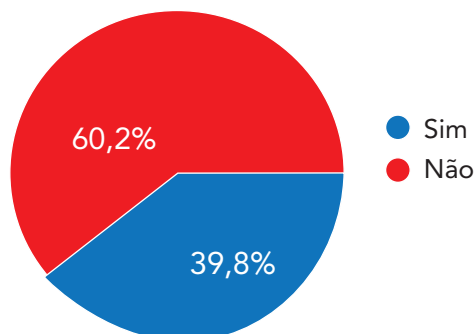
256 respostas



Aproximadamente 61% responderam que não sabem realizar uma voz de prisão e apenas 39,8% responderam que sabem realizar a referida voz.

O senhor sabe realizar uma voz de prisão?

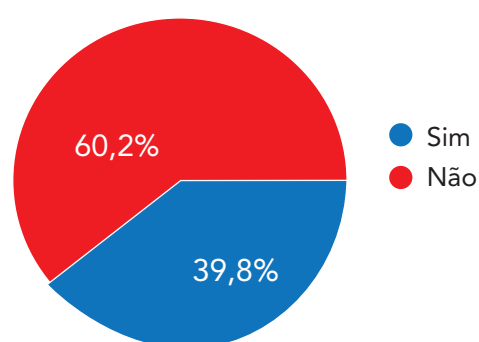
256 respostas



Quando perguntamos sobre o conhecimento do art. 5º, incisos LXII, LXIII e LXIV da Constituição Federal do Brasil de 1988, 65,6% responderam que não tem conhecimento e 34,4% tem ciência do que trata o artigo. A voz de prisão e os direitos constitucionais do flagranteado estão interligadas e são necessárias, pois em algum momento nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem ou na faixa de fronteira nossos militares irão se defrontar com vários crimes, onde este conhecimento será de suma importância.

O senhor conhece o artigo 5º, incisos LXII, LXIII e LXIV da Constituição Federal do Brasil de 1988?

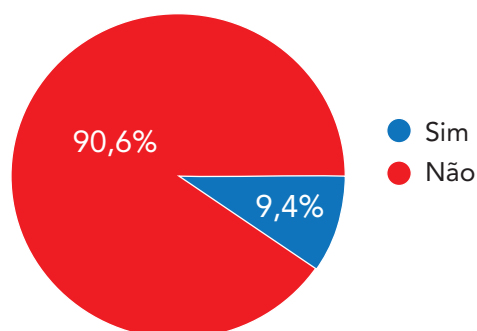
256 respostas



Outra pergunta foi quanto ao conhecimento do decreto 8.858, de 26 de setembro de 2016, na qual 90,6% não sabem do que trata o seu conteúdo e apenas 9,4% tem conhecimento. Este decreto como também a Súmula Vinculante Nr 11 do Superior Tribunal Federal regulam as condições em que se pode realizar o algemamento são elas: em caso de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito.

O senhor tem conhecimento do Decreto 8.858, de 26 de setembro de 2016?

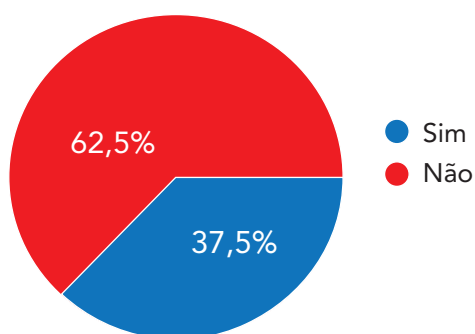
256 respostas



Em relação ao disparo dentro da legalidade 62,5% não sabem quais são os princípios para o disparo e somente 37,5% tem ciência que são quatro os princípios, são eles: razoabilidade, proporcionalidade, necessidade e legalidade.

O senhor sabe quais são os 4 (quatro) princípios para um disparo de arma de arma de fogo dentro da legalidade?

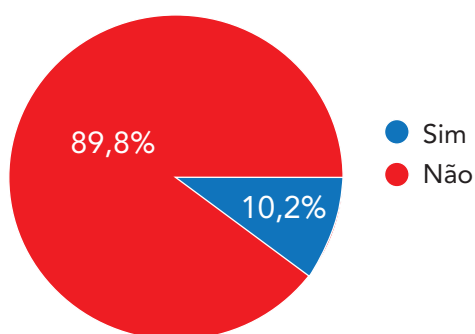
256 respostas



Dentro do mesmo assunto foi perguntado se o sargento aluno tem ciência da lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, 89,8% responderam que não conhecem tal lei e apenas 10,2% tem conhecimento. A lei 13.060 disciplina o uso do menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional, onde os órgãos de segurança pública deveram priorizar a utilização dos instrumentos de menor potencial ofensivo.

O senhor conhece a Lei 13.060, de 22 de dezembro de 2014?

256 respostas



10. CONCLUSÃO

O que se faz de mais importante, é salientar que as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) são uma constante, pois existe um anseio da população globalizada dos grandes centros urbanos em reivindicar seus direitos. Desta forma, a sociedade está realizando cada vez mais manifestações nas ruas e estradas do país e

não podemos nos esquecer da questão tão sensível do narcotráfico da cidade do Rio de Janeiro, estado este, que sofre desde século passado com diversas ações de GLO como: Força de Pacificação no Complexo do Alemão, no Complexo da Maré e a mais recente e não menos importante a inédita Intervenção Federal que mostrou na ineficiência do Estado em prover a segurança para a população carioca.

Insta salientar para a tropa que existe uma diversidade de formas de abordagem nas operações, cujo conhecimento é necessário para saber como proceder dentro da lei. A prova disso é a utilização das tropas federais na escolta e na desobstrução de vias na recente greve dos caminhoneiros. As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) está em frequente mutação, isto revela que a tropa tem de ser flexível para o cumprimento da sua missão.

Neste contexto surge a importância do assunto de Garantia da Lei e da Ordem na fase presencial no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA), pois como observamos na pesquisa de opinião junto aos segundo sargentos alunos, os mesmos tem um desconhecimento em: poder de polícia, voz de prisão, uso de algemas, cadeia de custódia e disparo dentro da legalidade.

Sendo que estes assuntos são de vital importância para o desenvolvimento das operações. Cabe ressaltar que o Exército Brasileiro (EB) possui militares que se encontram diariamente em operações na faixa de fronteira de norte ao sul do Brasil, combatendo os crimes ambientais e transfronteiriços, essas operações não são esporádicas, mais sim permanentes, como está previsto no Art. 16-A, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999: patrulhamento, revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcação e de aeronaves e prisões em flagrante delito.

Dessa forma, tanto em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) como Operações na Faixa de Fronteira o segundo sargento vai precisar do conhecimento citado neste artigo para o cumprimento de sua missão sempre dentro da legalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

_____. Decreto lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

_____. Decreto Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

_____. Decreto lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Código Penal Militar. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001Compilado.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

_____. Decreto lei 1.002, de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1002.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

_____. Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

_____. Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

_____. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

_____. Lei 13.060, de 22 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13060.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

_____. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm>. Acesso em 24 de abril de 2020.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS 1969 (Pacto de San José da Costa Rica). Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/san-jose.htm>>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

CUNHA, Rogério Sanches. Processo penal: doutrina e prática. São Paulo: JusPodivm, 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Estado-Maior. **Manual de Fundamentos Doutrina Militar Terrestre**. EB20-MF-10.102. 2ª Edição/2019.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Comando de Operações Terrestres. **Manual de Operações**. EB70-MC-10.223. 5ª Edição/2017.

EXÉRCITO BRASILEIRO, Plano Estratégico do Exército 2020 – 2023. Disponível em: <http://www.ceadex.eb.mil.br/images/legiscao/XI/plano_estrategico_do_exercito_2020-2023.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2020

EXÉRCITO BRASILEIRO, Plano Geral de Ensino (PGE – 2019).

_____, Portaria Nº 113 – DECEX, de 17 de outubro de 2011. Aprova as Instruções Reguladoras da Organização, Funcionamento e Matrícula nos Cursos de Aperfeiçoamento de Sargentos (IROFM/CAS IR 60-15).

_____, Plano Disciplina do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (PLADIS – 2016 – CAS). In: Aditamento S/N ao Boletim Interno EASA nº 44 de 14 de junho de 2016.

FONSECA, J.J.S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 20 ed. São Paulo Malheiros, 2006;

_____, Portaria Normativa Nr 186/MINISTÉRIO DA DEFESA, de 31 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_25261302_PORTARIA_NORMATIVA_N_186_DE_31_DE_JANEIRO_DE_2014.aspx>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

MOSSIN, Heráclito Antônio. Comentários ao Código de Processo Penal. São Paulo: Manole, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Disponível em: <https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao-direitos-humanos/?gclid=E-AIaIQobChMI9o2eq6v97gIVioeRCh3rg-OrNEAAYASAAEgKrufD_BwE>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

RABELLO, Eraldo. Curso de Criminalística. Porto Alegre. Sagra Luzzatto, 1996.

SCARRE, Murilo. Foi preso? Saiba alguns dos seus direitos. Revista Jus Brasil. Disponível em: <<https://scare.jusbrasil.com.br/artigos/382274498/foi-preso-saiba-alguns-dos-seus-direitos>>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.



PROJETOS
INTERDISCIPLINARES
DO CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO
DE SARGENTOS -
2020/2021



5. Habilidades individuais desejáveis para o desempenho da liderança militar no ambiente operacional na perspectiva do segundo-sargento aperfeiçoado de Infantaria

2º sgt inf nº 004 João Daniel Ribeiro Menezes

2º sgt inf nº 010 Eduardo Nascimento Dias

2º sgt inf nº 013 Roger Trindade Pereira

2º sgt inf nº 026 Rénier Lopes Batista

2º sgt inf nº 032 Rômulo Santos Pereira

2º sgt inf nº 036 Jailton Carlos de Oliveira

1. INTRODUÇÃO

Influenciar indivíduos com a finalidade de alcançar um objetivo com motivação tem sido a atenção para desenvolvimento de diversos estudos. Entretanto, não é recente que o assunto seja corriqueiramente tratado no meio militar.

Neste contexto, o ato de liderar engloba um conjunto de competências comportamentais e técnicas que tem por objetivo conduzir os liderados a alcançarem os resultados previstos. Assim, por meio de uma relação ética, cordial e respeitosa, o líder pode explorar os potenciais individuais criando uma relação de confiança mútua.

Por isso, torna-se imprescindível que o líder, além de guiar seus liderados, seja capaz de inspirá-los e motivá-los, de modo a identificar as peculiaridades de cada indivíduo, ou seja, suas principais capacidades e limitações. No meio militar, onde as relações entre líderes e liderados são essencialmente baseadas na hierarquia e na

disciplina, a liderança demonstrou a sua importância na história e progressivamente o seu valor perante os atuais desafios e oportunidades que o mundo globalizado demanda às operações militares (SANTOS NETO, 2019).

Inserida nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo identificar as principais habilidades individuais desejáveis para o desempenho da liderança militar no âmbito operacional da Força Terrestre, particularmente a partir da percepção dos Segundos-Sargentos, alunos do Curso de Infantaria da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA).

Metodologicamente contempla uma pesquisa de abordagem qualitativa com enfoque descritivo, do tipo pesquisa de campo, cuja coleta dos dados ocorreu através de aplicação de questionário do tipo estruturado. A análise dos dados ocorreu por meio de sistematização de dados no programa Excel com suporte analítico da estatística descritiva (TRIVIÑOS, 1987).

O estudo está estruturado em seis seções. A primeira seção foi destinada à introdução dos principais aspectos da pesquisa. A segunda explicita a liderança militar no arcabouço histórico e atual, bem como a influência da motivação no âmbito da liderança. A terceira faz uma revisão teórica e conceitual sobre a temática das competências afetivas pessoais relacionadas às habilidades individuais no desempenho da liderança militar. A quarta seção contempla a metodologia utilizada na pesquisa. A quinta apresenta os principais resultados e discussões evidenciados no estudo. E por fim, na sexta seção, as considerações finais que consolidam as conclusões e sugestões para futuras pesquisas sobre o tema.

2. LIDERANÇA MILITAR

2.1 Histórico de Liderança

Até o final século XX o fator Liderança foi entendido como um conceito ligado ao gênero masculino, à instituição militar e ao Ocidente. Contudo, já no século XXI, a liderança passou a adquirir cada vez mais prestígio no cenário econômico. Em vista disso, diversos estudos acadêmicos e profissionais foram produzidos comprovando o entendimento de que tal atributo é capaz de promover resultados positivos seja para as organizações públicas ou privadas. Nos dias atuais a liderança tem se tornado algo essencial e decisivo às organizações, visto que o líder tem papel fundamental no rumo das atividades de sua equipe, estando diretamente relacionado com o sucesso ou fracasso do trabalho.

Com isso, estudos diversos de comportamentos de líderes em relação aos seus subordinados consolidaram alguns estilos de liderança no que se refere à abordagem de determinada pessoa quando em atitude de líder. Segundo Chiavenato (2005), destacam-se três diferentes estilos básicos de liderança: a autocrática, a liberal e a democrática.

A liderança autocrática é onde o líder tem atitude autoritária, sendo arbitrário e opressor. Nesse estilo de liderança o grupo sente que suas atitudes, ideias, suas iniciativas, não são valorizadas, e isso conse-

quentemente, causa desmotivação e falta de produtividade. É o modelo de gestão onde o líder tem a palavra final.

Na liderança liberal o líder deixa os liderados decidirem as melhores decisões para o grupo; quem decide o que fazer, como fazer e o quando fazer é o grupo. Nesse estilo de gestão há menos centralização do poder, tendo mais participação da equipe. Porém, consequentemente o grupo pode sentir falta de organização, falta de rumo, pois as decisões avançam de acordo com a ideia de cada um. Alguns defendem que este é considerado o pior estilo de liderança.

Na liderança democrática ocorre a participação de todos os liderados em cada etapa do processo de funcionamento da organização. O líder atua de forma democrática, ouvindo todos os seus liderados para chegar a uma decisão que agregue todas as contribuições coletivas. Dessa forma, busca o aspecto positivo no trabalho de todos os elementos do grupo. No entanto, de maneira discreta, conduz suas decisões de modo que o grupo alcance seus objetivos, mantendo um bom ambiente de trabalho. Este estilo de liderança promove o bom relacionamento e a amizade entre todos os membros, mantendo o grupo unido, em prol de um objetivo único. Dessa forma, todos se sentem estimulados a trabalhar e a produzir de modo que o grupo evolua.

Na história do Brasil existiram diversos exemplos de liderança, em tempos nos quais esse não era um assunto abordado, tanto nas tropas quanto nas formações militares antigas. Esse atributo aparecia como característica inata exercida por diversos heróis, principalmente a partir das batalhas e conflitos ocorridos a partir do século XIX.

A liderança sempre foi o alicerce das tropas coesas, motivadas e aguerridas. Em momentos de crise, com a vida de militares em risco, aliados ao estresse do combate, a figura do líder e sua capacidade de liderança são decisivas para motivação de seus subordinados. Neste sentido, Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro, é um exemplo que evidenciou o atributo liderança em várias oportunidades durante sua carreira militar.

Sendo assim, percebe-se que nos conflitos militares de longa duração, a presença de um líder forte em personalidade e respeitado como estrategista é fator fundamental na condução do combate. Para tanto a presença do líder no espaço de combate, por vezes liderando o ataque entrincheirado ao lado de seus soldados, torna-se imprescindível como ferramenta motivacional e desejosa de estar presente em toda autoridade militar que envia um “SOLDADO” à guerra.

2.2 Liderança Militar nos dias atuais

Como forma de tornar a liderança uma capacidade uniforme a todos militares na Força Terrestre, foi confeccionado o Manual de Campanha de Liderança Militar. Segundo este, a liderança militar se apoia basicamente em três pilares: Proficiência profissional (Saber); Senso moral (Ser); e Atitudes adequadas (Fazer), conforme definições apresentadas no Quadro 01.

O “saber”, se traduz na credibilidade que um líder transmite a seus subordinados. O “ser”, pode ser caracterizado pelo balizamento de seu comportamento pelos valores mais importantes de um líder militar que envolve o senso de moral e os traços de personalidade característicos de um líder. O “fazer” que caracteriza a atitude adequada a ser adotada frente as situações enfrentadas.

Quadro 01 – Pilares da liderança militar

| Pilares | Conceitos |
|-----------------------------------|--|
| Proficiência profissional (Saber) | Indica capacidade, conhecimento, cultura. É condição <i>sine qua non</i> para o exercício da liderança, pois é a primeira qualidade que se observa e se exige de alguém que exerce uma função de comando. |
| Senso moral (Ser) | O senso moral diferencia os que usam o poder que determinado cargo lhes confere para fazer o bem e agir em prol da coletividade e da missão, dos que se aproveitam do cargo para auferir vantagens pessoais. |
| Atitudes adequadas (Fazer) | A atitude adequada, fator preponderante para capacitá-lo ao exercício da liderança (o fazer), deve ser evidenciada na forma como o homem emprega os valores e as competências de sua personalidade com as ferramentas que seus conhecimentos lhe oferecem. |

Fonte: Adaptado de Brasil (2011).

Acrescido a isso, podem-se agregar os seguintes traços de caráter a um bom líder: coragem, competência, franqueza e compromisso. A coragem pode ser definida de duas maneiras: física e moral. A coragem física diz respeito a superar os medos de lesões decorrentes dos riscos da atividade militar. A coragem moral é a superação de medos de um acidente anterior e continuar fazendo o seu dever. Esse atributo é essencial para qualquer líder, sem isso ele será incapaz de motivar seus subordinados a se exporem ao risco no cumprimento da missão. Um líder competente deve ser capaz de treinar e desenvolver seus subordinados individual e coletivamente.

A franqueza deve ser externada tanto para superiores quanto para subordinados, todos devem saber que tipo de homem ele é e se é confiável. Por último, o compromisso e a dedicação à sua unidade, suas missões e à pátria. Esse é um elemento chave quando um líder consegue incutir em seus subordinados.

O líder deve trazer consigo tudo aquilo que ele é, tudo que acredita e tudo que ele sabe para direcionar e motivar seus subordinados. Ou seja, estabelecendo metas, coordenando atividades, desenvolvendo o espírito de corpo, bem como dando orientações individuais e coletivas visando o desenvolvimento pessoal de seus homens.

Como foi mencionado, ser tecnicamente e taticamente proficiente é um dos elementos mais críticos do grupo “saber”. Tal proficiência só é alcançada após anos de estudo e treinamento constante. Aqueles que se recusam a atualizar seus conhecimentos estão fadados a enfrentarem desafios para os quais não se preparam. E uma consequência disso é a perda de confiança dos subordinados em seus líderes.

Outro reflexo também é a perda da produtividade, visto que os subordinados não acreditam que aquela técnica, tática, ou procedimento seja eficaz. Todos esses conceitos devem nortear a maneira como lidamos e motivamos nossos subordinados no dia a dia da tropa, em face de situação de paz em que vivemos no momento atual e a escassez de recursos para adestramento no âmbito das Forças Armadas.

Um exército profissional deve manter um alto nível de proficiência mesmo em tempos de paz, e fazer com que nossos subordinados se mantenham motivados e com fé na missão do exército. E isso é de responsabilidade dos líderes em todos os escalões, principalmente dos graduados, que são os que passam mais tempo na tropa e convivem diariamente com seus soldados. Os líderes em todos os níveis devem incentivar o crescimento profissional de seus subordinados dentro de um exército, desenvolvendo habilidades técnicas e táticas, tanto individuais quanto coletivas.

2.3 Influência da liderança na motivação

A liderança está relacionada com a motivação, visto que, um líder eficaz sabe como motivar sua equipe. Quem motiva uma pessoa, isto é, quem lhe causa motivação, provoca nela um novo ânimo, e ela começa a agir em busca de novos horizontes, de novas conquistas (NAKAMURA, 2005).

A motivação é o desejo de exercer altos níveis de esforço em direção a determinados objetivos organizacionais, condicionados pela capacidade de satisfazer objetivos individuais. A motivação depende da direção (objetivos), força e intensidade do comportamento (esforço) e duração e persistência (CHIAVENATO, 1999).

A motivação existe dentro das pessoas e se dinamiza através das necessidades humanas:

“Motivação é ter um motivo para fazer determinada tarefa, agir com algum propósito ou razão. Ser feliz ou estar feliz no período de execução da tarefa, auxiliado por fatores externos, mas principalmente pelos internos. O sentir-se bem num ambiente holístico, ambientar pessoas e manter-se em paz e harmonia, com a soma dos diversos papéis que encaramos neste teatro da vida chamado “sociedade”, resulta em uma parcialidade única e que requer cuidados e atenção” (KLAVA, 2010).

Enfim, observa-se que a liderança e a motivação têm que andar juntas lado a lado. O verdadeiro líder sabe que nem sempre irá ter sucesso, mas se o mesmo estiver motivado, conseguirá buscar forças para continuar e para alcançar o objetivo desejado, pois acredita na equipe e sua motivação fará com que cada membro acredite na capacidade de cada indivíduo.

3. COMPETÊNCIAS AFETIVAS PESSOAIS RELACIONADAS ÀS HABILIDADES INDIVIDUAIS NO DESEMPENHO DA LIDERANÇA MILITAR

Conforme discutido anteriormente, a liderança é um fator de promoção no diferencial de recursos humanos de diversas instituições públicas e privadas, bem como, fundamental e inerente à profissão militar. A doutrina militar da Força Terrestre (FT), (BRASIL, 2011) destaca que o conceito de liderança militar possui suas bases por meio de quatro fatores de liderança, que são: I) a situação; II) o líder; III) o liderado; e, IV) a interação.

Assim, inseridos nesses quatro fatores estão as bases da estrutura hierárquica de comando e subordinação entre seus membros. Contudo, essa capacidade de liderar homens livres para execução de determinadas missões (operacionais ou administrativas), inclusive com o sacrifício da própria vida, não é uma tarefa fácil.

Dessa forma, torna-se oportuno uma sumária avaliação das principais habilidades individuais no desempenho da liderança militar no âmbito do Exército Brasileiro, particularmente dos aspectos correspondentes as competências afetivas. Para tanto, de acordo com o Manual C 20-10, as competências cognitivas, psicomotoras e afetivas são conhecimentos e habilidades inerentes à profissão militar. Descritas no Quadro 02.

Quadro 02 – Competências psicomotoras, cognitivas e afetivas inerentes a profissão militar

| Cognitivas e Psicomotoras | Competências Afetivas | | |
|--|--|---|---|
| | Pessoais | | Interpessoais |
| | Competências diretamente relacionadas aos valores | Competências relacionadas às habilidades individuais | Competências relacionadas às habilidades de relacionamento |
| Proficiência Técnica e Tática | Coerência | Adaptabilidade | Comunicabilidade |
| Aptidão Física | Coragem | Autoconfiança | Camaradagem |
| | | Criatividade | Cooperação |
| | Dedicação | Decisão | Direção |
| | | Dinamismo | Empatia |
| Conhecimento sobre o ser humano: • Autoconhecimento • Conhecimento e compreensão da natureza humana • Conhecimento dos subordinados | Imparcialidade | Equilíbrio Emocional | Persuasão |
| | | Flexibilidade | |
| | | Iniciativa | |
| | Responsabilidade | Objetividade | Tato |
| | | Organização | |
| | | Persistência | |
| | | Resistência | |

Fonte: Adaptado de Brasil (2011, p. 5-1).

Em vista disso, o campo de competências desejado é bastante amplo, conforme o Quadro 02, cabendo postular *a priori* a assertiva de que seja impossível vincular um único líder a possuir todas essas competências em si próprio, cabendo a ressalva do Manual de Liderança Militar (BRASIL, 2011).

O referido manual distingue as competências em duas categorias: 1) Cognitivas e Psicomotoras e; 2) Competências afetivas, sendo esta de natureza pessoal e interpessoal. Logo, as competências psicomotoras e cognitivas são conhecimentos e habilidades inerentes à profissão militar. Por outro lado, as competências afetivas estão ligadas ao domínio afetivo, podendo ser pessoais (características individuais) e interpessoais (características que devem ser externadas na interação com outras pessoas).

A análise de cada uma dessas competências seria de grande relevância para o estudo integral da liderança no âmbito das diversas competências desejadas para que o líder as domine ou as desenvolva em atividades práticas do cotidiano militar. Todavia, o foco deste trabalho não possibilitou realizar uma análise completa dessas competências, sendo portanto, delimitado ao estudo das competências relacionadas às habilidades individuais, conforme o Quadro 03, e sua relação com o desenvolvimento da capacidade de liderança militar no ambiente operacional.

Quadro 03 – Competências relacionadas às habilidades individuais no desempenho da liderança militar

(Continua)

| Competências | Conceitos |
|----------------------|---|
| Adaptabilidade | Competência para se ajustar apropriadamente às mudanças de situação. A História já comprovou que nem sempre vence o mais forte, e, sim, o mais adaptável. A adaptabilidade é desejável tanto no plano das ideias e normas, como no plano do ambiente operacional. O líder deve ter agilidade na adaptação às situações de incerteza ou de mudanças, a fim de pensar e aplicar, em tempo hábil, soluções alternativas quando a decisão ou a ação adotada não está sendo eficaz. |
| Autoconfiança | Competência para reagir com segurança e convicção diante de dificuldades. É a convicção em ser bem-sucedido em tudo o que deve ser realizado. A autoconfiança é demonstrada pela aparência, pelo olhar, pela voz, pelo entusiasmo no modo de falar e de agir. Se o líder não estiver confiante em relação ao resultado de uma missão ou à solução de um problema, não conseguirá fazer com que seus liderados o estejam. |
| Criatividade | Competência para produzir novas ideias e/ou realizar combinações originais, na busca de uma solução eficiente e eficaz, principalmente diante de circunstâncias desafiadoras. Consiste, ainda, em possuir habilidade para romper com dispositivos ou conceitos considerados padrões, quebrando paradigmas e inovando ao se deparar com impasses. |
| Decisão | Competência para posicionar-se diante de várias opções. É a habilidade para tomar medidas seguras e corretas no momento adequado. A percepção e a sensibilidade são elementos críticos para a tomada de decisões. Em algumas situações, nas quais o tempo é um fator crítico, o líder deve decidir com rapidez de raciocínio. |
| Flexibilidade | Competência para reformular planejamentos e comportamentos, com prontidão, diante de novas exigências. O líder deve ser flexível no que diz respeito a modificar suas ações e intenções, quando avaliar como inadequada a sua conduta. No entanto, ser flexível não significa perder autoconfiança, capacidade de decisão e perseverança, com o intuito de não se tornar inflexível e autoritário. A flexibilidade com rapidez de raciocínio é bastante necessária para os líderes, tendo em vista a dinâmica das situações do combate moderno. |
| Resistência | Competência para suportar as fadigas físicas ou os infortúnios morais. A resistência apresenta-se sob duas formas: (1) Resistência física: capacidade de suportar fisicamente, pelo maior tempo possível, as condições adversas no exercício da função ou de uma determinada atividade. (2) Resistência moral ou psicológica: capacidade de suportar mentalmente, pelo maior tempo possível, as adversidades psicológicas no exercício da função ou de uma determinada atividade. |
| Dinamismo | Competência para atuar ativamente com intenção determinada. O líder dinâmico demonstra energia e vitalidade na consecução das missões, contagiando o grupo. O indivíduo apático e lento terá grandes dificuldades para liderar. |
| Equilíbrio emocional | Competência para controlar as próprias reações, demonstrando paciência e tolerância, e tomando atitudes adequadas para decidir com acerto e oportunidade. É a habilidade para avaliar, com calma e isenção, o comportamento dos subordinados, não se deixando dominar pelas emoções. O líder deve evitar transmitir para o grupo as pressões que sofre dos superiores, da missão e do ambiente, e continuar sendo capaz de desempenhar as suas atividades, apesar de estar sob pressão. O equilíbrio emocional é a expressão da inteligência emocional. |

**Quadro 03 – Competências relacionadas às habilidades individuais
no desempenho da liderança militar**

(Conclusão)

| Competências | Conceitos |
|---------------------|--|
| Iniciativa | Competência para agir face às situações inesperadas, sem depender de ordem ou decisão superior. É a habilidade para, rapidamente, mobilizar a si e ao grupo, no sentido de atingir as metas estabelecidas, sem aguardar deliberação ou determinação dos superiores. O líder dotado de iniciativa também é ágil, cognitiva e emocionalmente. Dessa forma, a iniciativa abrange ainda o conceito de rapidez de raciocínio, que se caracteriza por antecipar-se às situações de incerteza ou de mudanças para pensar e aplicar, em tempo hábil, soluções alternativas quando a decisão ou a ação adotada não está sendo eficaz. |
| Objetividade | Competência para selecionar, dentre várias possibilidades, o essencial para atingir uma determinada meta. Os problemas de um grupo geralmente decorrem da ausência de um líder ou de seus equívocos. O sucesso do líder está apoiado na sua habilidade para identificar e agir nas situações ou problemas potenciais ou reais tão logo surjam, escolhendo, para isso, o meio mais rápido e direto. |
| Organização | Competência para desenvolver atividades, sistematizando tarefas. Permite que as missões sejam planejadas de forma ordenada, regulando e combinando as ações, as condições e os meios. As tarefas são realizadas segundo uma ordem de prioridade e atribuídas a membros do grupo, de modo a possibilitar maior eficiência. |
| Persistência | Competência para executar uma tarefa e vencer as dificuldades encontradas até concluí-la. Depende de uma grande determinação e força de vontade. É a perseverança para alcançar um objetivo, mesmo quando os obstáculos são aparentemente insuperáveis. Os subordinados somente terão persistência se o líder mostrar, com o seu exemplo, como devem ser enfrentadas as dificuldades. |

Fonte: Adaptado de Brasil (2011, p. 5-3).

Dessa forma, no estudo dos aspectos das competências afetivas, inserem-se as habilidades individuais desejáveis, de acordo com o quadro anterior, as quais se postula relacioná-las com os quatro fatores da liderança militar. Nesse contexto de correlação entre as competências de habilidade individual e os fatores de liderança militar, buscou-se analisar a correspondência significativa entre os termos baseados nas definições já discutidas neste estudo.

4. METODOLOGIA

O caminho metodológico utilizado para o tema proposto foi a pesquisa qualitativa com enfoque descritivo. A pesquisa qualitativa, segundo Bogdan e Biken (*apud* LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11), “tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” e, além disso, “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”.

O presente estudo teve como universo a Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas e seu público-alvo foi composto de 55 (cinquenta e cinco) Segundos-Sargentos, alunos do Curso de Infantaria, militares de carreira que ao longo da profissão já comandaram diversas frações com diferentes subordinados, bem como possuidores de experiência no serviço do Exército Brasileiro, assegurando respaldo aos dados obtidos pela pesquisa.

Os dados foram coletados por meio de questionário *on-line* do Google Forms, no período de 2 a 5 de abril de 2021, durante a realização do turno 88 do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS). O formato *online* favoreceu não somente a aplicação, mas também a tabulação das

respostas levantadas, devido à praticidade em levantar informações de forma rápida, confiável e eficiente dentro de um intervalo de tempo delimitado. A aplicação dos questionários se deu com a devida autorização dos militares do curso e da instituição de ensino. Além disso, o questionário digital disponível na internet possibilitou evitar o contato direto, mitigando assim qualquer possibilidade de propagação do coronavírus (Sars-CoV-2) no ambiente educacional.

O questionário do tipo estruturado conteve quatro questões objetivas com a finalidade de coletar informações necessárias para mapear competências pessoais relacionadas às habilidades individuais em relação aos fatores da liderança militar para o desempenho de funções militares no ambiente operacional. A análise ocorreu por meio de sistematização de dados no programa Excel, com suporte analítico da estatística descritiva, em acordo com a abordagem qualitativa (TRIVIÑOS, 1987).

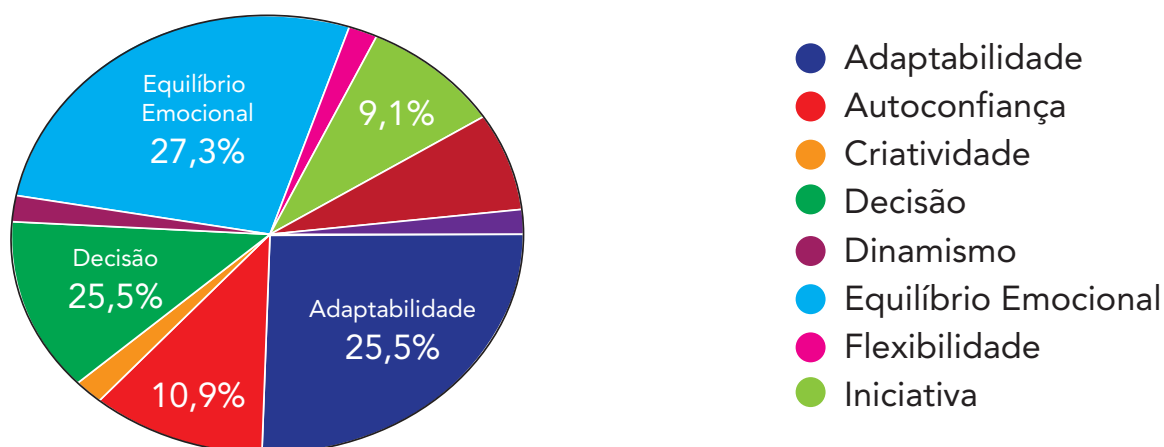
A análise dos dados foi realizada empregando como principal referencial teórico o Manual de Liderança Militar do Exército Brasileiro (BRASIL, 2011), buscando assim identificar as diversas percepções de modo a enriquecer o processo analítico para apreensão da realidade estudada.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da coleta de dados, a amostra consultada respondeu conforme os gráficos e quadros apresentados a seguir. Logo, a partir das 55 respostas obtidas por meio de questionário *online*, foi possível formular gráficos ilustrativos dos dados e um quadro geral para demonstrar e mapear, a partir da percepção dos Segundos-Sargentos, alunos do Curso de Infantaria da EASA, quais são as principais habilidades individuais desejáveis para o desempenho da liderança militar no âmbito operacional da Força Terrestre.

Na análise das competências desejáveis relacionadas às habilidades individuais no fator Situação da liderança militar (Gráfico 01), obtiveram-se as principais competências individuais: Equilíbrio Emocional (27,3%), Adaptabilidade (25,5%), Decisão (12,7%), Autoconfiança (10,9%), Iniciativa (9,1%) e Outras (14,5%). Nesse caso, no fator Situação da liderança militar, as habilidades individuais indicadas como preponderantes para o desempenho da liderança foram o Equilíbrio Emocional e a Adaptabilidade, representando 52,8% da amostra.

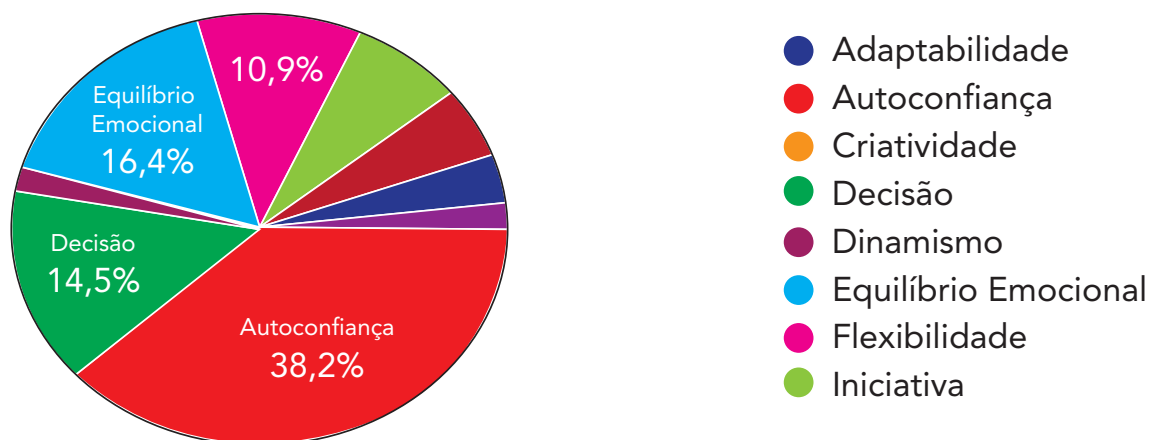
Gráfico 01 – Competências relacionadas às habilidades individuais no fator Situação



Fonte: Dados da pesquisa realizada pelos autores (2021).

Na análise das competências desejáveis relacionadas às habilidades individuais no fator Líder, conforme o Gráfico 02, verificaram-se as principais competências individuais: Autoconfiança (38,2%), Equilíbrio Emocional (16,4%), Decisão (14,5%), Flexibilidade (10,9%) e Outras (20%). Nessa categoria, no fator Líder, as habilidades individuais indicadas como indispensáveis para o desempenho da liderança militar foram a Autoconfiança e, novamente, o Equilíbrio Emocional, ambas correspondendo 54,6% da amostra.

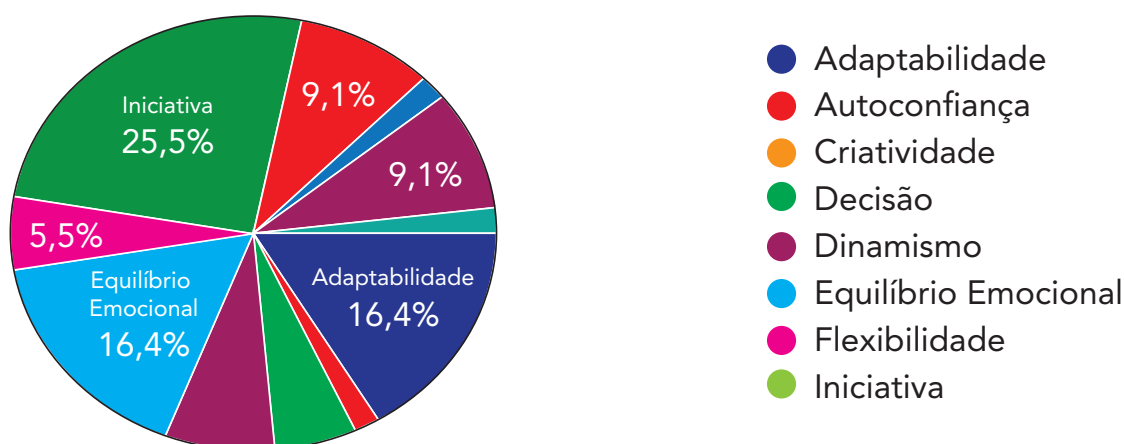
Gráfico 02 – Competências relacionadas às habilidades individuais no fator Líder



Fonte: Dados da pesquisa realizada pelos autores (2021).

Em relação as competências desejáveis relacionadas às habilidades individuais no fator Liderado (Gráfico 03), verificaram-se as principais competências individuais: Iniciativa (25,5%), Equilíbrio Emocional (16,4%), Adaptabilidade (16,4%), Objetividade (9,1%), Persistência (9,1%) e Outras (23,5%). Nessa categoria, no fator Liderado, as habilidades individuais indicadas como indispensáveis para o desempenho da liderança militar foram a Iniciativa, Adaptabilidade e valorizado Equilíbrio Emocional, correspondem a 58,3% da amostra em questão.

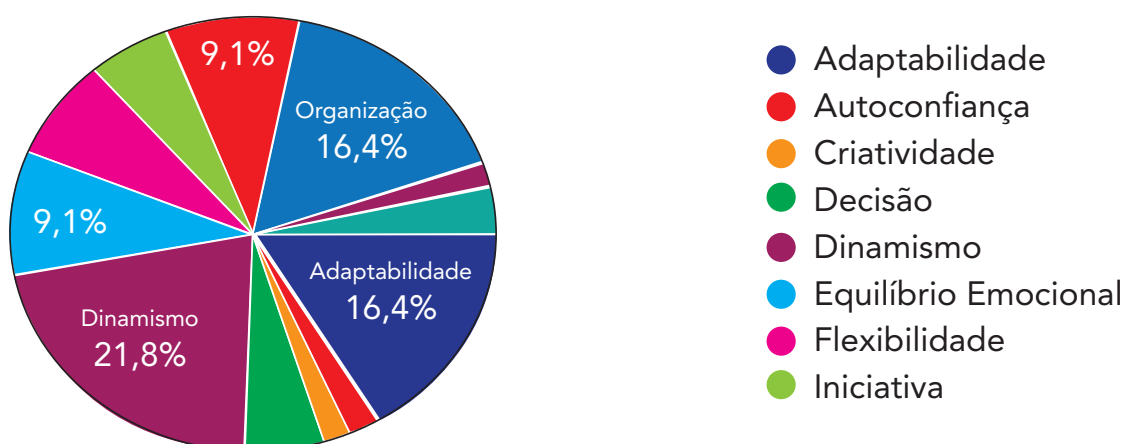
Gráfico 03 – Competências relacionadas às habilidades individuais no fator Liderado



Fonte: Dados da pesquisa realizada pelos autores (2021).

No tocante a análise das competências desejáveis relacionadas às habilidades individuais no fator Interação da liderança militar, conforme o Gráfico 04, observaram-se as principais competências individuais: Dinamismo (21,8%), Adaptabilidade (16,4%), Organização (16,4%), Equilíbrio Emocional (9,1%), Objetividade (9,1%) e Outras (27,2%). Nessa categoria, no fator Interação, as habilidades individuais indicadas como relevantes para o desempenho da liderança militar foram o Dinamismo, Adaptabilidade e Organização, todas representando 54,6% da amostra.

Gráfico 04 – Competências relacionadas às habilidades individuais no fator Interação



Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelos autores (2021).

A partir da exposição desses dados, apresenta-se a seguir uma discussão dos mesmos a fim de se considerar um parecer fundamentado sobre o tema. Nesse sentido, elaborou-se o Quadro 03 com a finalidade de apresentar o panorama das habilidades individuais desejáveis para o desempenho da liderança militar no ambiente operacional na perspectiva do Segundo- Sargento Aperfeiçoado de Infantaria.

Quadro 03 – Panorama das habilidades individuais desejáveis para o desempenho da liderança militar no ambiente operacional na perspectiva do Segundo-Sargento Aperfeiçoado de Infantaria

| FATORES DA LIDERANÇA | HABILIDADES INDIVIDUAIS |
|----------------------|-------------------------|
| SITUAÇÃO | Equilíbrio Emocional |
| | Adaptabilidade |
| | Decisão |
| LÍDER | Autoconfiança |
| | Equilíbrio Emocional |
| | Decisão |
| LIDERADO | Iniciativa |
| | Equilíbrio Emocional |
| | Adaptabilidade |
| INTERAÇÃO | Dinamismo |
| | Adaptabilidade |
| | Organização |

Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelos autores (2021).

Portanto, considerando os 4 fatores da liderança militar em correlação com as 12 habilidades individuais desejáveis no ambiente operacional da Força Terrestre, pôde-se obter um perfil de competências afetivas pessoais desejáveis para o desempenho da liderança na perspectiva do Sargento de Infantaria, apresentadas no Quadro 03, concretizando uma matriz de ambientação e o embasamento teórico sobre o tema liderança militar. Como primeira inferência nos dados do Quadro 03, em relação à pesquisa bibliográfica a respeito da teoria das habilidades individuais e os fatores da liderança, pôde-se verificar que os militares

indicaram em três os fatores da liderança: a habilidade individual Equilíbrio Emocional, como competência afetiva primordial para o desempenho da liderança. Esse consenso evidencia a valorização do Equilíbrio Emocional como expressão da inteligência emocional.

Além disso, a habilidade individual Adaptabilidade também foi indicada em três fatores da liderança militar no ambiente operacional, com exceção no fator Líder. No cenário contemporâneo, a Adaptabilidade torna-se uma competência decisiva no espectro atual influenciado pela lógica digital, ambiente fragmentado e exposto em alta velocidade, ou seja, um ponto capital para sobreviver às reviravoltas do combate.

Contudo, ficou evidente que para o fator Líder não se considera a Adaptabilidade como decisiva no desempenho da liderança, provavelmente justificada pelas bases da estrutura militar estarem fundamentadas na hierarquia e na disciplina.

No âmbito da habilidade individual Decisão, indicada como desejável em dois fatores da liderança, evidencia-se a importância da capacidade de empregar medidas seguras e corretas no momento adequado, constituindo um elemento de condição para o desempenho da liderança militar. A presença da habilidade de Decisão mitiga os efeitos indesejados da insegurança e da omissão, transmitindo confiança, postura e ação de comando, sem necessariamente desconsiderar outras habilidades individuais para o desempenho da personalidade de cada militar.

É importante destacar que, mesmo que outras habilidades individuais não tenham sido consideradas pelos militares, buscou-se por meio do estudo identificar somente as habilidades consideradas primordiais no desempenho de cada fator da liderança militar. Desse modo, como já mencionado anteriormente, não cabe ao militar possuir todas as habilidades individuais para o desempenho da liderança, mas dominá-las conforme as particularidades de cada contexto operacional e de modo profissional.

Sabe-se ainda que as missões militares são cumpridas independente dos fatores motivacionais dos militares, mas que a li-

derança militar possibilita aumentar a produtividade da tropa, bem como aprimoramento do ambiente de trabalho. Cumpre ainda salientar que todo militar deve se tornar o principal líder de sua fração, e esse processo de transformação está ligado diretamente aos diversos fatores de aprimoramento técnico-profissional e o culto pelos valores éticos e institucionais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivos identificar e mapear, a partir da percepção dos Segundos-Sargentos, alunos do Curso de Infantaria da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas, quais são as principais habilidades individuais desejáveis para o desempenho da liderança militar no âmbito operacional da Força Terrestre. Desse modo, foi analisado por meio da correspondência entre as competências pessoais e os fatores de liderança militar encontrados nas teorias fundamentais e nos fatores motivacionais disponíveis na literatura militar.

Esses conceitos que foram abordados aqui não são novos, pois o trabalho reuniu conceitos que foram comprovados através da história e em experiências recentes no Haiti e em outras operações dentro do território nacional. Os métodos modernos de treinamento, bem como a aplicação da liderança em todos os níveis atestam serem ferramentas de extrema importância na capacitação das tropas e no seu desempenho em combate. Esses fatores em conjunto são responsáveis pela manutenção dos altos níveis de motivação nessas tropas.

Considera-se ainda, que mesmo em se tratando de militares que em sua maioria não foram empregados em combate real, mas que tiveram os mesmos métodos de formação militar, os níveis de motivação também se mantiveram altos por saberem que tais métodos já foram eficazmente aplicados. Isso demonstra o nível de importância que deve ser dado ao treinamento e a aplicação da liderança mesmo em tempos de paz.

Dentro dessa perspectiva, pode-se des-

tacar que tropas motivadas apresentam diversos benefícios para a Força, dentre eles e, especialmente, a confiança em seus líderes, na missão da sua unidade, na missão do Exército Brasileiro, assim como na manutenção do seu compromisso e dever com a Pátria.

Os resultados encontrados ainda evidenciaram sete principais habilidades individuais relacionadas às competências pessoas para desempenho da liderança, de modo direto ou indireto, no âmbito operacional: Equilíbrio Emocional, Adaptabilidade, Decisão, Autoconfiança, Iniciativa, Dinamismo e Organização. Essas habilidades individuais quando empregadas de modo correto no desempenho da liderança militar podem potencializar a motivação de seus subordinados a desenvolver o máximo desempenho em potencial da fração, alinhando os esforços coletivos em prol dos objetivos da Organização Militar e do Exército Brasileiro.

Destaca-se ainda a reduzida literatura (textos, artigos e livros) que tratam sobre as principais competências a serem desenvolvidas pelo líder militar no estágio final desejado de uma operação, condição que sustenta a importância de novos estudos voltados para o tema. Outro ponto relevante do estudo é o seu público-alvo, constituído de Segundos-Sargentos de Infantaria, militares de carreira que apresentam alta rotatividade nos cargos e funções administrativas e operacionais no Exército Brasileiro, bem como por integrarem diversas Organizações Militares do país, assegurando condições para que os resultados aqui demonstrados possam ser considerados para toda a Força Terrestre, inclusive por se constituir em uma amostra de âmbito nacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Exército. Estado-Maior. C 20-10: Liderança Militar. 2. ed. Brasília: 2011. CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 1999.

CHIAVENATO, I. **Gerenciando com as Pessoas**: transformando o executivo em um excelentegestor de pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FARIA, D. P. de F. **Introdução à história militar brasileira**. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2015.

KLAVA, V. **Motivação empresarial - o desafio do século XXI**. Blog Administradores, 2010. Disponível em: <https://administradores.com.br/sobre-o-administradores#section1>. Acesso em: 30 Abr. 2021.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

NAKAMURA, C. C. Motivação no trabalho. **Management de Ciências Empresariais**, Maringa, v. 2 n 1, p. 20-25, jan/jun, 2005.

SANTOS NETO, L. L. dos. **A Liderança Militar e a Empresarial**: semelhanças, diferenças, desafios e oportunidades. 67f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

6. Guerra de 4ª geração: um conhecimento a ser difundido para toda a tropa

2º Sgt Eng nº 404 Johás dos Passos de Almeida

2º Sgt Eng nº 406 Diego Ermeson Bruno Correia

2º Sgt Eng nº 409 Regiano Carneiro Soares

2º Sgt Eng nº 416 Abel Ferreira Vieira

2º Sgt Eng nº 426 José Henrique Teixeira Melo

2º Sgt Eng nº 428 José Augusto Duarte Bispo

Estudos descrevem as diversas características da evolução dos conflitos ao longo dos tempos, demonstrando as gerações da guerra e as mudanças sociais que influenciaram e influenciam o cenário bélico. O amplo espectro do contexto dos conflitos armados comporta as guerras de 4ª geração, determinadas como conflitos da atualidade, e que são identificados pela natureza de uma conjuntura multidimensional, o qual visa tirar vantagem das mudanças políticas, sociais, econômicas e tecnológicas.

Essa dimensão de guerra se expandiu por ocasião do auge da Guerra Fria, em consequência à ameaça de uma guerra nuclear proveniente da disputa entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), indício este que assustava o mundo (GAPO, 2011).

Por esse motivo, os conflitos que sucederam a Guerra Fria denotam grande expansão na criação de organizações não estatais como instrumento coercitivo em vista de

finalidades ideológicas e de poder, tornando a guerra assimétrica. Assim, vê-se que o Estado não detém mais o monopólio de combate, e, com isso, se desenvolvem muitos conflitos intra-estatais, que, em certa medida, superam os conflitos de guerra declarada por forças estatais, mais característicos de gerações passadas.

1.1 Objetivo geral de estudo

Haja vista a evolução do contexto de guerra, a operação de uma tropa em conflitos de 4ª geração requer o emprego de técnicas, táticas e procedimentos de guerra irregular. Destarte, o objetivo do presente trabalho consiste em denotar a importância de se formar militares de todos os níveis: estratégico, tático e operacional, de modo a enfrentar as variáveis de um combate não convencional. Porquanto, ocorre que nos conflitos atuais agentes dos níveis mais baixos tomam decisões imediatas, semiautônomas e que impactam na condução das operações.

Para tanto, enfatiza-se a necessidade da disseminação do conhecimento acerca de Guerra de Quarta Geração (G4G)¹ em todos os níveis hierárquicos do Exército Brasileiro (EB)², bem como a melhor preparação dos militares por consequência do amplo espectro dos conflitos atuais. Faz-se necessário preparar os agentes em todos os níveis para torná-los aptos a tomar decisões rápidas, flexíveis e seguras em conformidade com o processo de comando e controle, tendo em vista a ocasião de se estar diante de uma guerra marcada pela imprevisibilidade e pela grande influência em todos os âmbitos sociais.

Assim sendo, para a delimitação do tema, entende-se necessário repensar a cultura de liderança na formação dos militares, de maneira a incorporar novas práticas que permitam unir os agentes de todos os níveis em um escopo estratégico-operacional, como uma possível solução para promover condições para que qualquer militar, inclusive o soldado, seja capaz de tomar decisões eficientes.

1.2 Metodologia de pesquisa

A partir disso, este trabalho terá como método a pesquisa bibliográfica, diante da qual realizará uma revisão bibliográfica por meio de livros, artigos, documentos eletrônicos e pesquisa de campo, o que possibilitará inicialmente alcançar uma conceituação breve da definição de guerra e de como a sua evolução vem sendo estudada pelos autores que a dividem em gerações, afim de se chegar à definição de G4G. Em seguida, serão abordados alguns dos fatores (humano, informacional e psicológico) característicos da G4G, uma vez que são imprescindíveis ao conhecimento da

tropa. Em sequência, serão demonstrados alguns dos conflitos internacionais e ameaças, como exemplos de G4G.

Com o intuito de ampliar os estudos sobre a existência de necessidade, ou não, de ampliação do conhecimento dos militares do EB, será realizada uma pesquisa quantitativa para aferir o conhecimento global da tropa acerca de G4G, em uma amostragem com 127 militares, oficiais e praças. A partir desse levantamento de dados se buscará analisar, em detalhes, por meio de gráficos, se há defasagem no conhecimento da maior parte dos graduados e soldados no conhecimento sobre G4G, ou se nem mesmo ouviram falar sobre esse assunto.

1.2.1 Material utilizado

Para a pesquisa bibliográfica se valerá de livros, artigos, documentos eletrônicos e será utilizado *notebook* com acesso à *internet* e a ferramentas de pesquisa, as quais possibilitarão o acesso às fontes de consultas e referências. Para a realização de pesquisa quantitativa se utilizará aplicativo de troca de mensagens em telefones celulares, além de computador com ferramentas de criação de gráficos.

2. O CONCEITO DE GUERRA E SUA EVOLUÇÃO

A definição de guerra, conforme o dicionário Michaelis (2021), consiste em uma luta armada entre nações, etnias diferentes ou partidos de uma mesma nação por motivos territoriais, econômicos ou ideológicos; podendo se tratar de qualquer luta ou combate, com ou sem armas. Diante das mudanças e constante evolução da dimensão dos conflitos, buscou-se novos conhecimentos a esse respeito. Surge assim a teoria sobre as gerações das guerras, sendo a dimensão vivenciada pelos atuais conflitos denominada de Guerra de 4ª geração (G4G). Essa denominação foi mencionada pelo norte americano Willian Lind em 1989 e desde então vem sendo empregada por outros autores. (MONTEIRO, 2017).

1 A expressão G4G será utilizada para se referir ao termo Guerra de Quarta Geração denominada em 1989 pelos autores Lind, Nightengale, Schimtt, Sutton e Wilson no artigo: "The Changing Face of War: Into the Fourth Generation" (MONTEIRO, 2017).

2 A expressão EB será utilizada para se referir ao Exército Brasileiro.

2.1 Guerras de 1ª geração

A dimensão inicial de guerras, ou seja, Guerra de 1ª Geração correspondeu ao período que vai desde a Paz de Vestefália até metade do Séc. XIX. A Europa, em termos políticos, sociais e econômicos, passou dos feudos para um conjunto de Estados-Nação, governada por monarcas, e em termos militares mudou dos cavaleiros feudais para os exércitos à imagem de Napoleão. A evolução dos conflitos parte do princípio de que as guerras de 1ª geração seriam aquelas ocorridas entre exércitos numerosos, posto de forma linear no campo de batalha usando mosquetões, artilharia e até mesmo cavalos. As Guerras Napoleônicas, a Guerra dos 30 anos e a Guerra de Independência Americana, são alguns exemplos (GAPO, 2011).

2.2 Guerras de 2ª geração

Já as guerras de 2ª Geração, foram aquelas marcadas pela era industrial em meados do século XIX, as quais permitiram a utilização dos novos e poderosos engenhos bélicos, em que “a destruição em massa tornou-se o princípio central da guerra” (TOFFLER, 1998 *apud* RAMOS e MATOS, 2019, p 70). A utilização da linha defensiva *Maginot*, de 1940, e os ataques das tropas aliadas ao Monte Cassino, em 1944, são exemplos de guerra levada a efeito sob a concepção da 2ª geração, onde se buscava a sincronização de tiros e a rígida disciplina de movimentos (RAMOS e MATOS, 2019).

2.3 Guerras de 3ª geração

Nas guerras de 3ª geração, por sua vez, havia a busca de demonstração de resistência ao poder bélico do inimigo mediante a identificação de seus pontos fracos, com a finalidade de dificultar a sua capacidade de operação e sem necessidade de sua destruição física total. Exemplo disso foi a tática utilizada pelo exército alemão na 2ª Guerra Mundial conhecida como “guerra relâmpago” (*Blitzkrieg*). Ela não se baseava no

poder de fogo, mas na velocidade e na surpresa. Os conflitos caracterizaram-se pela velocidade dos avanços devido a novas estratégias e inovações tecnológicas nos armamentos e veículos, ocupação rápida de territórios e cidades foram instrumentos preponderantes (RAMOS e MATOS, 2019).

2.4 Guerras de 4ª geração

Na G4G o conflito é visto paralelo aos fenômenos políticos e sociais. Suas principais características são a perda do monopólio Estatal sobre a guerra; a mudança do enfoque da linha de frente do exército inimigo para o interior da sociedade oponente; os elevados custos para o Estado prevenir-se e opor-se a uma ameaça; o emprego de forças de efetivos reduzidos e independentes (missões descentralizadas) atuando com grande iniciativa e liberdade de ação; o emprego do poder de combate do inimigo contra ele próprio, priorizando a manobra e os objetivos psicológicos em detrimento aos objetivos físicos; maior necessidade do preparo e adestramento, físico e intelectual, da tropa. São, também, travadas sob o manto da tecnologia da informação e da comunicação globalizada. Podem ser associadas à guerra assimétrica e ao terrorismo, ocorrendo dentro ou fora dos domínios soberanos de um Estado (RAMOS e MATOS, 2019).

Devido a tantos fatores, surgiram diversas definições e nomenclaturas à dimensão de guerra de 4ª geração, como: guerra irregular, assimétrica ou mesmo híbrida; guerra multidimensional; e também podendo ser conhecida como guerras da Era do Conhecimento. Tendo como particularidade o fato de utilizar muitos meios e formas na condução da guerra, além de atuar principalmente nos campos político, ideológico, social, econômico, psicossocial. Os agentes envolvidos nem mesmo precisam ser militares. Nessa Geração, o Estado perde novamente o monopólio sobre a guerra propriamente dita, que volta a ser travada por grupos independentes, sem qualquer ligação com uma nação especificamente, contra os Estados constituídos (LIND, 2005 *apud* RAMOS e MATOS, 2019 p. 70).

Apesar de ser um tema restrito a poucos autores na atualidade, Sun Tzu (1999) já trazia características definindo o assunto, dizia que a melhor forma de se combater um inimigo é evitar o conflito direto, desgastando-o, poupando forças e tomando cidades sem destruí-las. Porém, é preciso lembrar que os objetivos relativos a esses conflitos não ficam restritos à tomada de cidades ou territórios, pois “[...] a tropa pode ter que atuar sobre a população, a mídia, o governo, redes sociais dentre outros” (SUN TZU, 1999, p. 42). Para conhecer melhor os indícios de uma G4G, serão descritos em seguida quais os fatores que a fundamentam e que a tornam um desafio intelectual de conhecimento para a tropa.

3. IMPORTANTES FATORES PARA CONHECIMENTO DA TROPA EM UM AMBIENTE DE G4G

Diferentemente das gerações passadas de Guerra, como apresentado acima, a G4G está difundida nos mais diferentes âmbitos da sociedade e pelos mais diversos meios tecnológicos, políticos, informacionais. Este aspecto demanda amplitude de ações não convencionais que envolvem todos os níveis hierárquicos, o que requer melhor nível operacional da força envolvida e maior comando e controle.

É fundamental que a tropa empregada nesse cenário de conflito seja capaz de discernir o caráter multidimensional, bem como os fatores característicos da G4G, tais como: o fator humano, o informacional e o psicológico. Portanto, devem ser de conhecimento da tropa, também no seu nível tático e operacional, não somente pelo nível estratégico.

3.1 Fator humano

O fator humano tem demonstrado que as sociedades estão cada vez mais conscientes quanto às consequências da alternativa bélica na solução dos conflitos, tanto em relação às vidas humanas quanto em recursos de toda ordem. Aspectos re-

lacionados à dimensão humana, tais como suas atividades; modos de comportamentos de indivíduos e grupos; crenças; e decisões, têm feito significativas mudanças na atuação do combatente e na forma de lidar com a população das áreas conflagradas, com reflexos não apenas no armamento e no equipamento empregados, mas também na natureza e no adestramento da tropa empregada.

O ambiente operacional tornou-se confuso, a presença da população e de outros atores dificulta a identificação do inimigo ou da força adversa e aumenta a possibilidade de danos decorrentes das operações. Não se pretende dizer, com isso, que a letalidade do Exército deva ser reduzida, mas sim que além de seletiva e efetiva, hoje mais do que nunca, requer-se um desenvolvimento educacional ampliado para incluir conhecimento cultural, ideológico, comportamental às tropas.

3.2 Fator informacional

Com relação ao fator informacional, a produção, a obtenção, a disseminação e o emprego de informações relevantes, seletivas, oportunas e com credibilidade têm relação direta com a qualidade do processo decisório (tomada de decisão em conformidade com a intenção de comando), e são ações imprescindíveis nas operações de G4G. É importante reconhecer a influência da informação sobre o comportamento do grupo de atores que participam da dinâmica dos conflitos: a mídia; os civis não combatentes, os grupos e organizações presentes em áreas de litígio; o público em massa, seja ele nacional ou internacional; e os dirigentes e líderes em todos os níveis (BRASIL, 2019).

O trabalho da mídia como fator relevante, a facilidade de acesso a novas tecnologias, a disseminação de informações por meio da Internet e o aparecimento das redes sociais disponibilizam, a qualquer cidadão, informações que antes eram reservadas aos Estados. Os diversos atores, estatais ou não, devem conduzir suas atividades com o entendimento de que elas poderão ser

gravadas e difundidas ao “público global” instantaneamente, e isso pode afetar diretamente, de forma positiva ou negativa, o cumprimento de uma missão.

Deve-se estar ciente de que a criação e o emprego de narrativas a favor de ideologias e grupos específicos geram grande influência no comportamento social. Pessoas são usadas para espalhar ideias e informações, principalmente no âmbito das redes sociais, mas também, por influências através das relações interpessoais. Tais fatos aumentam a importância de que a Força forme líderes individuais capazes de serem vetores e que desempenhem papel preponderante da narrativa para a manutenção do estado final desejado (BRASIL, 2019).

Na atualidade é de suma importância e urgência controlar a “narrativa” para bem comunicar ou comunicar primeiro. Não ter o controle da narrativa pode levar a sérias restrições à liberdade de ação, e até mesmo impor a derrota no cenário de amplo espectro. O controle da narrativa dos grupos políticos dominantes gera as condições ideais para obter vantagem econômica, expressão de seu poder geopolítico ou simplesmente controle, além de interferir na mudança de opinião de Estados.

Grandes emissoras detiveram praticamente o monopólio da transmissão da informação por décadas. Uma emissora de televisão tem a capacidade de enaltecer os acertos e minimizar os erros, fazendo com que a opinião pública fique favorável ao seu pensamento. Atualmente, este poder foi descentralizado para aqueles que exercem papel de liderança, como também para pessoas comuns da sociedade que fazem uso assíduo de celulares e redes sociais com o objetivo de disseminar narrativas ou ideologias das quais comungam.

3.2 Fator psicológico

Outro fator relevante no cenário da G4G é o efeito psicológico das vantagens conquistadas na vitória militar, pode-se dizer se tratar de um fator essencial. Hoje a guerra tende a priorizar os objetivos psi-

cológicos em detrimento dos objetivos físicos, pois se mostra mais forte a ligação com o meio político, ou até mesmo a soma entre objetivos militares e objetivos políticos. O intuito maior da guerra, além dos alvos militares, é alcançar resultados psicológicos e afetar a opinião pública positivamente influenciando o “conjunto dos posicionamentos e consequente pressão social e política sobre os agentes decisórios, se possível com utilização do espaço na mídia e aceitação popular” (VISACRO, 2011 p. 54).

A arte da guerra se depara com novos desafios e complexidades. Essas mudanças vêm alterando gradativamente as relações de poder, provocando instabilidades e incertezas, e suscitando o aparecimento de conflitos locais e regionais com a inserção de novos atores, estatais e não estatais, no contexto dos conflitos.

Uma ameaça concreta ou potencial numa G4G pode ser definida como a conjunção de atores, estatais ou não, entidades ou forças, com intenção e capacidade de realizar ação hostil contra o país e seus interesses nacionais, com possibilidades de causar danos à sociedade e ao patrimônio. As ameaças podem estar dissimuladas, infiltradas, ou até mesmo agindo de forma a influenciar estados nacionais para que grupos realizem o trabalho ideológico, armados ou não, por países com ideal hostil. Estas são dimensões de conflito em que o inimigo pode não ser identificado, as ameaças podem surgir de fontes inesperadas, sendo a profundidade dos seus efeitos ilimitada (PEDRO, 2020).

Esses são fatores implícitos no ambiente de G4G que denotam o estado de conflitos atuais, requerendo das Forças estatais ampliação educacional para o melhor desenvolvimento das ações militares, bem como alinhamento entre os níveis de coordenação e operação, objetivo e finalidade. O ambiente de G4G pode constituir-se como uma ameaça por tempo indeterminado e não passar disso, ou se desenrolar numa guerra sem tempo ou clareza para que seja declarada, segue, assim, alguns exemplos globais de conflito de G4G.

4. ALGUNS EXEMPLOS GLOBAIS DE CONFLITOS ATUAIS DE G4G

Em um ambiente de G4G não se pode esperar pelo pior momento para que então se mobilize ações para combater os seus efeitos. Esse tipo de guerra pode ser configurado como não declarada, ou seja, pode-se estar vivenciando precedentes de um conflito sem que se tenha conhecimento. Nas últimas décadas, apesar da ocorrência de conflitos com o empenho de numerosos efetivos, a declaração de guerra entre Estados deixou de ser a regra. Em um ambiente de incertezas, passou a ser mais difícil identificar o adversário dominante, regular ou não. Essa situação requer combatentes com maior percepção de cenário de guerra. Pontua-se, assim, mais um aspecto que ratifica a necessidade da evolução constante da doutrina militar brasileira.

4.1 Guerra do Vietnã (1956-1975)

Um dos exemplos que se pode citar é o da guerra do Vietnã (1956-1975), quando em 1967 a superioridade das forças da Aliança (atuação dos EUA com as tropas do Vietnã do Sul) no campo de batalha se apresentou diminuída, em razão do apoio da população (em sua maioria camponeses) aos *Vietcongs*, assim como, pela existência de santuários no Camboja e em Laos também em apoio a essas forças (GAPO, 2011, p. 24).

A tática usada pelas forças *Vietcong* era baseada em ações de guerrilha e, por isso, a maior parte dos combates ocorridos não foram executados de acordo com a guerra convencional. Os *Vietcongs* realizavam diversas ações com forças de efetivo reduzido, com tropas sem uniformes, através de emboscadas, onde poderiam facilmente misturar-se com a população no caso de serem atacados (GAPO, 2011, p. 24). Outro pormenor usado pelas forças no norte do Vietnã foi o de exercerem pressão política sobre o Congresso dos EUA, de quem dependia o apoio financeiro aos combates, referindo-se que a guerra era invencível e que não fazia sentido continuar a combatê-la (HAMMES, 2008: 38 *apud* GAPO, 2011, p. 24).

4.2 Guerra no Afeganistão

No Afeganistão o Presidente Hazifullah Amin implantou forças para manipular a população a uma cultura mais aproximada do Ocidente, intervindo drasticamente na tradição mulçumana. Essa intervenção fez com que a maioria da população insurgisse em forma de guerrilha contra tal empreendimento considerado comunista. Os *mujahideen* declararam guerra ao Presidente Amin e a seus apoiadores, assim ocorreu a entrada das tropas soviéticas no combate entre 1979 e 1989. Os *mujahideen* não detinham forte armamento, mas levavam vantagens por conhecerem peculiaridades territoriais e condições meteorológicas (GAPO, 2011, p. 25).

4.3 Guerra em Israel

A guerra de Israel contra o *Hezbollah*, em 2006, confirma, mais uma vez, como forças com forte capacidade militar, as Forças de Defesa de Israel (FDI), enfrentaram dificuldades em um conflito assimétrico, típico das G4G. Apoiados externamente em armamento por diversos países como a China, Coreia do Norte e Irã, o *Hezbollah* dotou-se de armamento de alta tecnologia para combater as forças israelitas. Compreendeu, por outro lado, o valor da sua abordagem assimétrica para o conflito, ao combater uma FA com o valor incomparável do poder militar convencional das Forças Israelenses.

4.4 Ataque às torres gêmeas nos EUA

Outro exemplo que representa uma investida com características típicas das G4G está retratado no ataque realizado por uma força não estatal (*Al Qaeda*), fortalecida com apoio e forças transnacionais, contra a maior potência mundial, incorrendo no atentado às torres gêmeas do *World Trading Centre* (WTC) em Nova Iorque e ao Pentágono em Washington, no dia 11 de setembro de 2001, através do sequestro de três aviões civis causando um elevado número de mortes na sua maioria

de civis. Embora a estrutura internacional de forças militares presentes no país seja consideravelmente mais forte que as forças talibãs, evidenciando a característica assimétrica do conflito, não foi o suficiente para diminuir o impacto das ações das forças terroristas.

4.5 Conflitos na Síria

Ainda no cenário de conflitos atuais, é possível citar o que vem ocorrendo na Síria, em que grupos de insurgentes lutam entre si. Os EUA vêm apoiando grupos a favor da criação de um território autônomo e que combatem o grupo terrorista Estado Islâmico; a Rússia, por sua vez, apoia o Governo da Síria, que luta contra grupos insurgentes que visam derrubar o governo sírio. Já o Irã, com o objetivo de atacar indiretamente Israel, apoia o governo da Síria e grupos terroristas.

Em contrapartida, a Turquia, com o intuito de impedir que um novo território seja criado dentro de seu país pelos Curdos, invadiu o norte da Síria. Pode-se citar ainda um possível ataque *hacker* a uma usina nuclear no Irã, supostamente realizado por Israel que se vê ameaçado pelo avanço do programa nuclear iraniano. Todo esse cenário se encaixa na temática da G4G, terrorismo, operações de desinformação, propaganda desestabilizadora, dentre outras.

4.6 Alerta para o Brasil

No Brasil, como um dos exemplos que apontam para uma ameaça em ambiente G4G, é possível dizer que desde os anos 90 são percebidos constantes ataques por parte de países estrangeiros com relação à forma de cuidado que a sociedade brasileira exerce sobre sua biodiversidade. Críticas por parte dos Estados Unidos, da França, da Alemanha, já foram direcionadas ao Brasil com a intenção estratégica de desestabilizar a política nacional de meio ambiente, gerando um mal-estar entre o governo e a população brasileira, bem como entre o Brasil e outros países.

Nesse sentido, na noite de 5 de julho de 2019, os generais Eduardo Villas-Boas e Alberto Cardoso afirmaram, na apresentação da palestra “Intérpretes do pensamento estratégico militar”, durante evento organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHG-DF), em Brasília, que:

[...] o Estado brasileiro está sendo alvo de um ataque indireto de nações estrangeiras que, em suas concepções, utilizam o discurso pela defesa da preservação da Amazônia em favor de seus interesses pelas riquezas do país [...] Há hoje uma guerra indireta em andamento, que agora, imediatamente, após a assinatura do acordo entre o Mercosul e a União Europeia, envolve a Alemanha, o Uruguai, os Estados Unidos e outros países. E o curioso é que são países que se consideram com autoridade moral de apontar o dedo para o Brasil [...] (VILLAS-BOAS e CARDOSO *apud* VASCONCELOS, 2019).

O Brasil é um país rico em biodiversidade, além de sua grande extensão territorial e populacional, que ao sofrer críticas como essas, está presenciando uma possibilidade de interferência em sua soberania, por outros países, sem sequer declararem guerra. A evolução dos conflitos tem se tornado algo complexo e, como observado, sugerem múltiplas interpretações e imprevisibilidade de resultados. Por isso, frente ao mencionado discurso dos Generais, reforça-se a necessidade de uma administração da Amazônia tendo como um dos fatores de segurança a participação das Forças Armadas.

O fato de dirigirem apontamentos ao Brasil indicando irresponsabilidades administrativas, seja com a biodiversidade nacional ou com caráter humanitário, pode caracterizar-se como uma estratégia de desestabilizar o país, nacional e internacionalmente, com o intuito de exercer poder e/ou domínio sobre ele.

Percebe-se em todas essas situações apresentadas o caráter assimétrico da G4G; a camuflagem dos atores adversários nos discursos sociais; a criação de narrativas; o domínio de informações. Embora o Brasil goze de um Exército de paz é necessário que do nível estratégico ao operacional os militares estejam atentos e conheçam as características para discernir qualquer atitude subversiva e ameaças de uma G4G.

Em razão de tudo o que se abordou até aqui, se buscará a seguir focar na necessidade de que esses conhecimentos sejam trabalhados nos planos de instruções em todos os níveis hierárquicos do EB, de forma que contribua não somente para atualização dos militares no contexto de guerra, mas também para redimensionar seu emprego e suas aptidões nos mais diversos espectros de conflitos.

5. NECESSIDADE DE PREPARO DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM TODOS OS SEUS NÍVEIS PARA A GUERRA DE 4ª GERAÇÃO

Como foi observado, as características de uma G4G constituem um cenário de vulnerabilidades, incertezas e ambiguidades, um ambiente em que a tropa pode enfrentar adversários que são atores não estatais, insurgentes, criminosos. Torna-se assim um grande desafio identificar esses atores. As operações militares mais recentes engajam membros de todos os níveis em atividade de liderança e gerenciamento decisório. Podendo ser o militar de qualquer posto ou graduação um símbolo individual visível em tomadas de decisão, influenciando não somente a situação tática, como também os níveis operacional e estratégico (STRINGER, 2010, p. 2).

Como exemplo, destacam-se a Guerra da Somália e algumas ações humanitárias de preservação da paz em certos países, em

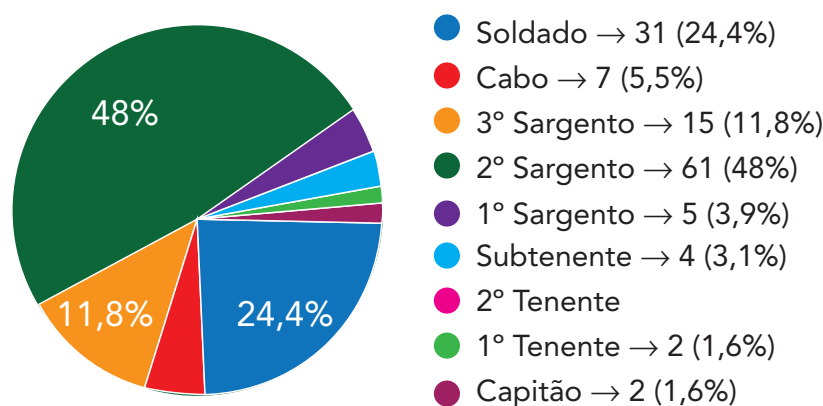
que a atuação de graduados nas tomadas de decisão oportunas foi primordial para a definição do curso desses conflitos. Segundo Stringer, “Nessas situações, o graduado individualmente era o símbolo mais visível da política externa dos EUA, influenciando não apenas a situação tática imediata, mas também os níveis operacional e estratégico” (STRINGER, 2010, p. 2).

Em vista disso, questiona-se, pois, se militares do Exército Brasileiro de todos os níveis, com ênfase nos graduados e soldados, detêm algum conhecimento sobre os fatores componentes da G4G, ou se simplesmente já ouviram falar em G4G.

5.1 Pesquisa quantitativa para aferir conhecimento de militares do EB acerca de G4G

Ao abordar a temática da presente pesquisa, qual seja, a preparação da tropa para atuar no contexto de conflitos de Quarta Geração, deparou-se com a falta de conhecimento de alguns militares do Exército Brasileiro sobre a doutrina de G4G. Com base na pesquisa quantitativa realizada pelos coautores deste trabalho, no período de 20 a 30 de março de 2021, com 127 militares do Exército Brasileiro, entre eles, oficiais, subtenentes, sargentos, cabos e soldados, sendo a maioria dos participantes praças (figuras 1 e 2), constatou-se que 61,4% (78 militares) dos entrevistados não detinham conhecimento sobre G4G:

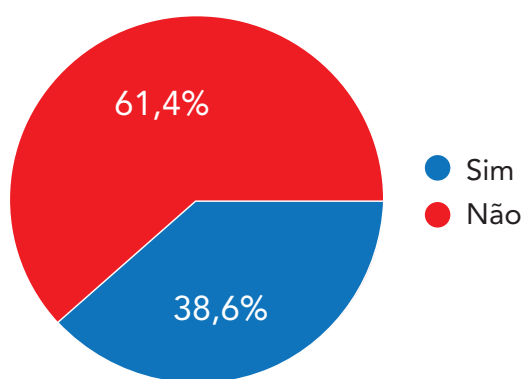
Gráfico 1 – Universo de militares abordados na pesquisa
Qual seu posto ou graduação?
127 respostas



Fonte – Elaborado pelos autores.

Gráfico 2 – Percentual de militares entrevistados Já ouviu falar sobre Guerra de 4ª Geração?

127 respostas



Fonte – Elaborado pelos autores.

A necessidade de difusão do conhecimento de G4G em todos os níveis do Exército Brasileiro mostra-se de caráter urgente, pois o não conhecimento de certa fração dos militares sobre essa temática traz reflexões quanto à parte operacional da Força, que embora consciente da sua atividade fim, a guerra, não ter acompanhado a evolução do cenário beligerante e as diversas facetas de um atual conflito, isto é, uma G4G. Por vezes, a Força pode se encontrar imersa e atuando em um ambiente de G4G, porém com os agentes envolvidos não tendo a percepção e a dimensão do contexto ao qual estão inseridos, por falta de conhecimento, especialmente do nível operacional no âmbito dos praças.

Os graduados e soldados não precisam de uma formação acadêmica profunda em História Militar, Diplomacia ou Relações Internacionais. Precisam, sim, de um conhecimento básico aplicado sobre esses assuntos; uma abordagem de “lições aprendidas”, ainda que com a vivência de outros países, que assista a tomadas de decisões e avaliações pelos próprios soldados, como vem ocorrendo. Precisam se tornar pensadores críticos e criativos aptos a resolver problemas complexos.

5.2 Novas práticas propostas como necessárias à formação dos graduados e soldados do EB

É necessária a inclusão do tema G4G nos planos de instruções para a formação dos graduados e soldados brasileiros. É preciso informar para que se possa denotar constante evolução no preparo militar visando a atividade fim do Exército Brasileiro, a guerra, mesmo diante de um exército de paz. No presente estudo conseguiu-se constatar que as estratégias convencionais de guerra já foram superadas pelos conflitos da Era do Conhecimento.

É sabido que os níveis estratégicos da Força do Exército Brasileiro detêm o conhecimento sobre os conflitos de amplo espectro incluído a G4G, até mesmo se tem o Manual de Doutrina Militar Terrestre que retrata muito bem o tema. No entanto, é notório que esse assunto, conflito de amplo espectro, ainda é pouco difundido, especialmente entre os graduados e soldados.

As diversas atividades de instrução, exercícios militares, manobras, são espaços e oportunidades para difundir o conhecimento evolutivo e atual de guerra, bem como promover em toda a tropa a percepção multidimensional e variável dos fatores que dão indícios de uma potencial G4G.

É preciso repensar a cultura de liderança, unificar o material de instrução e a linguagem para se formar uma equipe integrada, isto é, deve-se incorporar novas atividades que incluam o planejador da ação tática dentro do objetivo estratégico-operacional, para que assim todos tenham ciência da intenção do comando, do processo decisório e da repercussão política de cada ação.

A forma como a mídia trabalha as informações, os assuntos mais discutidos e disseminados nas redes sociais, conflitos atuais no mundo, tecnologias voltadas para guerra, a formação de grupos radicais e manifestações populares são objetos que devem ser abordados por todos os militares dentro dos planos de instrução previstos para a tropa.

Percebe-se a necessidade de evolução intelectual da força, é necessário transformar a educação e o desenvolvimento da liderança dos graduados, que devem saber que fazer guerra somente com demonstração de força é convencional para a atualidade dos conflitos. O atual ambiente de guerra exige tomadas de decisão, atitude de liderança e reconhecimento de que as ações individuais praticadas por todos os envolvidos em combate, ou por frações elementares, podem repercutir consideravelmente nos níveis político, estratégico e operacional.

O cenário moderno em que se vive é imprevisível, não se pode mais esperar por acontecimentos relevantes para evoluir quanto Força Armada. A transformação nas atividades educacionais de formação permitirá que o Exército Brasileiro esteja ajustado às necessidades decorrentes das tarefas e missões que deverá executar nas próximas décadas. Diante do novo cenário de conflitos, a unidade de comando é mantida, porém a responsabilidade no processo de tomada de decisão é partilhada por todos os agentes. Com isso, o sistema de comando e controle com o suporte informacional deve se tornar mais ágil e eficiente para maior suporte ao comando e controle de danos.

É esperado que os militares sejam guerreiros, bem como construtores de nações, garantidores da lei e da ordem. De acordo com Stringer (2010, p.4) os militares de uma Força devem estar preparados para ajudar a restabelecer as instituições e forças de segurança locais e assistir na reconstrução da infraestrutura e dos serviços básicos. A lista de tarefas exigidas é longa e desempenhá-las envolve constante evolução no nível intelectual de instrução dos militares brasileiros.

Esse conflito de amplo espectro requer que todos os níveis, oficiais, graduados e soldados, e não apenas as funções e cargos estratégicos, tenham um grau essencial de competência militar profissional. Essas tendências requerem que o Exército Brasileiro fomente uma cultura militar voltada a preparar graduados para se tornarem peças ao desempenho de atividades estratégicas.

A atenção à demanda de melhores instruções aos militares brasileiros é necessária para que sejam formados tendo em vista uma possível inserção da Força nas diversas missões que envolvam ambientes de G4G. É fundamental dotar a tropa, especialmente os graduados e soldados, com novas competências e capacidades, objetivando aprimorar o conhecimento de suas frações para o cumprimento de missões e tarefas multidimensionais.

Sabe-se que não somente é preciso capacidades físicas dos graduados e soldados, mas também da educação de todos, para que o Exército Brasileiro possa ampliar sua capacidade intelectual e de ação para todo o espectro das operações, inclusive para as G4G.

6. CONCLUSÃO

Em síntese, este estudo objetivou enfatizar a evolução do ambiente de guerra, expondo que os conflitos atuais manifestam-se através do manto multidimensional, atrelado a um conjunto de eventualidades que insere a tropa na atuação de atividades não convencionais. Esse fato, não raro, obriga aos agentes de forma geral, e particularmente os praças, a tomarem decisões rápidas, seguras e flexíveis.

A atuação de um militar bem instruído deve atender ao processo de comando e controle de sua tropa. Para tanto, o soldado passa a integrar uma plataforma semiautônoma. Deve assim, ser capaz de avaliar a situação tática, tomar decisão e promover o estado final desejado (VISCRO, 2011, p. 49).

Outrossim, há mais de dez anos o Exército Brasileiro traz na sua doutrina a abordagem sobre os conflitos de amplo espectro. Entretanto, esse conhecimento fica restrito aos níveis hierárquicos mais elevados da Força. Ou seja, a maior parte do efetivo, que são graduados e soldados, não a conhecem. O padrão de compreensão dos soldados sobre o novo conceito de guerra implica diretamente na capacidade de tomar decisões eficientes em prol da missão. Isso significa que todo militar deve conhe-

cer o processo decisório e a intenção do comando em um possível emprego da tropa, ou, na impossibilidade disso, detenha ao menos a consciência situacional do que não deve ser feito, pois uma atitude errada tem o poder de anular os esforços de guerra, ocasionando o fracasso da missão.

Seguindo essa ideia, face a um cenário de vulnerabilidades, incertezas, complexidades e ambiguidades que caracterizam a guerra de amplo espectro, é preciso dispor de militares preparados para, de maneira ágil e flexível, tomar decisões adequadas dentro das janelas de oportunidade. De igual modo, mas não menos importante, é necessário repensar a cultura de liderança. Na guerra de amplo espectro, não se pode esperar que a liderança seja projetada unicamente pelos mesmos canais da cadeia de comando.

Por essa razão, o presente trabalho teve como objetivo enfatizar a necessidade de que sejam incorporadas novas práticas que permitam engajar o planejador da ação tática, dentro de um escopo estratégico-operacional, e criar condições para que qualquer militar capaz de tomar decisões (valendo-se do soldado mais moderno) tenha ciência da intenção do comandante, do processo decisório e da sensibilidade política de suas ações.

De fato, existe um novo cenário, que apesar de manter a unidade de comando, partilha a responsabilidade pela tomada de decisões. Assim, não seria prudente ignorar a necessidade de um sistema de comando e controle mais ágil e eficiente, tanto para suporte à decisão, quanto para o controle de danos, e que reforce a narrativa legitimando as ações de guerra por meio da Comunicação Social. O desenvolvimento educacional do processo decisório com a inserção dos praças no escopo estratégico-operacional proporciona a eles maior liberdade de ação, ao mesmo tempo que os conscientiza das ordens do escalão superior, tornando-os conhecedores de suas diretrizes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Johás Passos. et al. Projeto Interdisciplinar - EASA, Turno 01/2021. Cruz Alta: Google Forms, 2021. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdTmvLskVSci_vgc0cDEp2Xr-r_3M6aeIBke80BfgBqlCpqXQQ/viewanalytics> Acesso em 13 de março de 2017

BRASIL. Manual de Fundamentos - EB 20-MF-10.101. 1ª Edição 2014.

BRASIL. Manual de Fundamentos Doutrina Militar Terrestre - EB 20-MF-10.102. 2ª Edição 2019.

GAPO, Gustavo Ferreira. **As guerras de quarta geração**. 2010. 76 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estado-maior Conjunto, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 2011.

MICHAELIS. Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998. Dicionários Michaelis, 2259 p.

MONTEIRO, Luís Nuno da C. S. **Guerra de 4º Geração**, Revista Militar, N.º 2591 - pp 1001 - 1014, Dezembro de 2017.

PEDRO, Antonio Fernando Pinheiro. **Neoparamilitarismo, conflitos assimétricos, interesses difusos e guerra de 4ª geração**. Outubro de 2020. Disponível em: <[https://www.observatoriodajusticamilitar.info/single-post/2020/10/05/neoparamilitarismo-conflitos-assimétricos-interesses-difusos-e-guerra-de-4ª-geracao](https://www.observatoriodajusticamilitar.info/single-post/2020/10/05/neoparamilitarismo-conflitos-assimetricos-interesses-difusos-e-guerra-de-4a-geracao)> Acesso em: 15 mar. 21.

RAMOS, Alexandre Fernandes. MATOS, Patrícia de Oliveira. **Alterações no perfil da guerra e reflexos para o preparo e emprego do poder aéreo Brasileiro**. Journal of the Americas, Air University Press, Maxwell AFB, AL / Published May 01, 2019. v. 1, n. 1 - pp 65-79, maio 2019.

STRINGER, Kevin D, Ph.D. **Formação do Cabo Para o Desempenho de Atividades Estratégicas** ("O Cabo Estratégico"): Uma Mudança de Paradigma. Revista Military Review. Fort Leavenworth, p. 2-12, Fev. 2010.

TZU, Sun. A arte da guerra. Adaptação e prefácio de James Clavell. Tradução de José Sanz, 22ª tiragem. Rio de Janeiro: Record, 1999.

VISACRO, Alessandro, **Guerra Irregular: terrorismo ,guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**,1º Edição, São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Desafio da transformação**. Revista Military Review (edição brasileira): Fort Leavenworth, mar/abr, 2011.

VASCONCELOS, Jorge. Generais dizem que país está sob ataque indireto de nações estrangeiras. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 de ago. de 2019. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/05/interna_politica,775674/generais-dizem-que-pais-esta-sob-ataque-indireto-de-nacoes-estrangeira.shtml> Acesso em: 10 fev 2021.

7. Tiros de Guerra: instrumentos de manutenção da coesão do Exército frente aos desafios modernos

2º Sgt Art nº 301 Jefferson Rodrigo Lobato Batista

2º Sgt Art nº 302 Marcel da Silva Kovac

2º Sgt Art nº 308 Leonardo Faria dos Anjos

2º Sgt Art nº 312 Danilo Henrique Rodrigues Pereira

2º Sgt Art nº 316 Jymmys Clemente Mota da Silva

RESUMO

No âmbito dos Tiros de Guerra, o presente artigo objetiva realizar um estudo descritivo com foco em uma pesquisa de opinião, verificando a sua importância atual na manutenção de um Exército coeso através da percepção dos Atiradores em relação às tradições, aos valores e à mística da instituição, considerando os desafios culturais do século XXI nos ambientes socioculturais extremamente distintos em que os Tiros de Guerra se inserem. Através da análise, observa-se um índice acima de 97,5% para os parâmetros mais elevados ou positivos da pesquisa, a saber, “muito importante” e “importante”, constatando-se que os Atiradores compartilham dos conceitos abordados e os esforços para manutenção de um Exército coeso permanecem efetivos.

Palavras-chave: Exército Brasileiro; Valores; Tradições; Mística militar; Tiros de Guerra; Manutenção de um Exército coeso.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Iniciais

A formação da identidade brasileira se deu através de uma miscigenação de povos que aqui habitavam e que se instalaram, após o descobrimento do Brasil, em 1500 por Pedro Álvares Cabral. Imigrantes portugueses que vieram na Escolta do Descobrimento, logo depois os espanhóis, africanos, franceses, holandeses, alemães, imigrantes dos países asiáticos, entre outros, juntaram-se aos índios para formar a matriz étnica brasileira.

Mesmo diante desta diversidade cultural, em meados do século XVII, ainda no Brasil Colônia, surge um sentimento comum de defender o território dos corsários estrangeiros que aqui se instalaram e que coagiam a população à época. Dava-se então a formação embrionária de um exército composto por brasileiros, nascido a partir do desejo de uma nação de defender a sua so-

berania. Contudo, a legitimação desta vontade só aconteceu a partir da independência do Brasil e a criação, de fato, do Exército Brasileiro, o qual deu-se na Constituição de 1824 (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2014).

No curso da história, ao chegar à Constituição Federal de 1988, observa-se que o legislador consagra o Exército Brasileiro como uma instituição permanente:

“As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.” (BRASIL, 1988, Art. 142, grifo nosso).

Contudo, frente à tão grande miscigenação étnica que, consequentemente, proporcionou e proporciona uma ampla diversidade cultural, é de se supor que, para sustentar esta instituição de maneira permanente, faz-se necessário ter em sua base alicerces sólidos, sendo imprescindível que os recursos humanos componentes sejam éticos em sua essência e, quanto a isso, segundo MAXIMIANO (2011), compreende-se que:

“Os valores formam as bases dos códigos de ética. Os valores que orientam o comportamento ético, e que permitem classificar os comportamentos dentro de qualquer escala de desenvolvimento moral, foram e continuam sendo propostos por filósofos e diversos tipos de líderes: Confúcio, Buda, Moisés, Jesus Cristo, Sócrates, Platão e Aristóteles, entre muitos outros. Essas pessoas manifestam opiniões a respeito de como a sociedade deveria ser, e o fazem de maneira a influenciar as convicções alheias”. (MAXIMIANO, 2011, p. 308)

Diante disso, entende-se que o caráter permanente do Exército Brasileiro está intrínseco a “coesão alicerçada na camaradagem e no espírito de corpo, capaz de gerar sinergia para motivar e movimentar a Força” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2014) e, esta coesão, foi forjada numa história repleta de tradições de bravura, fruto dos sacrifícios de muitos brasileiros que derramaram seu sangue para lutar pela integridade deste imenso território e pela paz social.

Assim, devido à importância das tradições, dos valores e da mística na manutenção de um Exército Brasileiro coeso e, também, em face da diversidade cultural do século XXI, os estudos que envolvem a análise da manifestação desses preceitos na Tropa se apresentam como essenciais.

1.2 Objetivo Geral

Realizar um estudo descritivo com foco em uma pesquisa de opinião no âmbito dos Tiros de Guerra do Exército Brasileiro, verificando a sua importância atual na manutenção de um Exército coeso através da percepção dos Atiradores em relação às tradições, aos valores e a mística da instituição, considerando os desafios culturais do século XXI nos ambientes socioculturais extremamente distintos em que os Tiros de Guerra se inserem, levando-se em consideração suas distribuições nas partes mais distantes do Território Nacional.

Especificamente, pretende-se:

- Esclarecer as tradições, os valores e a mística do Exército Brasileiro;
- Conhecer os Tiros de Guerra e os desafios culturais do século XXI;
- Analisar qualitativamente a percepção atual dos Atiradores dos Tiros de Guerra em relação às tradições, aos valores e a mística do Exército Brasileiro.

1.3 Justificativa

Na busca na manutenção de um Exército coeso, frente aos desafios culturais do século XXI, considerando os ambientes socioculturais extremamente distintos em que os Tiros de Guerra estão inseridos, bem como suas distribuições nas partes mais distantes do território nacional, através de uma pesquisa de opinião, o presente estudo buscará compreender a percepção dos Atiradores, nos dias atuais, em relação às tradições, aos valores e a mística do Exército Brasileiro.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente se fez necessária a realização de pesquisas bibliográficas no meio científico sobre o tema. Após o embasamento teórico, foram confeccionados gráficos para fins de análise, estes criados a partir das respostas de Atiradores de Tiros de Guerra de diferentes lugares do território brasileiro.

A pesquisa teve como foco realizar um estudo descritivo voltado para a pesquisa de opinião procurando compreender a percepção dos Atiradores em relação às tradições, aos valores e a mística do Exército Brasileiro, com o objetivo de ser um estudo base para tomada de decisões futuras. (CERVO & BERVIAN, 1983)

Cabe ressaltar, antes de qualquer coisa, que a busca pela amplitude do questionário entre o maior número de Tiros de Guerra possível, objetivou abranger a diversidade sociocultural da nossa população. Buscando-se analisar, desta forma, se os conceitos aqui abordados estão presentes nas instituições que possuem as localizações mais distantes, nos rincões do Território Nacional.

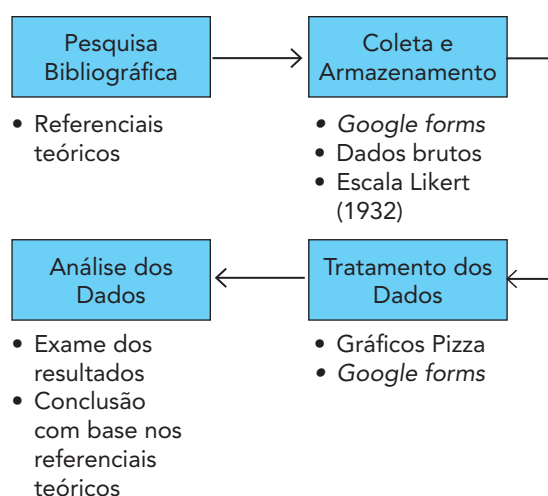
Os dados coletados são extremamente relevantes por oferecerem uma grande contribuição aos estudos que envolvem esta temática e, principalmente, por servirem de base na tomada de decisão de medidas que visem fortalecer ou, até mesmo, corrigir a forma como as tradições, os valores e as místicas vêm sendo difundidas nas Organizações que compõem o Exército Brasileiro contribuindo, assim, para que a Instituição mantenha a sua coesão frente aos desafios culturais do Século XXI.

O questionário distribuído entre os Atiradores foi disponibilizado através de um Formulário do Google (*Google Forms*) e, ao ser realizado desta forma, objetivou-se demonstrar que além da facilidade de se realizar uma pesquisa com esta abrangência, ainda com a dificuldade do momento atual, tendo em vista a pandemia de COVID-19, é possível se utilizar de tecnologias gratuitas obtendo, assim, custos relativamente mínimos, segurança na proteção contra o COVID-19, uma vez que não existiu con-

tato presencial com nenhum dos entrevistados, aliados a resultados extremamente relevantes para a comunidade científica e, principalmente, para o Estado-Maior do Exército Brasileiro no que tange a tomada de decisão frente aos resultados do presente estudo.

A pesquisa bibliográfica, a coleta, o armazenamento, tratamento e a análise dos dados do questionário seguiram um ordenamento sistematizado (Figura 1) a fim de se obter a análise mais completa possível.

Figura 1 - Etapas da elaboração da pesquisa



Fonte: Elaborada pelos autores.

As respostas foram adquiridas através do questionário confeccionado no *Google Forms* e os Tiros de Guerra abrangidos estão localizados nas cidades de Cornélio Procópio - PR (TG 05/002), Mossoró - RN (TG 07/010), Londrina - PR (TG 05/003), Garça - SP (TG

02-014), Medianeira - PR (TG 05/018), Franca - SP (TG 02/013), Russas - CE (TG 10/010), Campo Largo - PR (TG 05/020), Caruaru - PE (TG 07/014), Cianorte - PR (TG 05/011), Itapipoca - CE (TG 10/015), Teotônio Vilela - AL (TG 07/022), Cajati - SP (TG 02/094), Pedreira - SP (TG 02/093), Tupã - SP (TG 02/043) e Piracicaba - SP (TG 02/028).

Os dados brutos obtidos não fariam sentido se fossem analisados de forma individualizada ou, ainda, poderiam não apresentar a realidade das opiniões se fossem

realizadas perguntas não diretas, assim, para confecção do questionário utilizou-se a escala Likert (*apud* LUCIAN & DORNELAS, 2015), de forma que as respostas fossem transformadas em gráficos para análise sendo utilizado, para isso, mais uma vez o *Google Forms*.

Entender os conceitos que norteiam e servem de base para a coesão do Exército Brasileiro é extremamente importante e verificar como tem sido a sua difusão é tão importante quanto. Por isso, os resultados obtidos após a realização destas etapas encontram-se discutidos ao longo da presente pesquisa.

3. ÉTICA E MORAL

Os seres humanos, desde a Antiguidade, buscam reunir-se em grupos de maneira que atinjam objetivos comuns. Todavia há uma variedade de fatores que constituem verdadeiros desafios para este escopo, tais como a formação de cada indivíduo, bem como sua percepção distinta dos fatos que lhe rodeiam. Desta forma, surge como importante ferramenta a ética e a moral, que apesar de comumente serem tratadas como sinônimas, possuem características bem definidas, apesar de estarem interligadas.

A etimologia da palavra ética, do grego *êthos*, remete-nos à ideia do local onde eram guardados animais, isto é, coisas de valor, o que mais tarde passou a denotar o sentido delugar de onde surgem os atos do Ser, fonte que respalda toda e qualquer ação do indivíduo (PEDRO, 2014).

No que tange à moral, temos sua origem no latim *mos* (*mores*, no plural), traduzindo-se na ideia de comportamento influenciado pelas normas, costumes e leis (*Ibid.*, 2014).

Logo, ao tratarmos de ética, estamos lidando com uma análise filosófica da força interna motriz, capaz de direcionar o comportamento humano, ao passo que a moral orienta tal comportamento na busca pelo bem comum (RIZZO RIBEIRO, 2016), o que torna seu perfeito entendimento e efetiva aplicação essenciais para a formação de um Exército sinérgico e alinhado

com sua missão fim. Isto é, em qualquer estabelecimento de formação militar, tais institutos devem fazer parte do cotidiano de seus integrantes, pois refletem o padrão comportamental esperado pela sociedade.

3.1 Tradições, valores e mística militares: importância para coesão do Exército Brasileiro

Ao abordarmos a presente temática, adaptando-a a realidade da profissão militar, cabe salientar que tais concepções se manifestam através de dois pilares: culto às tradições e estabelecimento de valores que, em tese, podem ser observados por toda sociedade, porém é no militar que encontram sua mais elevada expressão.

José Pessoa, sobrinho do ex-presidente Epitácio Pessoa, e comandante da então denominada Escola Militar do Realengo (AMAN), ao implementar mudanças naquela escola, pretendia "...atingir a alma e corações dos jovens candidatos a Oficial" (CASTRO, 1994), o que evidencia que as tradições são capazes de interagir na ética do militar. Além disso, entendia que a "...figura de Caxias deveria pairar no seio dos cadetes do Brasil, como Napoleão entre os de Saint-Cyr e Washington entre os de West Point." (*ibid.*, 1994).

Com isto, entende-se que o culto às tradições, além de criar um perfil ético militar, também estabelece um modelo de conduta a ser alcançado por todos os militares.

Não obstante, tendo como objetivo pessoal obter o padrão firmado pelas tradições, os valores militares nos possibilitam atingir o paradigma esperado. Compõem os valores militares o patriotismo, civismo, fé na missão do Exército, amor à profissão, espírito de corpo e aprimoramento técnico-profissional (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2002). Ou seja, ao incorporar às fileiras do Exército, são apresentados valores que os militares devem cultivar para que, juntos, atinjam a determinado padrão.

O que se verifica, portanto, é o culto a esses valores e tradições, no âmbito da caserna, por vezes assumir contornos de verdadeira devoção, muito se assemelhan-

do a uma religião. Neste contexto, surge a mística, como fator que reforça o ideal de pertencimento a um seleto grupo detentor de capacidades técnicas acima do normal.

“...A oração é iniciada com a evocação de Deus pelo termo “Senhor” e nas frases seguintes são pedidas prudência, perseverança e outros qualificativos para fazer do soldado um vencedor. E mesmo que, ao final, o soldado morra pela Amazônia, é pedido em oração que pelo menos a vitória seja concedida. Toda essa mística ganha ainda mais força nas tropas quando se leva em consideração que elas têm uma composição muito forte de jovens oriundos de tribos indígenas, principalmente de faixas etárias que estão em condições de prestar serviço militar”. (BRASIL, 2006)

Como resultado da extrema devoção a valores e tradições, a mística consiste em uma verdadeira amálgama, consolidando assim, por exemplo, a mística do Guerreiro de Selva, do Paraquedista, das Forças Especiais, etc, contribuindo para a coesão de um Exército que, apesar de reunir indivíduos das mais diversas culturas e dos mais diversos lugares deste país de dimensões continentais, consegue construir uma identidade de âmbito nacional, contribuindo para a grande credibilidade do Exército de Caxias.

3.2 As manifestações dos Valores e das Tradições

Nesta esteira da demonstração de valores militares, podemos destacar o culto aos Símbolos Nacionais, tais como a Bandeira e o Hino Nacional, como fruto do civismo que tanto deve ser cultivado pelos militares. Além disso, o patriotismo, exigindo o sacrifício da própria vida, faz com que a carreira militar assuma características ímpares, muito distintas de qualquer outra profissão, bem como a constante preocupação com a apresentação individual, exalando assim o amor à profissão, dentre outros.

Ao recitar a Oração do Guerreiro de Selva, Combatente de Montanha, do Paraquedista, Guerreiro do Pantanal, etc., o militar faz de seu ofício um verdadeiro culto, esta é a função da mística.

As tradições permeiam toda a maneira de ser do militar, consistindo na celebração de datas históricas, como dia 25 de agosto (Dia do Soldado), 7 de setembro (Independência), 19 de novembro (Dia da Bandeira), além de lembrar os feitos heroicos dos integrantes da FEB. Tais tradições perpetuam valores requeridos pelos integrantes do Exército de hoje e de sempre.

4. TIROS DE GUERRA DO EXÉRCITO BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO

4.1 Breve histórico de formação dos Tiros de Guerra

Os Tiros de Guerra (TG), Órgãos de Formação da Reserva (OFR), que possibilitam a prestação do Serviço Militar Inicial, no município sede do TG, dos convocados não incorporados em Organização Militar da Ativa (OMA), visam atender à instrução, conciliando o trabalho e o estudo do cidadão (BRASIL, 2002, Art. 2º).

A experiência brasileira, vigente desde 1906, fundada por Antônio Carlos Lopes, na cidade de Rio Grande - RS, uma sociedade de tiro ao alvo com finalidades militares, foi a ideia inicial que passou por todo um processo histórico social até a consolidação da criação dos Tiros de Guerra através de uma Portaria em 1945. Nesse caminho houve influências e idealizações de várias autoridades do Exército e do Estado, como foi o caso de Olavo Bilac (atual Patrono do Serviço Militar) e protagonista na definição dos serviços militares (*apud* GONZALES, 2008).

Criados no intuito de contribuir para estimular a interiorização, evitando o êxodo rural no início do século XX, objetivavam difundir, como polos, o civismo, a cidadania e o patriotismo, em benefício das comunidades locais. Sendo, dessa forma, expoentes fundamentais que contribuem para a boa imagem da instituição perante a sociedade civil, como podemos observar neste trecho retirado do sítio eletrônico do Exército Brasileiro:

“Os Tiros de Guerra (TG) são **uma experiência bem sucedida** entre o Exército Brasileiro e a Sociedade Brasileira, representados pelo poder público municipal e pelos milhares de cidadãos brasileiros que ingressam nas fileiras do Exército anualmente. Essa parceria perene e edificante, juridicamente celebrada por intermédio de convênios, está enraizada na história e na formação do povo brasileiro há mais de 110 anos e tem profundas ramificações na sociedade na qual está inserido.” (grifo do autor)

Os jovens matriculados nos Tiros de Guerra são denominados “Atiradores” e podem assim atender à Lei e prestar o Serviço Militar inicial. Para a maioria é a oportunidade de adquirirem conhecimentos únicos e, principalmente, assimilar valores já esquecidos, em outras instituições civis, como: os valores espirituais e morais da nacionalidade; o sentimento das obrigações para com a Pátria e a compreensão das instituições básicas que regem a sociedade, tais como Governo, Família, Igreja e Forças Armadas; além do sentimento de responsabilidade no desempenho de suas atividades, como cidadão e Atirador, no trato da coisa pública e do material (*apud* GONZALES, 2008).

Em uma sociedade hedonista, com valores estipulados pela mídia e internet, reflexos da globalização, cresce em importância a existência dos Tiros de Guerra, órgãos fundamentados em propósitos conservadores e tradicionais. Uma visão antagônica do meio que os rodeia, é essa a concepção tida pelo jovem no início do ano de instrução, entretanto, os valores transmitidos, muitas vezes inéditos, sobressaem e modificam o jeito de ser do mesmo.

Cita-se, aqui, o relato de caso de um dos autores do presente estudo, tendo em vista ter sido Atirador do TG 02/063, localizado em Presidente Prudente – SP, no ano de 2008. O cidadão ao adentrar, passa a entender o seu papel como Atirador, alguém que representa o Exército Brasileiro, nas mais diversas atividades, solenidades e representações nas quais irá participar. Os sentidos de responsabilidade, companheirismo e cumprimento de missão aprendidos

na instituição, tornarão o indivíduo mais consciente do seu papel tanto em relação aos seus familiares, quanto à sua comunidade como um todo.

Desta forma, os TG se mostram úteis e eficazes perante a sociedade, através dos programas e projetos públicos e comunitários, além da sua importância no âmbito interno da instituição, sendo um vetor de coesão e um forte propagador dos valores militares, bem como, do culto às tradições e a manutenção da mística.

4.2 OS DESAFIOS CULTURAIS DO SÉCULO XXI PARA OS TIROS DE GUERRA

É notório o avanço irrefreável da tecnologia nos últimos anos, tornando cada vez mais simples a troca de informações entre indivíduos, sem limites de espaço e tempo. Logo, temos a globalização cada vez mais forte, onde culturas do mundo inteiro se entrelaçam e influenciam umas as outras.

Não há dúvidas de que a tecnologia contribui de forma significativa para o desenvolvimento social, contudo, o Exército Brasileiro possui o desafio de se manter coeso em seus valores, tradições e místicas frente às céleres mudanças culturais.

Segundo Frabasile (2018), durante evento realizado na Amcham, em 1º de março de 2018, Thomas Friedman, colunista do The New York Times, deixou claro que “estamos em um momento em que tecnologia está evoluindo mais rápido do que a capacidade humana”.

Na medida em que a tecnologia avança, o tempo para proliferação de informações se torna cada vez menor, em contrapartida cresce deliberadamente um efeito conhecido nos dias atuais pelo termo em inglês *Fake News* que, de acordo com o Dicionário de Cambridge, a tradução literal de *Fake News* do inglês para o português é notícias falsas, ou seja, este efeito se dá pela disseminação em grande escala de notícias falsas, principalmente por meio digitais.

Ainda sobre o assunto, no Jornal Nacional (2018) foi publicado que:

“Pesquisadores nos Estados Unidos publicaram nesta quinta-feira (8) o maior estudo sobre a divulgação de notícias falsas nas redes sociais. Mentiras são difundidas de forma muito mais rápida e abrangente do que as notícias reais. É como um rastro de pólvora. A probabilidade de uma notícia falsa ser compartilhada na internet é até 70% maior do que a de uma notícia verdadeira. E elas se espalham mais rapidamente e alcançam mais gente. Os cientistas analisaram mais de 126 mil notícias postadas no *Twitter* de 2006 a 2017, por mais de três milhões de pessoas, e compartilhadas mais de 4,5 milhões de vezes. É a capa da revista *„Science‘* desta semana.” (JORNAL NACIONAL, 2018).

A geração atual de jovens que se alistam para o serviço obrigatório, mais especificamente o Atirador de um Tiro de Guerra, fruto deste estudo, tem acesso contínuo às informações que se proliferam pelas mídias sociais, inclusive às *Fake News*. O Exército Brasileiro, por sua vez, tendo conhecimento do efeito *Fake News* e seus perigos para com a credibilidade e manutenção de seus valores, tradições e místicas, precisa empregar, constantemente, seus esforços em combate à disseminação deliberada de falsas informações.

Neste mesmo sentido, Vieira (2020), publicou no sítio eletrônico do Canal Tech o seguinte:

“Mas pegando o termo em sua raiz: *digital influencer* (ou, traduzindo literalmente, influenciadores digitais), basicamente, é a pessoa que detém o poder de influência em um determinado grupo de pessoas. Esses profissionais das redes sociais impactam centenas e até milhares de seguidores, todos os dias, com o seu estilo de vida, opiniões e hábitos.” (VIEIRA, 2020).

Então, os influenciadores digitais são indivíduos que conquistam seguidores nas mídias sociais, ganham credibilidade e admiração e, por consequência, exercem influência de forma significativa sobre o comportamento e decisões de seu público. O perigo nos bastidores desse cenário tem relação direta com o efeito *Fake News* tratado anteriormente. O influenciador tem o poder de transmitir todo tipo de notícia, inclusive as *Fake News*, e estas são recebidas por seus seguidores que depositam confiança no influenciador.

O influenciador digital, ainda que não dissemine uma *Fake News*, tem a prerrogativa da liberdade de expressão garantida pela Constituição, o que fortalece os pilares da democracia. Contudo, o Exército Brasileiro se depara com o desafio de combater nas mídias sociais, sem cercear a liberdade de expressão do cidadão brasileiro, os danos causados por opiniões de influenciadores digitais que não compactuam com os valores, tradições e místicas cultuadas pelo Exército.

Ainda na vertente dos desafios culturais, encontra-se um dos mais preocupantes para o presente século, a depressão, tida por muitos como sendo o “mal do século XXI”. Sobreisso, Mellis (2019), em uma reportagem identificou que:

“Dados da OMS (Organização Mundial da Saúde) mostram que 5,8% dos brasileiros (cerca de 12 milhões de pessoas) sofrem de depressão. É a maior taxa da América Latina e a segunda maior das Américas, atrás apenas dos Estados Unidos. Estima-se que entre 20% e 25% da população teve, tem ou terá depressão, sendo essa a doença psiquiátrica com maior prevalência no Brasil. Muito se fala sobre a depressão ser o mal do século XXI, logo, entre os vários desafios trazidos pela cultura do presente século, este é um dos mais preocupantes.” (MELLIS, 2019)

De acordo com a Revista Científica da Escola de Saúde do Exército - Edição Temática Proteção à Saúde (2020, p. 75):

“Tentativas de suicídio aumentaram entre pessoas que experimentaram eventos traumáticos, independente do desenvolvimento de transtorno mental. O militar, em particular, é exposto a altas taxas de eventos traumáticos durante a participação em combates e operações de manutenção da paz, sendo fundamental identificar fatores de risco nessa população”. (apud FURTADO & ORLANDINI, 2020).

Seja no passado, seja no presente, nas grandes capitais ou, ainda, em cidades pequenas e isoladas, como é o caso dos Tiros de Guerra, a realidade é que os desafios culturais sempre existiram e sempre existirão, tendo atualmente como catalisador deste processo a grande velocidade de transmissão de informações. Cabe ao Exército Brasileiro, portanto, através dos seus recursos humanos, adaptar-se a fim de enfrentar tais desafios, perpetuando seus

valores, tradições e a sua mística, que balizam, desde o passado, todos os militares, independentemente do local onde a administração militar se encontre.

5. UMA ANÁLISE QUALITATIVA SOBRE A MANIFESTAÇÃO DOS VALORES, DAS TRADIÇÕES E DA MÍSTICA NOS TIROS DE GUERRA

A formação embrionária do Exército Brasileiro abarcou um grupo de brasileiros que desejavam defender a sua soberania e que, por mais que fossem de matrizes extremamente diversas, ideais comuns culminaram na busca da nação pelo cumprimento deste objetivo.

Este objetivo comum perpassou os anos e chegou até a Constituição Federal de 1988, dando ao Exército Brasileiro a denominação de instituição permanente, destinada “à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.” (BRASIL, 1988, Art. 142). Contudo, apenas os ideais comuns não são suficientes para que um grupo reunido se torne coeso. O efeito permanente denominado a instituição, como visto, está intimamente ligado à manutenção dos valores, das tradições e da mística amalgamados no seio da instituição e externalizados por cada um dos seus integrantes.

Assim, analisando-se um dos ambientes sociocultural mais diverso existente dentro da instituição e considerando, ainda, o efeito tempo de contato que os militares possuem com os conceitos (duas horas diárias de instruções previstas sendo, ao todo, dez horas semanais), consideram-se os Atiradores dos Tiros de Guerra como importantes vetores para análise da coesão do Exército atualmente.

Ressalta-se, ainda, que compreender a percepção dos Atiradores em relação às tradições, aos valores e a mística do Exército Brasileiro, é imprescindível para analisar como vem sendo difundido estes preceitos nos rincões do território brasileiro, servindo de base, inclusive, para tomada de decisões futuras por parte do Estado-Maior do Exército Brasileiro.

Para elaboração das perguntas utilizou-se como parâmetro conceitos contidos no Manual EB20-MF-10.101 - O EXÉRCITO BRASILEIRO, 1ª Edição, de 2014. O questionário, por sua vez, foi confeccionado através do *Google Forms* e distribuído para Comandantes de Tiros de Guerra pelo *Whatsapp*, sendo as respostas obtidas do dia 2 de abril de 2021 até o dia 7 de abril de 2021 perfazendo, ao todo, um quantitativo de 607 (seiscentos e sete) respostas para análise da situação e os gráficos (APÊNDICE I) confeccionados a partir das imagens disponibilizadas pelo próprio *Google Forms*.

Chama-se atenção, portanto, para o custo ínfimo de realização da presente pesquisa, uma vez que os meios empregados já são usados habitualmente. A facilidade de propagação onde se buscou o máximo de abrangência é outro fator relevante, pois a tecnologia nos permite, atualmente, realizar pesquisas de opinião, semelhantes a esta, não importando os fatores locais dos atores envolvidos. Quanto a isso, verifica-se que se, por um viés a tecnologia é apresentada como um dos desafios culturais deste século, como fora visto anteriormente, ela também funciona como um facilitador, até mesmo, no processo de difusão dos valores, das tradições e da mística militar, tendo em vista que os Atiradores dos Tiros de Guerra participaram respondendo por meio digital.

As perguntas envolviam os conceitos de patriotismo, civismo, fé na missão do Exército, amor à profissão, espírito de corpo, aprimoramento técnico-profissional e coragem e, quanto à resposta, padronizou-se o uso da escala Likert a fim de se identificar o sentido e a intensidade da atitude dos Atiradores e, também, por este formato de mensuração ser o mais aceito entre os pesquisadores e profissionais de mercado (*apud* LUCIAN & DORNELAS, 2015).

Os parâmetros de mensuração eram “muito importante”, “importante”, “tanto faz”, “pouco importante” e “nem um pouco importante” para que, desta forma, fosse refletido do grau mais elevado (muito importante) até o grau menos elevado

(nem um pouco importante), da atitude dos Atiradores e, assim, pudesse ser mensurado a percepção para cada um dos conceitos abordados, dado ao grau de importância atribuído.

Sobre o conceito de patriotismo (APÊNDICE I - Figura 2) foi perguntado qual era a opinião dos Atiradores em relação a “servir à Pátria com um amor incondicional, estando pronto para defendê-la, até mesmo, com o sacrifício da sua própria vida” e, quanto ao resultado, observou-se que para 73% dos entrevistados esse conceito é “muito importante” e, para 25,2% dos entrevistados, é “importante”, constatando-se que 98,2% dos entrevistados responderam positivamente a este conceito.

Em relação ao conceito de civismo (APÊNDICE I - Figura 3) foi perguntado qual era a opinião dos Atiradores em relação a “cultuar e respeitar os Símbolos Nacionais (Bandeira, Hino, etc.), os heróis nacionais, os chefes militares do passado, participando de solenidades cívico-militares” e, quanto ao resultado, observou-se que para 75,9% dos entrevistados esse conceito é “muito importante” e, para 21,7% dos entrevistados, é “importante”, percebendo-se que 97,6% dos entrevistados responderam positivamente a este conceito.

Acerca do conceito de fé na missão do Exército (APÊNDICE I - Figura 4) foi perguntado qual era a opinião dos Atiradores em relação a “amar o Exército Brasileiro e acreditar, sem duvidar, na missão das Forças Armadas em defender a Pátria” e, quanto ao resultado, observou-se que para 72% dos entrevistados esse conceito é “muito importante” e, para 25,5% dos entrevistados, é “importante”, notando-se que 97,5% dos entrevistados responderam positivamente a este conceito.

A respeito do conceito de amor à profissão (APÊNDICE I - Figura 5) foi perguntado qual era a opinião dos Atiradores em relação à “vibrar com as ‘coisas’ do Exército, demonstrando estar satisfeito por fazer parte da Instituição” e, quanto ao resultado, observou-se que para 74,8% dos entrevistados esse conceito é “muito impor-

tante” e, para 23,2% dos entrevistados, é “importante”, constatando-se que 98% dos entrevistados responderam positivamente a este conceito.

No que se refere ao conceito de espírito de corpo (APÊNDICE I - Figura 6) foi perguntado qual era a opinião dos Atiradores em relação a “ter orgulho de fazer parte do Tiro de Guerra e expressar esse orgulho através de canções militares, gritos de guerra e brados” e, quanto ao resultado, observou-se que para 74,8% dos entrevistados esse conceito é “muito importante” e, para 21,3% dos entrevistados, é “importante”, percebendo-se que 96,1% dos entrevistados responderam positivamente a este conceito.

Com relação ao conceito de aprimoramento técnico-profissional (APÊNDICE I - Figura 7) foi perguntado qual era a opinião dos Atiradores em relação a “aprender, todos os dias, novos ensinamentos e se dedicar para aperfeiçoar os que já foram adquiridos (Exemplo: melhorar os movimentos de Ordem Unida)” e, quanto ao resultado, observou-se que para 82% dos entrevistados esse conceito é “muito importante” e, para 16,8% dos entrevistados, é “importante”, notando-se que 98,8% dos entrevistados responderam positivamente a este conceito.

No tocante ao conceito de coragem (APÊNDICE I - Figura 8) foi perguntado qual era a opinião dos Atiradores em relação a “ser um militar corajoso pronto para cumprir qualquer missão, enfrentando os desafios com confiança e sem se preocupar com os riscos” e, quanto ao resultado, observou-se que para 76,6% dos entrevistados esse conceito é “muito importante” e, para 20,3% dos entrevistados, é “importante”, constatando-se que 96,9% dos entrevistados responderam positivamente a este conceito.

Destaca-se, ainda, que quanto ao conjunto dos conceitos abordados, considerando os parâmetros mais elevados ou positivos da pesquisa, a saber, “muito importante” e “importante”, observou-se um índice acima de 97,5% entre os Atiradores, demons-

trando, dessa forma, a importância dada pelos Atiradores aos valores, as tradições e a mística do Exército Brasileiro e, em relação ao percentual neutro ou negativo, ressalta-se que a baixa porcentagem tornou-os irrelevantes frente ao todo positivo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou esclarecer as tradições, os valores e a mística do Exército Brasileiro, além de conhecer a história dos Tiros de Guerra e os desafios culturais do século XXI que, inevitavelmente, manifestam-se em toda a sociedade.

Esta base conceitual criou subsídios para analisar qualitativamente a percepção atual dos Atiradores dos Tiros de Guerra em relação aos preceitos acima mencionados, devido a sua importância atual na manutenção de um Exército coeso frente aos desafios culturais mencionados.

Esclarecer os conceitos referentes às tradições, aos valores e à mística do Exército Brasileiro foi importante para sanar as dúvidas existentes em relação às bases que sustentam a instituição ao longo da história e que foram responsáveis por definir, até mesmo na Constituição Federal de 1988, o caráter permanente ao Exército Brasileiro.

A história dos Tiros de Guerra proporcionou um conhecimento da utilidade e eficácia destas instituições perante a sociedade, através dos programas e projetos públicos e comunitários, além da compreensão de sua importância no âmbito do Exército Brasileiro, demonstrando-se como importantes vetores de coesão e fortes propagadores dos valores militares, bem como, do culto às tradições e a manutenção da mística. Aliado a isto, conhecer os desafios culturais do século XXI proporcionou respaldo para que as ações traçadas superem as dificuldades apresentadas, afinal conhecendo-se o inimigo se ganha vantagem e o combate se torna muito mais fácil.

Analisar qualitativamente a percepção dos Atiradores em relação às tradições, aos valores e à mística do Exército Brasileiro serviu como base para elucidar como têm sido difundidos estes preceitos no âmbito das Or-

ganizações Militares e, principalmente, para produzir uma análise que serve de parâmetro para futuras comparações, mensurando-se os resultados a fim de se encontrar variações nesta percepção no âmbito da instituição.

Ao se constatar o índice acima de 97,5% para os parâmetros mais elevados ou positivos da pesquisa, a saber, “muito importante” e “importante”, observa-se que os Atiradores compartilham dos conceitos abordados e os esforços para manutenção de um Exército coeso permanecem efetivos.

Contudo, espera-se que o presente estudo sirva como base para elencar análises em outras organizações militares do Exército Brasileiro, visando o aumento de bases científicas que sirvam de parâmetro para os tomadores de decisão da instituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Senado Federal. **A mística é uma aliada importante dos guerreiros da selva.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/06/02/a-mistica-e-uma-aliada-importante-dos-guerreiros-da-selva>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

CASTRO, Celso. **Inventando tradições no Exército Brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, p.231-240. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1986/1125>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica.** 3.ed. Editora McGraw-Hill Ltda.São Paulo, 1983.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Regulamento para os Tiros-de-Guerra e Escolas de Instrução Militar (R138).** Brasil, 2002. Disponível em: < <http://tirodeguerra.dsm.eb.mil.br/images/phocadownload/Criterios-de-Selecao/R-138.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

_____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército Valores, Deveres e Ética Militares (VM 10)**. 1ª Ed. 2002. Disponível em: < <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum/106-valores-deveres-e-etica-militares>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

_____. **Manual de Fundamentos EB-20-MF-10.101 O Exército Brasileiro**. 1ª Ed. Brasília, 2014.

_____. **Tiro de Guerra**. Disponível em: <<https://www.eb.mil.br/web/ingresso/servico-militar>>. Acesso em: 2 abr. 2021.

FURTADO, H. H.; ORLANDINI, F. V. C. **SUICÍDIO NAS FORÇAS ARMADAS**. Escola de Saúde do Exército. EsSEX: REVISTA CIENTÍFICA. Divisão de Ensino –v. 3n. 4 (jan./jun., 2020). Rio de Janeiro: EsSEX, 2020. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/RCEsSEX/issue/view/213/Edi%C3%A7%C3%A3o%20completa>>. Acesso em: 5 abr. 2021.

GONZALEZ, S. L. M. **A territorialidade de militar terrestre no Brasil: Os Tiros de Guerra e a estratégia de presença**. 2008. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia). 332f. São Paulo, 2008.

LUCIAN, R.; DORNELAS, J. S. **Mensuração de Atitude: Proposição de um Protocolo de Elaboração de Escalas**. RAC, Rio de Janeiro, v. 19, 2ª Edição Especial, art. 3, pp. 157-177, Agosto 2015

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PEDRO, Ana Paula. **Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum**. *kriterion*, Belo Horizonte, nº 130, Dez./2014, p. 483-498. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-512X2014000200002&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 02 abr 2021.

RIZZO RIBEIRO, Paulo Mauricio. **Ética e Valores Militares: Desafios de Preservação para a Instituição Militar**. Rio de Janeiro: ESG, 2016. Pág 19.

NOTÍCIAS CITADAS

ÉPOCA NEGÓCIOS. **“A tecnologia está evoluindo mais rápido do que a capacidade humana”, diz Friedman**. *Época Negócios*, 01 MAR 2018. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2018/03/tecnologia-esta-evoluindo-mais-rapido-do-que-capacidade-humana-diz-friedman.html>>. Acesso em: 5 abr. 2021.

FREITAS, E. **Origens do Povo Brasileiro**. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/as-origens-povo-brasileiro.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

JORNAL NACIONAL. **EUA fazem o maior estudo sobre fake news nas redes sociais**. G1, 08 MAR 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/03/eua-fazem-o-maior-estudo-sobre-fake-news-nas-redes-sociais.html>>. Acesso em: 5 abr. 2021.

MELLIS, F. **Dia da Saúde Mental: Brasil lidera rankings de depressão e ansiedade**. R7, 10 OUT. 2019. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/saude/dia-da-saude-mental-brasil-lidera-rankings-de-depressao-e-ansiedade-10102019>>. Acesso em: 5 abr. 2021.

VIEIRA, N. **Digital influencers: afinal, o que é ser um influenciador nas redes?**. Canal Tech, 20 ABR. 2020. <<https://canaltech.com.br/redes-sociais/digital-influencers-afinal-o-que-e-ser-um-influenciador-nas-redes-162554/>>. Acesso em: 5 abr. 2021.

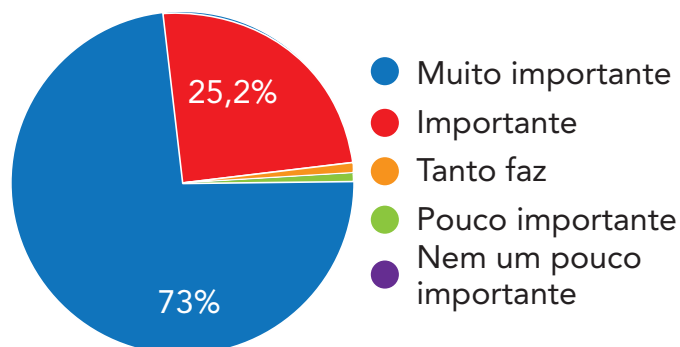
APÊNDICE I

Figura 2 - Conceito de patriotismo

Qual a sua opinião sobre:

Servir à Pátria com um amor incondicional, estando pronto para defendê-la, até mesmo com o sacrifício da sua própria vida.

607 respostas



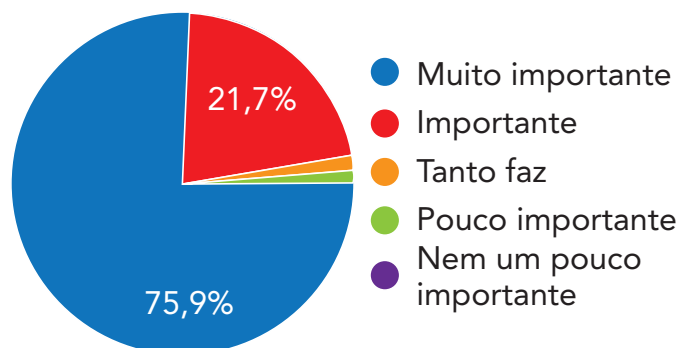
Fonte: Elaborada pelos autores.

Figura 3 - Conceito de civismo

Qual a sua opinião sobre:

Cultuar e respeitar os Símbolos Nacionais (Bandeira, Hino, etc.), os heróis nacionais, os chefes militares do passado, participando de solenidade cívico-militares.

607 respostas



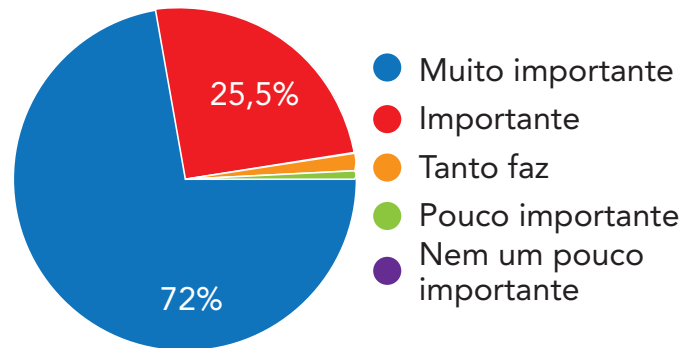
Fonte: Elaborada pelos autores.

Figura 4 - Conceito de Fé na missão do Exército

Qual a sua opinião sobre:

Amar o Exército Brasileiro e acreditar, sem duvidar, na missão das Forças Armadas em defender a Pátria.

607 respostas



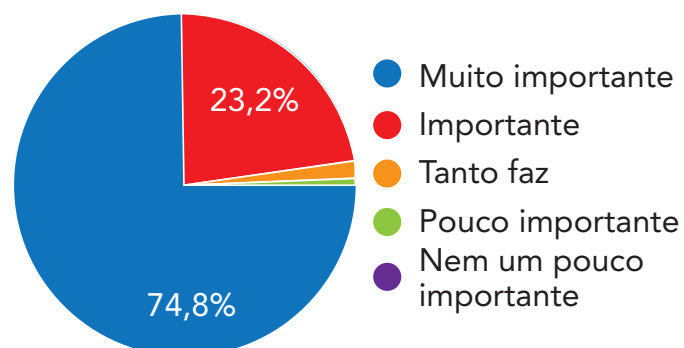
Fonte: Elaborada pelos autores.

Figura 5 - Conceito de amor à profissão

Qual a sua opinião sobre:

"Vibrar" com as "coisas" do Exército, demonstrando ser satisfeito por fazer parte da Instituição.

607 respostas



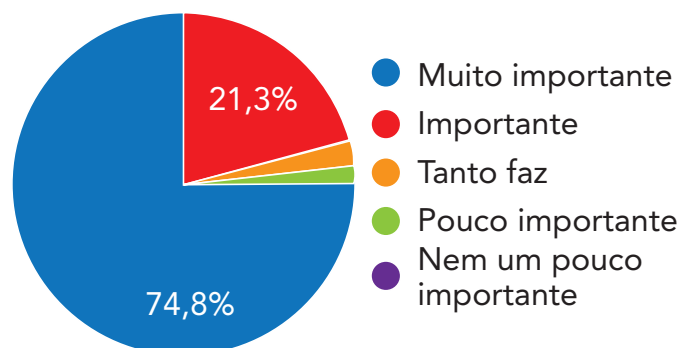
Fonte: Elaborada pelos autores.

Figura 6 - Conceito de amor à profissão

Qual a sua opinião sobre:

Ter orgulho de fazer parte do Tiro de Guerra e expressar esse orgulho através de canções militares, gritos de guerra e brados.

607 respostas



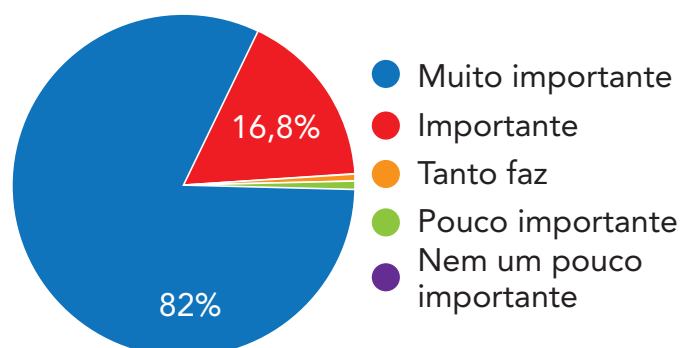
Fonte: Elaborada pelos autores.

Figura 7 - Conceito de aprimoramento técnico-profissional

Qual a sua opinião sobre:

Aprender, todos os dias, novos ensinamentos e se dedicar para aperfeiçoar os que já foram adquiridos (Exemplo: melhorar os movimentos de Ordem Unida).

607 respostas



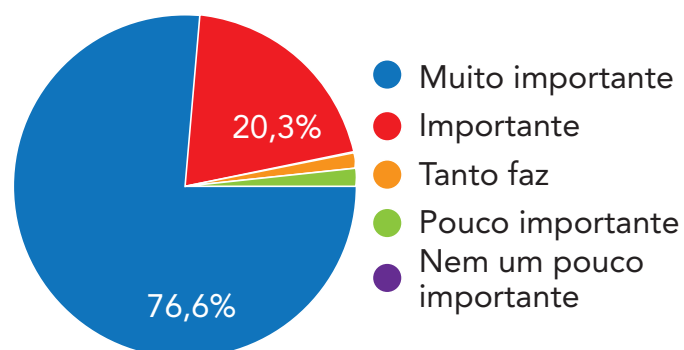
Fonte: Elaborada pelos autores.

Figura 8 - Conceito de coragem

Qual a sua opinião sobre:

Ser um militar corajoso pronto para cumprir qualquer missão, enfrentando os desafios com confiança e sem se preocupar com os riscos.

607 respostas



Fonte: Elaborada pelos autores.

8. *A importância das comunicações via satélite para as operações da força terrestre*

2º Sgt Com nº 513 Gustavo Henrique Serpa Nascimento

2º Sgt Com nº 514 Leonardo Gomes dos Santos

2º Sgt Com nº 517 Samuel Trindade de Souza

2º Sgt Com nº 519 Jamesson de Souza Melo

2º Sgt Com nº 520 Cristiano Thiel Cardoso

1. INTRODUÇÃO

A soberania nacional normalmente é traduzida em poder econômico e militar, fatores esses que colocam o Brasil como potência regional no cenário da América do Sul. A necessidade do exercício pleno da soberania se mostra ainda mais importante quando se verifica a vasta extensão territorial, a grande população e o grau de influência do país no cenário internacional. Desta forma, é imprescindível que o país alcance o mais alto nível de autonomia nos campos político e estratégico para exercer o maior controle possível do território e das situações que lhes são particulares.

A grande extensão territorial de dimensão continental do Brasil impõe o desafio de monitorar e levar infraestrutura básica para áreas de vazios demográficos de difícil acesso e, conseqüentemente, proporcionar o bem-estar social para a população desses locais remotos e garantir sua soberania.

Diante desses desafios é fundamental possuir Forças Armadas com uma estrutura sólida e com equipamentos modernos para exercer plenamente sua missão, ex-

pressa no art. 142 da Constituição Federal de 1988 que determina:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

O Exército Brasileiro para atuar em qualquer parte do Brasil e do mundo necessita de pessoal capacitado e material moderno e adequado para cumprir sua missão constitucional. Em razão disso, sua atuação nos locais remotos, de difícil acesso e de infraestrutura deficitária exigem um sistema de comunicações moderno e eficiente que demonstrem princípios básicos como segurança e flexibilidade e permitam aos comandantes exercerem o Comando e Controle (C²) sobre suas tropas.

O desenvolvimento tecnológico das últimas décadas é observado pelo uso crescente de meios modernos de telecomunicações, tanto no espectro militar para buscar

soluções mais eficazes para os diversos problemas quanto no meio civil para proporcionar bem-estar à população.

Neste contexto, a utilização de satélites tem se mostrado como melhor solução às necessidades civis e militares. Trata-se de uma tecnologia que possui segurança, flexibilidade e alcance global e tem garantido presença tanto no cotidiano da população mundial como nos serviços para canais de televisão e no uso do sistema de posicionamento global (GPS) de veículos, smartphones e relógios.

Assim, mostra-se necessário o domínio da tecnologia aeroespacial pelo Brasil com a finalidade de permitir projeção no cenário internacional e possibilitar ganhos sociais, econômicos e militares para a população. Por outro lado, desenvolver esse tipo de tecnologia requer grande esforço do Estado para qualificação de pessoal, desenvolvimento de tecnologias e investimentos de alto custo.

Diante do potencial deste tipo de tecnologia o governo brasileiro iniciou, na década de 1960, o Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite, mediante acordos internacionais e adquirindo parte do segmento espacial para fins comerciais e, por consequência, criou a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL).

Em 1985 foi implantado o Sistema de Comunicações Militar por Satélite (SISCO-MIS); com o destino de prover comunicações estratégicas ao Comando Supremo e demais órgãos de toda estrutura de defesa nacional, devendo estar operante desde os tempos de paz.

Em 2017 foi lançado o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), o primeiro satélite totalmente controlado pelo Estado brasileiro, para fins de comunicações civis e militares. Com este ato o país deu um passo à frente na independência de satélites estrangeiros e fortalecimento da soberania nacional.

Entretanto, ainda são utilizados diversos sistemas satelitais para contratação de serviços de telefonia e dados satelitais de uso comercial em diversas operações militares no país e no exterior, atendendo desde o nível estratégico até o nível tático.

Sendo assim, é notória a importância dos sistemas satelitais para as telecomunicações no mundo inteiro e para o Exército Brasileiro não seria diferente. A partir dessas constatações, esse trabalho busca apresentar um estudo que traz por tema “**a importância das comunicações via satélite para as operações da Força Terrestre**” e discutindo as possibilidades de adesão e ampliação dos sistemas satelitais pelo Exército Brasileiro.

1.1 Problema

As comunicações satelitais são uma realidade presente no cotidiano da população e uma necessidade para o Exército nas diversas operações militares, de maneira a garantir o comando e o controle eficaz, e assim permitir a melhor consciência situacional possível.

O presente estudo aborda o seguinte problema: **como as comunicações por satélite podem contribuir para a melhor condução das atividades de Comando e Controle (C²) e para o aprimoramento da Consciência Situacional nas operações da Força Terrestre?**

1.1 Objetivo

O objetivo da pesquisa consiste em analisar como as comunicações satelitais podem otimizar o processo de Comando e Controle na Força Terrestre, mediante estudo e abordagem de tecnologias e sistemas satelitais que visam oferecer segurança e flexibilidade para as comunicações militares e desenvolver a interoperabilidade de diversos meios e sistemas, em prol da maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões.

1.2 Metodologia

O estudo utilizou a pesquisa básica com a finalidade de gerar conhecimento a partir da compreensão das tecnologias e sistemas utilizados para aplicação prática visando à solução do problema. Por meio de uma pesquisa qualitativa abordou-se os

aspectos teóricos do Sistema de Comando e Controle, bem como os sistemas e meios satelitais necessários para alcançar a concretização destes conceitos.

Com o intuito de produzir informações a respeito do assunto para amparar as soluções ao problema foi realizada pesquisa exploratória, com vistas a tornar o assunto mais explícito e compreensível ao leitor.

Quanto ao procedimento, o estudo valeu-se de pesquisa bibliográfica em manuais do Exército e Ministério da Defesa, bem como em legislações, artigos e trabalhos de conclusão de cursos de livre acesso ao público. Também foi realizada pesquisa documental em arquivos do Ministério da Defesa e Exército de acesso por militares envolvidos na operação do Sistema de Comunicações Militar por Satélite (SISCO-MIS) e que compõem esse grupo de estudo.

2 AS COMUNICAÇÕES SATELITAIS NAS OPERAÇÕES DA FORÇA TERRESTRE

O cenário moderno de combate sofreu uma significativa evolução nas últimas décadas. Essa evolução ocorreu, em grande escala, devido ao rápido desenvolvimento tecnológico militar e dos meios e sistemas que possibilitam uma melhor consciência situacional do comando.

A consciência situacional está envolvida no processo de tomada de decisão, o qual é fundamental para potencializar a sinergia das forças sob responsabilidade de determinado comando para atuarem nos mais diversos ambientes operacionais.

Segundo o manual de Doutrina para o Sistema Militar de Comando e Controle, a consciência situacional “consiste na percepção precisa e atualizada do ambiente operacional e da importância dos elementos de manobra em relação às missões atribuídas neste contexto” (2015, p. 16).

2.1 O Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²)

Para alcançar um nível elevado de consciência situacional mostra-se necessário

grande volume de informações, as quais devem ser em quantidade e qualidade para as pessoas certas nos momentos oportunos, agregando valor na condução da atividade de Comando e Controle, conforme entende Melo Junior (2019).

Nesse sentido, o Comando e Controle (C²) é fundamental para o êxito das operações militares, sendo formado por 3 (três) componentes imprescindíveis e interdependentes, conforme preconiza a Doutrina para o Sistema Militar de Comando e Controle (2015, p. 15):

- a) **Autoridade:** quem emite as ordens que materializam o exercício de comando;
- b) **Processo Decisório:** permite a formulação de ordens e determina o fluxo de informações necessárias ao seu cumprimento; e
- c) **Estrutura:** formada por pessoal, instalações, equipamentos e tecnologias. **(grifo nosso)**

A reunião destes 3 componentes compõe o Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²) que é definido como “o conjunto de instalações, equipamentos, sistemas de informação, comunicações, doutrinas, procedimentos e pessoal essenciais para o decisor planejar, dirigir e controlar as ações de sua organização” (BRASIL, 2015, p. 16).

As Forças Armadas atuando em Operações Conjuntas e em ambientes operacionais com especificidades próprias desenvolveram suas próprias soluções de Comando e Controle, porém com baixo nível de interoperabilidade.

Interoperabilidade é “a capacidade de os sistemas, unidades ou forças intercambiarem serviços ou informações, ou aceitá-los de outros sistemas, unidades ou forças, e os empregarem sem o comprometimento de suas funcionalidades” (BRASIL, 2015, p. 25).

Tendo claro este conceito, deve-se saber que o Ministério da Defesa é o responsável por conduzir e orientar as atividades do SISMC² e procura evoluir a partir da busca pela interoperabilidade dos sistemas de comunicações.

Nesta senda surge a Rede Operacional de Defesa (ROD), como recurso de infraestrutura, e o Sistema de Comunicações

Militar por Satélite (SISCOMIS), como canal de comunicação, por meio dos quais o Ministério da Defesa, em especial o Estado-Maior Conjunto da Forças Armadas (EM-CFA), exerce o Comando e Controle sobre os elementos empregados de acordo com as necessidades do ambiente operacional.

A ROD fornece os enlaces de comunicações dos dados militares operacionais, possuindo uma estrutura de conexão diversificada e segregada, tendo por principal canal de tráfego o SISCOMIS, que permite acessar a própria rede do Ministério da Defesa, as redes das Forças Armadas e a Internet.

A ROD e o SISCOMIS têm a capacidade de integrar e assegurar o fluxo de informações por voz, vídeo e dados entre os Centros de Comando e Controle (CC²) do SISMC².

2.2 O Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS)

O SISCOMIS teve início em 1985, decorrente das conclusões do Grupo de Trabalho Interministerial nº 62.1/83, sobre a utilização do segmento espacial do Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite pelas Forças Armadas. Esse trabalho visava a implantação de um sistema de telecomunicações por satélite, destinado a prover comunicações estratégicas, exclusivas e confiáveis ao Alto Comando das Forças Armadas e às mais altas autoridades do Governo Federal. Na concepção do sistema foi determinado que o SISCOMIS deveria operar também em tempos de paz para que as interligações fossem continuamente testadas de maneira integrada e com rapidez (BRASIL, 2014).

O sistema foi efetivamente implementado em 1992, após determinação do Decreto nº 358, de 09 de dezembro de 1991, onde foram lançados os satélites EMBRATEL B1 e B2, em 1994 e 1995 respectivamente, pela Empresa Brasileira de Telecomunicações para estabelecer por definitivo as comunicações satelitais de uso militar.

Em 1998, a EMBRATEL foi privatizada pela empresa STAR ONE, que deu continuidade ao programa de comunicações mi-

litares e lançou os satélites Star One C1, C2 e C3, em 2007, 2008 e 2012 respectivamente, e que continuam em operação.

No nível estratégico e operacional, o Sistema de Comunicações Militar por Satélite (SISCOMIS) é o principal canal de comunicação de dados militares, conforme afirma Melo Junior (2019), sendo formado por uma infraestrutura completa de Tecnologia da Informação para os enlaces digitais por meio de satélites de comunicações e enlaces terrestres. Estabelece ligações de voz, dados e imagens que integram e asseguram o fluxo de informações para o SISMC² e permite atender as necessidades de operações conjuntas e singulares de interesse do Ministério da Defesa.

O SISCOMIS possui, como grande qualidade, a interoperabilidade entre o MD e as três Forças Armadas. Mas cabe à Subchefia de Comando e Controle (SC-1) do MD o gerenciamento deste sistema nas operações envolvendo uma ou mais FA, bem como a responsabilidade pela manutenção do SISCOMIS (MELO JUNIOR, 2019).

O SISCOMIS tem o segmento espacial formado por uma topologia em estrela que permite o enlace via satélite entre os terminais satelitais espalhados pelo território brasileiro a uma estação terrena que compõem o sistema. Conforme o manual sobre o Conceito de Operações do SISMC²:

O segmento terrestre é composto de circuitos de enlace de dados digitais ponto a ponto full duplex (radioenlaces, fibra óptica - proprietária e contratada, cabeamento UTP, entre outros), com capacidade de transmissão garantida e simétrica. Emprega protocolos comerciais, tal como o *Internet Protocol* (IP), para interligar os principais pontos de presença do SISCOMIS, no Brasil e no exterior, possuindo conectividade com as redes de dados das Forças Armadas. (2016, p. 19)

Esse segmento terrestre é formado por duas Estações Terrenas (*hubs*): a Estação Central de Brasília (ECB), no Distrito Federal e a Estação do Rio de Janeiro (ERJ), na Ilha do Governador. Essas estações realizam o monitoramento dos terminais em operação e sua conectividade com o satélite e com a ROD (BRASIL, 2014).

Para ligar-se às estações terrenas são utilizados normalmente os Terminais Terrestres (TT) e Terminais Leves (TL) pelas Companhias e Batalhões de Comunicações em apoio às Grandes Unidades e Grandes Comandos do Exército Brasileiro, conforme a operação.

Para isso tem como principais capacidades o acesso à rede de dados do Exército (EBnet) e à rede de dados do Ministério da Defesa (ROD), permitindo operar os diversos sistemas, tais como C2 em Combate, Pacificador e SIPLON, o qual consegue acessar a Intranet e correios eletrônicos próprios do EB e MD, bem como realizar videoconferências dentro de cada uma das redes acessadas. Além disso, proporciona acesso à Internet e às redes telefônicas internas do Exército, Marinha e Ministério da Defesa.

Todas essas capacidades independem de suporte civil ou de qualquer estrutura militar previamente estabelecida. Demanda cerca de 1 a 2 horas para o estabelecimento do sistema, o qual é capaz de operar em qualquer localidade do teatro de operações sem sofrer interferências das condições atmosféricas.

2.3 O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)

Até o ano de 2017, o SISCOMIS operou no segmento espacial por meio de contratos de uso de *transponders* dos satélites C1 e C2 em banda “X” (frequência de 8 a 12 GHz) e do satélite C3 em banda “Ku” (frequência de 10 a 18 GHz). Estes são satélites privados da empresa STAR ONE, cujo capital é controlado por um grupo mexicano, que por consequência detém o controle e manobra dos satélites empregados pelo governo brasileiro para as comunicações militares.

Os satélites C1, C2 e C3 eram de uso comercial e não se destinavam especificamente para o uso militar. Dessa forma as capacidades de utilização eram reduzidas de maneira que a largura de banda e o número de terminais em operação ao mesmo tempo, também eram insuficientes.

Diante disso, o governo brasileiro através do Decreto nº 7.769, de 28 de junho de 2012, criou o projeto do Sistema de Satélites Geoestacionários de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) e estabeleceu como objetivos deste projeto que o Brasil deveria tornar-se independente quanto ao controle e transporte das informações estratégicas do governo, bem como permitir a implantação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) no âmbito nacional, de maneira a atender a população localizada em áreas remotas, em fronteiras e nas plataformas de petróleo (PINHO, 2016).

Em 2017 foi lançado o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), uma parceria entre a fabricante francesa *Thales Alenia Space* (TAS), a TELEBRAS e as Forças Armadas. Esse satélite geoestacionário foi lançado da Guiana Francesa e posicionado pela TAS, em sua localização definitiva sobre a Linha do Equador com longitude de 75° W e a uma altitude de 35.865 km da superfície terrestre. Seu controle passou integralmente para o governo brasileiro, e desde então é utilizado pelo SISCOMIS (DEMENICIS, 2018).

Atualmente, o controle orbital do SGDC é exercido pelo Ministério da Defesa e pela TELEBRAS, contando com militares das três Forças Armadas. Possui *transponders* de banda “X” (8 a 12 GHz) controlados pelo MD e de banda “Ka” (27 a 40 GHz) controlados pela TELEBRAS. O segmento em Banda “Ka” do satélite tem a finalidade de implantar o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) do governo federal que dará acesso à internet para populações em localidades de difícil acesso e sem infraestrutura, principalmente nas regiões da Amazônia e Nordeste. Já o segmento em Banda “X” será para uso estritamente militar.

Demenicis (2018) destaca que, em 30 de junho de 2017, o SGDC passou a integrar efetivamente o SISCOMIS, o que proporcionou maior segurança às comunicações exercidas por este sistema, bem como aumentou a capacidade de tráfego de informações, em razão da maior largura de banda disponibilizada aos terminais trans-

portáteis e leves utilizados pelas tropas em operações. O ganho foi significativo para as Forças Armadas e para todo o Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²) do Ministério da Defesa.

2.4. As comunicações satelitais privadas

Enquanto o SISCOMIS ainda é aperfeiçoado e expandido para atender às necessidades operacionais, a utilização de sistemas de comunicações civis por satélite é uma alternativa cada vez mais comum nas Organizações Militares do Exército Brasileiro. Isso se deve pelos seguintes motivos: a falta de equipamentos satelitais para atender às demandas de diversas operações; as grandes dimensões e peso elevado dos terminais transportáveis do SISCOMIS; e a incapacidade de portabilidade e utilização em movimento dos terminais transportáveis. Dessa forma, serviços comerciais de comunicações por satélite são utilizados para suprir as demandas das operações militares.

A utilização de comunicações comerciais por satélite tem a possibilidade de oferecer serviços de voz, dados e localização, tendo cobertura mundial ou de quase toda a superfície terrestre, dependendo da empresa contratada. O Exército tem feito uso destes serviços quando há necessidade de trocar informações a longas distâncias em locais de difícil acesso, com infraestrutura deficitária de comunicações ou onde não seja possível desdobrar os meios convencionais de comunicações como os terminais do SISCOMIS em razão do sigilo de determinada missão.

2.4.1 Serviços comerciais por satélite

Atualmente destacam-se no provimento dos serviços comerciais por satélite as empresas INMARSAT, IRIDIUM e GLOBALSAT, as quais são mais aproveitadas para o uso militar, pois não existem restrições para o uso de serviços satelitais por tropas em diversos países.

A Inmarsat por meio do equipamento IsatPhone oferece conectividade de voz e baixa largura de banda (banda estreita) e

com o equipamento BGAN oferece conexão de até 492 kbps em banda larga com cobertura quase global, exceto nas regiões polares. A empresa possui 13 (treze) satélites disponíveis em órbita geoestacionários (GEO) a aproximadamente 36 mil km da superfície terrestre.

A Iridium possui cobertura 100% global, incluindo as regiões polares e oferece serviços de fonia, texto e dados com baixa latência e baixo tempo de conectividade de rede. Isso se deve aos seus 66 (sessenta e seis) satélites em órbita terrestre baixa (LEO) que garantem a manutenção da conexão e permitem o uso do seu telefone satelital em deslocamento.

A Globalstar também utiliza satélites em órbita terrestre baixa (LEO) que permitem melhor qualidade de chamadas telefônicas com baixa latência. Seus 48 (quarenta e oito) satélites cobrem cerca de 80% da superfície terrestre o que garante que a chamada não seja interrompida em deslocamentos. Possui dispositivos SPOT que informam a localização para uma central controlada pelo usuário contratante que acompanha a posição do dispositivo em tempo real.

2.4.2 Desvantagens dos meios comerciais por satélite

Melo Junior (2019) informa que a utilização de sistemas comerciais tem algumas desvantagens tais como: o custo elevado de contratação, o controle dos satélites e gerenciamento dos serviços por empresas privadas, a possibilidade de forças oponentes utilizarem o mesmo sistema e a influência das condições atmosféricas na qualidade dos serviços.

Destaca também que é necessário a análise dos planos e equipamentos oferecidos por cada empresa para contratar aquele que melhor atenda a necessidade da unidade militar. Porém, o planejador deve ser assessorado pelo militar de comunicações para definir o equipamento e serviço a serem utilizados levando em conta a missão, os recursos financeiros disponíveis. E, por fim, deve considerar a questão da segurança das comunicações, pois este

é o fator mais sensível e decisivo para o cumprimento da missão.

2.5 A empregabilidade dos sistemas satelitais no contexto do século XXI

Nas últimas décadas a demanda por informações em tempo real aumentou significativamente com o desenvolvimento de sistemas de monitoramento, o envio de relatórios, imagens e vídeos e a realização de videoconferências para coordenação das operações e grandes eventos. Exemplos destes eventos ocorridos no Brasil são: os Jogos Mundiais Militares (2011), a Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento Sustentável (2012), a Copa das Confederações da FIFA (2013), a Jornada Mundial da Juventude (2013), e os maiores eventos esportivos da atualidade, a Copa do Mundo de Futebol (2014) e as Olimpíadas (2016).

Conforme analisa Melo Junior (2019), a realização destes grandes eventos demonstrou a importância da interoperabilidade dos sistemas de comunicações da Marinha, Exército e Aeronáutica e resultaram num acréscimo significativo de recursos financeiros para melhorar toda infraestrutura de comando e controle das Forças Armadas, bem como para sistematizar seu funcionamento e forma de atuação nas operações interagências.

2.5.1 O emprego operacional do SISCOMIS

O SISCOMIS, tendo em sua concepção a utilização no nível estratégico, evoluiu no século XXI para o uso no nível tático. Demonstrou grande relevância principalmente nas missões de paz ocorridas no Haiti e Líbano, onde permitiu acesso aos sistemas de comunicações em razão da sua disponibilidade, flexibilidade e maior alcance nos locais remotos e de pouca infraestrutura de comunicações em que foi empregado.

Além dos grandes eventos e missões de paz, ocorreu ainda em 2018 a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Essa operação foi caracterizada principalmente pelo emprego do Exército no combate

à criminalidade e consequentemente pela maior utilização de meios satelitais para coordenação e controle, onde o SISCOMIS teve efetivo emprego no provimento do acesso à rede do Exército.

Horewicz (2014) destaca a crescente utilização do SISCOMIS juntamente com os sistemas do SISFRON (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras), do Exército e SisGAz (Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul), da Marinha, os quais tem por finalidade monitorar o território nacional nas regiões de fronteira e Amazônia brasileira.

Diante da evolução de sua aplicabilidade, os terminais do SISCOMIS foram distribuídos para as unidades de comunicações do Brasil proporcionando uma maior integração entre os sistemas de comunicações táticos e estratégicos de defesa. Entretanto, Nóbrega (2019) analisa que ainda se verificam algumas limitações quanto ao seu emprego, como a necessidade de terminais com maior mobilidade para serem empregados em movimento por pequenas frações e em quantidade que atenda ao maior número de unidades militares possíveis.

2.5.2. Os serviços comerciais por satélite como alternativa nas operações

A consciência situacional e o exercício do comando e controle de tropas especializadas e de alta mobilidade, como as tropas paraquedistas e de operações especiais, exigiram a utilização de equipamentos satelitais comerciais como os fornecidos pelas empresas Iridium, Inmarsat e Globalstar, em situações onde o SISCOMIS não poderia ser empregado.

Melo (2019) informa que o equipamento BGAN tem sido muito utilizado por Destacamentos de Operações de Forças Especiais em missões de reconhecimento especiais onde há a necessidade de transmissão de imagens e relatórios de dados obtidos em ambiente hostil. Ressalta que este equipamento satelital é utilizado juntamente com o rádio *Falcon II* e o computador *Toughbook* com sistema operacional *Tactical Chat*, entretanto o sistema rádio possui “janelas de

tempo” que permitem o enlace em melhores condições. Sendo assim, o equipamento satelital é empregado por sofrer menor influência das condições naturais e por possuir maior estabilidade na transmissão de dados que o rádio.

No Comando Militar da Amazônia, Zapani verifica que “por atuar em uma região de ambiente operacional de selva e por empregar suas frações de forma descentralizada, o emprego do equipamento satelital SPOT é uma ferramenta importante para prover a consciência situacional nas Operações da 1ª Bda Inf SI” (2019, p. 8). Dentre as principais operações desenvolvidas na região por esta GU destacam-se: os reconhecimentos de fronteira, o combate à exploração ilegal de madeira, a coibição aos crimes transfronteiriços e o combate aos garimpos ilegais.

Ainda no âmbito da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, segundo informa Marinho (2020), são utilizados principalmente 3 (três) equipamentos satelitais portáteis nas operações supracitadas: o BGAN Explorer 500, provendo chamadas de voz e acesso à internet para envio de fotos e vídeos de interesse do Cmt; o Telefone Satelital Iridium, muito utilizados pelos Cmt Fração (Pel e SU) para chamadas de voz nas operações fluviais e em casos de emergência; e o SPOT Gen 3, distribuído para as frações na Área de Operações para prover ao Comandante a consciência situacional através de geoposicionamento.

Nas situações onde o SISCOMIS se mostra inviável, as comunicações satelitais são complementadas por empresas privadas que oferecem equipamentos reduzidos e de rápida instalação que possibilitam as comunicações das tropas em deslocamentos fluviais e regiões de selva, por exemplo.

Assim, a utilização de diversos equipamentos satelitais juntamente com os meios de comunicações já existentes otimizariam a consciência situacional e proporcionariam a continuidade e interoperabilidade dos sistemas de comunicações nas diversas operações militares.

3 CONCLUSÃO

A evolução dos conflitos internacionais, as frequentes crises internas e os grandes eventos apresentaram novas demandas para as comunicações no século XXI. São situações onde se exigem sistemas de comunicações mais seguros, flexíveis e confiáveis, que otimizem o processo de construção da consciência situacional e, consequentemente, contribuam para o processo decisório.

Os desafios para que sejam estabelecidos tais sistemas de maneira mais eficiente apresentam-se nas grandes distâncias existentes, na atuação em locais remotos e na falta de infraestrutura de comunicações. Diante destes obstáculos surgem os meios satelitais como solução viável para estabelecer as comunicações em situações adversas.

Perante a diversidade de situações impostas, o Exército Brasileiro tem feito uso, cada vez mais frequente, do Sistema de Comunicações Militar por Satélite (SISCOMIS) e da contratação de serviços comerciais por satélite para transmissão de voz e dados. Assim, por meio deste trabalho buscou-se atingir o objetivo proposto: analisar como as comunicações satelitais podem otimizar o processo de Comando e Controle na Força Terrestre, mediante estudo e abordagem de tecnologias e sistemas satelitais que visam oferecer segurança e flexibilidade para as comunicações militares e desenvolver a interoperabilidade de diversos meios e sistemas, em prol da maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões.

Como resultado do trabalho foi abordada a crescente necessidade dos comandantes em alcançar a consciência situacional mais precisa possível das tropas, o que culminou com o desenvolvimento do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²) pelo Ministério da Defesa, formado pela Rede Operacional de Defesa (ROD) e pelo Sistema de Comunicações Militar por Satélite (SISCOMIS).

A constituição do SISMC² teve por objetivo buscar a interoperabilidade dos siste-

mas de comunicações entre as três Forças Armadas e o Ministério da Defesa, integrando e assegurando o fluxo contínuo de informações por voz, vídeo e dados e assim exercer de maneira efetiva o Comando e Controle (C²).

A evolução do programa SISCOMIS, que teve início em 1985, demonstrou a preocupação do governo brasileiro em inserir-se na corrida espacial, principalmente no que tange às comunicações militares. Apesar das restrições orçamentárias, sempre ocorreram investimentos contínuos no desenvolvimento deste sistema, que inicialmente fazia uso de satélites privados e apresentava maiores limitações quanto às suas capacidades de emprego.

Os terminais transportáveis do SISCOMIS receberam destaque principalmente nas missões de paz do Haiti e Líbano, onde inexistia infraestrutura militar de comunicações e, portanto, este sistema demonstrou eficiência e eficácia no tráfego de informações, tornando-se um caso de sucesso das comunicações militares.

Em 2017, com o lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), as comunicações militares obtiveram expressivo ganho quanto à autonomia, segurança e capacidade de utilização. O SISCOMIS passou a operar com maior largura de banda em razão da maior disponibilidade de *transponders* e maior velocidade de rede fornecida pelo satélite brasileiro, diminuindo significativamente as restrições de utilização que existiam quando se fazia uso dos satélites privados Star One C1, C2 e C3.

O emprego dos sistemas satelitais mostram-se necessários e fundamentais para o comando e controle nas operações. O SISCOMIS tornou-se essencial por se tratar de um sistema confiável e flexível, mas ainda apresenta limitações como a utilização em deslocamentos ou operações de grande mobilidade da tropa, pois possui tamanho e peso consideráveis e um tempo médio de 1 a 2 horas para que o sistema seja estabelecido.

Diante destas peculiaridades e com as ações militares descentralizadas cada vez

mais frequentes, o Exército Brasileiro passou a adotar equipamentos satelitais de uso comercial. Tal solução deve-se à volatilidade, complexidade e especificidade de determinadas operações que ocorrem em situações de mobilidade e sem infraestrutura de comunicações. Nestas situações são comumente demandados serviços de voz e geolocalização, como ocorre normalmente na Amazônia e nos PCT em diversas operações.

No Comando Militar da Amazônia (CMA) os serviços de localização por equipamentos satelitais, principalmente o SPOT Gen 3, são muito utilizados para o rastreamento de aeronaves, viaturas, embarcações e tropas, contribuindo de maneira vital para o sucesso nas operações naquele Comando Militar de Área.

Diante de todo o exposto verifica-se que os meios satelitais são fundamentais para o sucesso das operações da Força Terrestre. O programa SGDC reforçou significativamente o SISCOMIS aumentando a largura de banda, segurança de comunicações e capacitação de pessoal das Forças Armadas. E os sistemas satelitais privados permitem complementar as comunicações nas situações onde os meios convencionais não podem ser desdobrados.

Portanto, o trabalho propõe a utilização dos terminais transportáveis do SISCOMIS por unidades e grandes unidades, visto que necessitam de maior transmissão de dados durante as operações e apresentam maior estabilidade nos desdobramentos de seus Postos de Comando Principais. E para os PCT e frações valor Subunidade e Pelotões, quando atuarem em locais de difícil acesso e sem apoio convencional de comunicações. Verifica-se como ideal a utilização de equipamentos portáteis fornecidos pelas empresas privadas, tais como: os telefones satelitais da empresa Iridium, o equipamento BGAN da empresa Inmarsat e rastreadores como o SPOT da empresa Globalstar, os quais fornecem os serviços de voz, dados e geolocalização de maneira satisfatória.

Por isso o planejador precisa levar em conta as características da missão, a dis-

ponibilidade de meios satelitais militares e as restrições orçamentárias para a contratação de serviços satelitais privados a fim de prover o apoio adequado de comunicações e exercer o comando e controle sobre a tropa.

Diante de todo o exposto, a Força Terrestre possui muitos desafios a serem superados para que a utilização dos meios satelitais se tornem efetivos e frequentes nas operações militares. O SISCOMIS mostrou-se importante e confiável, mas a necessidade de maior mobilidade acarreta a procura por outros serviços satelitais que por enquanto somente são fornecidos por empresas privadas. Em contrapartida, estes serviços comerciais apresentam alto custo de contratação e vulnerabilidades, principalmente no que tange à segurança das informações.

Por fim, faz-se necessário aprimorar o sistema militar satelital, aumentar as capacidades de fornecimento de dados pelo SGDC e desenvolver uma doutrina de comunicações satelitais para a Força Terrestre, além de aumentar o aporte de recursos financeiros para que a interoperabilidade e efetividade dos sistemas de comunicações sejam atingidas, fornecendo assim, a melhor consciência situacional possível aos Comandantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **As Comunicações na Força Terrestre** - EB70-MC10.241. Brasília, 2018.

BRASIL. **Conceito de Operações do Sistema Militar de Comando e Controle (CONOPS SISMC2)** - MD 31-S-02. Brasília, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 358, de 09 de dezembro de 1991. Torna permanente a Comissão de Desenvolvimento do Projeto e da Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (CISCOMIS). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 09 de dezembro de 1991. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-358-9-dezembro-1991-449484-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 26 jul 21.

BRASIL. Decreto nº 7.769, de 28 de junho de 2012. Dispõe sobre a gestão do planejamento, da construção e do lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 28 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7769.htm> Acesso em: 26 jul 21.

BRASIL. **Doutrina para o Sistema Militar de Comando e Controle** - MD 31-M-03. Brasília, 2015.

BRASIL. **Orientação Técnica N° 001-SC-1.3-MOD1/SC-1/CHOC/EMCFA-MD, de 14 de fevereiro de 2014**. Orientações para uso da capacidade satelital do SISCOMIS. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Brasília, 2014.

CORREIA, Gustavo Brandão de Barros. **Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC): Aplicabilidade do conhecimento de concepção e emprego aos militares do Exército Brasileiro**. 2020. 19 f. Trabalho acadêmico - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 2020.

DEMENICIS, Luciene da Silva. **O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC): uma análise das contribuições para a defesa nacional**. 2018. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2018.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL MD (MINISTÉRIO DA DEFESA) /MC (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES). Ministério das Comunicações. **Relatório**. Brasília-DF, 08 de junho de 2011.

HOREWICZ, Marcelo Corrêa. **Emprego de Comunicações por Satélite no SISFRON**. 2014. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2014.

MARINHO, Leonam Vinicius de Frago-
so. **O emprego de equipamentos portáteis de comunicações via satélite em operações fluviais no âmbito da 1ª Brigada de Infantaria de Selva**. 2020. 18 f. Trabalho acadêmico - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 2020.

MELO, Demétrius Alberto Azedo de. **A força de operações especiais como sensor de inteligência nas operações de reconhecimento especial**. 2019. 23 f. Trabalho acadêmico - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 2019.

MELO JUNIOR, Pedro Nicolau de. **A utilização dos meios satelitais nas operações militares**. 2019. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2019.

NÓBREGA, Gildenildo Paulino da. **Sistemas Militares de Comando e Controle do Exército Brasileiro nas Operações**. 2019. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2019.

PINHO, Harley de. **A integração do EB no Sistema de Satélites Geoestacionários de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)**. 2016. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2016.

ZAPANI, Victor Kron Marques. **O emprego do equipamento Spot como ferramenta de apoio à decisão nas operações da 1ª Bda Inf SI**. 2019. 12 f. Trabalho acadêmico - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 2019.

9. Impactos ambientais nas atividades de construção e medidas para minimizá-los

2º Sgt Eng nº 402 Rafael Augusto Carneiro de Vasconcellos

2º Sgt Eng nº 406 Luciano Soares da Silva Junior

2º Sgt Eng nº 407 Lazie da Costa Bicca

2º Sgt Eng nº 422 Pedro Henrique de Carvalho Viana

2º Sgt Eng nº 430 Edmar Igor Ramos dos Santos

1. INTRODUÇÃO

Toda Força Terrestre deve estar apta a operar em qualquer lugar e a qualquer hora, para isso as atividades de preparo interligadas à Doutrina Militar e a Estratégia Militar de Defesa devem ser seguidas rigorosamente. Deste modo, a tropa deverá estar em condições de executar a tarefa para que se destina, o mais rápido possível e ter o máximo de seu efetivo disponível e em pronto emprego em qualquer período do ano.

A qualidade de vida da população está interligada na possibilidade de locomoção da mesma, sendo assim o desejo de que se tenham estradas interligando os grandes centros até as mais distantes localidades não é atual, mas notável já na Antiguidade.

O deslocamento mais ágil, o fluxo de mercadorias, os serviços decorrentes da implantação e a geração de renda são alguns dos benefícios positivos das construções rodoviárias.

No entanto, é necessário observarmos que a inclusão de novas pistas de rodagem na malha rodoviária impactarão o ambiente de alguma forma, pois as atividades de construção em si, afetam o meio ambiente e resultam em impactos positivos ou negativos.

A mobilidade, as mudanças econômicas e os benefícios positivos que resultam da operação de transportes, são exemplos de impactos socioeconômicos, já quando nos referimos ao meio físico devemos levar em consideração as instabilidades dos cortes e taludes ao longo da pista e o meio biótico que se refere à redução da cobertura vegetal e dos atropelamentos de animais ao longo da faixa de rodagem.

1.1 Delimitação do tema

A pesquisa bibliográfica realizada para este trabalho permitiu que a delimitação do tema estivesse relacionada ao embasamento teórico para explicar sobre os principais impactos ambientais na fase de cons-

trução das rodovias e também ater-se sobre as medidas que devem ser realizadas para minimizar tais impactos.

1.2 Objetivo geral de estudo

Este trabalho tem como objetivo geral revelar o nível de preparo das equipes para com o aspecto sobre os impactos ambientais na fase de construção das rodovias e as medidas mitigadoras que são contextualizadas no âmbito dos militares da Arma de Engenharia do Exército Brasileiro.

1.3 Problemática do estudo

A problemática de estudo que se deseja elencar ao trabalho apresentado é disposta pelas questões a seguir:

O quanto os militares da Arma de Engenharia do Exército Brasileiro conhecem sobre os impactos ambientais causados pelas construções de rodovias?

Será que os militares têm conhecimento das medidas mitigadoras que podem ser aplicadas nas construções rodoviárias?

Embasados em tais questionamentos é que serão conhecidas as soluções através do resultado da pesquisa aplicada, sendo possível apontar o nível de conhecimento e as oportunidades de melhorias intelectuais, sobre o tema estudado, entre os militares da Arma de Engenharia.

1.4 Método de pesquisa utilizado

Para a elaboração deste artigo foi realizada, em primeiro momento, uma pesquisa descritiva que pretende fazer uma análise sobre o objeto de estudo.

Durante o desenvolvimento foi aplicado uma pesquisa, a qual exigiu um método quantitativo para diagnosticar-se o nível de conhecimento do público alvo, sobre o tema tratado nas perguntas realizadas, assim tal pesquisa foi realizada através de um método estruturado para que os questionamentos sejam compreendidos pelos que dela participaram de forma que não haja qualquer a interferência no processo de coleta de dados.

Com base nos resultados aferidos, através de pesquisa, será possível apresentar as oportunidades de melhoria no que tange ao tema tratado neste trabalho.

1.5 Apresentação do material utilizado

Foi utilizado para a obtenção do levantamento bibliográfico computadores com acesso à internet. Durante a pesquisa bibliográfica foram acessadas diversas plataformas na busca de acervos científicos, cita-se entre elas: o Scientific Eletronic Library Online (SCIELO) e Google Acadêmico.

Somam-se aos acessos os sites oficiais, dentre os quais estão: <https://www4.planalto.gov.br> e <https://portaldopreparo.eb.mil.br> e além disso, foi utilizada a plataforma Survio.com para a realização do questionário com o público alvo.

2. DESENVOLVIMENTO

A Força Terrestre, especialmente a Arma de Engenharia, deve contribuir com o meio ambiente, não somente em questões “superficiais” de preservação, mas a partir de um conhecimento aprofundado sobre o assunto, possibilitar o combatente mitigar os obstáculos ambientais impostos pelas obras de engenharia no desenvolvimento nacional.

As atividades de construção se encaixam nas atividades de preparo como atribuições subsidiárias particulares, conforme consta na Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004, como segue:

Art. 17-A. Cabe ao Exército, além de outras ações pertinentes, como atribuições subsidiárias particulares:

II – cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia, sendo os recursos advindos do órgão solicitante.

A explanação conceitual do tema impacto ambiental se faz necessário para que posteriormente possamos aplicar os conceitos aqui citados diretamente na análise das construções de rodovias.

2.1 Conceituação de impacto ambiental

O impacto ambiental se dá pela variação dos fatores num determinado ambiente em detrimento da ação humana, podendo esta ser positiva ou negativa, dependendo do montante final de impactos gerados. Uma das características inerentes às obras de Engenharia é causar impactos ao meio ambiente, independente de sua fase ou amplitude.

A resolução CONAMA N° 001, de 23 de janeiro de 1986, define impacto ambiental da seguinte forma:

Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade dos recursos ambientais.

Para antever e identificar tais impactos são realizados Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e elaborado o Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), ambos visam dimensionar o impacto no meio ambiente.

O EIA é fruto da coleta de materiais, análise, estudo e avaliação de possíveis consequências ambientais resultantes da obra, devendo ser confeccionado minuciosamente através de dados extraídos por profissionais de áreas distintas, mas todas relativas à construção e ao meio ambiente.

As diretrizes que deverão ser seguidas na elaboração do EIA são determinadas pelo CONAMA da seguinte forma:

Artigo 6º - O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

- I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:
 - a) o meio físico [...];
 - b) o meio biológico e os ecossistemas naturais [...];
 - c) o meio sócio-econômico [...].

II - Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

III - Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

IV - Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento (os impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.

Parágrafo Único - Ao determinar a execução do estudo de impacto Ambiental o órgão estadual competente; ou o IBAMA ou quando couber, o Município fornecerá as instruções adicionais que se fizerem necessárias, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área.

O RIMA se dá pela consolidação dos dados e estudos realizados no EIA, obtendo-se em sua conclusão a tradução dos termos técnicos para uma linguagem mais acessível, facilitando a análise e o entendimento por parte do público em geral.

As diretrizes para confecção do RIMA são estabelecidas pelo CONAMA da seguinte forma:

Artigo 9º - O relatório de impacto ambiental - RIMA refletirá as conclusões do estudo de impacto ambiental e conterá, no mínimo:

I - Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II - A descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação a área de influência, as matérias primas, e mão-de-obra, as fontes de energia, os processos e técnica operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

III - A síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambiental da área de influência do projeto;

IV - A descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação

da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

V - A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização;

VI - A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados, e o grau de alteração esperado;

VII - O programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;

VIII - Recomendação quanto à alternativa mais favorável (conclusões e comentários de ordem geral).

Parágrafo único - O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão. As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação.

A fim de delimitar uma área específica para o aprofundamento do estudo serão destacados os impactos ambientais resultantes da obra de construção de uma rodovia, para isso, se deve considerar todas as fases da construção, desde a fase de estudos e traçados, a construção, a conservação/restauração até a fase de operação da rodovia.

2.2 Apresentação das fases na etapa de construção

Em qualquer construção é necessário ter o cuidado com todas as etapas e todos os procedimentos, devido ao princípio de responsabilidade presente, o qual lida diretamente com a segurança e vida das pessoas.

Portanto, negligenciar essa etapa poderá trazer muitos riscos para a construção e para as pessoas envolvidas, podendo ocorrer acidentes graves.

São aspectos básicos na fase de construção: o canteiro de obras, o desmatamento e limpeza do terreno, a terraplanagem e aterros e a drenagem, conceituarão-se abaixo cada um desses aspectos.

2.2.1 Canteiro de Obra

De acordo com a norma regulamentadora da construção (NR 18), que se refere às Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, um canteiro de obras se identifica como a área de trabalho fixa e temporária, onde se desenvolvem as operações de apoio e execução de uma obra.

Expandindo o conceito, pode-se dizer que o canteiro de obra é a área fixa e/ou temporária do trabalho, planejada para alocar e distribuir de maneira eficiente e inteligente materiais, mão de obra e equipamentos onde são desenvolvidas operações de apoio e execução à construção, demolição ou reparo de uma obra. A instalação de um canteiro de obras inicia-se pelo posicionamento de todos os elementos que irão compor a obra, devem-se atender todas as etapas da construção, desde a limpeza do terreno até os revestimentos finais, não podendo deixar de levar em conta também a logística e a segurança.

As edificações do canteiro de obras devem dispor as condições mínimas de trabalho e habitação, tais como: ventilação e temperaturas adequadas, abastecimento de água potável, instalações sanitárias com destinação dos dejetos para fossas e sumidouros (na ausência de rede coletora), distantes de cursos d'água e poços de abastecimentos e, destinação adequada para lixo orgânico e inorgânico.

Validando e complementando as condições básicas para a instalação de um canteiro de obras, o Manual Rodoviário do DNER (BRASIL, 2005, p.35) acrescenta:

a) evitar acidentes com os operários e com prováveis usuários dos trechos em serviço;

b) evitar a proliferação de vetores indesejáveis (principalmente de mosquitos transmissores de malária e caramujos que transmitem a esquistossomose, nas regiões endêmicas; e de outras doenças como a dengue, febre amarela em todas as regiões do País, bem como a presença de répteis venenosos na área das obras);

c) proteger a saúde dos trabalhadores, garantindo a higiene do acampamento;

- d) evitar a obstrução de talvegues e obras de drenagem, que reduzem suas seções de vazão e causam inundações, erosões e escorregamentos que ameaçam tanto a rodovia como as propriedades circunvizinhas;
- e) recuperar as áreas utilizadas nas instalações provisórias para seu uso original (pastagem, mata, etc).

2.2.2 Desmatamento e Limpeza do Terreno

“A primeira operação na construção de uma estrada é retirar da área as árvores, a vegetação, os tocos, lixo, construções, linhas de serviço, obras de drenagem abandonadas e outras obstruções e matérias desnecessários à construção” (Manual de Construção Rodoviária – AMERICAN ASSOCIATION OF STATE HIGHWAY OFFICIALS, 1966, p. 56).

Figura 1- Processo de desmatamento e limpeza do terreno da BR-432



Fonte: (<https://www.facebook.com/6bec.eb.mil.br/photos/274775377548605>. Acesso em 17/07/2021).

Segundo o Manual Rodoviário do DNER (BRASIL, 2005, p.40), desde a fase de projeto das rodovias deve existir uma preocupação muito grande com o desmatamento da faixa de domínio. O desmatamento deve ser amplo o suficiente para garantir a insolação da obra e restrito, ao mesmo tempo, às necessidades mínimas exigidas para as operações de construção e para a garantia da visibilidade dos motoristas (segurança do tráfego).

O material removido não deve ser dispensado, mas reutilizado para auxiliar na recuperação da área vegetativa, da mesma forma que as árvores e vegetação que não interferirem nas operações de construção deverão ser mantidas intactas e protegidas de qualquer estrago durante as operações.

2.2.3. Terraplanagem e Aterros

A terraplanagem é um procedimento do ramo da construção civil que serve para nivelar o terreno e deixá-lo plano, evitando acidentes e resolvendo possíveis problemas antes mesmo de iniciar a construção. Porém, a movimentação de terra quando ocasionada promove uma interferência no meio ambiente igualmente importante, acarretando em impactos negativos graves.

A terraplanagem é uma operação comum e necessária, especialmente para construção de edificações e de estradas.

Infelizmente, são comuns os impactos ambientais causados por tal processo, dentre tais impactos pode-se destacar: a alteração da estética da paisagem, o surgimento de processos erosivos e o carreamento de materiais soltos do solo para os cursos d'água.

As atividades de terraplanagem demandam movimentos de grandes volumes de solo, além de agudo fluxo de veículos e máquinas de grandes.

Segundo (BRASIL, 2005, p.43), as nuvens de poeira e a lama nos trechos rurais, assim como a interferência com o público nas áreas mais povoadas, preenchem o quadro necessário e suficiente para a ocorrência de acidentes.

Tais acidentes podem ser evitados com as adoções de práticas como a aspersão de água nos trechos poeirentos, a remoção das camadas de lama e o controle da velocidade em trechos com movimento de público.

Já o aterro é a colocação de terra ou entulho para nivelar uma superfície irregular a fim de serem estáveis, os aterros devem ser fortemente compactados no que implica na mitigação do excesso de água que enfraquecem e desestabiliza os aterros e a contração e expansão de seu material, ocasionados por fatores naturais.

Figura 2 – Processo de terraplanagem da BR-364



Fonte: (<https://www.7bec.eb.mil.br/obras/operacao-taquari.html>). Acesso: 12/07/2021

2.2.4. Drenagem

Drenagem rodoviária é o escoamento eficiente das águas sobre o trecho do pavimento. Segundo o DNIT (DNIT, 2006, p.9), a adoção das medidas para a proteção do corpo estradal da ação prejudicial das águas que o atingem, seja por meio das precipitações, das infiltrações, da condução através de talvegues, ou mesmo, das existentes sob a forma de lençóis freáticos ou artesianos. Subestimar a importância da drenagem é um dos principais agravantes para os impactos ambientais ocasionados por tal sistema.

Um sistema de drenagem de rodovias constitui o grupo de dispositivos e/ou mecanismos projetados e construídos com o principal fim de desviar águas e evitar o seu acúmulo na estrutura do pavimento, assegurando a integridade das estradas, do subleito e do seu entorno.

Imperceptível visualmente aos usuários, um bom sistema de drenagem é essencial para garantir a boa durabilidade da estrada e prevenir acidentes decorrentes do acúmulo de água.

Um sistema de drenagem bem projetado, construído e conservado, portanto, garante tanto a segurança dos usuários da rodovia, reduzindo consideravelmente o número de acidentes, quanto o aumento da durabilidade do pavimento, de elementos estruturais e da integridade dos taludes de corte e aterro.

Segundo o Manual Rodoviário do DNER (BRASIL, 2005, p.46), os sistemas de drenagem deficientes têm sido sempre os maiores causadores de problemas para a conservação das rodovias, afetando as propriedades lindeiras e gerando problemas sanitários para as populações, as quais a estrada deveria servir.

Figura 3 - Processo de drenagem da BR-163



Fonte: (<http://www.8bec.eb.mil.br/noticias/operacao-xingu-2-fase.html>) Acesso: 12/07/2021

2.3 Ações mitigadoras adotadas pelo Exército Brasileiro e aspectos socioeconômicos

O Exército Brasileiro possui em sua estrutura a Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA), que tem por missão normatizar, superintender, orientar e coordenar as atividades e ações de gestão patrimonial e meio ambiente no âmbito da Força. Cabe à DPIMA assessorar o Departamento de Engenharia de Construção (DEC), no que tange aos aspectos ambientais das obras sob a responsabilidade do mesmo. Esse assessoramento se dá através da capacitação de pessoal, normatização e orientação quanto à legislação vigente e coordenação e controle de estudos e atividades que possam causar algum tipo de impacto ambiental.

Uma das ferramentas utilizadas pelo Exército para minimizar os impactos ambientais causados pela construção de rodovias é o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), conforme prevê o Art. 6º do CONAMA.

A fim de que os impactos positivos se sobreponham aos negativos, o Exército também realiza programas e medidas mitigadoras tais como: o programa de controle de ruídos, o controle de processos erosivos, de acidentes e de monitoramento de recursos hídricos, entre outros, assim com esses exemplos pode-se perceber que há uma lista considerável de fatores que devem ser analisados no projeto da construção de rodovias.

O aspecto socioeconômico é de grande importância na construção de rodovias e deve ser levado em consideração quando comparado aos possíveis impactos negativos do qual a obra venha causar, ou seja, uma rodovia poderá resultar positivamente nas vertentes sociais e econômicas, pois certamente terá o apoio da população nas áreas afetadas pela falta de estrutura asfáltica. Sendo assim, implicará menor relevância aos danos ambientais oriundos da obra em face aos benefícios da mesma.

Figura 4 - Publicação referente à construção da BR-174 no Estado de Roraima



Fonte: Jornal A Crítica de Roraima. Edição de 14 de agosto de 1988

Além das atividades relacionadas à construção, o Exército vem demonstrando uma preocupação permanente aos diversos ramos voltados à preservação do meio ambiente e na capacitação de seu efetivo, como veremos na pesquisa aplicada a seguir. Dentre os ramos, podemos citar alguns exemplos como a implantação de sistemas para captação de energia limpa, gestão de resíduos sólidos e líquidos, reflorestamento de áreas desmatadas e a constante fiscalização e combate a ações de exploração ilegal em áreas indígenas e de proteção ambiental.

Figura 5 - Planta de energia solar do 5º PEF/C Fron RR 7º BIS

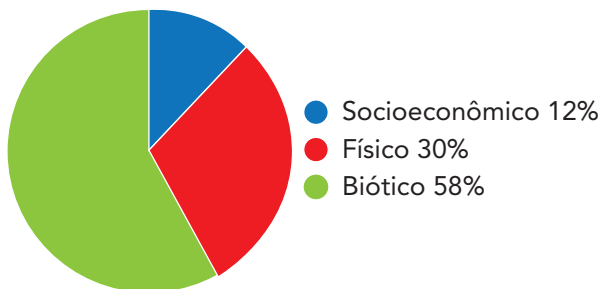


Fonte: (<https://www.facebook.com/6bec.eb.mil.br/photos/213255603700583>). Acesso: 17/07/2021

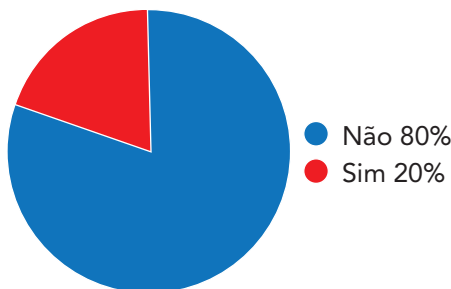
2.4 Apresentação de pesquisa aplicada

Esta pesquisa foi realizada através da ferramenta Survio no período de 30 de junho a 03 de julho de 2021, com 112 militares da arma de Engenharia, sendo em sua maioria, vinculados aos Batalhões de Engenharia de Construção.

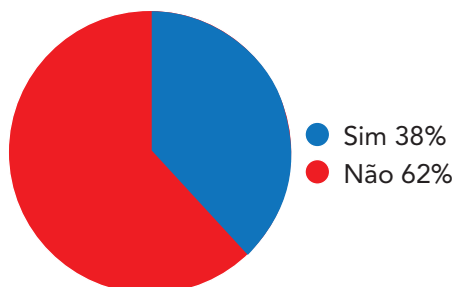
1. Qual meio abaixo é o mais afetado pelos impactos ambientais causados pelas obras de pavimentação das rodovias?



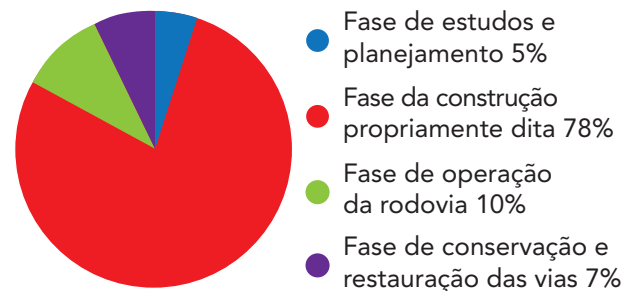
2. Você conhece a legislação ambiental que regula as medidas para minimizarem os impactos causados nas obras de pavimentação das rodovias?



3. Você considera que as atividades realizadas por sua OM para minimizarem os impactos ambientais nas atividades de construção são suficientes?



4. Qual fase da construção de rodovias você considera que causa mais impacto negativo ao meio ambiente?



2.5 Análise de resultados obtidos

Fica claro que os militares egressos da ESA, independente do ano de formação, não dominam o conhecimento referente à legislação e às medidas mitigadoras adotadas por suas respectivas Organizações Militares durante as atividades de construção. Considerando este ponto como aspecto negativo, tendo em vista que são esses militares que atuam nas diversas frentes de trabalho sob a responsabilidade do Exército Brasileiro.

No primeiro gráfico, identifica-se que a grande parte considera que o meio mais impactado pelas obras é o biótico, devido à redução da cobertura vegetal na margem de domínio da pista. Sendo entendido por biótico aquilo que é característico dos seres vivos ou que está vinculado a estes, bem como aquilo pertencente ou relativo à biota (o conjunto da flora e da fauna numa determinada região).

No segundo gráfico, observa-se que 80% desconhecem os regulamentos que norteiam as realizações de obras para que os impactos ambientais sejam minimizados, haja vista o resultado desta questão, constata-se que ainda estamos distantes no que se refere à disseminação ao público interno das informações relevantes, bem como a legislação sobre o assunto abordado.

De tal forma que a conclusão salutar é que para disseminá-las é preciso que sejam realizadas palestras e treinamentos, os quais podem ser ministrados através da mostra de materiais, workshops e ferramentas aos profissionais disponibiliza-

dos. Pois mesmo com o acesso aos meios de comunicação e as diversas ações realizadas nos meios de trabalho, a fim de haver conhecimentos e entendimento sobre este assunto, ainda faltam abordagens eficientes para o conhecimento mais aprofundado sobre os impactos ambientais originados pelas construções.

No terceiro questionamento a maior parte considerou insuficientes as ações realizadas pelas Organizações Militares para minimização das devastações causadas por suas atividades. Por consequência, entende-se que algumas mudanças devem ser pleiteadas para que o cenário seja alterado e assim haver atitudes que mantenham as atividades necessárias ao funcionamento da Organização Militar e que as informações sejam disseminadas para que todos as conheçam, venham praticá-las e as compartilhem.

No último questionamento a maioria dos participantes considerou a fase da construção, propriamente dita, como a mais impactante negativamente ao meio ambiente, pois é nela que acontecem as maiores modificações na fauna e flora do local.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos inseridos em uma sociedade que busca freneticamente o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida, de forma que considera que para isso precise haver a implantação, o melhoramento e a duplicação das rodovias brasileiras, o que é uma necessidade constante.

Em contrariedade ao desenvolvimento, neste tema estudado, observa-se a expansão dos impactos ambientais.

Ficou evidenciado que apesar da amplitude e da vasta gama de vertentes com as quais são direcionados os estudos, ainda necessita-se dar ênfase no que se refere aos impactos ambientais causados pela atividade de construção de rodovias construídas pelo Exército Brasileiro, bem como enfatizar as medidas mitigadoras adotadas pelo mesmo com o intuito de minimizar os efeitos negativos resultantes da obra.

Para obter-se um parâmetro do nível de conhecimento dos militares no que faz referência ao assunto, foi realizada uma pesquisa na esfera dos Sargentos da Arma de Engenharia, dos quais em algum momento de sua carreira tiveram contato com a atividade de construção.

Em consonância com os fatos observados é evidente que o impacto causado na implantação de rodovias pelo Exército Brasileiro sirva de grande vulto.

Em contrapartida, o Exército vem se adequando às normas vigentes, buscando meios de atenuar os impactos negativos com o intuito que fazer com que o montante das variações, após a execução da obra seja positivo e a população possa usufruir da mesma. Desta forma, fica evidenciada a vertente “Mão Amiga”, deixando assim materializada a contribuição da Força para o desenvolvimento nacional.

Concomitantemente, a fim de minimizar tais impactos, o Exército vem capacitando seu efetivo e desenvolvendo um alicerce jurídico-ambiental, cujo teor visa regular as atividades desenvolvidas pela Força, em harmonia com a legislação nacional e internacional no que tange ao tema.

Uma das formas identificadas para reduzir a falta de informação é que tal assunto seja exposto aos militares desde a sua formação nos estabelecimentos de ensino, perpassando esse assunto na grade curricular das Escolas de formação e da Academia Militar, especificamente no curso de Engenharia.

Como pode ser observado na pesquisa realizada ainda há muito que evoluir no que se refere à capacitação dos militares sobre a legislação ambiental e as medidas mitigadoras. Esse é um fator crítico para que a Força otimize seus trabalhos com o objetivo de minimizar os impactos negativos ao meio ambiente.

Assim nos trabalhos voltados à capacitação, principalmente pela DPIMA e pelo DEC, observa-se que em um curto espaço de tempo teremos militares mais capacitados e com o conhecimento necessário para atingir a excelência nos trabalhos voltados às atividades de construção.

Por fim, após análise dos estudos pode-se concluir que o Exército Brasileiro está em constante evolução, sempre buscando aprimoramento em todos os aspectos, inclusive no quesito ambiental. E assim pontua-se que tais aspectos são de fundamental importância para que a Força mantenha seu alto nível de credibilidade junto à população e demais Órgãos.

REFERÊNCIAS

AASHTO. American Association of State Highway and Transportation Officials. **Guide for design of pavement structures**. Washington D.C. 1993.

American Association of State Highway Officials. Tradução de Benjamin B. Frankel. **Manual de Construção Rodoviária: Práticas e Métodos**. Rio de Janeiro: USAID, 1966.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. CONAMA. Resolução nº 001 de 23 de janeiro de 1986. **Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental**. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, págs. 2548-2549, 17 fev 1986.

BRASIL. Departamento Nacional de Estradas e Rodagem. Diretoria de Engenharia Rodoviária. Divisão de Estudos e Projetos, Serviço de Estudos Rodoviários e Ambientais. **Manual Rodoviário de Conservação, Monitoramento e Controle Ambientais**. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. **Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp97. Acesso em: 10 julho de 2021.

BRASIL. Lei Federal nº 9.795/1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 1999.

DNIT. **Manual de acesso às rodovias federais**. Rio de Janeiro, 2006.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Estado-Maior do Exército. Departamento de Engenharia e Construção. Diretoria de Patrimônio e Meio Ambiente. **Aprova as Instruções Reguladoras para o Sistema de Gestão Ambiental no Âmbito do Exército**. Disponível em: <http://www.dpima.eb.mil.br/index.php/en/legislacao>. Acesso em: 11 de julho de 2021.

SILVA, Victor M.F. As atividades militares e seus impactos no meio ambiente. Âmbito jurídico. 2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/as-atividades-militares-e-seus-impactos-no-meio-ambiente/>. Acesso em: 05 de julho de 2021.

10. Lavratura de APF e atualizações relevantes acerca dos direitos e garantias constitucionais do flagranteado

2° Sgt Inf n° 005 Rodrigo Melo de Vasconcelos
2° Sgt Inf n° 008 Plínio Gaspar de Almeida Félix
2° Sgt Inf n° 010 Elvis Clei Teixeira Viana
2° Sgt Inf n° 013 Rodrigo Luiz Foss
2° Sgt Inf n° 020 Rafael Augusto Dias Vieira
2° Sgt Inf n° 023 Camilo Moraes Dutra

1. INTRODUÇÃO

A proposta desse projeto visa, ao delimitar o tema, analisar a necessidade, em virtude do amplo emprego, da força terrestre em operações de garantia da lei e da ordem (GLO), do processo correto do Auto de Prisão em Flagrante Delito (APF), face a nova lei de abuso de autoridade (n° 13.869/19), tendo por objetivo geral a proposta de difundir, no âmbito das Forças Armadas, os meios legais para aplicação do APF sem ferir os direitos constitucionais do flagranteado.

Seguindo o que foi proposto, iniciaremos a referida jornada explanando a importância do conhecimento dos direitos constitucionais do indivíduo, da nova lei de abuso de autoridade e os casos de algemamento, ante ao ato de prisão em flagrante delito. O respaldo legal para as operações de GLO é a justificativa fundamental para este projeto a fim de resguardar os militares empregados nas mais diversas missões em que

lhes são concedidos o poder de polícia. Destarte, verificamos como problemática do estudo, as principais mudanças da nova Lei de Abuso de Autoridade, no que tange ao processo da voz de prisão e lavratura do APF.

Para dar sustentação e embasamento, foram utilizados como referências bibliográficas a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; o Código de Processo Penal, decreto lei n° 1.002, de 21 de outubro de 1969; a lei n° 13.869 de 5 de setembro de 2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; e a súmula vinculante 11-Supremo Tribunal Federal, que trata a respeito do uso de algemas. A divulgação de uma pesquisa institucional, encaminhada através de plataforma digital, foi utilizada como o método de pesquisa para coleta de dados.

Portanto, serão apresentadas as formas legais vigentes da voz de prisão e possibilidades de algemamento, a lavratura do auto de prisão em flagrante, e, por fim, apresen-

tar os possíveis reflexos da correta execução do APF perante os integrantes do Exército Brasileiro, policiais do Exército ou não.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sobre o direito constitucional

A Convenção Americana sobre direitos humanos, a qual foi devidamente ratificada pelo Brasil passou a integrar nosso ordenamento jurídico por conduto do Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. A partir daí, e nos exatos termos do Art. 5º do §2º da Constituição Federal, os direitos e garantias processuais nela contidos, passaram a fazer parte integrante de nossas garantias constitucionais processuais, complementando a lei maior e especificando ainda mais as regras do devido processo legal.

Vejam, pois, o teor do Art. 8ª da Convenção, in verbis:

“Art. 8º Garantias Judiciais.

1. Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ele, ou para que se determinem seus direitos e obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal, ou de qualquer outra natureza.

2. Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem o direito, em plena igualdade, as seguintes garantias mínimas:

a) Direito de o acusado ser assistido gratuitamente por tradutor ou intérprete, se não compreender ou não falar o idioma do juízo ou do tribunal;

b) Comunicação prévia e pormenorizada ao acusado da acusação formulada;

c) Concessão ao acusado, do tempo e dos meios adequados para a preparação de sua defesa;

d) Direito do acusado de defender-se pessoalmente ou de ser assistido por um defensor de sua escolha e de comunicar-se, livre e em particular, com seu defensor;

e) Direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo estado remunerado ou não, segundo a legisla-

ção interna, se o acusado não se defender ele próprio ou não nomear defensor dentro do prazo estabelecido por lei;

f) Direito de a defesa inquirir as testemunhas presentes no tribunal e de obter o comparecimento como testemunhas ou perito, de outras pessoas que possam lançar luz sobre os fatos;

g) Direito de não ser obrigado a depor contra si mesmo nem a declarar-se culpado;

h) Direito a recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior.

3. A confissão do acusado só é válida se feita sem coação de nenhuma natureza.

4. O acusado absolvido por sentença passada em julgado não poderá ser submetido a novo processo pelos mesmos fatos.

5. “O processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça.”

A constituição em quanto lei maior de um país, é fonte primacial de todos os ramos do Direito. É a constituição que determina como devem ser produzidas as demais normas e limita o conteúdo das mesmas condicionando-os ao seu texto, as suas determinações.

Tem-se, portanto, a Constituição como fonte formal do Direito Processual Penal, já que no texto da lei maior, estão contidas as regras de cunho geral que irão guiar a ação do legislador ordinário na normatização do processo.

A Constituição como retrato das modificações políticas, econômicas e sociais de um povo, é fonte primacial das regras processuais, devendo servir de espinha dorsal não só para a criação de princípios do processo, mas também como fonte de interpretação desses princípios.

Inquestionável a conclusão de que as regras processuais possuem um paralelo inafastável com as normas constitucionais, sendo certo que as primeiras não podem se chocar com estas últimas, sob pena de torná-las ineficazes, inócuas, espúrias e atentárias aos direitos e garantias do cidadão.

2.2 A voz de prisão e o auto de prisão em flagrante

A prisão em flagrante é uma espécie de prisão provisória, isto é, possui natureza cautelar, e que pode ser realizada não só

pela autoridade policial, mas por qualquer cidadão. Logo, qualquer cidadão poderá promover uma prisão em flagrante e as autoridades deverão prender quem for que esteja em flagrante delito, de acordo com o Art. 301 do Código Processual Penal – Decreto lei nº 3689/41.

O Art. 302 do Código de Processo Penal estabelece as hipóteses de flagrante delito conforme abaixo:

Art. 302 considera-se em flagrante delito quem:

I – está cometendo infração penal;

II – acaba de cometê-la;

III – é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;

IV – é encontrado logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

O texto constitucional estabelece no seu Art. 5º que a regra geral do sistema jurídico brasileiro é a inviolabilidade do direito à liberdade de todos os cidadãos, admitindo a sua restrição em três situações: em caso de flagrante delito; por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente; e, nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, então logo conclui-se que, o cidadão comum (excluído, nesse ponto o servidor público militar) somente poderá ser preso em duas únicas hipóteses: em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, já que a terceira hipótese especificada acima não se aplica ao cidadão comum, ou seja, trata-se de disposição específica dirigida aos servidores públicos militares, que podem (apenas eles) ter a prisão decretada em caso de transgressão militar ou crime propriamente militar, com previsão na legislação militar.

Segundo o Art. 301 do CPP qualquer pessoa (do povo) pode dar voz de prisão a outro cidadão que esteja em flagrante delito, sendo dever das autoridades policiais e seus agentes darem cumprimento a essa determinação, portanto, considerando o quanto explicado acima, é certo que a decretação da prisão em flagrante, diferente-

mente do que muitos acreditam, pode ser feita por qualquer pessoa, e não apenas por determinadas autoridades (juiz, promotor, procurador, delegado etc.), em outras palavras, o cidadão comum tem exatamente o mesmo direito do que qualquer autoridade pública de decretar a prisão de um sujeito que esteja em situação de flagrante delito, já que é um direito do cidadão zelar pela manutenção da ordem.

Diante disso é comum ocorrerem no Brasil, em algumas situações em que se aproveitando de desconhecimento dos cidadãos com relação ao ordenamento jurídico brasileiro, determinadas autoridades que, utilizam-se do poder de seu cargo para intimidar as pessoas, inclusive, ameaçando-as de prisão diante de qualquer desavença, como em uma discussão.

É o caso, por exemplo, do juiz de direito que deu voz de prisão aos funcionários de uma empresa aérea, após ser avisado que não poderia embarcar em seu voo, pois o check-in havia sido encerrado, políticos dando voz de prisão ao se negarem a serem parados e revistados em blitz policial, casos emblemáticos e recentes que viraram manchetes nos jornais, dentre tantos outros exemplos de uma voz de prisão que não se enquadram no Art. 302 do CPP.

Concluimos então, que a voz de prisão é um artifício legal, previsto no Código de Processo Penal, desde que, a situação se configure flagrante delito, conforme descrito no Art. 302 CPP.

A prisão em flagrante é a única modalidade de prisão cautelar que não necessita de decretação judicial, é erguida da lavratura do seu ato, no prazo de 24h da prisão, sob pena de nulidade do processo e cabimento de habeas corpus.

Quando alguém é preso em flagrante delito, o respectivo inquérito será aberto justamente com o auto de prisão, nos crimes de ação penal pública incondicionada. Já nos crimes de ação penal pública condicionada e ação penal privada o inquérito policial só poderá ser instaurado se o titular da representação ou da queixa não se opuser.

As funções da prisão em flagrante são:

- Evitar a fuga do infrator;
- Amparar o condutor;
- Auxiliar na preservação e colheita de provas;
- Impedir a consumação ou o esgotamento do delito.

Vejam agora quem são os sujeitos do flagrante:

Sujeito Ativo: aquele que efetua a prisão do cidadão, conforme o Art. 301 do CPP. Cuidado: esse sujeito ativo não pode ser confundido com a figura do condutor (pessoa que apresenta o preso à autoridade, a qual lavrará o APF. É bem verdade que o sujeito ativo acaba coincidindo com o condutor, mas nem sempre será).

- a) **Flagrante facultativo:** qualquer cidadão do povo (estará agindo no exercício regular de direito);
- b) **Flagrante obrigatório (coercitivo):** só para autoridade policial, logo, o juiz e o promotor não são obrigados (estará agindo em estrito cumprimento de dever legal). Ex.: mesmo que não esteja em trabalho – em 24h será autoridade, terá de prender.

Sujeito Passivo: em regra, qualquer pessoa pode ser presa em flagrante, mas há exceções. Será analisado o caso de imunidade prisional:

1. **Presidente da República:** não está sujeito a nenhuma hipótese de prisão cautelar (CF, art. 86, § 3º),

CF, Art. 86, admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade. (...) § 3º - Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito à prisão.

2. **Imunidade diplomática:** chefes de estado ou de governo, estrangeiros com suas famílias, embaixadores e suas famílias, funcionários de organizações internacionais em serviço, tais como: funcionários da ONU, OEA. Porém, essa

imunidade apresenta um limite, pois só podem responder no país de origem pelo delito praticado no Brasil (imunidade diplomática disposta na Convenção de Viena). Embora não possam ser presas, nada impede que essas pessoas possam ser investigadas (o delito seja investigado) no Brasil e remetidas ao Estado responsável;

3. **Senadores, deputados federais, estaduais ou distritais:** o STF entende que estão sujeitos a uma única hipótese de prisão cautelar: flagrante por crime inafiançável;
4. **Magistrados e membros do MP:** podem ser objeto de prisão preventiva, prisão temporária e no caso de flagrante em crime inafiançável;
5. **Advogado:** por motivo ligado ao exercício da profissão, advogados só poderão ser presos em flagrante de crime inafiançável, assegurada a presença de representante da OAB (art. 7º, § 3º do Estatuto da OAB).

Conceituando o auto de prisão em flagrante e delito – APF: é o instrumento em que estão documentados os fatos que revelam a legalidade da prisão em flagrante. A lavratura fica a cargo da autoridade de polícia judiciária.

É possível que o juiz lave um APF, mas, obviamente, estará impedido de presidir o processo:

CPP, Art. 307. Quando o fato for praticado em presença da autoridade, ou contra esta, no exercício de suas funções, constarão do auto a narração deste fato, a voz de prisão, as declarações que fizer o preso e os depoimentos das testemunhas, sendo tudo assinado pela autoridade, pelo preso, e pelas testemunhas e remetido imediatamente ao juiz a quem couber tomar conhecimento do fato delituoso, se não for à autoridade que houver presidido o auto.

Por ocasião das oitivas, cabe ressaltar que:

- O condutor não precisa ter presenciado o delito (o condutor é o primeiro a ser ouvido);
- Além do condutor, são necessárias testemunhas, de acordo com CPP – 2 testemunhas – para a jurisprudência se o condutor presenciou a prática do deli-

to pode ser ouvido como se fosse uma testemunha;

- Mesmo que não tenha duas testemunhas que presenciaram a prática do delito. Podem-se chamar as testemunhas de apresentação (testemunha instrumental ou FEDATÁRIA);
- Policiais podem atuar como testemunhas (como acontece na maior parte dos casos de tráfico de drogas).

As fases da prisão em flagrante e algumas situações peculiares como a prisão com porte de drogas para consumo pessoal estão no APÊNDICE.

2.3 O uso de algemas

No que tange a utilização de algemas, o código de Processo Penal Militar (CPPM-1969) em seu Art. 234, possui uma regra:

Art. 234 (...)

Emprego de algemas

1º - O emprego de algemas deve ser evitado, desde que não haja perigo de fuga ou de agressão da parte do preso, e de modo algum será permitido, nos presos a que se refere o art. 242.

Porém, a primeira legislação que versa sobre o uso de algemas no Brasil, foi a lei nº 7.210/84 LEP (Lei de Execuções Penais), no entanto a mesma lei não foi específica, pois dizia em seu texto que o emprego de algemas seria disciplinado por Decreto Federal.

De acordo com a Súmula Vinculante 11 de 2008, só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

Caso tenha sido verificada a necessidade excepcional do uso de algemas, essa circunstância deverá ser justificada, por escrito.

Após 32 anos de atraso, finalmente foi editado o Decreto Federal mencionado

pelo art. 199 da LEP e que trata sobre o emprego de algemas, que nada altera a súmula vinculante 11. O emprego de algemas terá como diretrizes:

- a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, da CF/88);
- a proibição de que qualquer pessoa seja submetida à tortura, tratamento desumano ou degradante (art. 5º, inciso III, da CF/88);
- a Resolução nº 2010/16, de 22 de julho de 2010, das Nações Unidas sobre o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regra de Bangkok);
- o Pacto de San José da Costa Rica, que determina o tratamento humanitário dos presos e, em especial, das mulheres em condição de vulnerabilidade.

A vedação quanto ao uso de algemas incide tanto no momento da prisão (seja em flagrante ou por ordem judicial), como também nas hipóteses em que o réu preso comparece em juízo para participar de um ato processual (ex: réu durante a audiência).

Em outras palavras, a pessoa que acaba de ser presa, em regra, não pode ser algemada. Se ela tiver que ser deslocada para a delegacia, por exemplo, em regra, não pode ser algemada. Se tiver que comparecer para seu interrogatório, em regra, não pode ser algemada.

O Decreto nº 8.858/2016 não prevê consequências ou punições para o cumprimento das regras impostas para o emprego de algemas. No entanto, a SV 11 do STF impõe as seguintes consequências:

- a) Nulidade da prisão;
- b) Nulidade do ato processual no qual participou o preso;
- c) Responsabilidade disciplinar civil e penal do agente ou da autoridade responsável pela utilização de algemas.

Vale ressaltar que, se durante audiência de instrução e julgamento o juiz recusa, de forma motivada, o pedido para que sejam retiradas as algemas do acusado, não haverá nulidade processual (STJ HC 140.718-RJ).

O Decreto nº 8.858/2016 praticamente repetiu as mesmas hipóteses previstas na súmula vinculante, acrescentando, contudo, a proibição das algemas para mulheres em trabalho de parto e logo após.

Apesar disso, a SV 11 continua tendo grande importância, pois ela prevê, em sua parte final, as consequências caso o preso tenha sido mantido algemado fora das hipóteses mencionadas ou sem que tenha sido apresentada justificativa por escrito.

2.4 Abuso de autoridade

Foi sancionada, em 5 de setembro de 2019, a nova lei de Abuso de Autoridade – Lei nº 13.869/2019, que revogou expressamente a antiga Lei nº 4.898/1965, além de alterações relevantes na Lei de Prisão Temporária, na Lei das Interceptações Telefônicas, no Código Penal e no Estatuto da Ordem dos Advogados Brasil. A referida Lei, que já cumpriu seu período de *vacatio legis*, conta com 30 (trinta) novos crimes aprovados pelo Congresso Nacional.

O foco principal da nova Lei é a atuação de policiais, representantes do Ministério Público e magistrados, inclusive no plano colegiado; além do tipo penal aberto de violação às prerrogativas de advogados.

A necessidade de criminalizar o abuso de autoridade deve-se a alguns agentes públicos valer-se de seus cargos, funções e mandatos eletivos para constranger ilegalmente os cidadãos, por motivos pessoais, egoísticos, por mero capricho, para prejudicar terceiros ou, ainda, para benefício próprio ou alheio. Tendo em vista os inúmeros casos que são veiculados na mídia, além de situações não apresentadas ao público, pela falta de informação ou comunicação dos fatos em um país com dimensões continentais, o filtro do Direito Penal ainda nos parece certo, quando corretamente desenhado e aplicado. A tutela penal mostra-se necessária para devolver à coletividade a segurança de somente serem abordados pelos agentes da área criminal após a prática de algum injusto penal e por força da prática desse ato, evitando-se prisões arbitrárias e ilegais.

O Art. 2º da lei trata sobre os sujeitos do crime previstos, constituindo rol exemplificativo:

Art. 2º É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Territórios, compreendendo, mas não se limitando a:

I- Servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparados;

II- Membros do Poder legislativo;

III- Membros do Poder Executivo;

IV- Membros do Poder Judiciário;

V- Membros do Ministério Público;

VI- Membros dos tribunais ou conselhos de contas.

Parágrafo único. Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade abrangido pelo *caput* deste artigo.

O conceito é o mais amplo possível, além da possibilidade de coautoria e participação de particulares, já que ser agente público é elementar de todos os tipos e, por isso, comunica-se aos que não estiverem nessa situação formal.

Quanto ao processo e julgamento dos delitos expressos nesta Lei, aplica-se, no que couber, as disposições do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e da Lei nº 099, de 26 de setembro de 1995 (Juizados Especiais).

2.5 Legislação Especial Alterada

A Lei nº 13.869/2019 altera dispositivos das Leis Federais nº 7.960/1989 (prisão temporária); nº 9.296/1996 (interceptação telefônica); nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil).

2.5.1 Lei de Prisão Temporária

O Art. 40 da Lei nº 13.869/19 altera o Art. 2º da Lei nº 7.960/89, que passa a

prever que mandado de prisão temporária conterá necessariamente o período de duração da prisão temporária estabelecido no caput do artigo (como regra 5 dias), bem como o dia em que o preso deverá ser libertado. Decorrido o prazo contido no mandado prisional, a autoridade responsável pela custódia, independentemente de nova ordem judicial, colocará imediatamente em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da conversão em prisão preventiva. Inclui-se o dia do cumprimento do mandado de prisão no cômputo do prazo de prisão temporária.

2.5.2 Lei de Interceptação Telefônica

O Art. 41 da Lei nº 13.869/19 modifica a redação do tipo penal previsto no Art. 10 da Lei nº 9.296/1996, que criminaliza com pena de reclusão, de 2 a 5 anos, a conduta de realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, promover escuta ambiental ou quebrar segredo da justiça, sem autorização Judicial ou com objetivos não autorizados em lei. Foi acrescentada a conduta de “promover escuta ambiental” no referido Art. 10 da Lei nº 9.296/96

Também foi acrescido pela nova Lei de Abuso figura equiparada no § 1º, do Art. 10 da Lei nº 9.296/96, segundo a qual incorrerá na mesma pena o Juiz de Direito que determinar a execução da medida com objetivo não autorizado em lei.

A escuta ambiental, conquanto com emprego da expressão “captação ambiental”, está elencada como meio de obtenção de prova na Lei nº 12.850/13 (Art. 3º, inciso II) e a partir da nova Lei nº 13.964/2019, fruto do denominado “pacote anticrime”, foi acrescido o Art. 8º-A na Lei nº 9.296/1996, assim disciplinando a aludida medida:

Art. 8º A. Para investigação ou instrução criminal, poderá ser autorizada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, quando:

I- a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes; e

II- houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos ou em infrações penais conexas.

§ 1º O requerimento deverá descrever circunstanciadamente o local e a forma de instalação do dispositivo de captação ambiental.

§ 2º (VETADO).

§ 3º A captação ambiental não poderá não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias, renovável por decisão judicial por iguais períodos, se comprovada a indispensabilidade do meio de prova e quando presente atividade criminal permanente, habitual ou continuada.

§ 4º (VETADO).

§ 5º Aplicam-se subsidiariamente à captação ambiental as regras previstas na legislação específica para a interceptação telefônica e telemática.

Igualmente, a mesma Lei nº 13.964/2019 também inseriu o Art. 10-A na Lei nº 9.296/1996, criminalizando a realização de captação ambiental sem autorização judicial, ressalvando que não há ilícito se a captação é realizada por um dos interlocutores (§ 1º) e cominando pena em dobro ao funcionário público que descumprir sigilo das investigações que envolvam a medida ou revelar o conteúdo das gravações enquanto mantido o sigilo judicial (§ 2º).

2.5.3 Estatuto da Criança e do Adolescente

O Art. 42 da Lei nº 13.869/2019 insere o Art. 227-A na Lei nº 8.069/1990, com a seguinte redação:

Art. 227-A - Os efeitos da condenação prevista no inciso I do caput do art. 92 do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para os crimes previstos nesta lei, praticados por servidores públicos com abuso de autoridade, serão condicionados à ocorrência de reincidência.

Parágrafo único. A perda do cargo, do mandato ou da função, nesse caso, independe da pena aplicada na reincidência.

2.5.4 Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil

O Art. 43 da Lei nº 13.869/19 acrescenta o Art. 7º-B na Lei nº 8.906/1994 (EAOAB), que veicula nova infração penal com o seguinte texto:

“Art. 7º-B Constitui crime violar direito ou prerrogativa de advogado previstos nos incisos II, III, IV e V do *caput* do Art. 7º desta Lei:

Pena – detenção, de 3 (três meses) a 1 (um) ano, e multa.”

Cabe destacar que o Art. 7º do EAOAB, assim estipula em seus incisos II, III, IV e V, como direitos do Advogado:

II- a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia;

III- comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis;

IV- ter a presença de representante da OAB, quando preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade e, nos demais casos, a comunicação expressa à seccional da OAB;

V- não será recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas e, na sua falta, em prisão domiciliar.

3. METODOLOGIA

3.1 A pesquisa sobre o APF e a nova Lei de abuso de autoridade

Para a coleta e análise de dados, a fim de fundamentar o tema proposto, foi realizada uma pesquisa através da ferramenta digital “Formulários Google”. O questionário teve a finalidade de verificar no universo de militares que servem nas mais diversas regiões do país, qual a porcentagem de conhecimento das legislações abordadas e quantos participam de operações de

GLO. O formulário foi limitado a apenas um preenchimento por usuário, divulgado através das mídias sociais e aberto a novas respostas num período de uma semana.

4. ANÁLISE DE DADOS

4.1 Resultados da pesquisa

Em nossa pesquisa de campo, verificamos que 70,3% dos participantes são empregados em suas OM em operações de GLO e que apenas 29,7% dos 101 participantes não empregados.

Sua OM participa de Operações de Garantia da Lei e da Ordem?

101 respostas

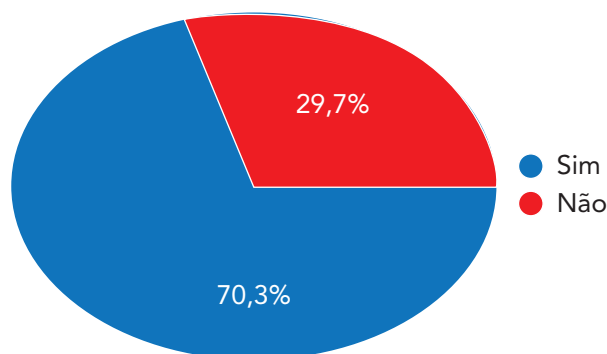


Gráfico 1

Em nossa pesquisa de campo, verificamos que 66,3% dos participantes têm conhecimento do amparo legal para a realização de um APF e que 33,7% dos 101 participantes não têm conhecimento.

Você sabe qual é o amparo legal para a realização de um Auto de Prisão em Flagrante (APF)?

101 respostas

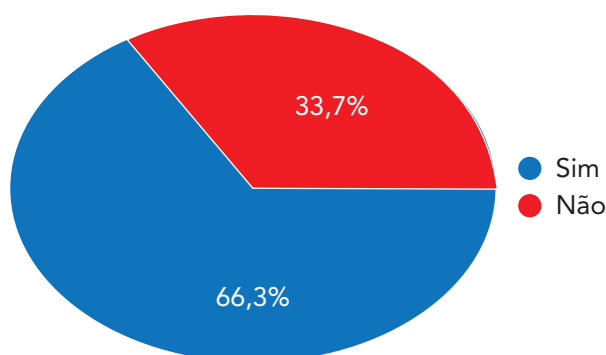


Gráfico 2

Em nossa pesquisa de campo, verificamos que 69,3% dos participantes tem conhecimento dos procedimentos para a aplicação de um APF e que 30,7% dos 101 participantes desconhecem tais procedimentos.

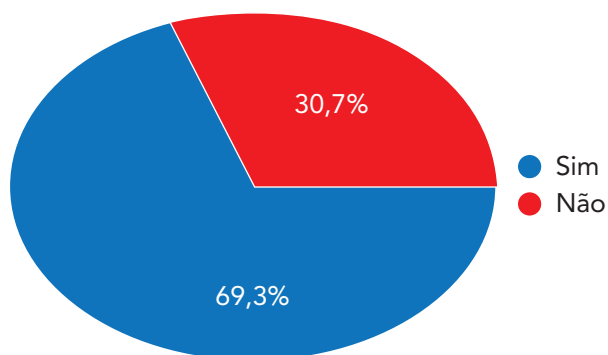


Gráfico 3

Em nossa pesquisa de campo, verificamos que 52,5% dos participantes conhecem a Lei atual de Abuso de Autoridade e que 47,5% dos 101 participantes desconhecem.

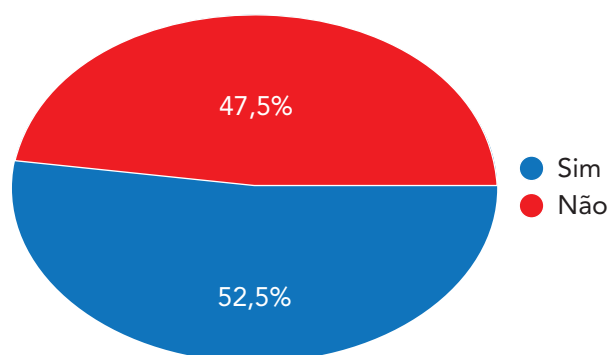


Gráfico 4

Ao analisar os gráficos, verifica-se que praticamente a maioria dos militares participantes são empregados em operações de GLO e que (47,5%) desconhece a nova legislação de abuso de autoridade. Consequentemente correm um sério risco de sanções disciplinares, tanto na esfera administrativa e principalmente na esfera penal. Cabe ressaltar que, em operações de GLO, não é difícil ocorrer casos de flagrante delito, e o militar, investido do poder de polícia, deve estar apto e amparado legalmente para, se preciso for efetuar prisões em flagrante.

5. CONCLUSÃO

Ao findar esse projeto, tendo por base o levantamento de dados realizado, percebemos a importância de se estar atualizado com as Leis que regem o País. O potencial de preparo e respaldo que a referida explanação propõe dará mais confiança e segurança durante as operações, sem que haja possibilidades de exposição por parte da mídia de algum ato ilegal por parte de militares.

Durante análise de dados verificamos que o militar possuidor do conhecimento atualizado da legislação estará mais capacitado e respaldado durante missões de Garantia da Lei e da Ordem em que estiver empregado.

A ideia de abordar sobre o tema tem como intuito a diminuição dos casos de militares sendo processados e punidos por excessos desnecessários, ou mesmo por falta de conhecimento dos novos dispositivos das leis em vigor.

No decorrer do projeto foram apresentadas as principais mudanças na legislação para que em eventuais necessidades de efetuar prisões, elas não sejam relaxadas por erros de procedimento ou excessos, e acabem tendo o efeito contrário, comprometendo a vida e a carreira do militar em serviço. Cabe ressaltar que as prisões em flagrante estão entre as missões subsidiárias do Exército Brasileiro, conforme a Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004, crescendo de importância a abordagem sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Penal**. Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

BRASIL. **Código Penal Militar**. Decreto Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941.

BRASIL. **Código de Processo Penal Militar**. Decreto Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969.

BRASIL. **Código de Tributário Nacional**. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. Regras de Bangkok: Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras/ Conselho Nacional de Justiça, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas. Conselho Nacional de Justiça – 1. Ed – Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016. 80 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: Acesso em: 17 abr. 2020. BRASIL. Decreto nº 678, de 06 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

BRASIL. Decreto nº 8.858, de 26 de setembro de 2016. Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - **Lei de Execução Penal**.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.897, de 24 de agosto de 2001. **Diretrizes para o Emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem**.

BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999. **Normas Gerais para a Organização, o Preparo e o Emprego das Forças Armadas**.

BRASIL. Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as **normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**, para estabelecer novas atribuições subsidiárias.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a **Lei de Execução Penal**.

BRASIL. Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989. Dispõe sobre **prisão temporária**.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**.

BRASIL. Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994. Dispõe sobre o **Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)**.

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os **Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências**.

BRASIL. Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996. Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da **Constituição Federal**.

BRASIL. Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a **investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal**; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 13.869, de 05 de setembro de 2019. Dispõe sobre os **crimes de abuso de autoridade**; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de 23 dezembro de 1940 (Código Penal).

BRASIL. Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. **Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal**.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Súmula Vinculante nº 11, de 22 de agosto de 2008.



PROJETOS INTERDISCIPLINARES DO CURSO DE ADJUNTO DE COMANDO - 2020/2021



11. Atuação do Adjunto de Comando, no âmbito de sua Organização Militar, no desenvolvimento de Ações de Valorização da Vida

Elton Pinheiro Aguiar¹

Luis Carlos Calegaro²

Paulo Roberto Nogueira³

Railton Marçal Bastos⁴

Tomás Rosa da Silva⁵

1. RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as ações a serem realizadas pelo Adjunto de Comando, no exercício da função referente às atividades de valorização da vida. São abordados os principais fatores de risco que podem levar ao suicídio, como a depressão e o uso de drogas. Verificamos através deste estudo que a maior incidência de casos pode ocorrer entre os jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, faixa esta, que compreende a idade de ingresso na Força, seja por meio de concursos ou serviço militar inicial. Estas ações estão alinhadas com o Objetivo Estratégico do Exército nº 13 – Fortalecer a Dimensão Humana. A metodologia empregada é a da pesquisa bibliográfica em livros, artigos e publicações referente ao tema.

Palavras-chave: Valorização; Vida; Drogas; Depressão; Suicídio

2. INTRODUÇÃO

Assunto pouco discutido, o suicídio tem crescido nas mais diferentes faixas etárias, e os índices entre jovens e idosos chamam a atenção dos especialistas. A depressão e uso de drogas está entre os principais fatores de risco. Considerado pela Organização Mundial da Saúde, desde a década de 1990, como um grave problema de saúde pública (OMS,2014), o suicídio tem um forte impacto negativo dentro de uma Organização Militar (OM).

O presente trabalho tem por objetivo estudar e levantar formas de atuação do adjunto de comando, no âmbito de sua OM, para o desenvolvimento de ações de

1 Subtenente de Artilharia – Adj Cmdo do CCOMSEx - Elton Pinheiro Aguiar.

2 Subtenente de Cavalaria – Adj Cmdo do CITEx - Luis Carlos Calegaro.

3 Subtenente de Infantaria – Adj Cmdo do Gab Cmt Ex - Paulo Roberto Nogueira.

4 Subtenente de Infantaria – Adj Cmdo do EME - Railton Marçal Bastos.

5 Subtenente de Comunicações – Adj Cmdo do CCOMGEEx - Tomás Rosa da Silva.

valorização da vida, com ênfase na prevenção de situações problema. Para isso abordaremos primeiramente, a depressão; passando em seguida para dependência química; e por último, o suicídio, finalizando com a conclusão sobre o estudo.

É muito importante que todos tenham o conhecimento e estejam atentos ao que prescreve as Instruções Gerais para o Programa de Valorização da Vida (PVV), no âmbito do Comando do Exército (EB10-IG-02.015) e as Instruções Reguladoras do Programa de Valorização da Vida (PVV), no âmbito do Comando do Exército (EB30-IR-50.017), pois nelas estão previstas todas as atribuições dos Cmt OM a respeito do assunto.

Não temos a pretensão de esgotar um tema de tamanha complexidade, mas sim, chamar a atenção para uma problemática cada vez mais presente no meio militar e que necessita de uma forte atuação nos diversos níveis. Sendo assim, abordaremos as formas de prevenção, bem como da posvenção. Contudo, o foco será sugerir protocolos de atuação por parte do Adjunto de Comando e trazer informações que levem a reflexão sobre a relevância do assunto. É necessário, portanto, que todos os militares tenham pleno conhecimento sobre essa problemática e possam atuar com o mais elevado grau de dedicação e comprometimento.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Depressão

A depressão será a doença mais comum do mundo em 2030, diz a Organização Mundial da Saúde (OMS). Há 11 anos, uma matéria da BBC News Brasil, já alertava para os dados divulgados pela OMS, pois apontavam que nos próximos anos, a depressão deveria se tornar a doença mais comum do mundo, afetando mais pessoas do que qualquer outro problema de saúde, incluindo câncer e doenças cardíacas. De acordo com a matéria, na época, mais de 450 milhões de pessoas eram afetadas diretamente por transtornos mentais, a maioria delas nos países em desenvolvimento, segundo a OMS.

A sociedade brasileira, não diferente de outras sociedades no mundo, e está sofrendo com a nova doença do século. Estima-se que após a pandemia do COVID-19, poderá ocorrer uma 3ª onda, a depressão, sequelada da própria doença. Por isso, o Exército Brasileiro, através das Seções do Serviço de Assistência Social (SSAS) de cada Região Militar, vem buscando formas de minimizar essas ocorrências no âmbito das Organizações Militares e junto à Família Militar. A missão dos SSAS é orientar, coordenar e fiscalizar a execução de programas, projetos e atividades de assistência social nas Regiões Militares.

Nem todas as pessoas com transtornos depressivos apresentam os mesmos sintomas. A gravidade, frequência e duração variam dependendo do indivíduo e de sua condição específica. Segundo o médico Saxena, (matéria publicada na BBC News Brasil), os custos da depressão serão mais sentidos nos países em desenvolvimento, pois eles registram mais casos da doença e menos recursos para tratar tais transtornos. “A depressão tem diversas causas, algumas delas biológicas, mas parte dessas causas vem de pressões ambientais e, obviamente, as pessoas pobres sofrem mais estresse em seu dia a dia do que as pessoas ricas, e não é surpreendente que elas tenham mais depressão.” Por isso, verificamos que as classes mais pobres são mais vulneráveis a depressão. Ao fazer uma analogia dessa afirmação, deparamos com as famílias dos nossos soldados, que na sua maioria, moram em regiões mais humildes e às vezes, a única renda daquela família é a remuneração recebida por aquele jovem, na prestação do serviço militar.

Assim, devemos atentar quanto à apresentação de alguns dos seguintes sinais e sintomas, durante pelo menos duas semanas, pois a pessoa pode estar sofrendo de depressão: humor triste, ansioso ou “vazio” persistente; sentimentos de desesperança, luto ou pessimismo; irritabilidade; sentimento de culpa, inutilidade ou desamparo; perda de interesse ou prazer pela vida, hobbies e atividades; diminuição da energia ou fadiga; mover ou falar mais devagar; sen-

tir-se inquieto ou ter problemas para ficar sentado; dificuldade de concentração, lembrança ou tomada de decisões; dificuldade para dormir, despertar de manhã cedo ou dormir demais; apetite e/ou alterações de peso; pensamentos de morte ou suicídio, ou tentativas de suicídio; dores, dores de cabeça, cólicas ou problemas digestivos sem uma causa física clara e/ou que não se aliviam mesmo com o tratamento.

Conforme as citações do Vittude Blog, podemos observar que a depressão cada vez mais está atingindo os jovens. Olhando para nossa instituição, que recebe milhares de jovens anualmente para cumprirem o serviço militar obrigatório e conversando com especialistas, foi constatado que no “Público de Entrada”, pode ocorrer maior incidência de casos. O soldado recruta, está na faixa etária de mudanças importantes na vida, onde cresce a necessidade de instrução, apoio e a compreensão. A vida militar gera muita expectativa para esses jovens, podendo elevar o nível de ansiedade.

3.2 Dependência química

Segundo o Decreto Nº 9.761, de 11 de abril de 2019 – Política Nacional de Drogas, o uso de drogas na atualidade é uma preocupação mundial. Entre 2000 e 2015, houve um crescimento de 60% no número de mortes causadas diretamente pelo uso de drogas, sendo esse dado o recorte de apenas uma das consequências do problema. Tal condição extrapola as questões individuais e se constitui como um grave problema de saúde pública, com reflexos nos diversos segmentos da sociedade. Os serviços de segurança pública, educação, saúde, sistema de justiça, assistência social, dentre outros, e os espaços familiares e sociais são repetidamente afetados, direta ou indiretamente, pelos reflexos e pelas consequências do uso das drogas.

No que tange ao uso de drogas lícitas, em nível mundial, o uso de tabaco é considerado um dos fatores mais determinantes na carga global de doenças. Com seu uso muito vinculado às questões culturais, além dos prejuízos ao usuário, o tabaco

acarreta complicações aqueles expostos à sua fumaça, denominados fumantes passivos. Com relação a outra droga lícita, a experimentação do álcool, tem iniciado cada vez mais cedo. Desenvolver estratégias voltadas para o público mais jovem é de fundamental relevância, considerando que os efeitos negativos do uso sobre este grupo etário são maiores quando comparados a grupos mais velhos, sendo a adolescência um período crítico e de risco para o início do uso. De forma associada a esse quadro é necessário também refletir sobre o fato de que há comorbidades associadas como, por exemplo, a depressão, que se apresenta com maior prevalência entre abusadores de álcool.

No Brasil, em levantamento domiciliar sobre uso de drogas psicotrópicas, realizado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, o álcool e o tabaco acompanham as tendências mundiais e foram identificados como as principais drogas lícitas consumidas no país. Dentre as drogas ilícitas, a maconha, também acompanha essa tendência, e é a droga de maior consumo no país.

Diante deste contexto mundial e nacional, o Exército Brasileiro, por ser uma Instituição de Estado que absorve anualmente milhares de jovens conscritos de características socioeconômicas e geográficas diversas, também deve preocupar-se na adoção de diferentes formas de intervenção, que possam realmente compreender a complexidade e amplitude do consumo de drogas. Alinhado com a Política Nacional sobre Drogas, a prevenção é o principal vetor de combate e deve ser trabalhado dentro das organizações militares de forma coordenada e abrangente, a fim de construir uma mentalidade uníssona, voltada para os valores militares e atributos da área afetiva.

No alinhamento do Objetivo Estratégico do Exército nº 13, “Fortalecer a dimensão humana”, desdobrada na Ação Estratégica nº 13.1 – Desenvolvimento de ações de apoio à família militar, o Adjunto de Comando poderá atuar através de estratégias coordenadas com as Diretrizes do Comandante da

Unidade e intervir diretamente, através de ações preventivas direcionadas para cada público alvo específico de sua OM.

Outro aspecto importante, que deve ser trabalhado nas primeiras instruções do período básico, com os jovens conscritos egressos da vida civil, é que alguns delitos considerados como contravenção penal, como exemplo, o porte de pequenas quantidades de entorpecente, não são tratados apenas como contravenção penal em área sob a jurisdição militar, mas sim como crime militar, o que corrobora para um aumento significativo desse delito nos últimos anos dentro dos quartéis.

As ações preventivas devem ser planejadas e direcionadas ao desenvolvimento humano, ao incentivo da educação para a vida saudável e à qualidade de vida, ao fortalecimento dos mecanismos de proteção do indivíduo, ao acesso aos bens culturais, à prática de esportes, ao lazer, ao desenvolvimento da espiritualidade, à promoção e manutenção da abstinência, ao acesso ao conhecimento sobre drogas com embasamento científico, considerada a participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação das ações.

De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), prevenir é tomar medidas para impedir que algo ocorra. No caso da prevenção de doenças, isso requer uma ação antecipada, baseada no conhecimento da história natural da enfermidade, a fim de que seja possível reduzir a chance de que ela ocorra. Dentro desse conceito, devemos considerar que a prevenção é o melhor caminho para criarmos um ambiente com a capacidade de promover a saúde física e mental em todos os seus integrantes.

Para atingirmos essa capacidade, devemos considerar que existem três níveis de prevenção, cada um com os seus objetivos próprios:

A prevenção primária objetiva evitar ou retardar a experimentação do uso de drogas. Portanto, refere-se ao trabalho que é feito junto aos militares que ainda não experimentaram, ou aqueles que estão na idade em que costumeiramente se inicia o uso.

A prevenção secundária tem como objetivo atingir os militares que já experimentaram e que fazem uso ocasional de drogas, com intuito de evitar que o uso se torne nocivo, com possível evolução para dependência. Nestes casos o apoio dos militares do serviço de saúde da unidade deve ser contínuo.

A prevenção terciária corresponde ao tratamento do uso nocivo ou da dependência. Portanto, este tipo de atenção deve ser feita por um profissional de saúde, cabendo à organização militar identificar e encaminhar tais casos para os Hospitais Militares de Área ou clínicas conveniadas.

3.3 Suicídio

Como definido por Gilmar, Renata e Varinia no Projeto Social Valorização da Vida e Prevenção do Suicídio, o ato suicida, resulta de uma crise com maior ou menor duração, variando em cada indivíduo. Nos instantes que precedem a ação a pessoa oscila a combinação de ideias ou sentimentos conflituosos (ambivalência) = luta interna entre o desejo de viver e o desespero para dar fim à dor psíquica.

Ao receber ajuda preventiva ou oferta de socorro, o potencial suicida pode reverter tal situação. A maioria dos indivíduos com ideias de morte comunica seus pensamentos e intenções. Frequentemente dão sinais e fazem comentários, considerados como frases de alerta. Essas mensagens são pedidos de ajuda e não podem ser ignoradas. Por trás delas encontramos pessoas que podem estar idealizando o suicídio e, principalmente, sofrendo de indicadores que predigam a conduta: depressão, desesperança, desamparo e desespero.

Os principais fatores de risco são: tentativa prévia de suicídio; transtorno mental; reduzido convívio social; sentimentos de solidão, impotência, desesperança; episódios recorrentes de ansiedade ou crises de pânico; alteração na personalidade (irritabilidade, pessimismo, depressão); histórico de alcoolismo, abuso ou dependência de outras drogas; comorbidade potencializada (ex: alcoolismo + depressão); perda

recente importante e não tolerada (morte, divórcio, separação, desemprego).

Os fatores protetores geralmente são menos estudados, mas são importantíssimos como indicadores em regiões de implementação de programas preventivos. São eles: autoestima elevada, bom suporte familiar, laços sociais bem estabelecidos com familiares e amigos, religiosidade ativa, razões para viver, presença de crianças em casa ou no convívio externo, senso de responsabilidade familiar e financeiro, capacidade de adaptação positiva para resolução de problemas, iniciativa e disposição frente a adversidades, acesso a serviços e cuidados de saúde mental e, principalmente, referências de otimismo e esperança.

No Brasil, surgiu, após 2006, sobre gerência do Ministério da Saúde, uma Estratégia Nacional para Prevenção do Suicídio, articulada em universidades e instituições de pesquisas e ONGs; no mesmo ano, um manual dirigido aos profissionais e equipes médicas de saúde mental dirigido aos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS) foram espalhados por todo o Brasil, com a capacidade de atender os pacientes com patologias mentais.

Existe também, desde 1962, o Como Vai Você (CVV) uma organização sem ligações políticas ou religiosa que trabalha e se mantém através de voluntários, que recebem uma média anual de 800 mil ligações, das quais mais da metade duram quase uma hora, os voluntários após severa e criteriosa seleção, aprendem a perceber o valor da escuta numa sociedade cada vez mais competitiva, nas quais as pessoas não tem tempo e nem paciência para ouvir as outras, em uma filosofia de compreensão, fraternidade, cooperação, crescimento interior e o exercido da vida plena.

No cargo de Adjunto de Comando em se tratando de casos extremos, que podem precipitar para a ideia do suicídio podemos citar: o desânimo, a melancolia ou principalmente, a utilização de drogas e a depressão são fatores que levam a ideia de autoextermínio. Por isso devemos ter muita dedicação e ouvir o desabafo de uma pessoa aflita sem interromper, reconhecen-

do o momento certo para agir com ética, compaixão, respeitosamente e procurando pessoas especializadas para sermos assim um instrumento para serenar um momento de crise existencial, porque enquanto existe vida temos que ter esperança.

4. CONCLUSÃO

Neste trabalho abordamos o assunto Valorização da Vida, e concluímos que a atuação do Adjunto de Comando, seja nas atividades de prevenção, quanto na posvenção, é de suma importância para a Família Militar.

Conforme pudemos observar, a maioria dos casos apresentados tem como causa principal o desequilíbrio na saúde mental. Agir preventivamente em ações de manutenção desse equilíbrio, de modo a evitar emoções negativas como ansiedade ou descontrole de doenças como depressão, é fundamental para evitar perdas de vidas.

A identificação precoce de mudança repentina de comportamento é outra ação que apresenta bons resultados, no entanto, somente poderemos perceber que alguém está com problemas de depressão, ou pode vir a atentar contra a própria vida, se estivermos permeáveis a estas possibilidades, e principalmente se realmente conhecermos as pessoas que estão ao nosso lado. Para isso teremos que criar um ambiente positivo de preocupação com as pessoas, conhecendo-as cada uma no detalhe, seus problemas familiares e particulares, de forma a criar uma confiança mútua e fazer com que possam se sentir amparados e encorajados a conversar.

No âmbito das ações preventivas, o Adjunto de Comando poderá desenvolver atividades militares, sociais e religiosas que estimulem a integração, o companheirismo e o espírito de corpo. Ainda, adotar como prática, a realização de ciclos de palestras sobre a importância da saúde mental, valorização da vida, e prevenção ao suicídio.

Ainda, divulgar aos integrantes da OM, os vários meios disponíveis de ajuda aos membros da Família Militar, tais como: o Programa de Valorização da Vida (PVV); o Programa de Apoio Socioeconômico

(PASE); o Programa de Preparação para a Reserva do Exército Brasileiro (PPREB); e o Programa de Atendimento Social às Famílias dos Militares e Servidores Civis participantes de Missões Especiais (PASFME), todos da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS).

Cabe ao Adjunto de Comando conhecer o Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx), a Seção do Serviço de Assistência Social Regional (SSAS/R); a Seção do Serviço de Assistência Social das Organizações Militares de Saúde (SSAS/OMS) e o Centro de Valorização da Vida (CVV). E também, manter estreita ligação com o “Militar de Ligação” da SSAS, de sua unidade, ainda, a ampla divulgação, a formação de agentes multiplicadores e a coordenação de visitas e palestras pelos SSAS de sua Região Militar.

De forma prática, quando desconfiar que alguém está com sintomas de depressão ou ideação suicida, é importante conversar diretamente com ela, procurando preencher o vazio criado pelo desamparo, desesperança e desespero. Um diálogo aberto, respeitoso, empático e de não julgamento, é fundamental, e pode fazer a diferença.

Segundo a OMS, nove de cada dez suicídios poderiam ser evitados, se fornecido tratamento e apoio adequados. O diálogo é primordial na prevenção do suicídio. É importante deixar claro que a procura por ajuda não é um sinal de fraqueza.

No momento em que julgar que a pessoa está em perigo imediato, ela não deve ser deixada sozinha. O Adjunto de Comando pode oferecer-se para acompanhá-la a uma consulta com um médico, profissional de saúde mental, conselheiro ou assistente social. Em casos de recusa, no qual a pessoa não aceita ajuda, deve ser informado ao profissional, para que esse venha até a pessoa afetada e, se necessário, realize uma condução coercitiva para o tratamento.

Como medida de posvenção, é importante prestar apoio e assistência psicológica aos sobreviventes (pais, filhos, irmãos, familiares, amigos, colegas etc.), ainda, avaliar qual impacto nos integrantes daquela organização militar, que nesse momento en-

contram-se fragilizados pelo fato ocorrido. Geralmente os enlutados por suicídio apresentam emoções e sentimentos de negação, raiva, solidão, impotência, ansiedade, culpa, vergonha e tristeza. Essas emoções e sentimentos, não devem ser negligenciados ou negados, pois podem representar um fator de risco para outro suicídio.

O anexo J, das Instruções Reguladoras do Programa de Valorização da Vida (PVV) no âmbito do Comando do Exército (EB30-IR-50.017), apresenta protocolos vinculados aos Comandantes, Diretores ou Chefes de Organização Militar, que devem ser de conhecimento dos Adjuntos de Comando, e são um excelente guia de ações que devem ser implementadas nas OM, a fim de se cumprir as medidas preventivas.

Concluindo, é importante que os Adjuntos de Comando tenham condições de agir como agente mediador entre a tropa e os órgãos de apoio, construindo uma rede de apoio eficaz para atuar de forma preventiva. Facilitando e estimulando a capacitação do maior número de militares da OM, através de palestras e cursos ministrados por profissionais capacitados, o que pode possibilitar o entendimento de todos para essa doença silenciosa.

REFERÊNCIAS

Decreto Nº 9.761, de 11 de abril de 2019 – **Política Nacional de Drogas**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm. Acesso em: 10 Nov. 2020.

Biblioteca Virtual em Saúde. Disponível em: <https://aps.bvs.br/aps/como-podemos-trabalhar-aprevencao-do-uso-de-drogas-em-jovens/>. Acesso em: 10 Nov. 2020.

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). Disponível em: <http://www.aberta.senad.gov.br/>. Acesso em: 11 Nov. 2020.

Anuário da Justiça. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-ago-08/stmassimila-mudancas-competencia-adere-ssoes-virtuais>. Acesso em: 11 Nov. 2020.

Depressão será a doença mais comum do mundo em 2030, diz OMS. BBC NEWS/Brasil, 02 de set. de 2009. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/09/090902_depressao_oms_cq. Acesso em: 16 Nov. 2020.

Sintomas de depressão: 13 sinais que você precisa conhecer. Vittude Blog, 04 de jul. de 2017. Disponível em: <https://www.vittude.com/blog/13-sintomas-de-depressao/>. Acesso em: 16 Nov. 2020.

Com depressão no topo da lista de causas de problemas de saúde, OMS lança a campanha “Vamos conversar”. OPAS Brasil, 30 de mar. de 2017. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5385:com-depressao-no-topo-da-lista-de-causas-de-problemas-de-saude-oms-lanca-a-campanhавamos-conversar&Itemid=839. Acesso em: 16 Nov. 2020.

Depressão. OPAS, c2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/depressao>. Acesso em: 16 Nov. 2020.

Portaria nº 893, de 25 de julho de 2016. **Instruções Gerais para o Programa de Valorização da Vida (PVV) no Âmbito do Comando do Exército (EB10-IG-02.015).** Disponível em: <http://www.dciipas.eb.mil.br/index.php/component/content/article/35-destaques/93-programa-valorizacao-da-vida-pvv>. Acesso em: 16 Nov. 2020.

Portaria nº 151-DGP, de 04 de agosto de 2016. **Instruções Reguladoras do Programa de Valorização da Vida (PVV) no âmbito do Comando do Exército (EB-30-IR-50.017).** Acesso em: 16 Nov. 2020.

RODRIGUES, Gilmar Dias. RODRIGUES, Renata Karla Peres. ALVEAL, Varinia Alejandra Frau. **Valorização da Vida e Prevenção do Suicídio: Um Projeto Social**

OURÍVIO, Fernanda. LOPES, Giulia. GONZAGA, João Victor. BARRETO, Lucas. Guia de Estudos da OMS, Saúde Mental. Belo Horizonte. Fundação Torino, Escola Internacional, 2018.

TRIGREIRO, André, 1966, Viver é Melhor Opção: a prevenção do suicídio no Brasil e no mundo/André Trigueiro. - 2ª edição - São Bernardo do Campo-SP: Correo Fraternal, 2015.

12. Prática regular de atividade física, redução do risco de doenças crônicas e manutenção do nível de aptidão exigido pelo Exército

Goethe Lélis Granja¹

Cristiano Behenck Hahn²

Marcio Alexandre da Silva Ribeiro³

Ricardo Weinschütz⁴

Antônio Simões Paolilo⁵

1. RESUMO

A modernização e a automação promovida pela Era do Conhecimento contribuíram para a diminuição do gasto energético diário e para o desenvolvimento do comportamento sedentário em alguns militares. Apesar da existência de níveis de aptidão física que devem ser alcançados e mantidos pelos militares do Exército durante o serviço ativo, o incremento da demanda de tarefas administrativas converteu-se em argumento para o afastamento da prática regular do TFM por alguns integrantes. Este ensaio buscou relacionar fatores de risco relacionados a inatividade física e benefícios da prática regular de exercícios, podendo servir como ferramenta de persuasão para o Adjunto de Comando realizar a orientação e motivação de militares

das mais diversas situações funcionais da Força Terrestre. A adoção de um planejamento alimentar saudável e a realização de um volume relativamente baixo de atividade física são capazes de reduzir o risco de ocorrência de doenças crônicas e promover a manutenção do nível de aptidão física exigido pelo Exército.

Palavras-chave: Atividade física; Síndrome metabólica; Dose resposta.

2. INTRODUÇÃO

A Diretriz para o Treinamento Físico Militar e sua Avaliação (BRASIL, 2008) aponta os padrões de desempenho físico individual para os integrantes do Exército, estabelecendo níveis de aptidão que devem ser alcançados e mantidos pelos militares da ativa conforme a situação funcio-

1 S Ten Inf, Adj Cmdo do 25º BC – sgtgoethe@hotmail.com

2 1º Sgt Sau, Adj Cmdo do CCFEx/FSJ – cristianobehenck@gmail.com

3 1º Sgt Sau, Adj Cmdo do HGeSM – sgt.marcio@yahoo.com.br

4 1º Sgt Cav, Adj Cmdo do 12º RC Mec – ricardo_wantz@hotmail.com

5 1º Sgt Inf, Adj Cmdo do 35º BI – sgtsimoes77@hotmail.com

nal e a idade. Níveis esses, fundamentais para o alcance do padrão de desempenho físico individual e, principalmente, para a conservação dos hábitos que contribuem para a saúde e para uma melhor qualidade de vida. O aumento da demanda de tarefas administrativas nas Organizações Militares converteu-se em argumento para o afastamento da prática regular do Treinamento Físico Militar (TFM) de alguns integrantes. Desta forma, por meio da revisão da literatura científica, este ensaio buscou relacionar fatores de risco relacionados a inatividade física e alguns dos diversos benefícios da prática regular de atividade física para evitar o desenvolvimento de doenças crônicas.

Este manuscrito pode servir como ferramenta de persuasão para o Adjunto de Comando realizar a orientação e motivação de militares das mais diversas situações funcionais da Força Terrestre e, em casos mais específicos, realizar um adequado assessoramento do Comando.

3. FATORES DE RISCO ASSOCIADOS A DOENÇAS CRÔNICAS NO EXÉRCITO

A Organização Mundial da Saúde aponta a obesidade como o principal problema de saúde da última década (BELMIRO; NAVARRO, 2016). Além do substancial incremento no valor calórico dos alimentos, a modernização e a automação promovida pela Era do Conhecimento contribuíram para a diminuição do gasto energético diário e para o desenvolvimento do comportamento sedentário em militares. Em vista disso, a obesidade já se manifesta como uma evidência epidemiológica do Exército na atualidade.

Neves (2008) conduziu um estudo em 426 militares com idade entre 27 e 37 anos, alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, observando a ocorrência de sobrepeso em 51% e de obesidade em 13% dos participantes. Recentemente, Rodrigues e colaboradores (2020) realizaram uma pesquisa clínica para verificar possíveis relações existentes entre a gordu-

ra visceral e aptidão física em 41 militares, alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, constatando sobrepeso em 70% dos participantes e 31% destes foram considerados obesos. A gordura visceral apresentou correlação negativa com os testes de corrida contínua em 12 minutos e flexão de braços na barra fixa, isto é, quanto maior a quantidade de gordura visceral do indivíduo menor foi o desempenho obtido nos testes supracitados. A correlação negativa obtida entre os testes físicos e a gordura visceral podem indicar a importância da manipulação desta variável no incremento da aptidão física em militares do Exército.

No que diz respeito ao segmento feminino, Martins (2019) avaliou a prevalência de fatores de risco associado com níveis de atividade física em 31 mulheres do Exército Brasileiro, observando relação inversa entre o tempo de serviço (i.e., Posto) e o nível de atividade física ocupacional (TFM) e maior nível de atividade física durante o lazer. Os dados deste estudo foram obtidos com militares integrantes de uma Diretoria do Exército, não retratando a realidade encontrada nas demais OM da Força Terrestre.

Deve ser considerado que o índice de massa corporal (IMC) não possibilita a estimativa da quantidade de gordura corporal do indivíduo. Assim, a associação deste dado com a mensuração da circunferência da cintura é um método eficiente para a avaliação da obesidade e do acúmulo de gordura visceral de militares do Exército Brasileiro, fornecendo informações satisfatórias para todos os níveis considerados.

4. SÍNDROME METABÓLICA E EXERCÍCIO FÍSICO

Determinadas enfermidades possuem relação com a forma que o excesso de gordura se distribui no corpo, onde o acúmulo de gordura visceral possui fator de risco associado à doenças cardiovasculares (RODRIGUES et al., 2020). A síndrome metabólica é um transtorno de saúde caracterizado pela associação de fatores de risco relacionados a deposição central de gor-

dura, a hipertensão arterial, a resistência à insulina e a dislipidemia (i.e., baixo valor do colesterol HDL e alto valor de triglicerídeos) (CIOLAC; GUIMARÃES, 2004).

A ocorrência de síndrome metabólica é constatada pela presença de pelo menos três dos cinco critérios a seguir: 1) circunferência da cintura superior a 90 cm para homens e 80 cm para mulheres; 2) pressão arterial sistólica maior ou igual a 130 mmHg e pressão arterial diastólica maior ou igual a 85 mmHg; 3) glicemia maior ou igual a 100 mg/dl ou uso de medicamento para controle; 4) triglicerídeos maior ou igual a 150 mg/dl ou uso de medicamento para controle; 5) colesterol HDL menor que 40 mg/dl para homens e menor que 50 mg/dl para mulheres.

Estudos epidemiológicos observaram a relação direta entre a inatividade física e o aumento dos fatores de risco relacionados à síndrome metabólica. Entretanto, tem sido demonstrado que a prática regular de exercício físico apresenta benefícios na prevenção e tratamento de doenças crônicas como hipertensão arterial, resistência à insulina, diabetes, dislipidemia e obesidade (ACSM, 2009; CIOLAC; GUIMARÃES, 2004).

5. ASPECTOS NUTRICIONAIS NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS

É consenso na atualidade o impacto positivo da adoção de uma alimentação saudável e da prática regular de atividade física no incremento da qualidade de vida e na prevenção de doenças crônicas. Uma dieta inadequada pode acarretar a queda de produtividade e onerar o sistema de saúde.

As doenças cardiovasculares constituem a principal causa de mortalidade no mundo e seus fatores de risco podem ser modificados por meio da implementação de uma dieta adequada, para a qual Rique e colaboradores (2002) recomendam o incremento no consumo de vegetais, frutas, grãos integrais, soja, azeite e peixes e evi-

tar o consumo de alimentos com gordura saturada, o uso excessivo de sal e de bebidas alcoólicas. O exercício físico associado a reeducação alimentar sustenta-se como a principal ferramenta não medicamentosa no controle da obesidade e do desenvolvimento de doenças crônicas.

6. BENEFÍCIOS DA PRÁTICA REGULAR DE ATIVIDADE FÍSICA

As evidências científicas suportam os benefícios da atividade física para a saúde de tal forma que o fato de ser fisicamente ativo vislumbra a existência de um indivíduo saudável. Löllgen e colaboradores (2009) constataram que indivíduos que realizam atividade física de maneira regular por um longo período apresentam redução em todas as causas de mortalidade comparado às pessoas sedentárias.

Uma recente revisão sistemática examinou a relação dose-resposta entre a atividade física e o estado de saúde (WARBURTON; BREDIN, 2017), indicando que um volume relativamente baixo de atividade física é capaz de promover a redução no risco de morte prematura e a redução do risco de mais de 25 doenças crônicas, incluindo doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2 e câncer (Figura 1). O estudo apresentou um modelo teórico para a relação dose resposta entre o volume de atividade física e o risco relativo de morbilidades e mortalidade, assinalando a possibilidade da obtenção de grandes benefícios pela execução de sessões diárias de curta duração (Figura 2).

As diretrizes internacionais recomendam a realização de no mínimo 150 minutos de atividade física por semana em intensidade moderada a vigorosa (ACSM, 2009). Warburton e Bredin (2017) observaram, ainda, que as recomendações internacionais estão associadas a uma redução de 20 a 30% no risco de várias condições médicas crônicas e da morte prematura, além de aumento significativo da independência funcional e da função cognitiva em idosos.

Figura 1 – Risco relativo de mortalidade e morbidades em função do volume de atividade física estimado (WARBURTON; BREDIN, 2017).

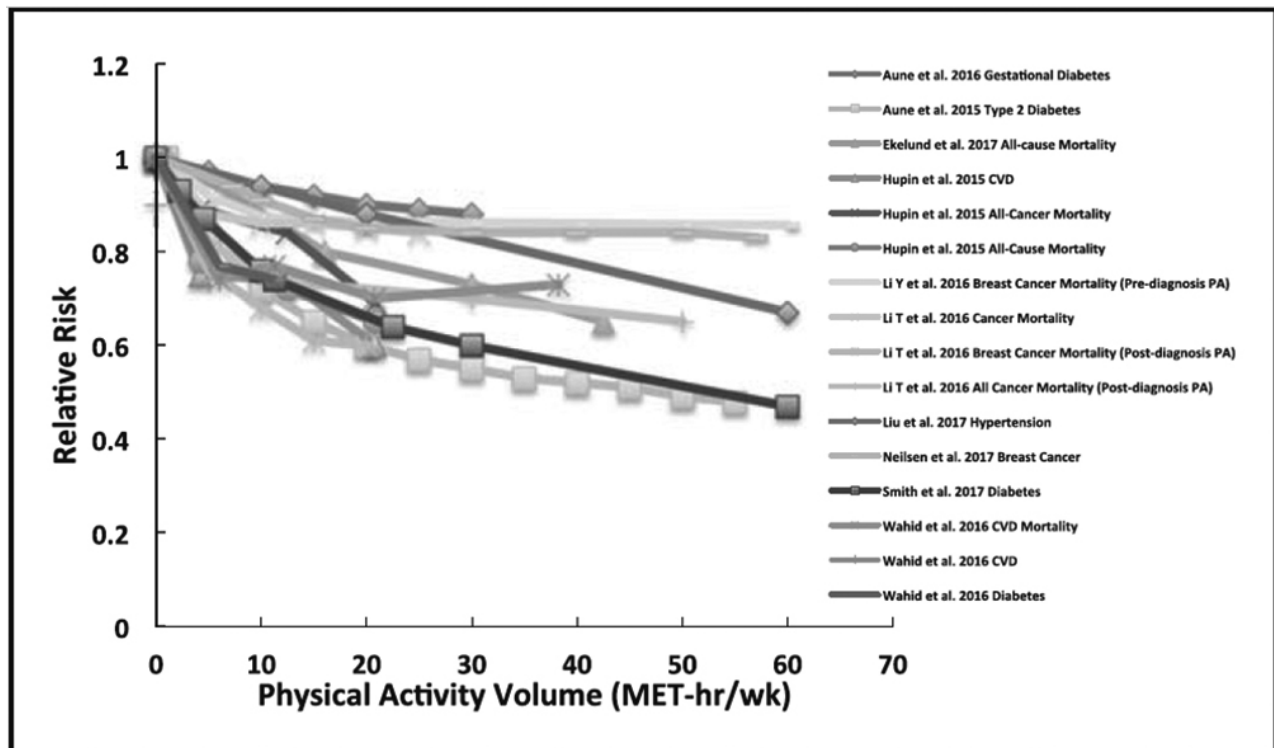
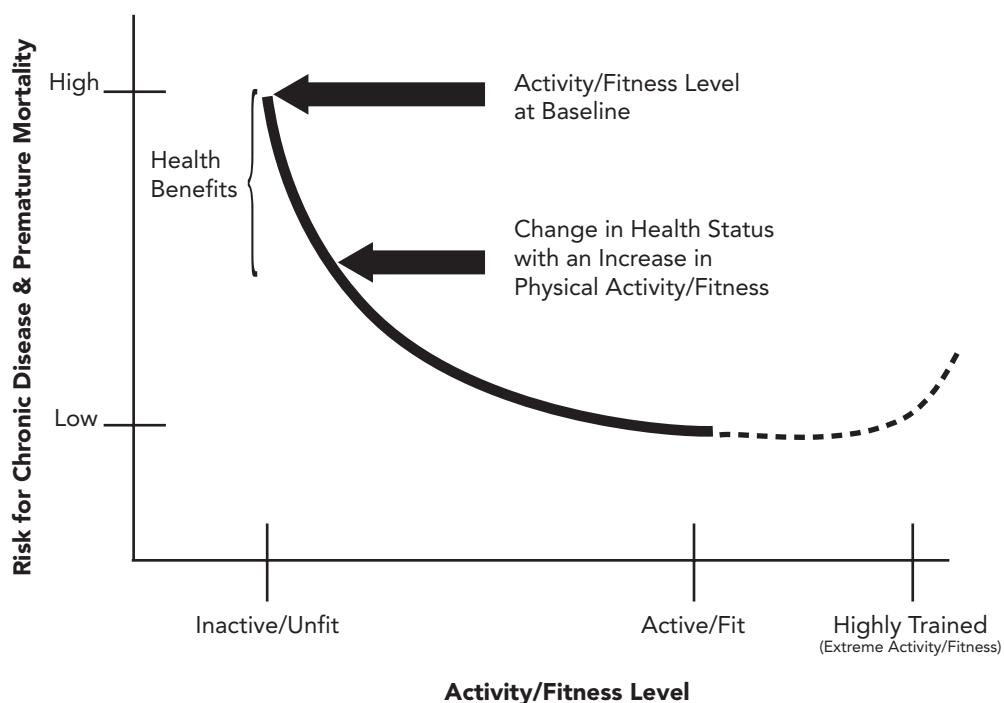


Figura 2 – Modelo teórico da relação dose resposta entre o volume de atividade física e o risco relativo de morbidades e mortalidade proposto por Warburton e Bredin (2017).



Um pequeno volume de atividade física para indivíduos inativos levará a uma melhora significativa do estado de saúde, incluindo uma redução do risco de doenças crônicas e mortalidade prematura. A linha tracejada representa o potencial aumento do risco observado em atletas de resistência altamente treinados.

6. AVALIAÇÃO DO ESTADO DE SAÚDE DOS MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Em janeiro de 2020 foram aprovadas as Normas para Avaliação do Estado de Saúde dos Militares do Exército Brasileiro – EB10-R-02.001 (BRASIL, 2020), definindo os procedimentos de avaliação que deverão ser realizados anualmente em todos os militares (Figura 3). A adoção deste procedimento disponibilizará aos indivíduos avaliados e aos gestores as informações necessárias sobre indicadores do estado de saúde e do risco de doenças crônicas, principalmente no que diz respeito a fatores associados à síndrome metabólica.

Figura 3 – avaliação do estado de saúde – EB10-R-02.001 (BRASIL, 2020)

| Quem realiza | Tipo de avaliação | Parâmetros Avaliados | Quando realizado | Finalidade |
|-------------------------------|-------------------|---|----------------------------------|--|
| Todos os militares | Antropométrica | Massa corporal total; Estatura; Circunferência da cintura, do abdômen e do quadril. | Durante o mês anterior ao 1º TAF | <ul style="list-style-type: none">• Indicadores de saúde;• Percentual de gordura corporal;• RCQ. |
| | Pressórica | Pressão arterial sistólica e diastólica. | | Diagnosticar a pressão arterial elevada / hipertensão arterial sistêmica |
| Todos os militares ≥ 40 anos* | Bioquímica | Triglicérides; Glicose; e HDL-c | | Diagnóstico da Síndrome Metabólica |

* os militares ≥ 40 anos farão a avaliação bioquímica, além das avaliações antropométrica e hemodinâmica

7. CONCLUSÃO

A adoção da prática regular de atividade física e de um planejamento alimentar saudável pode resultar na prevenção e tratamento de doenças crônicas. A realização de um volume relativamente baixo de atividade física é capaz de promover a redução no risco de morte prematura e a redução do risco de mais de 25 doenças crônicas, as quais incluem doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2 e câncer.

Para que a atividade física possa contemplar a manutenção do nível de aptidão física exigido pelo Exército, após a liberação médica e orientação específica, o trabalho de intensidade sobre o volume de treinamento deve ser priorizado.

Uma efetiva intervenção na saúde deve ser contemplada por uma abordagem integrada composta pela redução do comportamento sedentário, pela alimentação saudável, pela moderação na ingestão de bebidas alcoólicas e pela cessação do tabagismo. Contudo, a prática regular de atividade física pode induzir a uma mudança no estilo de vida que facilitará o alcance dos demais propósitos estabelecidos.

REFERÊNCIAS

ACSM. Progression Models in Resistance Training for Healthy Adults. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, v. 41, n. 3, p. 687–708, 2009.

BELMIRO, W. DE O.; NAVARRO, A. C. O efeito do treinamento intervalado de alta intensidade para a redução de gordura corporal. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, v. 10, n. 59, p. 224–230, 2016.

BRASIL. Portaria Nº 032-EME, de 31 de março de 2008. **Boletim do Exército**, n. 15, p. 5–24, 2008.

BRASIL. Portaria Nº 324-DGP, de 23 de dezembro de 2019. **Separata ao Boletim do Exército**, n. 1, p. 3–15, 2020.]

CIOLAC, E. G.; GUIMARÃES, G. V. Exercício físico e síndrome metabólica. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 10, n. 4, p. 319–324, 2004.

LÖLLGEN, H.; BÖCKENHOFF, A.; KNAPP, G. Physical activity and all-cause mortality: An updated meta-analysis with different intensity categories. **International Journal of Sports Medicine**, v. 30, n. 3, p. 213–224, 2009.

MARTINS, L. C. X. Prevalence of Health Problems and Associations with Physical Activity Level in the Brazilian Army Female Segment. **Revista de Educação Física**, v. 88, n. 2, p. 847–863, 2019.

NEVES, E. B. Prevalência de sobrepeso e obesidade em militares do exército brasileiro: associação com a hipertensão arterial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 5, p. 1661–1668, 2008.

RIQUE, A. B. R.; SOARES, E. DE A.; MEIRELLES, C. DE M. Nutrição e exercício na prevenção e controle das doenças cardiovasculares. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 8, n. 6, p. 244–254, 2002.

RODRIGUES, L. C. et al. Visceral fat, physical fitness and biochemical markers of brazilian military personnel. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 26, n. 1, p. 21–24, 2020.

WARBURTON, D. E. R.; BREDIN, S. S. D. Health benefits of physical activity: A systematic review of current systematic reviews. **Current Opinion in Cardiology**, v. 32, n. 5, p. 541–556, 2017.

13. O projeto Soldado-Cidadão e os Tiros de Guerra do Brasil

Adimilson Barbosa Ribeiro

Elbio Ferraz Junior

Gilson Wagner de Oliveira

Rafael Faria da Silva

Renato Marcolino de Souza

RESUMO

O presente ensaio se propõe a investigar a possibilidade de estender o Projeto Soldado-Cidadão (PSC) aos Tiros de Guerra do Brasil, uma vez que esse tipo de OM não é contemplada atualmente. Nesse sentido, trabalha-se com a hipótese de que o Projeto Soldado-Cidadão atende às Forças Armadas no quesito responsabilidade social, uma vez que fornece aos jovens militares uma melhor perspectiva de ingresso num mercado de trabalho, que está cada vez mais competitivo, através do treinamento oferecido na forma de cursos profissionalizantes. Para que se atinja o objetivo proposto, a presente pesquisa se vale do método indutivo, partindo-se de premissas singulares, até chegar a uma premissa geral como conclusão, ao passo que se utiliza de fontes bibliográficas, documentais e de campo.

Palavras-chave: Desenvolvimento de pessoal. Projeto Soldado-Cidadão. Forças Armadas.

1. INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro é composto por diversas Organizações Militares (OM), dentre elas os Tiros de Guerra (TG), que são instituições de formação para jovens inscritos no Serviço Militar Obrigatório.

Os TG têm certas peculiaridades na sua atuação: além de introduzirem os jovens no Serviço Militar, também trabalham com a formação de cidadãos. Não por outras razões, os Tiros de Guerra podem ser considerados como verdadeiras “escolas de civismo” (BRASIL, 2021a).

Esses jovens, que possuem 18 anos em média, encontram-se em uma idade marcante para o início da construção de sua vida profissional, seja pelo seu ingresso em cursos superiores, seja pela sua inserção no mercado de trabalho.

Nesse contexto, é comum que algum deles ainda se encontrem sem uma perspectiva concreta de vida futura, o que pode se dar tanto por desconhecimento das possibilidades, como pelas dificulda-

des próprias do acesso à formação profissional.

Agrega-se a isso o fato de que muitos deles se encontram em situação de vulnerabilidade social, uma vez que são oriundos de famílias de baixa renda e com dificuldade de acesso a informações ou oportunidades que promovam a melhora de sua condição. Essa realidade, não raras vezes, obriga o jovem a se submeter a condições de subemprego, a fim de auxiliar no orçamento familiar, impossibilitando que eles busquem uma melhor formação profissional, além de comprometer a própria permanência nos bancos escolares.

Essa realidade dificulta também a incorporação no serviço militar dos TG, uma vez que não há remuneração ou ajuda de custo para os atiradores durante a sua permanência de 40 semanas na OM (BRASIL, 2021a).

Considerando as realidades dos Tiros de Guerra do Brasil, é fundamental que estas instituições auxiliem e contribuam na formação dos jovens alistados, incentivando nas escolhas corretas e apresentando possibilidades e oportunidades de construir uma carreira profissional.

É nesse cenário que o chamado Projeto Soldado-Cidadão (PSC) ganha relevo. Trata-se de um programa que visa auxiliar os jovens do serviço militar temporário a encontrar e a integrarem-se a projetos educacionais, ampliando as suas possibilidades de atuação no mercado de trabalho, permitindo a construção de carreiras sólidas que impactarão diretamente na sua condição social e financeira (BRASIL, 2021b). O problema em questão é que os TG não fazem parte do universo de organizações militares contempladas com esse importante projeto.

Atualmente, um seguimento educacional com resultados efetivos são os Cursos Profissionalizantes, que oferecem uma formação técnica e em curto prazo. Uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas mostrou que a chance de inserção no mercado de trabalho de uma pessoa com ensino profissional é 48,2% maior que outra pessoa sem o curso. Além disso, ela tem 38% mais chances de formalizar o seu vínculo de trabalho. Ou-

tros benefícios apontados pela pesquisa é a de salários 12,94% maiores, além de 62,58% dos indivíduos conseguirem trabalhar na sua área de formação (NERI, 2010).

Portanto, por meio deste ensaio, objetivava-se mostrar a importância da implantação do Projeto Soldado-Cidadão nos Tiros de Guerra do Brasil a fim de que os jovens atiradores tenham uma melhor perspectiva de crescimento social e profissional.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Contexto Atual

O mercado de trabalho atualmente encontra-se voltado para o dinamismo, para a tecnologia, para a informação e para a alta competitividade. Para adaptarem-se a tais demandas, as organizações aprimoram os seus processos e procuram por profissionais qualificados, para que obtenham um desempenho elevado e, portanto, uma maior vantagem competitiva.

É através dos talentos humanos que uma organização consegue crescer e propiciar aos seus clientes e à sociedade produtos e serviços de qualidade.

Nesse contexto, os profissionais precisam atualizar-se constantemente, reciclando os seus conhecimentos, as suas competências e desenvolvendo habilidades de comunicação e de relacionamento interpessoal, para tornarem-se atrativos ao mercado (DALMAU; GIRARDI, 2010).

Fala-se, agora, em administração com as pessoas. Administrar com as pessoas significa gerir a organização juntamente com os colaboradores e os parceiros internos que mais entendem dela e de seu futuro.

Trata-se de uma nova visão de mundo organizacional: as pessoas não são mais um mero recurso da organização, servem e passivas no processo. Agora elas são, fundamentalmente, um sujeito ativo e provocador das decisões, empreendedor das ações e criador da inovação dentro das organizações. Mais do que isso, esse sujeito é um agente proativo, dotado de visão própria e, sobretudo, de inteligência - a maior, mais avançada e sofisticada habilidade humana (RIBEIRO, 2006).

2.2 Educação Profissional: formação, desenvolvimento e treinamento

De acordo com Chiavenato (1997), “educação profissional é a educação institucionalizada ou não, que visa ao preparo do homem para a vida profissional”. Está compreendida em três etapas distintas e interdependentes: a formação profissional, o aperfeiçoamento ou desenvolvimento profissional e o treinamento.

A formação profissional prepara e forma o homem para o exercício de uma profissão. Possui objetivos amplos, que em longo prazo visam a qualificação do homem para uma futura profissão.

Já o aperfeiçoamento ou o desenvolvimento pessoal é a educação que busca possibilitar o crescimento profissional do homem em sua carreira, desenvolvendo-o para que seja mais produtivo e para que tenha maior eficiência em seu cargo (CHIAVENATO, 1997). Como visa preparar o homem para, em determinado prazo, assumir atividades mais complexas ou numerosas, seus objetivos não são considerados tão amplos quanto aqueles da formação profissional, porém propiciam ao homem conhecimentos que vão além daquilo que lhe é cobrado em sua atual função.

Por fim, o treinamento é um processo educacional que se propõe a adaptar o homem para certa empresa ou cargo. Apresenta objetivos de curto prazo, bem definidos e imediatos, que buscam fornecer ao homem os conhecimentos, habilidades e práticas requeridas para a sua atuação em um determinado cargo. Deve seguir um programa pré-estabelecido e atender a uma ação sistemática para a rápida adaptação do homem ao trabalho.

Através do treinamento bem elaborado, o homem ganha qualidade e competitividade, que se refletirão no seu trabalho, na sua equipe e, por conseguinte, nos resultados da organização (ARAUJO; GARCIA, 2009).

O treinamento não pode ser visto pela empresa como uma série de cursos e eventos. A expectativa da empresa é que o treinamento possa, identificado com seus objetivos, contribuir para melhor capaci-

tação dos empregados, visando a um aumento de moral, de eficiência, de eficácia, de produtividade e melhoria do ambiente de trabalho e da própria empresa (FRANÇA, 2011).

2.3 O Serviço Militar

O Serviço Militar consiste no complexo exercício de atividades específicas desempenhadas nas Forças Armadas, que é constituída pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, as quais são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República (art. 142, CF/88).

Nos termos do art. 143, *caput*, da CF/88, o alistamento militar é obrigatório para todo jovem brasileiro do sexo masculino e deve ser efetuado nos seis primeiros meses do ano em que o cidadão completa dezoito anos de idade, apresentando-se na Junta de Serviço Militar mais próxima da sua residência.

No plano infraconstitucional, o serviço militar é regulado pela Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), recentemente alterada pela Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.

O art. 6º, da Lei do Serviço Militar dispõe que o “Serviço Militar inicial dos incorporados terá a duração normal de 12 (doze) meses”.

Trata-se de um período de formação e treinamento militar, trabalho qualificado que exige motivação e incentivo à atividade. Entretanto, agregaria valor se refletisse em ganhos não somente no período em que os jovens estivessem no serviço militar obrigatório, mas também que levassem seus ensinamentos para vida toda.

2.3.1 Tiro de Guerra

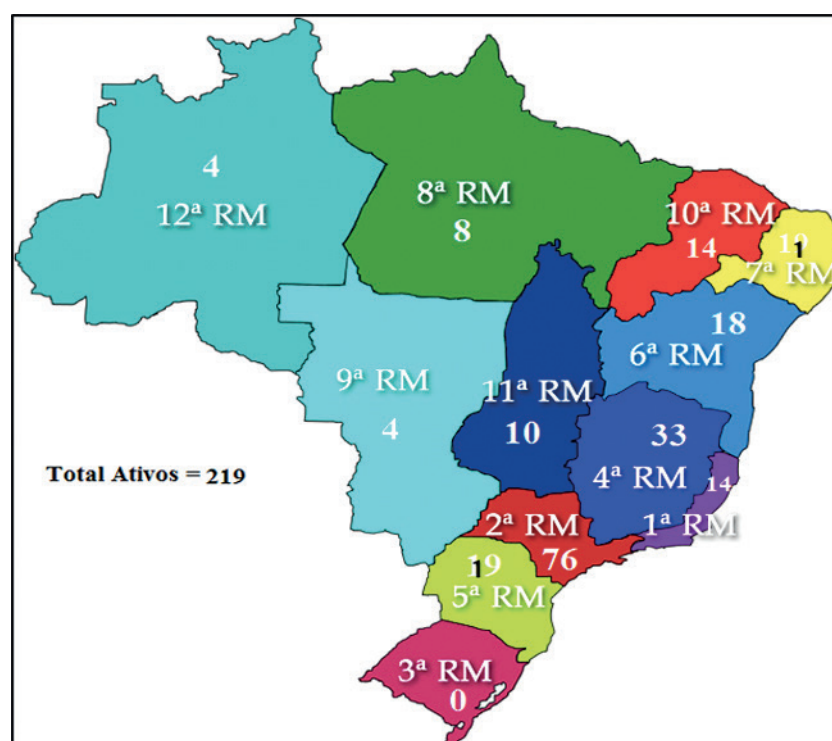
Os Tiros de Guerra são instituições militares instaladas em cidades do interior a partir de uma parceria entre o Exército e o poder Executivo Municipal, a fim de proporcionar o cumprimento da Lei do Serviço Militar e a preparação básica de jovens reservistas (BRASIL, 2021c).

Diferente das demais Organizações Militares, a formação básica nos TG tem a duração de 40 semanas, participando de atividades específicas das Forças e com treinamentos menos intensos e sem remuneração ou ajuda de custo. Seu objetivo, para além da formação militar, visa à consolidação do civismo e da cidadania dos jovens atiradores (BRASIL, 2021a).

Nesse contexto, é possível conciliar o serviço obrigatório com os estudos ou trabalho, oportunizando o momento ideal para estimular esses jovens a buscarem uma formação profissional.

Atualmente, existem no Brasil **219** Tiros de Guerra distribuídos pelo território nacional (SERMILMOB, 2021), recebendo anualmente algo em torno de 15 mil jovens para formação, conforme informado pelas Regiões Militares (Tabela 1). Cabe destacar que o número de atiradores incorporados equivale a 20,2% do Efetivo Variável (76.217) do ano de 2021, conforme dados extraídos no corrente ano do Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização (SERMILMOB, 2021).

Figura 1 – Distribuição de Tiro de Guerra por Região Militar.



Fonte: Diretoria de Serviço Militar (BRASIL, 2021a).

Tabela 1 – Distribuição e quantitativo de Instrutores e Atiradores por Região Militar, 2021.

| Região Militar | Nº de TG | Nº de Instrutores | Nº de Atiradores |
|-----------------------|-----------------|--------------------------|-------------------------|
| 1ª RM | 14 | 15 | 620 |
| 2ª RM | 76 | 110 | 5.500 |
| 3ª RM | 0 | 0 | 0 |
| 4ª RM | 33 | 61 | 3.050 |
| 5ª RM | 19 | 33 | 1.577 |
| 6ª RM | 18 | 18 | 900 |
| 7ª RM | 19 | 30 | 1.260 |
| 8ª RM | 8 | 9 | 450 |
| 9ª RM | 4 | 6 | 300 |
| 10ª RM | 14 | 17 | 789 |
| 11ª RM | 10 | 17 | 850 |
| 12ª RM | 4 | 4 | 100 |
| Total | 219 | 320 | 15.396 |

Fonte: SERMILMOB, 2021.

Os resultados dessa parceria de mais de 110 anos são positivos, traduzidos como um instrumento de educação e civilidade nos mais distantes municípios brasileiros onde são conhecidos como Escolas de Civismo e Cidadania (BRASIL, 2021c).

Destaca-se, nesse modelo de OM, a sua inserção em municípios com características socioeconômicas diversas, assim como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e as oportunidades de educação, trabalho e renda igualmente diversos. Existem TG em cidades menores com menos recursos e grande parcela da população em condições socioeconômicas desfavoráveis, como também aqueles instalados em cidades mais desenvolvidas.

Entretanto, todos são capazes de contribuir com o aprimoramento de seus jovens atiradores propiciando oportunidades e incentivo ao desenvolvimento social e profissional. A exemplo de Maringá, que mesmo sendo um município de médio porte, bem

desenvolvido e que oferece oportunidades e qualidade de vida aos seus moradores, apresentou, segundo os dados cadastrais dos anos 2018 e 2019, 30% dos jovens atiradores enquadrando-se no perfil de beneficiário do PSC, e que ainda não tinham um direcionamento profissional definido (SERMILMOB, 2021).

É possível então, refletir sobre a contribuição da formação realizada nos TG associada à capacitação profissional na transformação da dimensão humana dos jovens.

2.3.2 O PROJETO SOLDADO-CIDADÃO

O desenvolvimento eficaz dos conhecimentos e habilidades é a melhor maneira de prevenir ou combater o desemprego e a precarização das relações de trabalho (trabalho temporário ou trabalho em tempo parcial).

Preocupados com as novas e duras regras no mercado de trabalho e com a falta de qualificação profissional dos militares temporários, foi lançado em 10 de agosto de 2004, o Projeto Soldado-Cidadão (PSC).¹

Esse projeto está inserido no Programa de Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil, sob a responsabilidade do Ministério da Defesa, e amplamente distribuído pelo país (BRASIL, 2019).

Conforme o Ministério da Defesa (BRASIL, 2019) informa, o Projeto Soldado-Cidadão visa promover uma qualificação profissional aos jovens militares das Forças Armadas, por intermédio de cursos profissionalizantes que complementem sua formação cívica e cidadã, capacitando àqueles que serão licenciados pelo término do Tempo de Serviço Militar para entrar no mercado de trabalho em melhores condições. Os participantes desse projeto são militares temporários das Forças Armadas, carentes ou em situação de risco social, quando próximos de seu licenciamento do serviço ativo.

1 O Projeto Soldado-Cidadão é regulado, atualmente, pela Portaria Normativa 62/GM-MD, de 29 de julho de 2019, que dispõe sobre o Projeto Soldado-Cidadão e o respectivo Comitê Gestor. Brasília.

Para sua operacionalização são realizadas parcerias entre as Organizações Militares e entidades civis de ensino profissionalizante presentes na localidade, entre elas, as pertencentes ao Sistema “S” (SENAI – SENAC – SENAT – SENAR) (BRASIL, 2021b) na modalidade presencial ou à distância.

Os militares que participam do PSC são formados de acordo com as necessidades do mercado de trabalho local. Esses jovens poderão ser aproveitados em diversos setores e funções, que segundo o SENAI (2005) são:

- Serviços gerais (eletricistas, pedreiros, marceneiros, pintores);
- Aproveitamento (cozinheiros, padeiros, garçons);
- Transportes (mecânicos, motoristas categoria “D”, motoristas de veículos de emergência, pintura automotiva);
- Saúde (auxiliares de laboratório e de farmácia);
- Informática (montagem e manutenção de redes, *webdesigner*).

Além da técnica, os alunos aprendem sobre empreendedorismo e participam de palestras a respeito de ética e cidadania. Assim, o PSC tem contribuído, também, para a melhoria da mão-de-obra das Forças Armadas. Os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, além de empregar mão-de-obra própria, estabelecem convênios e contratos com diversas entidades parceiras. De acordo com o Exército Brasileiro (2021b), desde a sua implantação, o PSC já capacitou no Exército mais de 130.000 jovens, dos quais cerca de 70% encontraram colocação no mercado de trabalho, após o término da prestação do serviço militar.

Essa nova realidade promove sensíveis transformações sociais. A mudança ocorre inicialmente nos próprios jovens que, ao se desligarem das Forças Armadas, podem vislumbrar um futuro para si e para a sua família, com possibilidade de emprego ou geração de renda com a formação obtida. Ao inserir pessoas mais qualificadas no mercado de trabalho, com uma consciência de cidadania mais ampla, gera-se benefício para a sociedade como um todo.

3. CONCLUSÃO

Este estudo mostra que os Tiros de Guerra no Brasil também são Organizações Militares que podem ser beneficiadas com o Projeto Soldado-Cidadão, em razão do enorme potencial para agregar valor na formação dos jovens atiradores.

A implementação do Projeto Soldado-Cidadão nos Tiros de Guerra atenderá ao seu principal objetivo: fornecer aos jovens militares uma melhor perspectiva de ingresso num mercado de trabalho, que está cada vez mais competitivo, através do treinamento oferecido na forma de cursos profissionalizantes. Esses cursos promovem tanto a capacitação técnico-profissional do jovem aprendiz como também a sua formação cívica.

Assim como acontece nas Organizações Militares, a implantação do PSC nos TG agregará na formação cívica dos jovens atiradores, ampliando suas oportunidades de trabalho e formação no futuro.

Ademais, é possível concluir que a implantação do Projeto Soldado-Cidadão, dentro dos critérios estabelecidos na Portaria Normativa nº 62/GM-MD, de 29 de julho de 2019, depende da decisão dos Comandantes das Forças Singulares, em convênio a ser firmado com as entidades parceiras.

4. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. C. G.; GARCIA, A. A. **Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. **Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964**. Lei do Serviço Militar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14375.htm. Acesso em: 03.set.2021.

BRASIL. **Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019**. Altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), dentre outras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13954.htm. Acesso em 03.set.2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. 2008.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Tiro de Guerra: escola de civismo e cidadania**. 2021a. Disponível em: <http://dsm.dgp.eb.mil.br/index.php/servico-militar-inicial-e-mobilizacao/tiro-de-guerra>. Acesso em: 02 set. 2021.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Projeto Soldado Cidadão promove qualificação profissional aos militares**. 2021b. Disponível em: http://www.eb.mil.br/o-exercito?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=820486&_101_type=content&_101_groupId=16541&_101_urlTitle=projeto-soldado-cidadao-promove-qualificacao-profissional-aos-militares&inheritRedirect=true#YUeFNeySmM8. Acesso em: 02 set. 2021.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Tiro de Guerra**. 2021c. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/ingresso/tiro-de-guerra>. Acesso em: 01 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 62/GM-MD, de 29 de julho de 2019**. Dispõe sobre o Projeto Soldado-Cidadão e o respectivo Comitê Gestor. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=31/07/2019&jornal=515&pagina=8>. Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização (SERMILMOB)**. Disponível em: <https://sermilweb.eb.mil.br/login.action>. Acesso em 15 set. 2021.

BRASIL. SENAI. **Cidadania e trabalho para os jovens brasileiros**. Publicado em 28 jan. 2005. Disponível em: <http://www.senai.br/sb/sb81/pag8-11-capas.pdf>. Acesso em: 04 set. 2021.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

DALMAU, M. B. L.; GIRARDI, D. M. **Administração de Recursos Humanos II**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2010.

FRANÇA, A. C. L. **Práticas de recursos humanos - PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NERI, Marcelo Cortes. Centro de Políticas Sociais (org.). **A Educação Profissional e Você no Mercado de Trabalho: sumário executivo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. 39 p. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/ibrecps/VOT2/index.htm>. Acesso em: 01 set. 2021.

RIBEIRO, A. L. **Gestão de pessoas**. 1ª ed. 3ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2006.

